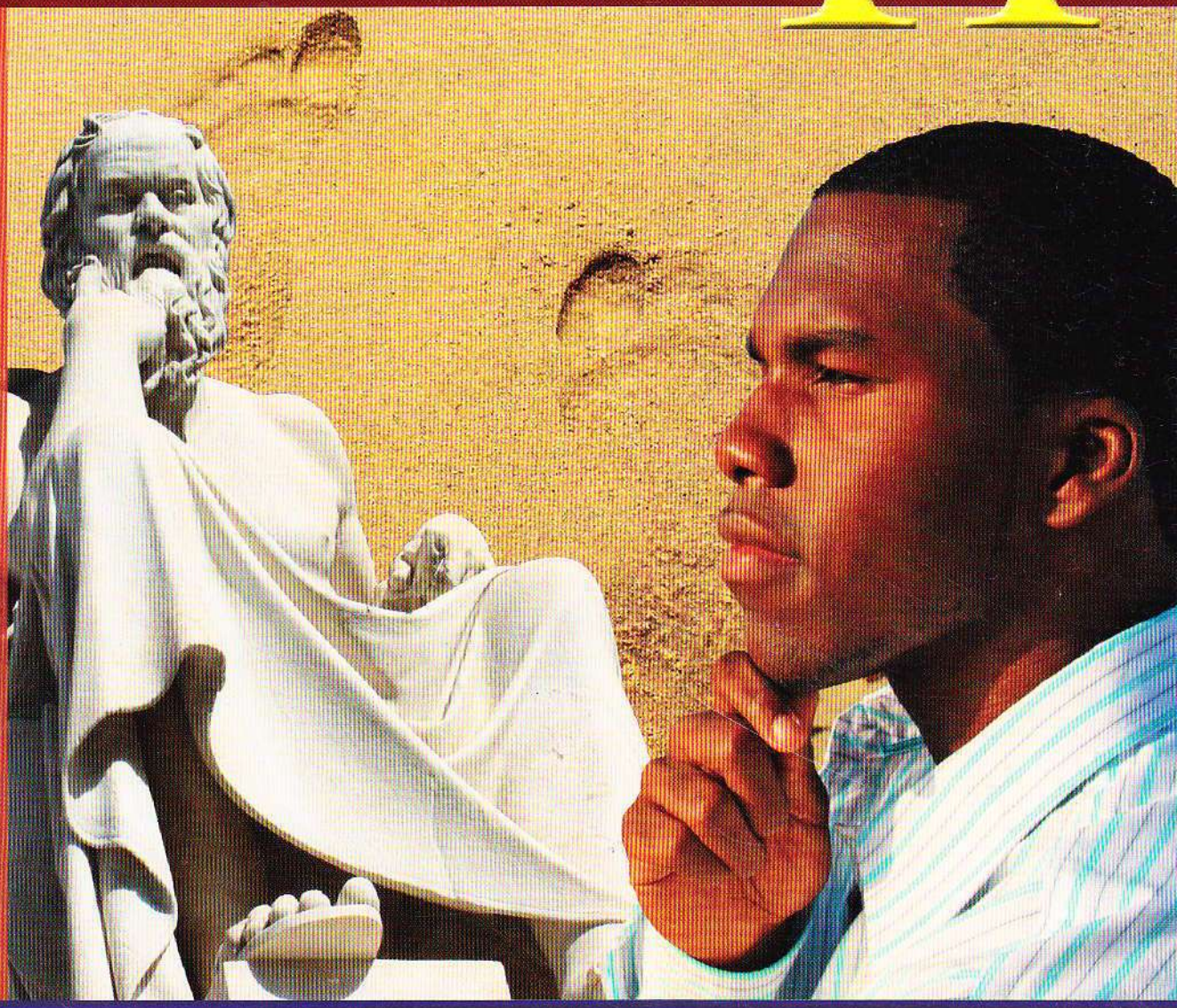
NOVO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO

FILOSOFIA 11

PRÉ-UNIVERSITÁRIO

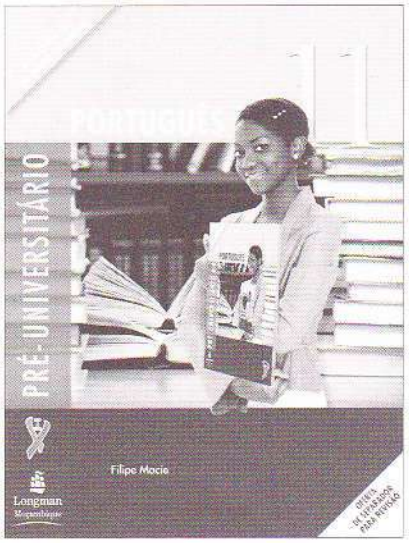


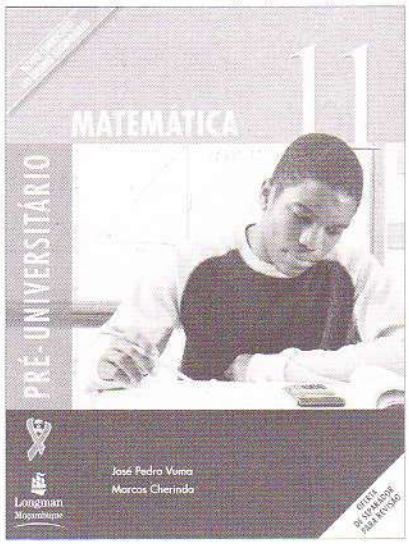
Eduardo Geque
Manuel Biriate

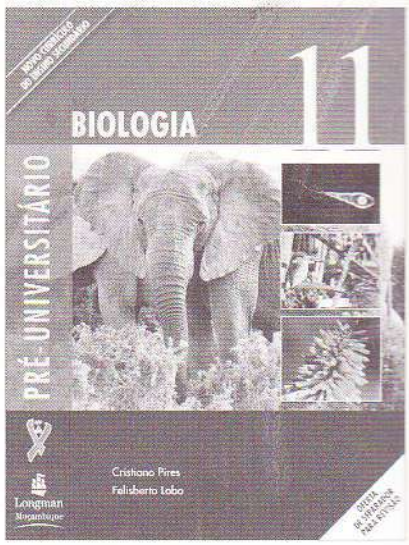
Longman
Moçambique

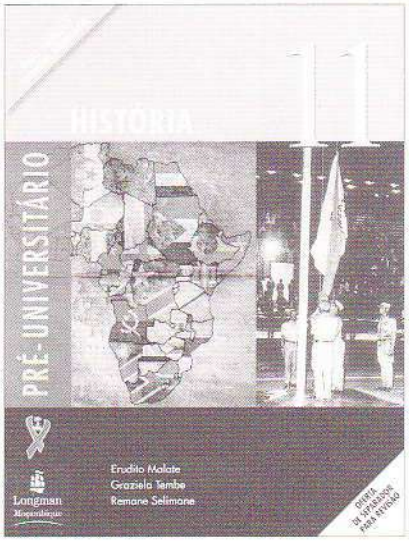
OFERTA DE SEPARADOR PARA REVISÃO

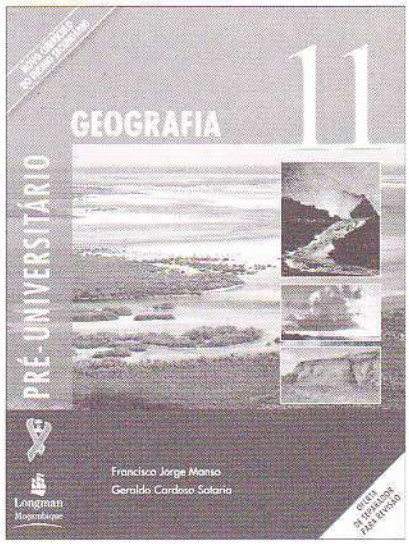
Títulos disponíveis para a 11.ª Classe



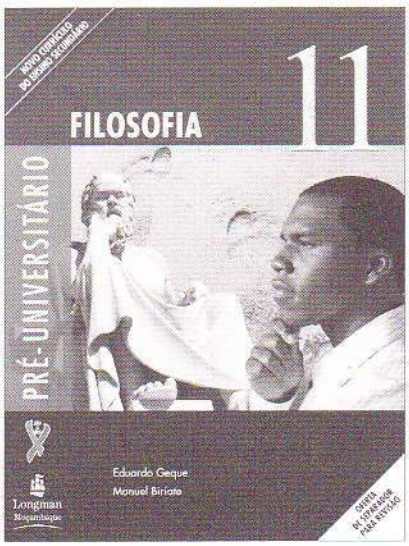


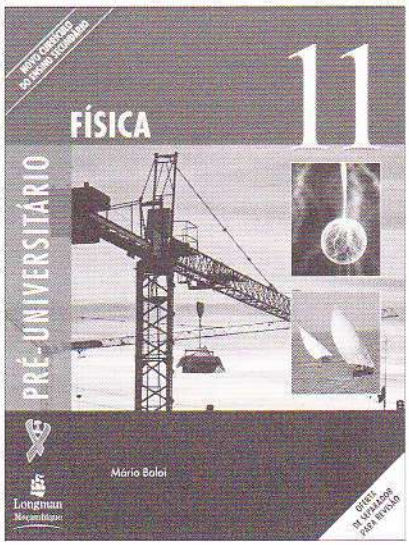


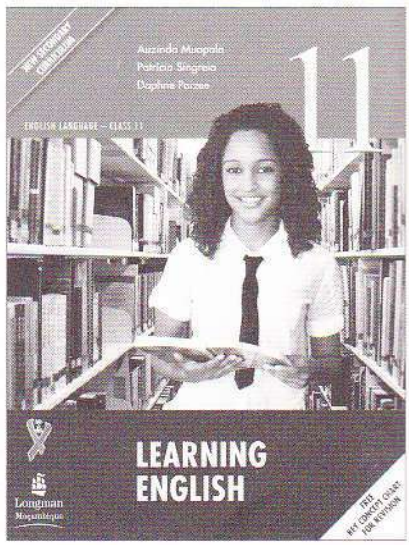






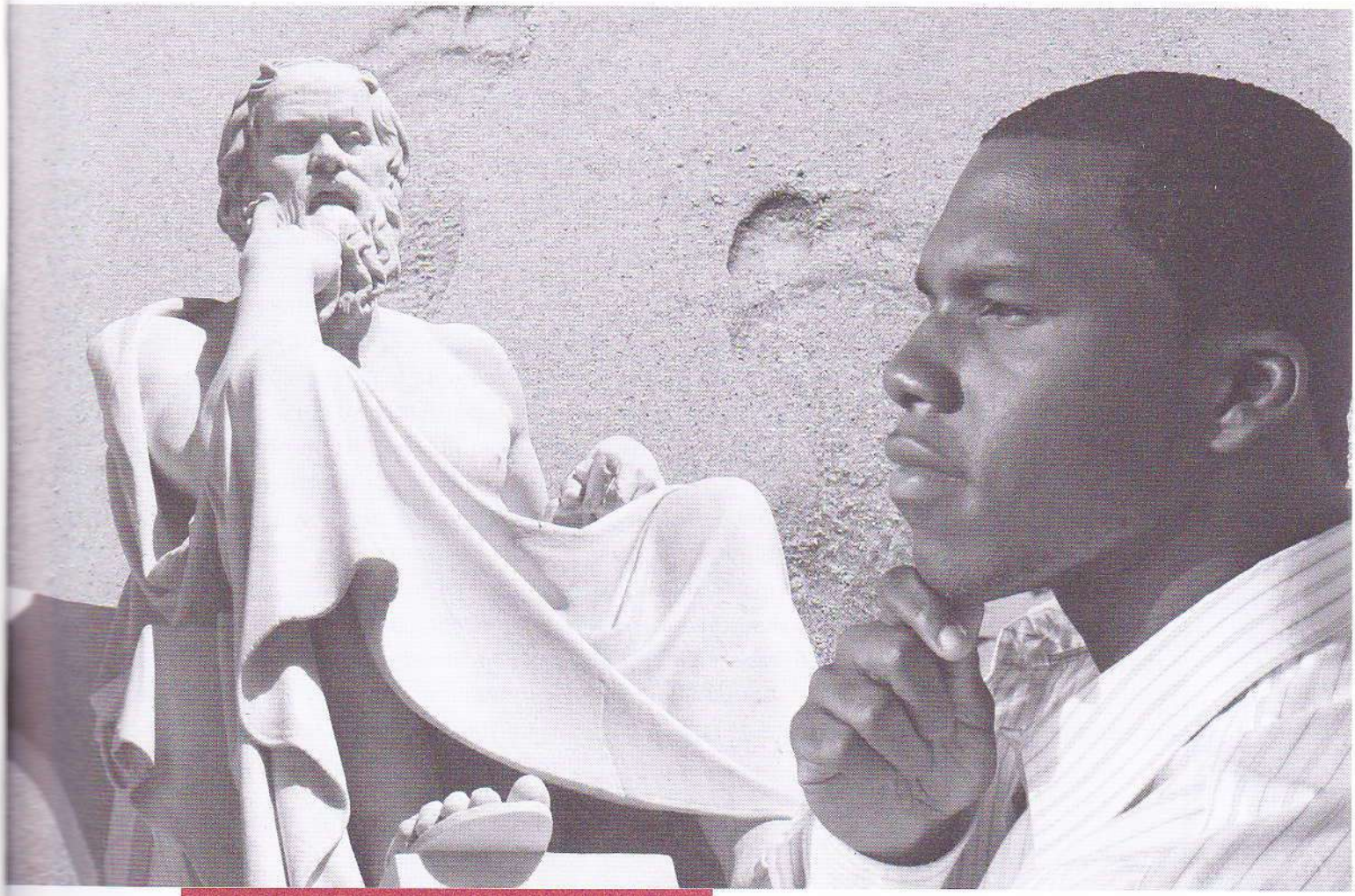






Eduardo Geque
Manuel Biriate

FILOSOFIA 11



PRÉ-UNIVERSITÁRIO

Longman
Moçambique

EduSkills
MOÇAMBIQUE

Biblioteca Digital EduSkills

Livros, exames e materiais de apoio para estudar melhor



100% Gratuito

Livros Escolares	Exames Escolares	Exames de Admissão	Exames Resolvidos
CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI

Estude onde estiver.
Aprenda no seu ritmo.
Construa o seu futuro.

A Biblioteca Digital **EduSkills** é o seu companheiro de estudo para alcançar melhores resultados e realizar sonhos.

ACEDER À BIBLIOTECA

www.eduskills.co.mz

CONFIANÇA
Segurança, credibilidade e compromisso.

EDUCAÇÃO
Conhecimento que transforma vidas.

MOÇAMBIQUE
Orgulho de ser moçambicano, foco no nosso país.

INOVAÇÃO
Tecnologia e educação caminhando juntas.

Introdução



Caro aluno,

O livro que tens nas mãos foi produzido com o objectivo de te ajudar na tua nova aventura académica nesta nova disciplina. Esperamos que, de facto, possas usá-lo e que te seja útil nas tuas aulas de iniciação ao mundo da Filosofia, em que começarás a ser também filósofo.

Com uma estrutura que obedece rigorosamente ao novo programa do Ensino Secundário Geral, o livro *Pré-Universitário – Filosofia 11* foi elaborado com vista ao alcance das competências básicas exigidas pelo mesmo no fim de cada unidade didáctica. Por isso, no primeiro capítulo faremos uma introdução geral à disciplina – Filosofia; no segundo, falaremos da Pessoa como sujeito moral; no terceiro capítulo, abordaremos o problema da teoria do conhecimento, isto é, terás a oportunidade de pensar e discutir com os teus colegas e com o professor sobre o problema do conhecimento; no quarto e último capítulo do ano, introduziremos a lógica.

Em cada capítulo há desenvolvimento de conteúdos e textos complementares. Cada um deles oferece igualmente várias sínteses das principais ideias desenvolvidas nos subcapítulos e actividades em forma de questionários que te ajudarão a aprofundar os conhecimentos adquiridos. No fim do capítulo há ainda um questionário com perguntas de escolha múltipla que te ajudará a fazer a revisão dos conteúdos.

Este livro assinala uma nova fase da tua vida académica – o nível médio. Isso significa crescimento. O crescimento implica conhecimento de novas coisas. Tens, por isso, de prestar especial atenção ao vocabulário que consta no teu manual. Existem palavras específicas (termos filosóficos) que terás de assimilar e algumas palavras do vocabulário corrente que provavelmente não conheces. Procura o seu significado consultando o glossário que se encontra no fim do manual, um dicionário de Filosofia ou perguntando ao teu professor. Para as palavras de uso corrente consulta um dicionário de Língua Portuguesa.

Como dissemos acima, este livro contém os conteúdos programáticos do plano temático e analítico da disciplina, sem, no entanto, negar a possibilidade de os alunos procurarem fontes alternativas que os ajudem na compreensão dos temas aqui abordados. De maneira alguma a imensidão da Filosofia se poderia esgotar neste livro (mesmo que de um compêndio se tratasse), por isso não desejamos que te apegues unicamente a ele. Quanto mais fontes tiveres, melhor poderás compreender os conteúdos que aqui apresentamos.

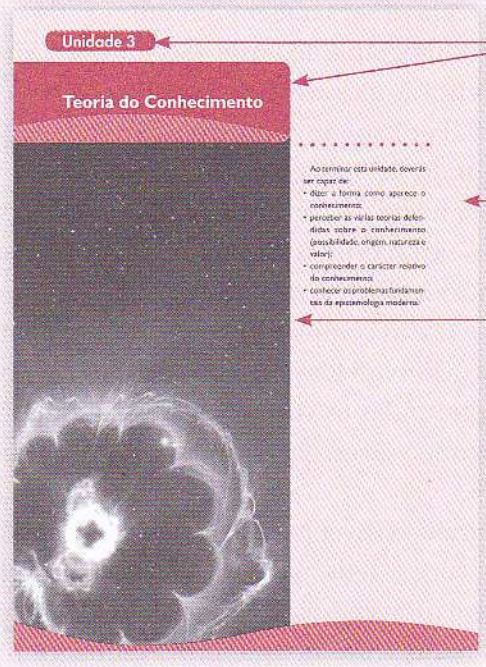
Estamos abertos a críticas e contribuições, pois só através delas poderemos melhorar e enriquecer este manual em próximas edições.

Votos de boas aulas e sucesso na iniciação em Filosofia.

Os Autores

Estrutura do Livro

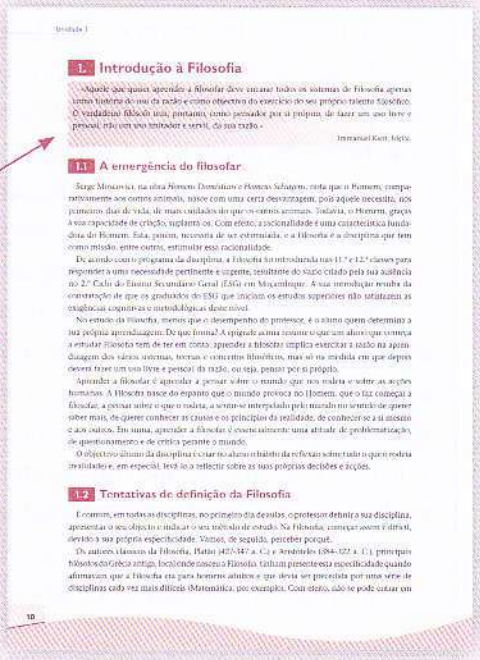
O livro do aluno de Filosofia para a 11.ª classe é composto por quatro unidades didácticas, que apresentam a seguinte estrutura:



Indicação da unidade e do tema

Objectivos da unidade

Imagem motivadora

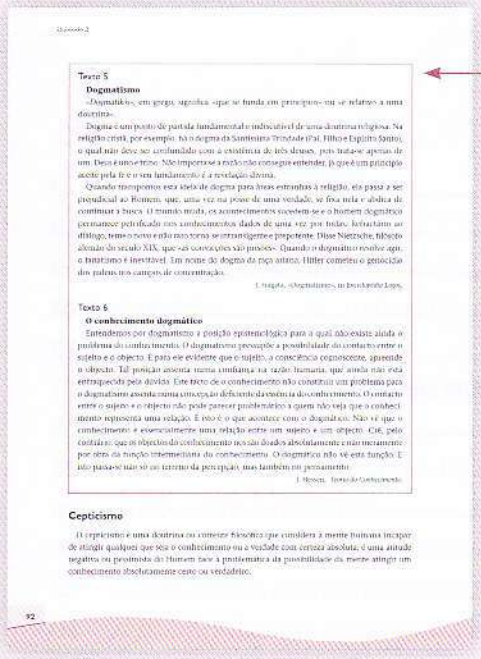


Citação de um filósofo permitindo uma abordagem ao tema da unidade

Texto informativo



Imagens informativas e motivadoras



Texto 5

Dogmatismo

«Dogmático», em grego, significa «que se funda em princípios» ou «relativo a uma doutrina».

Dogma é um ponto de partida fundamental e indiscutível de uma doutrina religiosa. Na religião cristã, por exemplo, há o dogma da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), o qual não deve ser confundido com a existência de três deuses, pois trata-se apenas de um Deus e uma só Pessoa. Não importa se a razão não consegue entender, já que é um princípio aceite pela fé e o seu fundamento é a revelação divina.

Quando transpomos esta ideia de dogma para áreas estranhas à religião, ela passa a ser prejudicial ao Homem, que, uma vez na posse de uma verdade, se fixa nela e abdica de continuar a busca. O mundo muda, os acontecimentos sucedem-se e o homem dogmático permanece petrificado nos conhecimentos dados de uma vez por todas, recusando ao diálogo, tornando-se cego para novas e estimulantes perspectivas. Disse Nietzsche, filósofo alemão do século XIX, que «as convicções são prisões». Quando o dogmatismo resolve agir, o fanatismo é inevitável. Em nome do dogma da raça ariana, Hitler cometeu o genocídio dos judeus nos campos de concentração.

J. Salgado, «Dogmatismo», in Enciclopédia Logos.

Texto 6

O conhecimento dogmático

Entendemos por dogmatismo a posição epistemológica para a qual não existe ainda o problema do conhecimento. O dogmatismo pressupõe a possibilidade do contacto entre o sujeito e o objecto. E para ele evidente que o sujeito, a consciência cognoscente, apreende o objecto. Tal posição assenta numa confiança na razão humana, que ainda não está entrapecida pela dúvida. Este tipo de conhecimento não constitui um problema para o dogmatismo assenta numa concepção deficiente da génese do conhecimento. O contacto entre o sujeito e o objecto não pode parecer problemático a quem não veja que o conhecimento representa uma relação. É isto é o que acontece com o dogmático. Não vê que o conhecimento é essencialmente uma relação entre um sujeito e um objecto. Crê, pelo contrário, que os objectos do conhecimento nos são dados absolutamente e não mediante por obra da função intermediária do conhecimento. O dogmático não vê esta função. E não passa-se não só no terreno da percepção, mas também no pensamento.

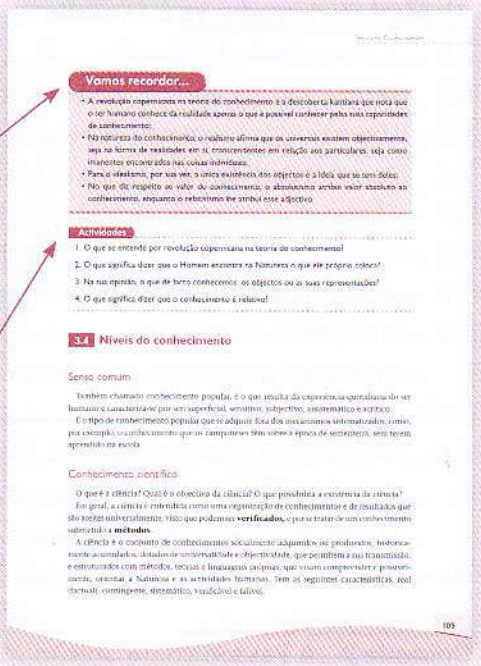
J. Hessen, Teoria do Conhecimento.

Cepticismo

O cepticismo é uma doutrina ou corrente filosófica que considera a mente humana incapaz de atingir qualquer que seja o conhecimento ou a verdade com certeza absoluta; é uma atitude negativa ou pessimista do Homem face à problemática da possibilidade da mente atingir um conhecimento absolutamente certo ou verdadeiro.

92

Textos complementares de apoio de filósofos e pensadores



Vamos recordar...

- A revolução copernicana na teoria do conhecimento é a descoberta kantiana que nota que o ser humano conhece da realidade apenas o que é possível conhecer pelas suas capacidades de conhecimento;
- Na natureza do conhecimento, o realismo afirma que os universais existem objectivamente, seja na forma de realidades em si, transcendentes em relação aos particulares, seja como inerentes encontrados nas coisas individuais;
- Para o idealismo, por sua vez, a única existência dos objectos é a ideia que se tem deles;
- No que diz respeito ao valor do conhecimento, o absolutismo atribui valor absoluto ao conhecimento, enquanto o relativismo lhe atribui esse adjectivo.

Actividades

1. O que se entende por revolução copernicana na teoria do conhecimento?
2. O que significa dizer que o Homem encontra na Natureza o que ele próprio colocou?
3. Na sua opinião, o que de facto conhecemos: os objectos ou as suas representações?
4. O que significa dizer que o conhecimento é relativo?

3.1 Níveis do conhecimento

Senso comum

Também chamado conhecimento popular, é o que resulta da experiência quotidiana do ser humano e caracteriza-se por ser superficial, sensitivo, subjectivo, assistemático e acrítico.

O tipo de conhecimento popular que se adquire fora dos mecanismos sistematizados, como, por exemplo, o conhecimento que os camponeses têm sobre a época de sementeira, sem terem aprendido na escola.

Conhecimento científico

O que é a ciência? Qual é o objectivo da ciência? O que possibilita a existência da ciência?

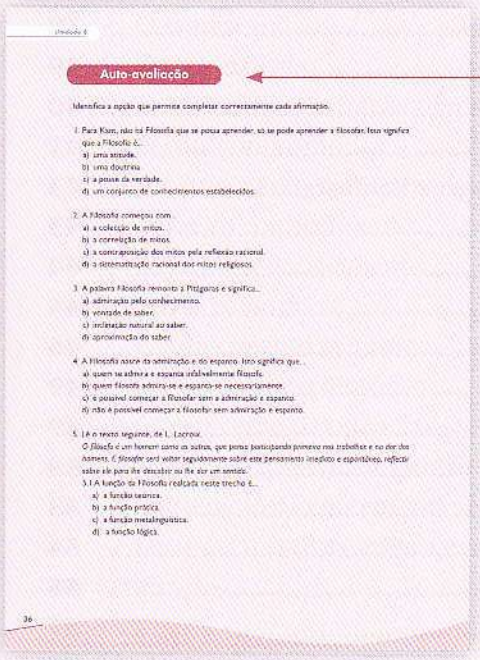
Em geral, a ciência é entendida como uma organização de conhecimentos e de resultados que são sempre universalmente, visto que podemser **verificados**, o que se trata de um conhecimento submetido a **métodos**.

A ciência é o conjunto de conhecimentos sucessivamente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de universalidade e objectividade, que permitem a sua transmissão, e estruturados com métodos, técnicas e linguagens próprias, que visam compreender e, posteriormente, orientar a Natureza e as actividades humanas. Tem as seguintes características: real (factual), contingente, sistemático, verificável e falível.

105

Síntese dos conteúdos do subcapítulo

Actividades práticas sobre os conteúdos no final de cada subcapítulo



Auto-avaliação

Identifica a opção que permite completar correctamente cada afirmação.

1. Para Kant, não há Filosofia que se possa aprender, só se pode aprender a filosofar, isso significa que a Filosofia é...
   a) uma atitude.
   b) uma doutrina.
   c) a posse da verdade.
   d) um conjunto de conhecimentos estabelecidos.

2. A Filosofia começou com...
   a) a colecção de mitos.
   b) a correlação de mitos.
   c) a contraposição dos mitos pela reflexão racional.
   d) a sistematização racional dos mitos religiosos.

3. A palavra Filosofia remonta a Pitágoras e significa...
   a) admiração pelo conhecimento.
   b) vontade de saber.
   c) inclinação natural ao saber.
   d) aproximação do saber.

4. A Filosofia nasce da admiração e do espanto. Isto significa que...
   a) quem se admira e espanta adquire imediatamente filosofia.
   b) quem filosofa admira-se e espanta-se necessariamente.
   c) é possível começar a filosofar sem a admiração e espanto.
   d) não é possível começar a filosofar sem admiração e espanto.

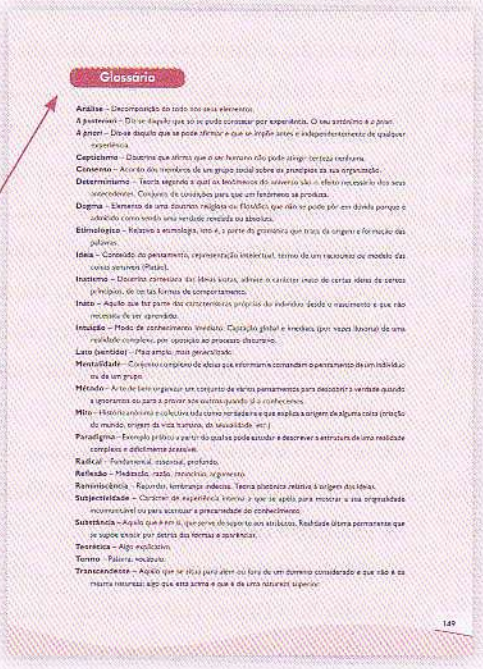
5. Lê o texto seguinte, de L. Lacroix.

   O filósofo é um homem como os outros, que pensa participando pontual mas trabalhos e na dor dos homens. É filosofar será voltar seguidamente sobre este pensamento irregular e espontâneo, reflectir sobre ele para lhe descobrir ou lhe dar um sentido.

   5.1 A função da Filosofia realçada neste trecho é...
   a) a função teórica.
   b) a função prática.
   c) a função metalinguística.
   d) a função lógica.

36

No final de cada unidade, páginas de auto-avaliação com exercícios de escolha múltipla e questões



Glossário

Análise – Decomposição do todo nos seus elementos.
A posteriori – Diz-se daquilo que só se pode conhecer por experiência. O seu antónimo é *a priori*.
A priori – Diz-se daquilo que se pode afirmar e que se impõe antes e independentemente de qualquer experiência.
Cepticismo – Doutrina que afirma que o ser humano não pode atingir certeza nenhuma.
Consenso – Acordo dos membros de um grupo social sobre os princípios da sua organização.
Determinismo – Teoria segundo a qual os fenómenos do universo são o efeito necessário dos seus antecedentes. Conjunto de conexões para que um fenómeno se produza.
Dogma – Elemento de uma doutrina religiosa ou filosófica, que não se pode pôr em dúvida porque é admitido como sendo uma verdade revelada ou absoluta.
Etimológico – Relativo à etimologia, isto é, à parte da gramática que trata da origem e formação das palavras.
Ideia – Conteúdo do pensamento, representação intelectual, termo de um raciocínio ou modelo das coisas sensíveis (Platão).
Inatismo – Doutrina consoante as ideias inatas, advém o carácter inato de certas ideias de certos princípios, de certas formas de comportamento.
Inato – Aquilo que faz parte das características próprias do indivíduo desde o nascimento e que não necessita de ser aprendido.
Intuição – Modo de conhecimento imediato. Captação global e imediata (por vezes falsoria) de uma realidade complexa, por oposição ao processo discursivo.
Lato (sentido) – Mais amplo, mais generalizado.
Mentalidade – Conjunto complexo de ideias que informam e comandam o pensamento de um indivíduo ou de um grupo.
Método – Acto de ter organizar um conjunto de vários pensamentos para descobrir a verdade quando a ignoramos ou para a provar aos outros quando já a conhecemos.
Mito – História sagrada e colectiva (da cultura) que relata e que explica a origem de alguma coisa (criação do mundo, origem da vida humana, da sexualidade, etc.).
Paradigma – Exemplo prático a partir do qual se pode estudar e descrever a estrutura de uma realidade complexa e dificilmente acessível.
Radical – Fundamental, essencial, profundo.
Reflexão – Meditação, razão, memórias, argumento.
Reminiscência – Rejeitar, lembrança indecisa. Teoria platónica relativa à origem das ideias.
Subjectividade – Carácter de experiência interna à que se apela para mostrar a sua originalidade inconfundível ou para acentuar a precariedade do conhecimento.
Substância – Aquilo que é em si, que serve de sujeito aos atributos. Realidade última permanente que se supõe existir por detrás das formas e aparências.
Teorética – Algo explicativo.
Termo – Palavra, vocábulo.
Transcendente – Aquilo que se situa para além ou fora de um domínio considerado e que não é da mesma natureza; aquilo que está acima e que é de uma natureza superior.

149

Um glossário no final do livro

Este livro inclui ainda um prático separador, com informação útil para o aluno.

Índice

Pág.

Unidade I Introdução à Filosofia 9

1.1 A emergência do filosofar 10
1.2 Tentativas de definição da Filosofia 10
1.3 Universalidade e particularidade da Filosofia (objecto da Filosofia) 13
1.4 Funções da Filosofia (aspectos práticos e teóricos) 15
1.5 Métodos da Filosofia: justificação lógico-racional e análise crítica 17
1.6 A atitude filosófica e a demanda da verdade 18
1.7 A natureza das questões filosóficas 21
1.8 Disciplinas da Filosofia 26
Principais disciplinas da Filosofia 26
1.9 A Filosofia e outras ciências 27
1.10 Contextualização histórica da Filosofia 30
Transição do mito para a reflexão filosófica 30
Etapas da Filosofia Grega Clássica: o período cosmológico e antropológico 32
Auto-avaliação 36

Unidade 2 A Pessoa como Sujeito Moral 37

2.1 Noções básicas 38
2.2 A Pessoa e as suas características 40
Conceito de Pessoa 40
Características da Pessoa 41
2.3 Consciência Moral: etapas do seu desenvolvimento (Piaget e Kohlberg) 43
Noção e caracterização 43
Formação e desenvolvimento da consciência moral 44
2.4 Acção humana e valores 46
Actos voluntários e actos involuntários 46
Da acção aos valores 49
Tipos de valores 49
A subjectividade (ou relatividade) e a objectividade dos valores 50
Liberdade como fundamento da acção humana 53
Formas e tipos de liberdade 54
Da liberdade humana à responsabilidade moral 55
A justiça e o dever 57
A sanção e o mérito 61
2.5 A Pessoa como um ser de relações 63
A relação consigo próprio 63
A relação com o outro 64
A relação com o trabalho 64
A relação com a Natureza 65

Pág.

2.6 Aspectos da Bioética 67
Noção de bioética 67
Principais temas da bioética 69
Auto-avaliação 73

Unidade 3 Teoria do Conhecimento 75
3.1 Noções básicas 76
O que se entende por conhecimento? 76
Conceito e realidade 77
Elementos do conhecimento 78
Faculdades de conhecimento 78
3.2 Perspectivas da análise do conhecimento 81
Abordagem científica 81
Abordagem filosófica 86
3.3 Problemas e correntes filosóficas da teoria do conhecimento 89
O debate sobre a (im)possibilidade do conhecimento 89
A origem do conhecimento 97
O empirismo 98
O racionalismo 98
O apriorismo ou intelectualismo 99
O construtivismo 102
A natureza do conhecimento 104
Valor do conhecimento 104
3.4 Níveis do conhecimento 105
Senso comum 105
Conhecimento científico 105
Conhecimento filosófico 107
3.5 Classificação das ciências segundo Augusto Comte 107
3.6 A questão da verdade 110
3.7 Epistemologia contemporânea 112
Duas perspectivas sobre a evolução da ciência: continuidade ou ruptura 112
Auto-avaliação 119

Unidade 4 Lógica 1 121
4.1 Conceito e objecto da lógica 122
Objecto da lógica 122
4.2 A linguagem como fundamento da condição humana 123
Linguagem e comunicação 123
Linguagem, pensamento e discurso (uma relação triádica) 126
As dimensões dos discursos humanos 127

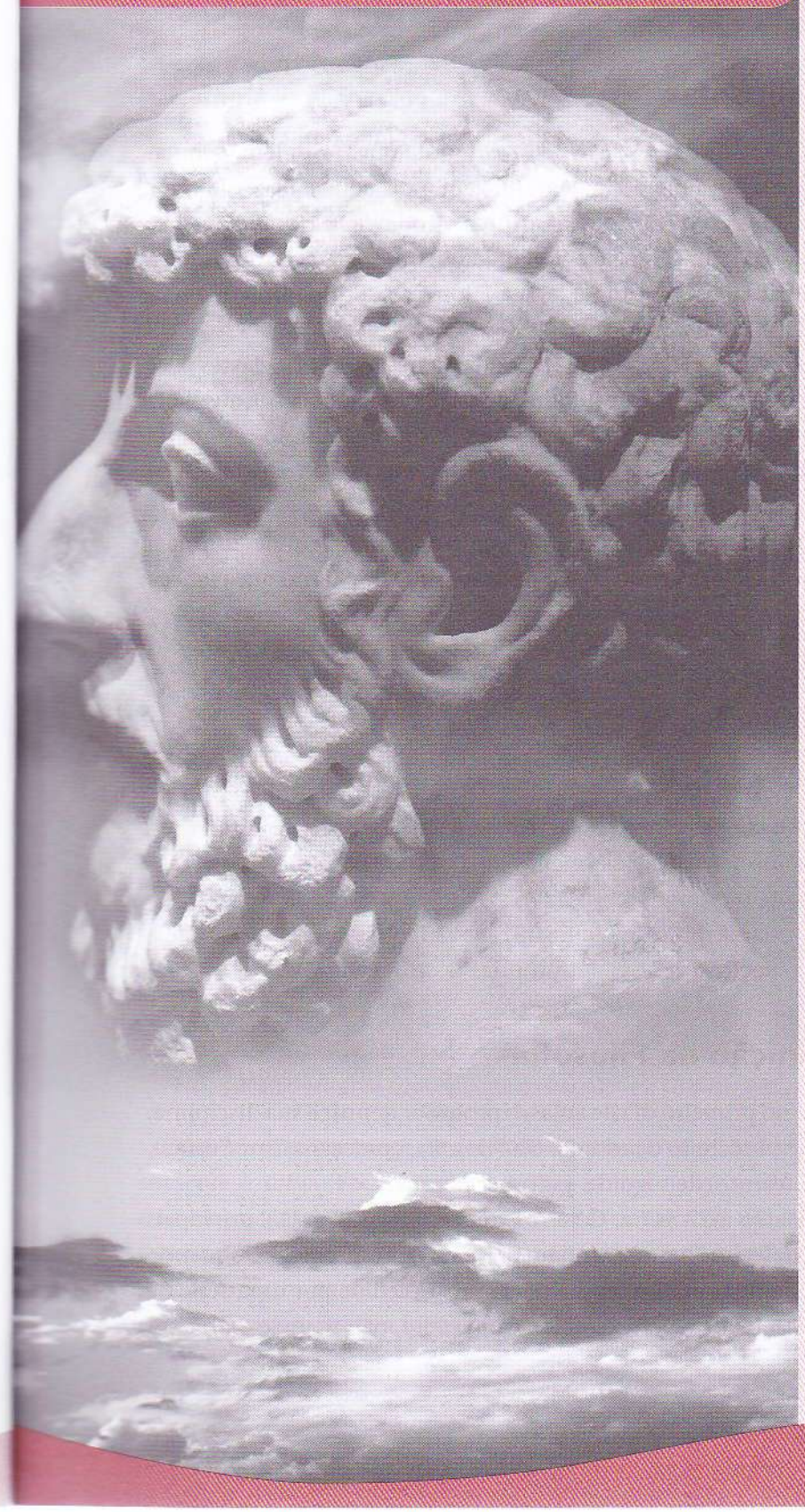
Pág.

4.3 Os novos domínios da aplicação da lógica 132
4.4 Princípios da razão 135
Princípios da razão 136
4.5 Lógica do conceito/termo 138
Noções de conceito e termo 138
Extensão e compreensão dos conceitos 138
Relação entre extensão e compreensão dos conceitos 139
Classificação dos conceitos e dos termos 140
A definição 142
Regras de definição 143
Os indefiníveis 145
Auto-avaliação 147
Glossário 149
Bibliografia 150

EduSkills MOÇAMBIQUE
Livros Escolares
Exames Escolares
Exames de Admissão
Exames Resolvidos
ACEDER À BIBLIOTECA
www.eduskills.co.mz

Unidade 1

Introdução à Filosofia



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- apreender a noção ou o conceito de Filosofia em vários autores europeus e africanos;
- distinguir a Filosofia no universo das outras ciências e estabelecer a sua relação com as demais ciências;
- identificar o valor da Filosofia, tanto a nível teórico como a nível prático;
- compreender as circunstâncias histórico-sociais da génese e do desenvolvimento da Filosofia na época antiga.

1. Introdução à Filosofia

«Aquele que quiser aprender a filosofar deve encarar todos os sistemas de Filosofia apenas como história do uso da razão e como objectivo do exercício do seu próprio talento filosófico. O verdadeiro filósofo tem, portanto, como pensador por si próprio, de fazer um uso livre e pessoal, não um uso imitador e servil, da sua razão.»

Immanuel Kant, *Lógica*.

1.1 A emergência do filosofar

Serge Moscovici, na obra *Homens Domésticos e Homens Selvagens*, nota que o Homem, comparativamente aos outros animais, nasce com uma certa desvantagem, pois aquele necessita, nos primeiros dias de vida, de mais cuidados do que os outros animais. Todavia, o Homem, graças à sua capacidade de criação, suplanta-os. Com efeito, a racionalidade é uma característica fundadora do Homem. Esta, porém, necessita de ser estimulada, e a Filosofia é a disciplina que tem como missão, entre outras, estimular essa racionalidade.

De acordo com o programa da disciplina, a Filosofia foi introduzida nas 11.ª e 12.ª classes para responder a uma necessidade pertinente e urgente, resultante do vazio criado pela sua ausência no 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG) em Moçambique. A sua introdução resulta da constatação de que os graduados do ESG que iniciam os estudos superiores não satisfazem as exigências cognitivas e metodológicas deste nível.

No estudo da Filosofia, menos que o desempenho do professor, é o aluno quem determina a sua própria aprendizagem. De que forma? A epígrafe acima resume o que um aluno que começa a estudar Filosofia tem de ter em conta: aprender a filosofar implica exercitar a razão na aprendizagem dos vários sistemas, teorias e conceitos filosóficos, mas só na medida em que depois deverá fazer um uso livre e pessoal da razão, ou seja, pensar por si próprio.

Aprender a filosofar é aprender a pensar sobre o mundo que nos rodeia e sobre as acções humanas. A Filosofia nasce do espanto que o mundo provoca no Homem, que o faz começar a filosofar, a pensar sobre o que o rodeia, a sentir-se interpelado pelo mundo no sentido de querer saber mais, de querer conhecer as causas e os princípios da realidade, de conhecer-se a si mesmo e aos outros. Em suma, aprender a filosofar é essencialmente uma atitude de problematização, de questionamento e de crítica perante o mundo.

O objectivo último da disciplina é criar no aluno o hábito da reflexão sobre tudo o que o rodeia (realidade) e, em especial, levá-lo a reflectir sobre as suas próprias decisões e acções.

1.2 Tentativas de definição da Filosofia

É comum, em todas as disciplinas, no primeiro dia de aulas, o professor definir a sua disciplina, apresentar o seu objecto e indicar o seu método de estudo. Na Filosofia, começar assim é difícil, devido à sua própria especificidade. Vamos, de seguida, perceber porquê.

Os autores clássicos da Filosofia, Platão (427-347 a. C.) e Aristóteles (384-322 a. C.), principais filósofos da Grécia antiga, local onde nasceu a Filosofia, tinham presente esta especificidade quando afirmavam que a Filosofia era para homens adultos e que devia ser precedida por uma série de disciplinas cada vez mais difíceis (Matemática, por exemplo). Com efeito, não se pode entrar em

Filosofia sem problemas por resolver; e só tem problemas por resolver quem tem experiência da vida, dos homens e de si próprio. Todavia, não se afirma que resolver problemas seja a tarefa exclusiva da Filosofia, pois ela também levanta problemas a quem julgava que não os tinha.

Tenhamos no entanto em consideração que, ao falar-se de homens adultos, o termo não se refere a uma idade física, pois Epicuro, filósofo grego do século IV a. C., recomenda que:

> Ninguém, por ser jovem, tarde em filosofar, nem, quando idoso, abandone a Filosofia; pois não há ninguém que não tenha idade ou que esteja fora da idade para aquilo que constitui a saúde da alma. E aquele que diz que não é ainda tempo para filosofar ou que já passou o tempo para tal, assemelha-se àquele que diz, falando da felicidade, que a sua hora ainda não chegou ou que já passou. Por isso, devem filosofar tanto o jovem como o ancião, pois o ancião manter-se-á jovem através das bênçãos que lhe advêm dos frutos das suas acções, e o jovem terá a sabedoria do velho, pois não receia o que há-de vir.
>
> Epicuro, *Carta a Meneceu*.

Ainda sobre a dificuldade em definir a Filosofia, o pensador francês Gilles Deleuze (1925-1995), na obra *O Que É a Filosofia?*, afirma que esta questão só se coloca tarde na vida de um filósofo. Portanto, ela não deve ser colocada no primeiro dia de aulas, antes de os alunos estarem maduros, deve ser o próprio aluno a questionar-se, depois de ter experimentado o exercício de filosofar; isto porque os iniciandos não possuem conhecimentos e calma suficientes para reflectir sobre tal questão, apesar do paradoxo de ser a questão que se nos apresenta logo no primeiro dia de aulas.

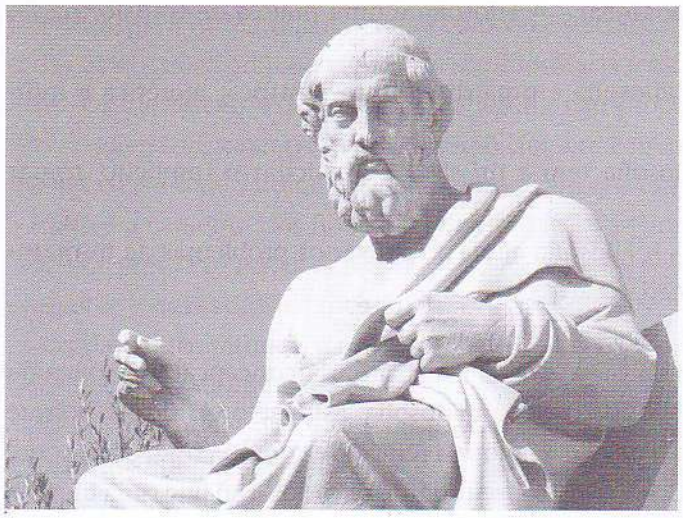


FIG. 1 Platão (estátua contemporânea em Atenas, Grécia).

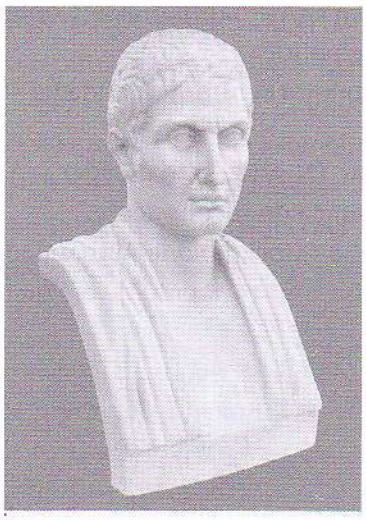


FIG. 2 Aristóteles.

Estas afirmações, longe de defenderem a impossibilidade de definir a Filosofia, sublinham tão somente a dificuldade que há em fazê-lo. Numa primeira tentativa, podemos começar pela etimologia da palavra: o termo «filosofia» resulta da junção de duas palavras gregas: «*philo*» (amar, amizade com, gostar de) e «*sophia*» (saber, sabedoria). A palavra «filosofia» significa, portanto, amor da sabedoria, gosto pelo saber. Assim, filósofo é aquele que procura o saber, não aquele que se considera sábio.

A origem da palavra «filosofia» é atribuída ao pensador grego Pitágoras (século VI a. C.), que era chamado sábio por aqueles que achavam que ele tinha muitos conhecimentos. Ele, por sua vez, consciente de que não era sábio mas alguém que procurava saber, pediu que não lhe chamassem *sophos* (sábio), mas sim **filósofo** (aquele que procura o saber).

De acordo com o psiquiatra e filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969):

> [...] é a busca da verdade e não a sua posse que constitui a essência da Filosofia [...] Filosofar significa estar a caminho. As interrogações são mais importantes do que as respostas e cada uma delas transforma-se em nova interrogação.
>
> Karl Jaspers, *Iniciação Filosófica*.

A Filosofia, como as outras ciências, tem o seu objecto de estudo: a Filosofia preocupa-se com tudo, ou seja, com toda a realidade que cerca o Homem. As investigações filosóficas abrangem todos os campos de saber. Este facto faz com que ela seja definida sob vários pontos de vista e, por conseguinte, tenha várias definições.

Para nos aproximarmos daquilo que se pode entender por Filosofia, vejamos as definições de alguns filósofos:

- Aristóteles (Grécia antiga) – A Filosofia é o estudo dos primeiros princípios e causas últimas de todas as coisas.
- Cícero (Roma antiga/Itália) – A Filosofia é o estudo das causas humanas e divinas das coisas.
- Descartes (França/Idade Moderna) – A Filosofia ensina a raciocinar bem.
- Karl Marx (Alemanha/Idade Contemporânea) – A Filosofia é uma prática de transformação social e política.
- Hountondji (Benim/Actualidade) – A Filosofia é uma disciplina científica, teorética e individual.
- Anyanw (Nigéria/Actualidade) – A Filosofia tem a missão de explicitar o implícito, tomar consciência do inconsciente.
- Ngoenha (Moçambique/Actualidade) – A Filosofia ajuda a resolver os problemas da humanidade, é um instrumento de emancipação.

Como se pode concluir, cada filósofo tem não apenas a sua própria concepção filosófica da realidade, mas também a sua própria definição do que é a Filosofia. Este facto verifica-se porque cada ser humano, cada pensador e filósofo, tem a a sua própria reflexão e compreensão do mundo, que é moldada pelas suas experiências, cultura e meio circundante próprios. Daí que cada filósofo defina a Filosofia de acordo com a sua área de pesquisa e interesses, que são fruto da sua experiência pessoal de pensar o mundo.

Contudo, existe algo que em todos eles é comum: a Filosofia aparece como um tipo de saber amplo, radical e exigente. A Filosofia é, neste sentido, uma actividade racional de procura de conhecimento; é uma atitude de curiosidade, de desejo de conhecer e problematizar a realidade. A Filosofia problematiza, coloca questões e procura respostas sobre tudo o que possa ser conhecido: nós próprios, as relações humanas, o mundo, etc. É também uma reflexão crítica, um conjunto de respostas e teorias que foram surgindo ao longo da história da Filosofia.

E, finalmente, a Filosofia é uma ciência não só para ser estudada, mas principalmente para ser feita, para ser vivida. Portanto, a Filosofia é uma atitude e não um conjunto de conhecimentos e teorias de alguém que se memoriza, mas uma prática de pensar e agir, um aprender a pensar e um aprender a agir. A Filosofia é uma atitude de reflexão sobre o real e uma busca de orientação para a vida humana. Kant, um dos mais importantes filósofos de sempre, sublinhando este facto, afirmava que não ensinava Filosofia; ensinava, sim, os alunos a filosofar.

Vamos recordar...

- A Filosofia, menos do que um conjunto de princípios, de conhecimentos acumulados a serem reproduzidos, é uma atitude que cada um de nós toma perante a realidade (filosofar); é, na verdade, uma forma específica de viver no mundo (de querer saber mais); é uma atitude de reflexão sobre o real.
- A Filosofia tem várias definições possíveis porque o seu objecto de estudo é muito amplo (a realidade) e cada filósofo ou corrente filosófica tem a sua própria perspectiva decorrente do uso pessoal e próprio da sua razão (pensar por si próprio).

1.3 Universalidade e particularidade da Filosofia (objecto da Filosofia)

A prática reflexiva, ou simplesmente, a reflexão sobre a realidade que nos cerca, é a característica essencial da Filosofia. Através desta faculdade, a Filosofia procura responder às inquietações, às questões que a humanidade sempre colocou e se coloca. Porém, temos de nos acautelar, pois, nem todas as questões que são colocadas são filosóficas (como veremos no tema sobre a natureza das questões filosóficas). Por exemplo, a Filosofia não procura saber se o Homem é mortal ou como morre; quer, sim, saber **por que razão** o Homem é mortal. Esta e outras questões semelhantes são transversais a toda a humanidade no sentido em que esta é uma questão e um tema que interessam a todos e a cada um dos homens. Por esta razão, a Filosofia é também entendida como a ciência dos porquês. Pretende explicar o porquê de todas as coisas, procurando os fundamentos últimos, a origem e a explicação da vida e mundo humanos.

Vimos que a Filosofia é universal na medida em que o seu objecto de estudo é o todo e as suas questões são gerais (englobam a totalidade e dizem respeito a toda a humanidade) e não se relacionam com aspectos individuais e particulares da realidade. Dizemos também que a Filosofia é um saber universal porque todo o homem pode filosofar e ser filósofo.

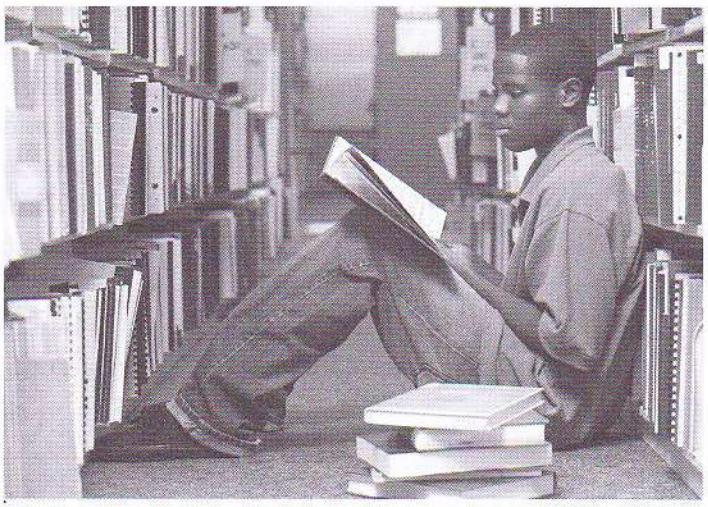


FIG. 3 A Filosofia requer a reflexão e a leitura.

Apesar de a Filosofia ser feita por respostas e teorias particulares (cada filósofo tem a sua teoria particular) e de todas as teorias dos vários filósofos ao longo da História da Filosofia serem fruto das circunstâncias particulares e das ideias historicamente contextualizadas de cada filósofo, chama-se Filosofia ao conjunto de todas essas teorias particulares reunidas num único saber universal.

Em suma, a Filosofia é um saber universal na medida em que engloba todas as «filosofias» particulares, de todos os tempos e lugares, e porque os problemas sobre os quais cada uma destas teorias filosóficas reflecte são problemas universais e atemporais, ou seja, interessam a todos os homens e em todas as épocas - os problemas e questões filosóficas são questões de sempre e abrangentes.

Texto 1

O que é a Filosofia hoje?

Mas o que é a Filosofia hoje – quero dizer, a actividade filosófica – se ela não for um trabalho crítico do pensamento sobre si próprio? Se, em vez de procurar legitimar o que já sabemos, ela não consistir em procurar saber como e até onde será possível pensar de outro modo? [...]

Michel Foucault, *L'usage des plaisirs [O Uso dos Prazeres]*.

Texto 2

O que é a Filosofia?

«O que é a Filosofia?» é uma dessas questões que provocam uma multiplicidade de respostas e das quais se conhece uma quantidade incalculável de respostas. No entanto, nenhuma delas pode ser considerada categoricamente como estando certa ou errada. Porquê? Porque cada uma diz respeito a uma questão mais particular. Assim, a definição aristotélica da Filosofia não é, no fundo, mais do que a definição da Filosofia de Aristóteles. Mas esta, aliás como no ensino de qualquer outra Filosofia, em que medida pode ser considerada a expressão autêntica da Filosofia universal, a qual, como se sabe, evolui na história? Ora, a história da Filosofia mostra que quase todos os filósofos estavam convencidos de que a sua doutrina exprimia, de maneira adequada, a essência invariável da Filosofia.

Portanto, se nos encontrarmos perante respostas múltiplas, a solução não pode reduzir-se à escolha daquela que parece ser a mais válida. É preciso ainda estudar essa multiplicidade específica, o que, ao fazê-lo, nos levará a compreender que a questão «O que é a Filosofia?», bem como as variadas respostas que ela provoca, nos obrigam a debruçar-nos sobre a realidade, infinitamente variada, que a Filosofia procura apreender.

[...] O sentido da pergunta «O que é a Filosofia?» é solidário com o sentido de todas as questões filosóficas em geral, da situação que a Filosofia conheceu durante milénios e, em certa medida, da sua situação presente.

[...] É por isso que a maneira como os filósofos fazem a pergunta é, em grande parte, a tomada de consciência da justificação necessária da Filosofia, é a sua razão de ser.

T. Orizerman, *Problemas da História da Filosofia* (adaptado).

Actividades

1. Lê atentamente o texto *O que é a Filosofia hoje?*, de Michael Foucault, e diz o que este autor entende por Filosofia.
2. Orizerman, no texto *O que é a Filosofia?*, afirma que «a definição aristotélica da Filosofia não é, no fundo, mais do que a definição da Filosofia de Aristóteles». Como interpretas esta frase?
3. O que é Filosofia para ti?

1.4 Funções da Filosofia (aspectos práticos e teóricos)

Em *Os Problemas da Filosofia*, Bertrand Russell, filósofo britânico (1872-1970), diz:

> A Filosofia visa primeiramente o conhecer. O conhecimento que ela tem em vista é aquela espécie de conhecimento que confere unidade e organização sistemática a todo o corpo do saber científico, bem como o que resulta de um exame crítico dos fundamentos, das convicções, e dos nossos preconceitos, e das nossas crenças.

A Filosofia enquanto conhecimento sistemático é um conjunto de **teorias estruturadas e sistematizadas**. Constitui-se como um conjunto de conhecimento organizado, historicamente situado, dividido por áreas de saber filosófico e temáticas, correntes, autores e escolas de pensamento. Esta pluralidade de áreas e saberes advém da multiplicidade de respostas e questionamentos acerca da totalidade do mundo e da realidade humana, que, como vimos, constituem o cerne e objecto da própria Filosofia e do filosofar (pensar próprio e autónomo que cada homem deve executar).

Com efeito, a Filosofia, além de ser um saber sobre o mundo, é uma forma de estar no mundo. Ela torna a existência humana mais consciente de si. A existência consciente é o tipo de existência que cabe ao Homem propriamente dito. A **atitude existencial** é a forma consciente de o Homem viver a sua vida no mundo e na sociedade. Portanto, a Filosofia leva o Homem a uma nova forma de agir, reagir e comportar-se na vida, face ao mundo que se lhe apresenta.

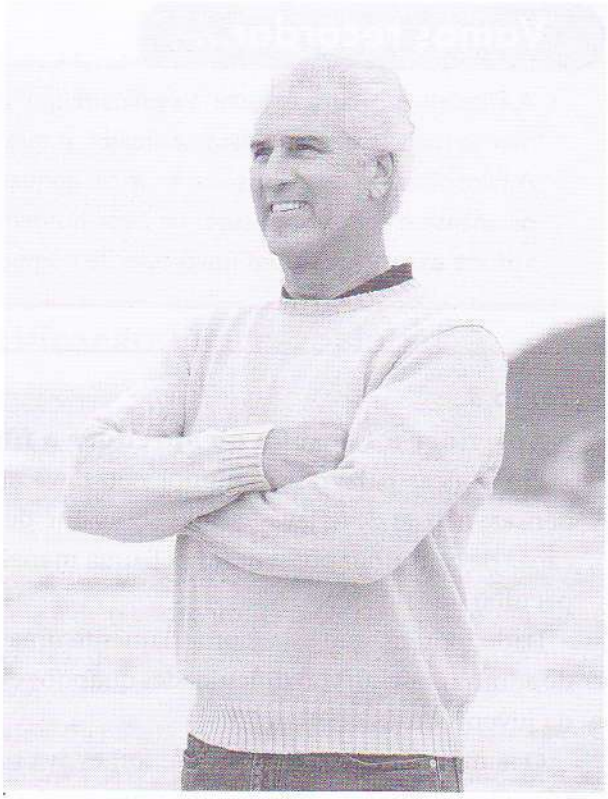


FIG. 4 A Filosofia impele à análise teórica do mundo e a uma nova atitude existencial face ao mesmo.

A nossa experiência como seres humanos mostra-nos que experimentamos várias atitudes existenciais: podemos estar acordados ou adormecidos, conscientes ou inconscientes, absorvidos pelo trabalho, lúcidos ou iludidos, autónomos ou dependentes, contentar-nos com as aparências e com a satisfação de interesses imediatos ou podemos procurar a verdadeira natureza das coisas e descobrir assim os nossos autênticos interesses e objectivos de viver, lutar, trabalhar e morrer. Portanto, a Filosofia leva-nos a uma vida consciente da razão da nossa existência, ao mesmo tempo que orienta o nosso agir, como Descartes afirmou:

> [...] viver sem filosofar é na verdade ter os olhos fechados, sem nunca se esforçar por os abrir; e o prazer de ver todas as coisas que a nossa vista descobre não é de modo nenhum comparável à satisfação que dá o conhecimento das coisas que se descobrem por meio da Filosofia; e, enfim, este estudo é mais necessário para orientar as nossas acções nesta vida do que o uso dos nossos olhos para guiar os nossos passos.
>
> R. Descartes, *Princípios da Filosofia.*

Do que vimos até agora, podemos, em síntese, afirmar que a Filosofia tem duas funções:

- **teórica**, enquanto ajuda o Homem a analisar o mundo, a reflectir sobre todas as coisas;
- **prática**, pelo facto de ela nos impelir a uma atitude existencial, a um novo tipo de comportamento, fruto da reflexão filosófica. A Filosofia conduz-nos a uma autonomia no agir e a um viver de forma autêntica.

Vamos recordar...

- A Filosofia procura estudar a realidade que cerca o Homem, pretendendo ter um conhecimento mais profundo desta realidade, o que a diferencia de outras ciências.
- A Filosofia tem duas funções: teórica, enquanto análise e reflexão acerca do mundo e ajuda na análise e reflexão pessoal de cada homem; e prática, pelo facto desta nos impelir a uma atitude existencial, a um novo tipo de comportamento, fruto da reflexão filosófica.

Texto 3

Aprender a Filosofia ou aprender a filosofar?

Em poucas palavras, [o aluno] não deve aprender pensamentos, mas sim aprender a pensar; não se deve levá-lo, mas servir-lhe de guia, se se pretende que no futuro ele seja capaz de caminhar por si mesmo. É uma maneira de ensinar deste tipo que exige a natureza peculiar da Filosofia.

Dado, porém, que esta é propriamente uma ocupação apenas para a idade adulta, não é de admirar que surjam dificuldades quando se quer adaptá-las às capacidades não exercidas da juventude.

O aluno [que saiu da classe anterior] estava habituado a aprender. Agora, ele pensa que vai aprender Filosofia, o que é, porém, impossível, porque agora ele tem de aprender a filosofar. [...]

I. Kant, *Curso do Semestre do Inverno de 1765-1766* (adaptado).

Texto 4

Qual é a utilidade da Filosofia?

Tenho a certeza, Lucílio, que para ti é uma verdade evidente que ninguém pode alcançar uma vida, já não digo feliz, mas nem sequer aceitável, sem praticar o estudo da Filosofia; além disso, uma vida feliz é resultado de uma sabedoria totalmente realizada, ao passo que para ter uma vida aceitável basta a iniciação filosófica. Uma verdade evidente, todavia, deve ser confirmada e interiorizada bem no íntimo através da meditação quotidiana: é mais trabalhoso, de facto, manter firmes os nossos propósitos do que fazer propósitos honestos. É imprescindível persistir, é preciso robustecer num esforço permanente as nossas ideias, se queremos que se transforme em sabedoria o que apenas era boa vontade. [...] Observa-te a ti mesmo, analisa-te de vários ângulos, estuda-te. Acima de tudo, verifica se progrediste no estudo da Filosofia ou no teu próprio modo de vida. A Filosofia não é uma habilidade para exibir em público, não se destina a servir de espectáculo; a Filosofia não consiste em palavras, mas em acções. O objectivo da Filosofia consiste em dar forma e estrutura à nossa alma, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos actos, em apontar-nos o que devemos pôr de lado, em sentar-se ao leme e fixar a rota de quem flutua à deriva entre os escolhos. Sem ela ninguém pode viver sem temor, ninguém pode viver em segurança. A toda hora nos vemos em inúmeras situações em que carecemos de um conselho: pois é a Filosofia que no-lo pode dar.

Séneca, *Carta a Lucílio.*

Actividades

1. Qual é a função do professor de Filosofia, de acordo com Kant?
2. Lê o texto de Séneca e explica por que razão é a Filosofia a melhor conselheira.
3. Diferencia a função prática da função teórica da Filosofia.

1.5 Métodos da Filosofia: justificação lógico-racional e análise crítica

Em Filosofia, tudo é problema. Além do problema da sua definição, em Filosofia é também polémico o objecto de estudo, a linguagem da Filosofia e o próprio método filosófico.

Sendo a Filosofia um modo específico de apropriação do real por parte do Homem, ela implica o recurso a determinado método, ou seja, um conjunto de processos, modos específicos de fazer e de interrogar o mundo e de se situar perante ele e de o construir. O método da Filosofia não é o método científico utilizado pelas ciências exactas, que se baseia na observação e experimentação de factos para a construção de conhecimento.

A forma de produção de conhecimento em Filosofia baseia-se no pensamento, não tem necessidade de provas formais, e faz-se essencialmente através da colocação de questões, da argumentação, na produção de ideias, na sua refutação e na análise de conceitos.

A importância do método para a realização da Filosofia levou certos filósofos a entender o método como o problema fundamental da Filosofia. A título de exemplo, temos Descartes, filósofo francês (1596-1650) que escreveu *O Discurso do Método*, obra que marcou grandemente a tradição filosófica, e onde sugere a uniformização de um método para a Filosofia.

Dos vários métodos sugeridos ao longo dos séculos por vários filósofos para o trabalho filosófico, destacam-se: o método analítico, o método socrático, o método sintético, o método dialéctico, o método fenomenológico, etc.

Todavia, apesar desta pluralidade, há dois métodos comummente usados em Filosofia, que abrangem os outros: o **método crítico-analítico** – para o estudo de realidades sociais e que se apoia nos factos, procedendo à sua análise e crítica – e o **método lógico-racional** ou simplesmente especulativo, usado para o estudo de realidades meta-empíricas, isto é, realidades espirituais ou ainda realidades de ordem teórica, cuja análise requer o uso exclusivo da razão pura, sem se apoiar em factos.

1.6 A atitude filosófica e a demanda da verdade

O termo «demanda» significa procura, busca daquilo que certamente constitui necessidade para o Homem. E procuramos os bens e serviços que podem satisfazer as nossas necessidades em vários lugares, de acordo com a sua especificidade: na machamba, no mercado, na loja, na interação com os outros. Por sua vez, e a um nível diferente, quando sentimos necessidade de saber mais sobre a realidade, de conhecer profundamente, de descobrir a verdade última de todas as coisas, as questões e tentativas de respostas poderão ser encontradas na Filosofia. A Filosofia quer conhecer mais profundamente, e para isso é necessário que se questione o real e não se aceite o que é evidente ou dado de forma dogmática como certo e inquestionável.

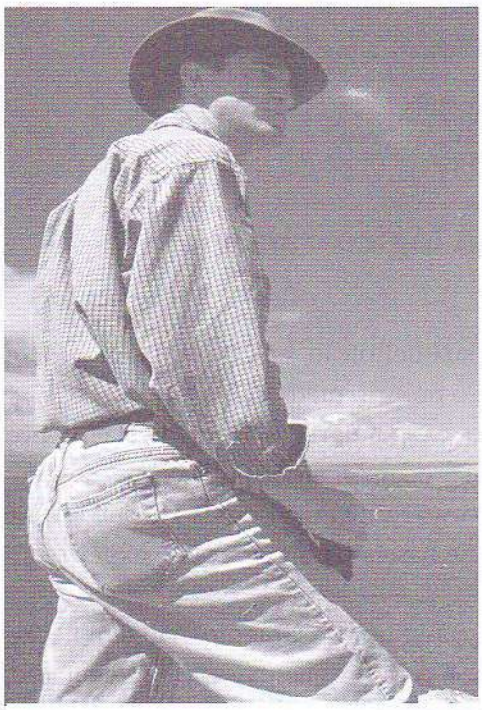


FIG. 5 A atitude de espanto perante o mundo é o princípio da atitude filosófica.

O espírito filosófico é orientado para a resolução de problemas que preocupam a humanidade. Sempre que se coloca um determinado problema filosófico, o filósofo é chamado a reflectir sobre ele na tentativa de encontrar uma solução que se presuma apropriada.

Ao longo da história da Filosofia, vários temas se colocaram e múltiplas respostas foram obtidas. Na Época Antiga, colocou-se o problema da natureza da Natureza, ou seja, da origem da Natureza, pelos chamados naturalistas; os sofistas, pensadores de uma corrente filosófica da Grécia antiga, colocaram os problemas relativos ao Homem; na Idade Média o problema de Deus estava no centro das atenções; na Época Moderna reaparece, com o Renascimento, o problema humano, sendo até assumido como o centro do mundo; na Filosofia actual, com a «crise das metanarrativas» (pensamento generalista, de explicação do mundo e do Homem) predomina a ideia da razoabilidade e o estabelecimento de fundamentos suficientes e historicamente contextualizados.

É esta a dinâmica da Filosofia no tempo, que é impulsionada pela sempre crescente vontade de se chegar à verdade sobre os problemas prementes em cada época histórica e em cada sociedade. Portanto, o fim último da Filosofia é a **procura da verdade**, contextualizando-a na história e no tempo.

A atitude filosófica não é uma atitude natural. Qualquer indivíduo, de forma imediata face à realidade, não começa a examiná-la de forma especulativa. Pelo contrário, o que é natural é que se centre na resolução de problemas práticos, que se guie pelo senso comum (pensamento popular), tendo em vista resolver certas necessidades imediatas ou interesses concretos (atitude natural). Com efeito, ninguém pode viver sem se adaptar constantemente às condições do seu mundo. Estas exigências de sobrevivência tendem, naturalmente, a sobrepor-se a todas as outras preocupações.

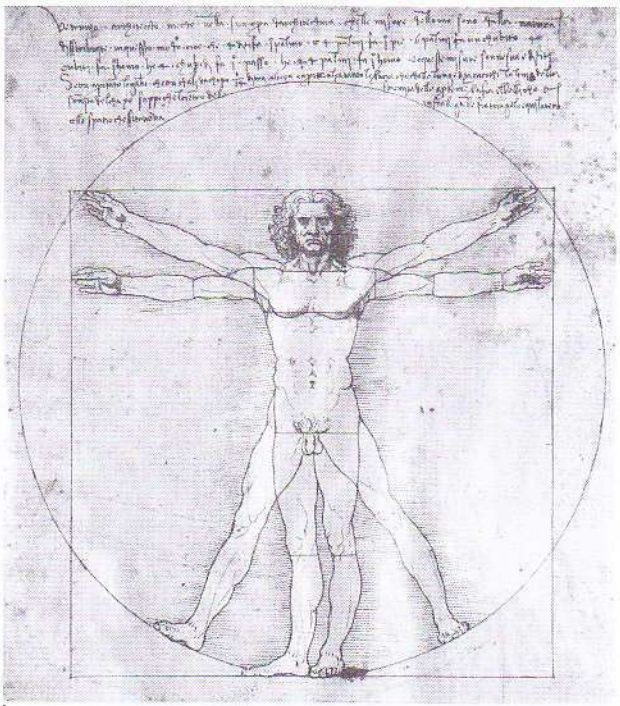


FIG. 6 No Renascimento, o Homem torna-se o centro de todas as problemáticas filosóficas. Na imagem, o símbolo maior desta época e temática, o *Homem de Vitrúvio*, de Leonardo da Vinci.

Embora o Homem seja inseparável das suas circunstâncias, não pode, todavia, ser reduzido a um simples produto das mesmas. Ele está permanentemente a ser confrontado com novos problemas que o colocam perante novas situações imprevisíveis e que o obrigam a alargar os seus horizontes de compreensão da realidade. Cada mudança pode representar, assim, uma nova possibilidade de ampliar o conhecimento. É uma possibilidade, não algo que tenha que acontecer a todos os homens nas mesmas circunstâncias e em todas as ocasiões.

Estas mudanças frequentemente inquietam-nos ou maravilham-nos, despertando a nossa curiosidade sobre o porquê das coisas, levando-nos a questionar o que nos rodeia. Ao fazê-lo, estamos a distanciar-nos da realidade que, de repente, se tornou estranha ou mesmo enigmática. Esta atitude reflexiva, pode conduzir-nos a uma atitude mais radical: a **atitude filosófica**.

A atitude filosófica, que decorre do quotidiano, não é, como vimos, redutível ao mesmo. Não é fácil caracterizá-la, dada a enorme diversidade de aspectos que pode assumir. Vejamos apenas quatro aspectos que caracterizam a atitude filosófica.

O espanto

Aristóteles afirmava que a Filosofia tinha a sua origem no espanto, na estranheza e perplexidade que os homens sentem diante dos enigmas do universo e da vida. É o espanto que os leva a formular perguntas e os conduz à procura das respectivas soluções. Como refere Eugen Fink, o espanto torna o evidente em algo incompreensível, o vulgar em extraordinário. O espanto no indivíduo rompe com a tendência «natural» de achar que a ordem das coisas no mundo à nossa volta é simplesmente óbvia, que «as coisas são como são porque tinham de ser assim mesmo».

A dúvida

Ao filósofo exige-se que duvide de tudo aquilo que é assumido como uma verdade adquirida. Ao duvidar, o filósofo distancia-se das coisas, quebrando desta forma a sua relação de familiaridade com elas. O que era natural torna-se problemático. O que então emerge é uma dimensão inquietante de insatisfação e problematização. A reflexão começa exactamente a partir do exame daquilo que se pensa ser verdadeiro. A dúvida exige, do filósofo, uma reflexão sobre as coisas.

O rigor

O questionamento radical que anima o verdadeiro filósofo não é mais do que um acto preparatório para fundar um novo saber sobre bases mais sólidas. O conhecimento em si funda-se na crítica e no rigor. A atitude do filósofo (e do aprendiz de filósofo) perante o conhecimento é de crítica, ou seja, este questiona e avalia constantemente o seu próprio conhecimento, colocando sempre em dúvida a verdade e adequação ao real desse mesmo conhecimento. Tem consciência dos limites do conhecimento e questiona-se, colocando sempre sob crítica e auto-avaliação o seu próprio conhecimento.



FIG. 7 A dúvida, o rigor e a insatisfação, entre muitos outros aspectos, caracterizam também a atitude filosófica.

A crítica filosófica é, por isso, feita com rigor, não admite compromissos com as ambiguidades, as ideias contraditórias, os termos imprecisos.

A insatisfação

A Filosofia revela-se uma desilusão para quem quiser encontrar nela respostas para as suas inquietações. O que o aprendiz de filósofo encontra na Filosofia são perguntas, problemas e incitamentos para que não confie em nenhuma autoridade exterior à sua razão, para que duvide das aparências e do senso comum. A única «receita» que os filósofos lhe dão é que faça da procura do saber um modo de vida, que não se satisfaça com nenhuma conclusão, queira saber sempre mais e mais.

Vamos recordar...

- A Filosofia usa o método crítico-analítico para o estudo de realidades sociais e o método lógico-racional ou simplesmente especulativo para o estudo de realidades de ordem teórica e meta-empíricas.
- A atitude filosófica, se decorre do quotidiano, não é, todavia, redutível ao mesmo; e caracteriza-se pelo espanto, pela dúvida, pelo rigor e pela insatisfação.

Texto 5

Qual é a preocupação fundamental da Filosofia?

A Filosofia é diferente das outras ciências. Ao contrário da ciência, não assenta em experimentações, ou na observação, mas apenas no pensamento. E, ao contrário da Matemática, não tem métodos formais de prova. A Filosofia faz-se colocando questões, argumentando, ensaiando ideias e pensando em argumentos possíveis contra elas e procurando saber como funcionam realmente os nossos conceitos.

A preocupação fundamental da Filosofia consiste em questionarmos e compreendermos ideias muito comuns que usamos todos os dias sem pensarmos nelas. Um historiador pode perguntar o que aconteceu em determinado momento do passado, mas um filósofo perguntará: «O que é o tempo?» Um matemático pode investigar as relações entre os números, mas um filósofo perguntará: «O que é um número?». Um físico perguntará de que são constituídos os átomos ou o que explica a gravidade, mas um filósofo irá perguntar como podemos saber que existe qualquer coisa fora das nossas mentes. Um psicólogo pode investigar como é que as crianças aprendem a linguagem, mas um filósofo perguntará «O que faz uma palavra significar qualquer coisa?» Qualquer pessoa pode perguntar se entrar num cinema sem pagar está errado, mas um filósofo perguntará «O que torna uma acção certa ou errada?».

Não poderíamos viver sem tomarmos como garantidas as ideias de tempo, número, conhecimento, linguagem, certo e errado, a maior parte do tempo, mas em Filosofia investigamos essas mesmas coisas. O objectivo é levar o conhecimento do mundo e de nós um pouco mais longe. É óbvio que não é fácil. Quanto mais básicas são as ideias que tentamos investigar, menos instrumentos temos para nos ajudarem. Não há muitas coisas que possamos assumir como verdadeiras ou tomar como garantidas. Por isso, a Filosofia é uma actividade de certa forma vertiginosa, e poucos dos seus resultados ficam por desafiar por muito tempo.

Thomas Nagel, *Uma Iniciação à Filosofia.*

Actividades

1. Segundo T. Nagel, como se faz Filosofia?
2. «A preocupação fundamental da Filosofia consiste em questionar e compreendermos ideias muito comuns que usamos todos os dias sem pensarmos nelas.» Tendo em conta esta frase de T. Nagel, caracteriza a atitude filosófica.

1.7 A natureza das questões filosóficas

Marx Plank escreveu que «efectivamente, em face de uma natureza infinitamente rica, em constante renovação, o Homem, por maior que seja o progresso do conhecimento científico, é sempre uma criança admirada e deve estar sempre pronto para novas surpresas».

Para Platão e Aristóteles (que constituem, juntamente com Sócrates, os primeiros e os mais importantes filósofos da Grécia antiga), a Filosofia nasce da admiração e do espanto.

Estes filósofos não se referiam à surpresa que é o extraordinário, o nunca visto, o inesperado, mas sim à admiração face ao que parecia conhecido, habitual e sem surpresa. Para Descartes (outro grande filósofo, francês, da Idade Moderna), a Filosofia nasce da dúvida. Tenhamos, contudo, sempre presente que não basta a admiração, a dúvida; estas estão presentes no início do questionamento filosófico, mas, para existir Filosofia, é importante a persistência na busca de respostas.

O que faz então com que uma questão seja filosófica? As questões filosóficas não são simples proposições terminadas com um ponto de interrogação; são afirmações ou negações ligadas a certas questões prévias e representam, muitas vezes, a formulação avaliadora de um princípio que exige justificação.

Vejamos as respostas de alguns filósofos. Para Karl Jaspers, as questões filosóficas dizem respeito ao Ser, que não pode ser objecto das ciências, pois não está estruturado da mesma maneira que as coisas. Gabriel Marcel diz que as questões filosóficas são mistérios, enquanto para Denis Diderot a peculiaridade das questões filosóficas pode obter-se através da distinção do conteúdo de dois termos: «como» e «porquê». Assim, por exemplo, enquanto o físico se interessa em saber como se dá um fenómeno, o filósofo pergunta-se por que razão se dá tal fenómeno.

A Filosofia é a única disciplina que pode responder a perguntas do género: O que é a verdade? O que é o Homem e qual é o seu lugar no mundo?

Os problemas filosóficos surgem no interior de qualquer actividade humana. Qualquer questão de natureza científica, política, moral, artística, ou outra, pode ter manifestações e desenvolvimentos filosóficos. Com efeito não é pelo seu conteúdo e formulação imediata que um problema se torna filosófico ou não filosófico, mas pela forma como ele é abordado e desenvolvido, ou seja, é assumindo uma atitude filosófica que um problema se torna filosófico.

Portanto, o que faz com que uma pergunta seja considerada filosófica não é apenas o modo (como é colocada a questão) mas também o conteúdo, que compreende quatro aspectos fundamentais que a seguir se enunciam.

Universalidade

O alcance das questões filosóficas não se circunscreve a realidades particulares; os problemas filosóficos dizem respeito a todos os homens. A Filosofia coloca questões e problemas que são filosóficos na medida em que são universais, interessam a toda a humanidade, dizem respeito a todos os homens em todas as épocas, em todas as culturas e em todas as localizações geográficas. A Filosofia pergunta, entre outras questões:

O que é o Bem? O que é o Homem? O que é a Verdade? Qual é o sentido da vida humana?

Radicalidade

Procura a raiz e a origem dos problemas; o que caracteriza as questões filosóficas é o aprofundamento do problema e não a busca de soluções imediatas.

Autonomia

É a capacidade do filósofo de ter a liberdade de raciocinar na busca da verdade e de fundamentos, distanciando-se muitas vezes do que a História terá definido.

A pergunta «O Homem é mau por natureza?» serve de exemplo de problema e questão filosófica que resiste a soluções fundamentadas na experiência e na História. Tendo presente as notícias, veiculadas quer pela televisão, quer pela rádio ou qualquer outro meio de comunicação, cujo

conteúdo são as guerras, assassínios, linchamentos, conflitos de toda a espécie e, ainda, o conhecimento sobre a História Universal, em que a paz e as relações amigáveis entre os povos e grupos étnicos parecem coisas raras, muitas pessoas, se não a maioria, concluem, sem mais exame, que o Homem é mau por natureza (o homem é lobo do homem). Daí que o problema não chegue a existir, já que assim o mostra a experiência. E, de acordo com esta teoria, cada pessoa procura dominar ou controlar os outros e só por interesse obedece às leis e aos princípios morais que promovem a igualdade entre os homens.

A experiência humana pode também, em contrapartida, apresentar argumentos contra a tese da maldade do Homem, dando suportes para respostas alternativas. Neste sentido, nos seus estudos sobre a vida lúdica da criança, os psicólogos chamam atenção para o facto dos jogos das crianças revelarem neles a natureza humana. Pode ver-se que, tanto nas brincadeiras de «faz-de-conta» como também nos jogos mais desportivos, onde já há vencedores e vencidos, temos verificado que as crianças manifestam prazer ao desenvolver actividades com regras que deverão ser iguais para todas, regras que elas mesmas criam e recriam. Este prazer, que é espontâneo e que não está, à partida, dependente de um desejo de dominar e controlar os outros, revelaria que os seres humanos também estão vocacionados para tratar os outros como iguais e as leis ou regras seriam os meios de realização dessa vocação e não apenas uma limitação dos impulsos malignos do Homem.

Historicidade

Diz respeito ao enquadramento histórico das questões filosóficas.

O objecto de estudo da Filosofia simultaneamente universal (as suas questões são universais) e particular, pois cada época histórica coloca questões próprias a que os filósofos contemporâneos dessas épocas respondem. Em determinadas situações históricas surgem questões e problemáticas que reflectem as vivências e experiências próprias de uma época, cultura ou situação histórica. Estas questões e respostas dadas fazem parte da História da Filosofia, constituem parte da Filosofia ou pensamento filosófico.

A dimensão essencial da Filosofia é o facto de esta ser uma resposta e uma atitude perante determinada realidade humana e, por isso, para fazer Filosofia, não basta aprender as teorias e respostas de determinada época: é necessário filosofar, ou seja, aprender a pensar de forma livre, crítica e autónoma.

Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo francês, para sublinhar a necessidade de haver filósofos em todas as épocas, dizia: *Eu penso que nenhuma sociedade pode passar sem filósofos, porque a Filosofia numa sociedade qualquer é a compreensão do que é o Homem dessa sociedade.*

Vamos recordar...

O que faz com que uma pergunta seja considerada filosófica não é apenas o modo (como é colocada a questão), mas muito mais o conteúdo, que compreende:

- universalidade – o alcance da questão não se pode circunscrever a realidades particulares;
- radicalidade – procura a raiz do problema, apresenta profundidade;
- autonomia – o filósofo tem de ter a liberdade de raciocinar na busca da verdade e de fundamentos, distanciando-se muitas vezes do que a História terá definido;
- historicidade – enquadramento histórico da questão.

Texto 6

Como aprender Filosofia?

Ao aprendiz de filósofo (ao jovem aprendiz, pretendo eu dizer, e na minha qualidade de aprendiz mais velho), rogo que se não apresse a adoptar soluções, que não leia obras de uma só escola ou tendência, que procure conhecer as argumentações de todos, e que queira tomar como primário escopo a singela façanha de compreender os problemas: de compreendê-los bem, de os compreender a fundo, habituando-se a ver as dificuldades reais que se lhe deparam nas coisas que se afiguram fáceis ao simplismo e à superficialidade do que se chama senso comum (a Filosofia é a luta do bom senso contra o senso comum).

Ora, se o fundamental da Filosofia é, de facto, a crítica, e se a Filosofia deve ser estudada, não pelo mérito das respostas precisas sobre um certo número de questões primárias, senão pelo valor que em si mesma assume, para a cultura do espírito, a mera discussão de tais problemas, segue-se que é ideia inteiramente absurda a de se dar a alguém uma iniciação filosófica pela pura transmissão das respostas precisas com que pretendeu resolver esses tais problemas um determinado autor ou uma certa escola. Deverá a iniciação filosófica assumir um carácter essencialmente crítico e consistir num debate dos problemas básicos que não seja dominado pelo intuito dogmático de cerrar as portas às discussões ulteriores; e um bom professor de Filosofia é como um indivíduo que nos lecciona a ginástica procedendo ele próprio como um bom ginasta, e obrigando-nos a nós a fazer ginástica; é quem nos ministra um trabalho crítico, um modelo de faina de elucidação dos problemas; e por isso mesmo os diálogos platónicos (que cantos alternados do pró e do contra, que nos não dão, muitas vezes, conclusões positivas) me parecem exemplares para a iniciação cultural. Repito: seja a Filosofia para o aprendiz de filósofo não uma pilha de conclusões adoptadas e sim uma actividade de elucidação dos problemas, e é esta a actividade que realmente importa, e não o aceitar e propagandear conclusões.

António Sérgio, «Introdução», in B. Russell, *Os Problemas da Filosofia*.

Texto 7

Qual é o momento apropriado para estudar Filosofia?

Que ninguém, porque é novo, se atrase a filosofar, ou, porque é velho, desista de filosofar, pois nunca é demasiado cedo nem demasiado tarde para cuidar da saúde da sua alma.

E aquele que diz que o tempo de filosofar ainda não chegou, ou que esse tempo já passou, é semelhante ao que, referindo-se à felicidade, diz que ainda é cedo para se ser feliz ou já é demasiado tarde para isso. Por isso, tanto o jovem como o velho devem estudar Filosofia, pois o velho manter-se-á jovem através das bênçãos que lhe advêm dos frutos das suas acções, e o jovem terá a sabedoria do velho pois não receia o que há-de vir. É, portanto, necessário meditar sobre as coisas que produzem a felicidade, pois, quando ela está presente, temos tudo; quando ela está ausente, fazemos tudo para a conquistar. [...]

O maior princípio da Filosofia é prudência. É por isso que a Filosofia, no sentido mais elevado do termo, é prudência, pois é dela que decorrem todas as virtudes: com efeito, ela ensina-nos que não é possível viver com prazer sem viver com prudência, e que não é possível viver de modo bom e justo sem viver com prazer, pois todas as virtudes estão naturalmente associadas ao prazer e viver com prazer é indissociável dessas virtudes.

Epicuro, *Carta a Meneceu*.

Texto 8

Quando filosofar?

A maior parte das pessoas imagina que a prática da Filosofia consiste em discutir do alto de uma cátedra ou em fazer cursos sobre textos. Contudo, a essas pessoas escapa totalmente a Filosofia que podemos ver exercida ininterruptamente todos os dias, de uma maneira perfeitamente igual a si própria.[...]

Sócrates, por exemplo, não dispôs de bancadas para colocar o seu auditório, não se sentava numa cátedra professoral, nem tinha horário fixo para discutir ou passear com os seus discípulos. Mas era divertindo-se com aqueles ou bebendo com eles ou ainda indo à guerra ou à ágora com eles e, finalmente, indo para a prisão e bebendo o veneno, que ele filosofava.

Ele foi o primeiro a mostrar que, a propósito de tudo o que nos acontece e de tudo o que fazemos, não importa quando e onde, a vida quotidiana nos possibilita filosofar.

Plutarco, *Se a Política É Um Assunto para os Velhos.*

Texto 9

A atitude filosófica é a atitude crítica

Todos os homens são filósofos. Mesmo quando não têm consciência de terem problemas filosóficos, têm, em todo o caso, preconceitos filosóficos. A maior parte destes preconceitos são as teorias que aceitam como evidentes: receberam-nas do seu meio intelectual ou por via da tradição.

Dado que só tomamos consciência de algumas dessas teorias, elas constituem preconceitos no sentido de que são defendidas sem qualquer verificação crítica, ainda que sejam de extrema importância para a acção prática e para a vida do Homem.

Uma justificação para a existência da Filosofia profissional ou académica é a necessidade de analisar e de testar criticamente estas teorias muito divulgadas e influentes.

Tais teorias constituem o ponto de partida de toda a ciência e de toda a Filosofia. São pontos de partida precários. Toda a Filosofia deve partir das opiniões incertas e muitas vezes perniciosas do senso comum acrítico. O objectivo é um senso comum esclarecido e crítico, a prossecução de uma perspectiva mais próxima da verdade e uma influência menos funesta na vida do Homem.

K. Popper, *Em Busca de Um Mundo Melhor.*

Actividades

1. Tendo em conta a leitura que fizeste dos textos anteriores, responde às perguntas seguintes.
   1.1 O que é, em geral, a reflexão?
   1.2 Que características deve ter a reflexão para ser uma reflexão filosófica?
   1.3 Mostra que, para uma atitude filosófica, a reflexão sobre a verdade do nosso conhecimento dos objectos é, ao mesmo tempo, reflexão sobre si mesmo.

1.8 Disciplinas da Filosofia

As questões filosóficas divergem; com efeito, cada uma aponta para um campo de estudo específico.

Kant (grande filósofo alemão do século XVIII), por exemplo, fez algumas perguntas correspondentes a diferentes áreas do saber:

Que posso saber?
Que devo fazer?
Que me é permitido esperar?
O que é o Homem?

Estas perguntas correspondem, respectivamente, à Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia, à Ética e à Moral, à religião e à Antropologia filosófica.



FIG. 8 Pintura de Paul Gauguin, *De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos?* (1887).

Principais disciplinas da Filosofia

- **Metafísica geral** – Qualquer investigação que levante questões sobre a realidade que esteja por detrás ou para além da que pode ser tratada pelos métodos da ciência. Levanta questões tais como: Deus existe? Há vida depois da morte? O que posso esperar?
- **Ontologia** – Estuda as teorias acerca do Ser (em grego, *ontos* significa «ser»). O Ser fora do qual nada pode ser. A entidade que é a essência de todos os seres existentes. As perguntas que se colocam nesta área são as seguintes: Porque existe o Ser e não o nada? O que é o real? Vivemos numa ilusão?
- **Metafísica especial** – Em Filosofia existe uma clara distinção entre o ser em geral, de que trata a Metafísica e a Ontologia, e os seres particulares, que são objecto de estudo da Filosofia da Natureza.

- Esta divide-se em Cosmologia racional e Psicologia racional:
  - **Cosmologia racional** – Estudo racional da Natureza do ponto de vista da sua especificidade substancial e das suas propriedades, usando unicamente o pensamento lógico (no sentido de «racional»). Trata da natureza do natural, da constituição essencial das coisas, da sua origem e devir.
  - **Psicologia racional ou Psicologia filosófica** – Estudo dos fenómenos psíquicos (da *psiqué*, que significa «alma»), relacionando-os com uma natureza intrínseca. Esclarece, por exemplo, que o conhecimento é possível por haver imagens na mente, à semelhança do objecto. A explicação do fenómeno psíquico que ocorre neste acto é meramente racional e não experimental. Em contrapartida, a Psicologia experimental (ou científica) estuda os dados de modo verificável, com conceitos operacionais, como é peculiar às ciências positivas. Portanto, a primeira é disciplina da Filosofia e a segunda não é.
- **Teodiceia** – Parte da Metafísica que se interessa pelo problema de Deus: justificação da possibilidade da sua existência pela via racional e não pela fé.
- **Epistemologia** – Análise crítica acerca do conhecimento científico. A Epistemologia é o ramo da Filosofia que estuda os métodos e a validade do conhecimento científico, bem como a sua importância e limites.
- **Teoria do conhecimento ou Gnosiologia** – Disciplina que se ocupa dos problemas do conhecimento; reflexão sobre a possibilidade do conhecimento e sua origem.
- **Lógica** – Estabelece as regras que devem reger o pensamento humano, com vista a fixar e/ou observar o rigor e o método para a coerência sistemática do pensamento. É a ciência das regras de inferência.
- **Antropologia filosófica** – Reflexão que procura compreender a natureza do Homem. Analisa as dimensões e a especificidade do Homem e o sentido da sua existência.
- **Estética** – Disciplina da Filosofia que estuda o Belo, a sua natureza e os fundamentos da arte enquanto expressão do ser humano.
- **Ética** – Área da Filosofia que estuda os costumes do ser humano em comunidade e a acção humana no que toca aos seus princípios. Se a Moral é o conjunto das normas de uma dada comunidade, cultura, sociedade, etc., a Ética é a reflexão sobre a constituição dessas mesmas normas e sobre o sentido e a finalidade do agir humano.
- **Filosofia política** – Pesquisa a melhor forma de organização de uma comunidade que se submete a uma mesma lei, com a finalidade de encontrar formas da realização dos indivíduos que a essa comunidade pertencem.

1.9 A Filosofia e outras ciências

Desde a criação do Homem enquanto ser pensante houve Filosofia, ou seja, todo o homem nasce filósofo, como diz Aristóteles, só que deixa de o ser quando considera o mundo habitual e sem surpresas, isto é, quando perde o seu encanto.

Entre os Gregos, e também durante a Idade Média, havia unidade entre a Filosofia e a Ciência. A Filosofia foi a mãe e origem de todas as ciências. Contudo, importa observar que a Matemática já se havia autonomizado ainda na época da Filosofia antiga. As outras ciências só vieram a ser independentes na época moderna, com o Renascimento.

Assim, a Física instituiu-se como ciência particular no século XVII, com Galileu e Newton, e a Química, no século XVIII, com Lavoisier; a Biologia tornou-se ciência independente no século XIX, com Claude Bernard; as ciências humanas (Psicologia, Sociologia e Antropologia) passaram a ser assumidas como ciências no final do século XIX e princípios do século passado.

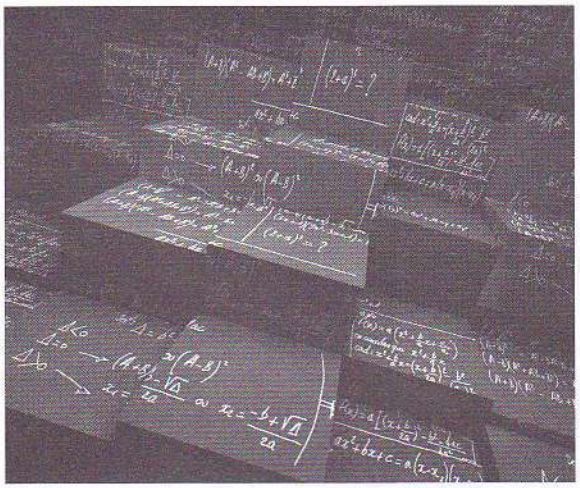


FIG. 9 A Matemática foi a primeira ciência a tornar-se autónoma da Filosofia, a mãe de todas as ciências.

As várias ciências nascem a partir de perguntas que dizem respeito a realidades e objectos concretos; cada ciência abarca um conjunto de respostas e explicações para uma dada realidade empírica e específica. A Filosofia, por sua vez, embora partilhando com muitas ciências as mesmas perguntas, tem uma vocação mais abrangente, pois, procurando compreender a realidade humana, abarca toda a existência humana e tenta responder à pergunta universal e atemporal sobre o sentido da existência. A Física pergunta como se movem os corpos, a Biologia pergunta quais são as características dos organismos vivos, a Medicina interroga-se sobre as causas de determinadas doenças, a Sociologia estuda as comunidades humanas, a História pergunta pelo passado humano, entre outras; a Filosofia, por sua vez, pergunta pela verdade, quer saber como conhecemos, quer saber o que é a realidade, como distinguimos o bem do mal, o belo e o feio, se Deus existe, o que é o Homem, se existe alma, entre outras questões.

O método de trabalho das ciências e da Filosofia também é diferente: enquanto as ciências utilizam o método experimental assente na verificação e na experimentação, a Filosofia tem como método de trabalho a especulação e a análise crítica. O saber filosófico não exige a verificação e a aceitação universal das suas teorias, sendo aceites as teorias filosóficas válidas e coerentes; por sua vez, as ciências exigem a verificação experimental e a aceitação de teses pela comunidade científica antes destas se tornarem leis universais.

O quadro seguinte retrata algumas diferenças existentes entre as ciências e a Filosofia:

Dimensão	Filosofia	Outras ciências
Objecto de estudo	A natureza humana; A essência das coisas e o fundamento último da realidade.	A lei dos fenómenos naturais; Funcionamento de um corpo (seja animado ou inanimado); Procuram explicar o comportamento e a constituição física dos fenómenos físicos e humanos e as leis que as regem, etc.
Método de estudo	Especulativo; Crítico-analítico.	Experimentação (utilização de ensaios e testes); Observação, análise, indução, verificação, generalização, confirmação das hipóteses (método experimental); Observação participante.
Tipo de conhecimento	Compreensivo – procura compreender os princípios e a finalidade da existência humana e do real.	Explicativo – tenta explicar o funcionamento da realidade.

Vamos recordar...

- A Filosofia tem um objecto de estudo abrangente; procura compreender a realidade e dar resposta à busca pelo sentido da existência.
- As principais disciplinas filosóficas são: a Metafísica geral, a Ontologia, a Epistemologia, a Gnosiologia, a Lógica, a Antropologia filosófica, a Ética, a Estética e a Filosofia política.
- As várias ciências nascem a partir das perguntas que o Homem se coloca e que dizem respeito a diversas realidades empíricas e específicas.

Texto 10

Qual é a especificidade da Filosofia?

Parece-me muito razoável a afirmação de que o filósofo se deve ocupar do conhecimento, dos valores, do homem e da linguagem. Mas porque razão somente desses objectos? Acaso já foi demonstrado por algum filósofo que não existem outros objectos para a Filosofia?

[...] E se olharmos ao nosso redor, o mundo parece estar cheio de questões não resolvidas, questões importantes e decisivas, que pertencem a todos os campos acima mencionados, mas que não são tratadas, não podem ser tratadas, por qualquer ciência particular. [...]

Tudo, portanto, parece indicar que a Filosofia não pode ser identificada com as ciências particulares, nem ser restrita a um campo ou objecto único; ela é, num certo sentido, uma ciência universal; o seu campo de pesquisa não é, como nas outras ciências, restrito a alguma coisa limitada e determinada.

Se assim é, pode acontecer, e de facto acontece, que a Filosofia se ocupe dos mesmos objectos que as outras ciências, em quê, então, a Filosofia se distingue da ciência de cujo objecto se ocupa? A resposta é que ela se distingue tanto pelo método da investigação como pelo ponto de vista em que se coloca. Pelo método – porque o filósofo não está obrigado a restringir-se a qualquer dos métodos de conhecimento, que são muitos. Assim, por exemplo, não está obrigado, como o físico, a reduzir tudo a fenómenos observáveis pelos sentidos, isto é, ao método de redução empírica: pode também servir-se da intuição da realidade e de outros métodos ainda.

Além disso, a Filosofia distingue-se das outras ciências pelo ponto de vista em que se coloca. Quando considera um objecto, ela encara-o, por assim dizer, sob o prisma dos limites, dos aspectos fundamentais. Nesse sentido, a Filosofia é a ciência dos fundamentos da realidade. Lá onde as outras ciências param, onde, sem mais indagar, aceitam os pressupostos, aí entra o filósofo e começa a investigar. As ciências conhecem – mas o filósofo pergunta o que é o conhecimento; as outras ciências estabelecem leis – ele põe a questão do que seja uma lei; o homem comum e o político falam do fim e da utilidade – o filósofo pergunta o que se deve entender por fim e utilidade.

Já se vê que a Filosofia é uma ciência radical, no sentido em que ela vai às raízes das questões muito mais profundamente do que qualquer outra ciência; lá onde as outras se dão por satisfeitas, ela continua a indagar e a perscrutar.

É, muitas vezes, difícil determinar onde, precisamente, se encontram os limites entre uma ciência particular e a Filosofia.

J. M. Bochensky, *Directrizes do Pensamento Filosófico* (adaptado).

1.10 Contextualização histórica da Filosofia

Transição do mito para a reflexão filosófica

Desde sempre e naturalmente o ser humano se preocupou em conhecer a razão das coisas. As perguntas «absurdas», porém profundas, que as crianças colocam aos adultos, como: Porque é que o céu é azul? Porque é que o chefe é que manda? De onde vêm os bebés?, entre muitas mais, são prova desta realidade.

Nos primórdios, os homens ficavam satisfeitos com as explicações dadas através da utilização de mitos que explicavam os «mistérios» da Natureza. Os mitos são histórias sagradas que durante séculos dominaram a vida das comunidades humanas. A existência de múltiplos relatos míticos sobre a origem do mundo e do Homem prova que não houve povo algum que não se preocupasse com as origens e as explicações dos fenómenos naturais que surpreendiam o ser humano.

A criação de tais histórias era atribuída a seres sobrenaturais: os deuses. Teriam sido os deuses a narrarem essas histórias aos primeiros antepassados ou a indivíduos que tinham um estatuto especial no seio das suas comunidades (sacerdotes, feiticeiros, chefes, etc.). Em geral, os mitos narram os feitos dos deuses, narram histórias da origem do universo, dos objectos e seres particulares e de acidentes e factos geográficos, como, por exemplo, a origem das pedras e dos animais, de uma ilha ou vegetação, das instituições, como a família, a chefia, a educação, a técnica, o castigo ou a recompensa, ...

Os mitos tinham dupla função: por um lado, a **função explicativa** e, por outro, a **função normativa**. No que diz respeito à primeira função, os mitos explicavam o porquê das coisas, acontecimentos ou instituições, dizendo como é que eles foram criados e como são recriados pelos deuses. E quanto à segunda função, os mitos serviam de regras para a acção dos homens, de modelo que o indivíduo devia imitar. Neste sentido, os mitos respondiam igualmente a questões como: «Que devemos fazer?», «Que fins devemos procurar alcançar?», «O que é uma vida boa?»

Eis a transcrição livre duma dessas histórias:

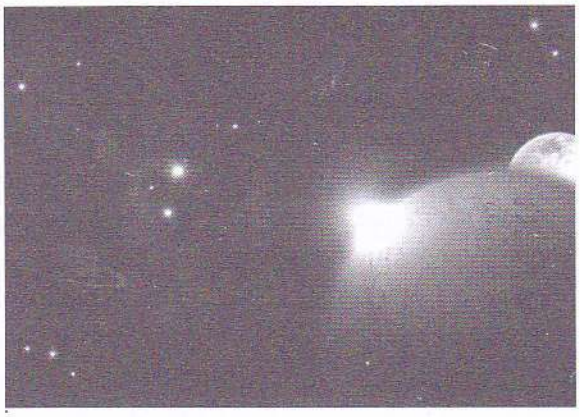


FIG. 10 Nos primórdios, o Homem procurava explicar os «mistérios» da Natureza por meio de mitos, que tinham também uma função normativa.

... Naquele tempo, Deus decidiu enviar o cão como mensageiro para a aldeia do homem e da sua esposa, e dizer-lhe o que era preciso fazer para não conhecerem a morte. Chamou-o e disse:

– Quero que vás à aldeia do homem e lhe digas isto e aquilo para que ele não morra.

E, o cão partiu. Mas, um cão, como é sabido, nunca vai directo ao sítio onde deve ir; primeiro, vadia por aí, aspira e levanta a pata... e diverte-se vadiando. E esse cão, mensageiro de Deus, fez a mesma coisa até que ao meio-dia sentiu-se fatigado e decidiu fazer uma sesta à sombra de uma árvore frondosa.

→

Mas eis que a serpente o seguia! A serpente ouviu de longe a mensagem que Deus confiara ao cão, e decidira impedir que esta chegasse ao homem, a fim de a guardar como seu segredo de imortalidade. Aproveitou-se da distracção do cão para ultrapassá-lo e chegar antecipadamente à aldeia do homem. Tendo chegado, pôs-se a gritar:

– Homem, presta atenção, os maus espíritos aproximam-se da tua aldeia para te destruírem. Faz algo para te protegeres!

E o homem, acreditando no que a serpente lhe dissera, rodeou de fogo a aldeia toda para impedir que tais espíritos malignos a penetrassem. O cão fugiu do fogo e nunca mais entrou na aldeia para transmitir a mensagem que Deus lhe confiara.

E foi assim que, privado do segredo da imortalidade, o homem se tornou mortal e, contrariamente, a serpente tornou-se imortal, passando a renovar a sua pele anualmente.

Ora, os primeiros pensadores gregos conheciam os mitos gregos, já escritos por Hesíodo e Homero, e analisaram-nos de forma crítica e, não se contentando com essas explicações míticas, classificaram-nas como fábulas. Por exemplo, o problema da origem do Homem é explicado, entre os Macuas, pelo mito que conta que este foi criado no monte Namuli e que a mulher é fruto do sangue proveniente do seu ferimento aquando da descida do monte, logo depois da sua criação. A História, no entanto, diz que este povo é oriundo dos grandes lagos. Portanto, é este tipo de resposta que foi rejeitado pelos filósofos, apesar de reconhecerem que devia existir uma explicação sobre a origem das coisas.

Os primeiros filósofos questionaram-se e procuraram, através da razão, encontrar uma explicação racional sobre a origem da Natureza (*physis* – palavra grega para «natureza»). Esta característica comum fez com que eles fossem conhecidos como naturalistas ou filósofos da *physis*. Estavam convictos de que «do nada, nada pode vir».

Os primeiros pensadores que deram expressão filosófica ao problema da existência de uma causa suprema que estaria na origem do mundo e de todas as coisas, foram os filósofos jónios: Tales, Anaximandro e Anaxímenes, todos eles de Mileto, nas Ásia Menor, nas margens do mar Egeu, entre os séculos VII e V a. C.

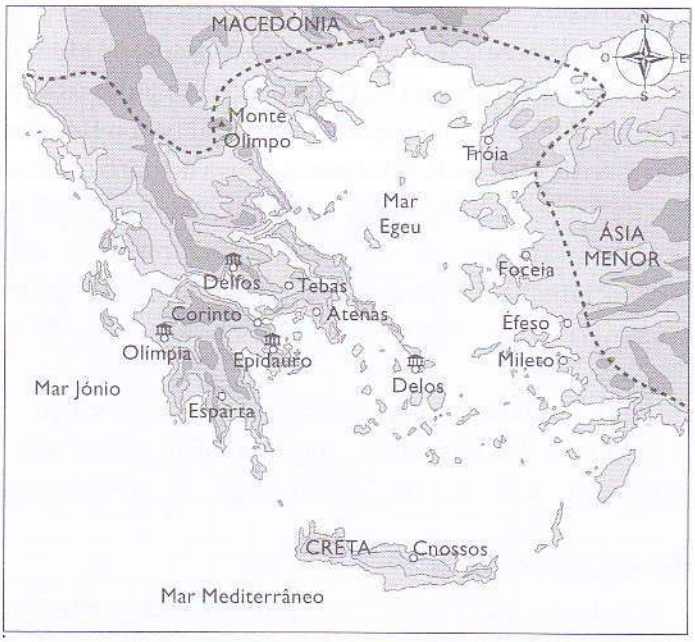


FIG. 11 Mapa da Grécia antiga.

Vamos recordar...

- A Filosofia aparece como resposta à rejeição da explicação mítica da realidade;
- Os mitos tinham duas funções: explicativa e normativa.

Etapas da Filosofia Grega clássica: o período cosmológico e antropológico

Os naturalistas

Tales

É conhecido como o pai da Filosofia grega e de toda a Filosofia ocidental. Foi Tales quem, pela primeira vez, procurou solução racional para o problema da causa primeira de todas as coisas e do cosmos. Tal pergunta foi feita no pressuposto de que apesar de haver uma pluralidade de coisas, deveria existir algo em comum. Para Tales, esse algo seria a água. Sustentou que a Terra repousava sobre a água e que, num certo sentido, tudo era feito de água.

Anaximandro

Nascido também em Mileto e aluno de Tales, formulou várias teorias sobre o cosmos e pensou também a questão da unidade do mundo físico.

Não concordando com a resposta dada pelo seu mestre, Anaximandro vai afirmar que o princípio de todas as coisas, o elemento primordial, não pode ser um elemento determinado como a água, o fogo ou o ar, pois o que se pretende explicar é justamente a origem dessas coisas determinadas. Por isso, ele conclui que a causa primeira de todas as coisas deve ser alguma coisa indeterminada ou infinita – *o apeiron*. «O infinito é o primeiro princípio das coisas que existem: é eterno e sem idade e contém todos os mundos.»

Anaxímenes

Discípulo de Anaximandro e terceiro filósofo de Mileto, Anaxímenes aponta como causa primordial de todas as coisas, o ar. Deste procedem todos os outros elementos e, por consequência, todas as coisas. Ele verificou que o ar é essencial para o Homem e para todos os seres vivos; em segundo lugar, verificou que do céu caem a chuva (água) e os raios (fogo); que para o céu sobem os vapores e as exalações e, finalmente, pela consideração de que o ar se presta melhor que qualquer outro elemento às variações. Por estas razões, apontou-o como princípio capaz de gerar tudo. O ar diferencia-se nas várias substâncias segundo o grau de rarefacção e condensação: dilatando-se dá origem ao vento e depois às nuvens; em grau maior de densidade forma água, terra, pedras, etc.

Depois destes apareceram vários outros filósofos que, pelos seus próprios esforços, retomaram o problema dos naturalistas na tentativa de encontrar uma resposta mais apropriada àquela magna questão. Uma resposta distinta das anteriores apareceu com:

Parménides de Eleia

Funda a área filosófica mais tarde designada por Ontologia, ao atribuir a criação do mundo ao Ser, este Ser que é incausado e que causa todas as coisas. Ele distinguiu o caminho da verdade (*alétheia*) e o da opinião (*dóxa*) – onde não há certeza e que é, portanto, falível. Opondo-se à doutrina de Heráclito (o filósofo do devir), Parménides defende que «toda a mutação é ilusória» e demonstra a necessidade da existência do Ser como garantia da unidade do mundo. Este é Uno, Eterno, Não-Gerado e Imutável. Portanto, o que muda no mundo são os seres por si gerados. Parménides vai então afirmar que «o que é, é e o que não é, não é». O não ser é impensável. O não ser é pensado em oposição ao Ser, ou seja, ele não é fora do Ser.

Da reflexão sobre a Natureza ao estudo das questões humanas

O empreendimento iniciado pelos naturalistas de Mileto no século VI a. C., retomado e desenvolvido de seguida por Pitágoras, Parménides, Heráclito, Anaxágoras, e até Demócrito, sofreu precisamente no século seguinte (século V) uma viragem radical na sua orientação: de uma perspectiva da explicação da *physis* (isto é, naturalista, fisiológica, cosmológica) passou para uma perspectiva de explicação do *anthropos* (Homem), isto é, uma perspectiva antropológica e antropocêntrica.

Os sofistas (de *sophos*, «sábio») estiveram na origem desta mudança. Estes eram os professores e mestres que em Atenas (o maior centro cultural do mundo grego de então) formavam os jovens atenienses. O seu propósito fundamental era formar bons cidadãos e daí a importância em torno do eu e do humano, colocando em segundo plano os problemas de ordem natural e não humana. Assim, o *anthropos*, Homem, torna-se o centro de toda a problemática filosófica grega, de um lado, os filósofos que pensam o Homem e os seus valores; do outro e em contraposição, o saber e conhecimentos relativistas e cépticos defendidos pelos sofistas (este será o selo de toda a reflexão filosófica grega posterior.)

Segundo Protágoras, um dos mais importantes sofistas da época, «o Homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são». Aplicada ao homem individual e concreto, esta máxima conduz a duas perspectivas do conhecimento humano (Relativismo e Cepticismo). A posição relativista defende que «não há verdade absoluta e universal, mas uma diversidade de opiniões», enquanto o cepticismo sustenta que «se há verdade absoluta, não é possível conhecê-la». Esta posição céptica é sobretudo evidenciada no pensamento do sofista Górgias, que defende que nada existe e que mesmo se houvesse não poderia ser conhecido.

Os sofistas estiveram empenhados na prática educativa dos jovens de Atenas, privilegiando a transmissão de um saber enciclopédico e a formação do espírito nos seus diversos campos, defendendo e ensinando o uso da *palavra* como instrumento de persuasão e meio de convencer e arrastar as massas.

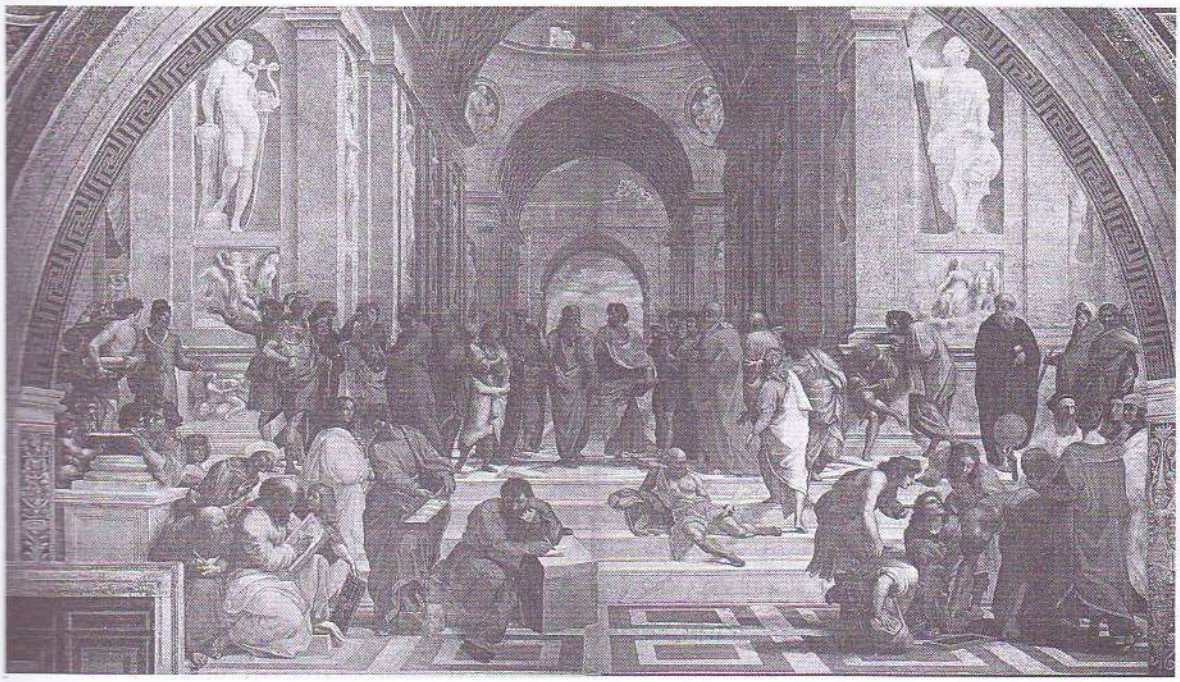


FIG. 12 Escola de Atenas.

Em oposição clara a este método de ensinar e princípios morais emerge um cidadão ateniense que se proclama o mais néscio de todos os atenienses e que será um dos mais importantes filósofos de todos os tempos: Sócrates. Diz ele: «Só sei que nada sei, mas nisso supero todos os outros que nem isso sabem.» Ao mesmo tempo, Sócrates alia à sua humildade intelectual, o lema de toda a vocação humana: «Homem, conhece-te a ti mesmo.»

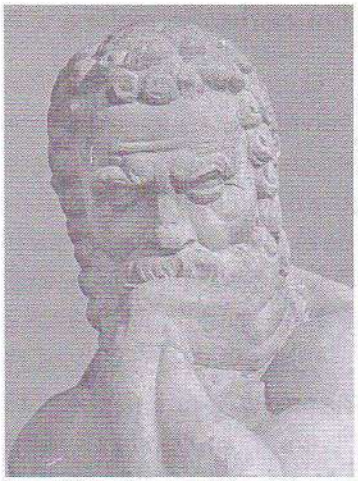


FIG. 13 Sócrates.

Longe de persuadir as pessoas pela palavra, ele privilegia o *diálogo* como via de indagação para despertar o conhecimento nos néscios (*Maiêutica*) ou para despertar a consciência da ignorância nos sábios (*Ironia*). Sócrates nada escreveu ao longo da sua vida, mas os seus diálogos e pensamentos chegaram até nós pela pena de Platão.

Sócrates educava a juventude ateniense em ordem aos valores universais e eternos, desvalorizando e desmascarando os valores temporários e relativos que os sofistas defendiam e ensinavam.

Contudo, o destino do que foi considerado o maior dos mestres da Antiguidade foi tanto irónico quanto paradoxal: acusado de ser perturbador da ordem e corruptor da juventude, foi julgado e condenado à morte, o que consumou quando consentiu tomar o cálice de *cicuta* (veneno mortal) preparado para o efeito. O julgamento e as circunstâncias da morte de Sócrates foram registados por Platão em obras que são emblemáticas para a discussão sobre os valores da *justiça, liberdade, liberdade de expressão,* enfim, toda a problemática acerca do Homem e dos seus Valores.

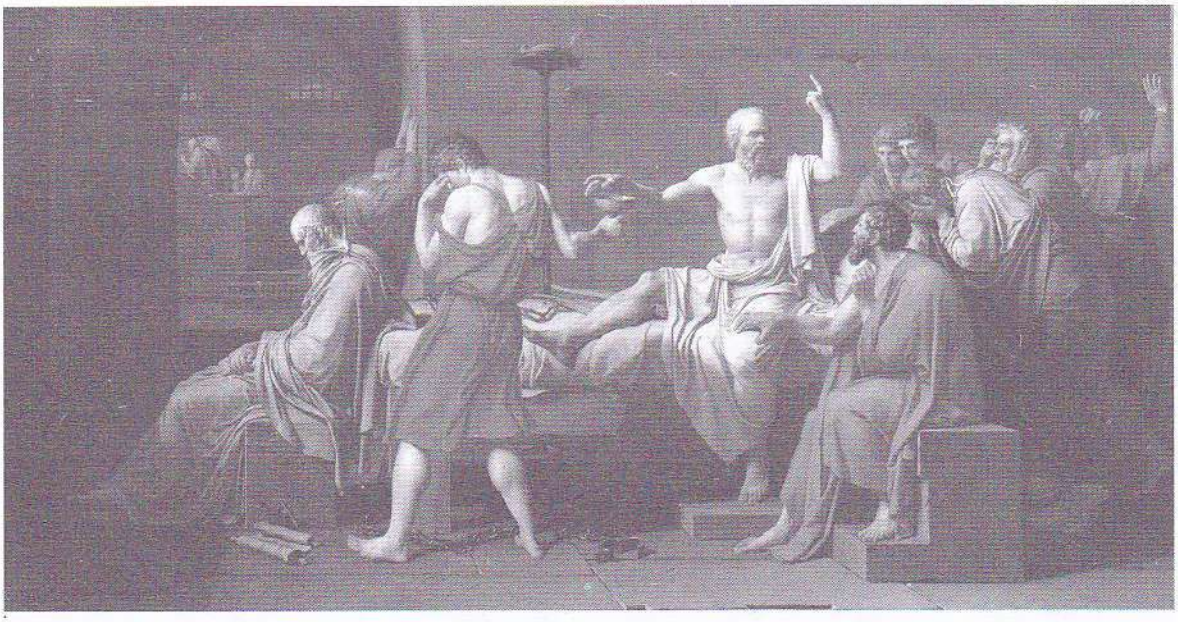


FIG. 14 Jacques-Louis David, *A Morte de Sócrates* (1787).

Em síntese, podemos dizer que as análises dos filósofos pré-socráticos conheceram novo rumo com os sofistas. Estes deixaram de fazer as pesquisas em torno da origem da natureza, para se dedicarem à questões da vida social e humana. Perguntavam-se, por exemplo, se o Homem tinha a capacidade de conhecer a natureza íntima das coisas e da lei moral, tendo chegado à conclusão de que tudo o que o Homem conhece na Filosofia e na ética é produção de si mesmo.

Desta observação elaboraram a máxima segundo a qual «o Homem é a medida de todas as coisas».

Ademais, foram responsáveis pela sistematização do ensino e pela preparação do cidadão para a participação na vida política. Os principais e mais conhecidos sofistas foram Protágoras de Abdera (c. 490–421 a. C.), Górgias de Leontinos (487-380 a. C.), Hípias de Elis, Licofron, Pródicos (mestre de Sócrates) e Trasímaco.

Vamos recordar...

- A génese do pensamento filosófico deveu-se à rejeição da explicação mítica do mundo, tendo-se começado a pesquisar a sua origem pela via racional.
- Os primeiros filósofos foram Tales, Anaximandro e Anaxímenes, todos eles de Mileto.
- O problema de pesquisa dos primeiros filósofos foi sobre a unidade e génese do mundo físico (primeiro princípio);
- Parménides defendeu a necessidade da existência do Ser como garantia da unidade do mundo.
- Os sofistas foram os primeiros filósofos a tratarem questões antropológicas.
- A contribuição de Sócrates para a reflexão em torno dos valores e da ética humana, bem como o seu exemplo de vida, influenciaram toda a Filosofia.

Actividades

1. Quais as principais disciplinas ou áreas da Filosofia?
   1.1 Caracteriza o objecto de estudo de cada uma delas.
2. O que faz com que a Filosofia seja considerada a mãe de outras ciências?
3. Tendo em conta a leitura do Texto N.° 10, quais as principais diferenças entre a Filosofia e as outras ciências?
4. Explica a importância do mito para os primeiros homens e sociedades.
5. Tendo em conta o que estudaste acerca dos primeiros pensadores da Filosofia Grega, caracteriza o período cosmológico.
6. Explica o papel dos sofistas na passagem da reflexão acerca da Natureza para o estudo das questões humanas.
7. Sócrates é uma figura incontornável da Filosofia e um exemplo para todos os homens. Investiga sobre os seus ensinamentos filosóficos e os acontecimentos da sua morte e explica porquê.
8. Achas que é importante o estudo da Filosofia para a tua formação? Explica porquê.

Auto-avaliação

Identifica a opção que permite completar correctamente cada afirmação.

1. Para Kant, não há Filosofia que se possa aprender, só se pode aprender a filosofar. Isso significa que a Filosofia é...
   a) uma atitude.
   b) uma doutrina.
   c) a posse da verdade.
   d) um conjunto de conhecimentos estabelecidos.

2. A Filosofia começou com...
   a) a colecção de mitos.
   b) a correlação de mitos.
   c) a contraposição dos mitos pela reflexão racional.
   d) a sistematização racional dos mitos religiosos.

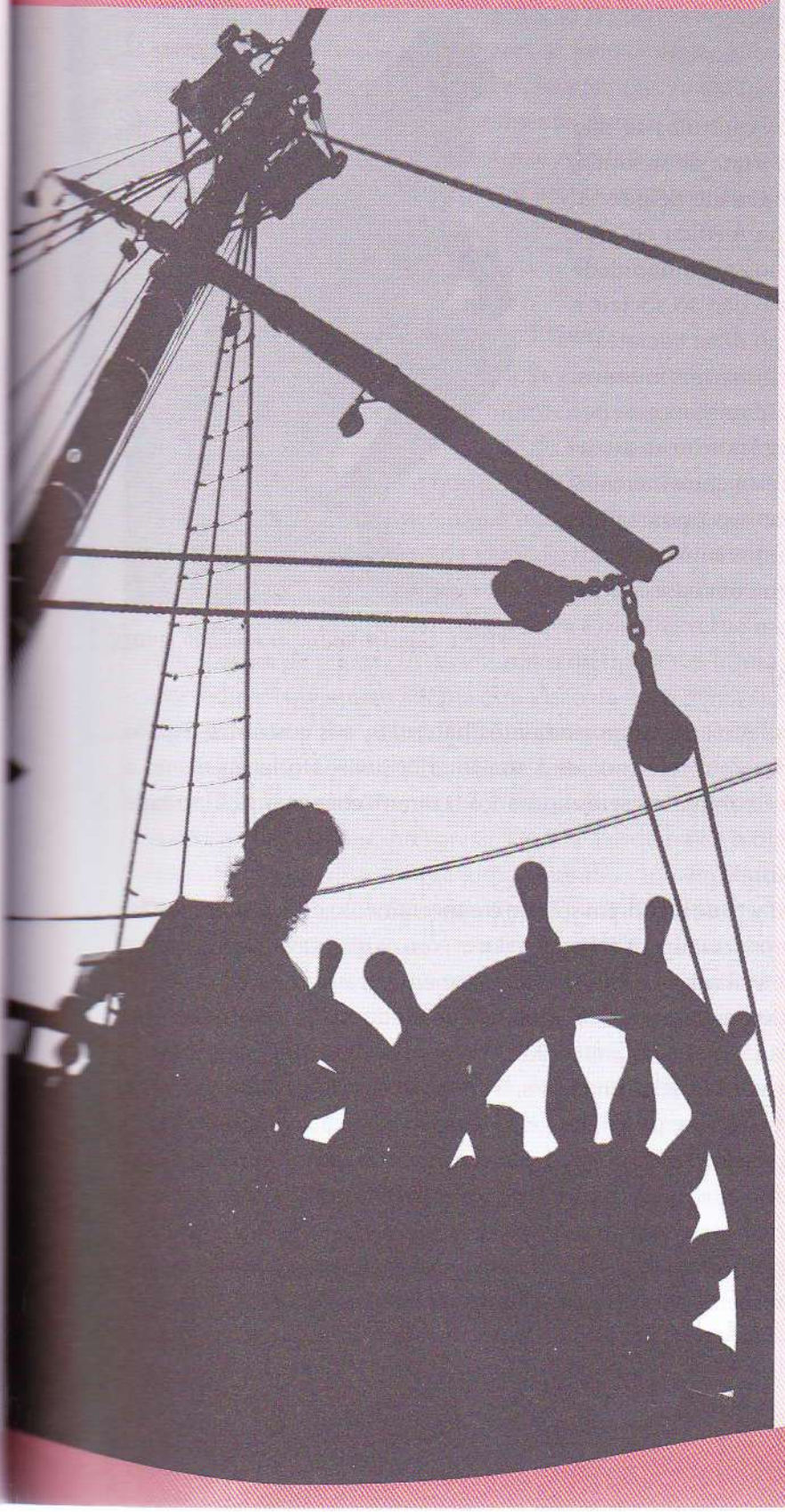
3. A palavra Filosofia remonta a Pitágoras e significa...
   a) admiração pelo conhecimento.
   b) vontade de saber.
   c) inclinação natural ao saber.
   d) aproximação do saber.

4. A Filosofia nasce da admiração e do espanto. Isto significa que...
   a) quem se admira e espanta infalivelmente filosofa.
   b) quem filosofa admira-se e espanta-se necessariamente.
   c) é possível começar a filosofar sem a admiração e espanto.
   d) não é possível começar a filosofar sem admiração e espanto.

5. Lê o texto seguinte, de L. Lacroix.
   O filósofo é um homem como os outros, que pensa participando primeiro nos trabalhos e na dor dos homens. E filosofar será voltar seguidamente sobre este pensamento imediato e espontâneo, reflectir sobre ele para lhe descobrir ou lhe dar um sentido.
   5.1 A função da Filosofia realçada neste trecho é...
      a) a função teórica.
      b) a função prática.
      c) a função metalinguística.
      d) a função lógica.

Unidade 2

A Pessoa como Sujeito Moral



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- estabelecer a distinção entre Ética e Moral;
- definir e analisar o conceito de «pessoa»;
- distinguir a acção humana da acção do Homem;
- reconhecer-se como pessoa singular, com dignidade e autonomia próprias;
- analisar e compreender os conceitos de consciência moral e de liberdade;
- distinguir os vários tipos de valores;
- descrever as condições da responsabilidade moral e os conceitos de responsabilidade, justiça, dever, mérito, sanção e virtude;
- reflectir sobre os problemas da Bioética.

2. A Pessoa como Sujeito Moral

«Duas coisas que me enchem a alma de crescente admiração e respeito, quanto mais intensa e frequentemente o pensamento delas se ocupa: o céu estrelado sobre mim e a lei moral dentro de mim.»

Immanuel Kant

2.1 Noções básicas

De nada nos serviriam os outros capítulos se não reflectíssemos sobre este tema, que trata de assuntos relativos ao ser humano, na sua qualidade de pessoa. Este tema é um desafio para nós, na medida em que será uma das formas de medir a nossa humanidade enquanto pessoas sujeitas a normas, não só sociais e culturais mas também morais. Como dizia Sócrates, é uma oportunidade de nos conhecermos a nós mesmos.

Para o desenvolvimento do tema, começaremos por distinguir entre Ética e Moral; em segundo lugar, analisaremos o conceito de Pessoa e outros elementos inerentes à definição, com o propósito de nos conhecermos melhor enquanto pessoas, compreendendo-nos a nós próprios e aos outros, e de regular o nosso agir com bases éticas.



FIG. 1 Auguste Rodin, *O Pensador* (1902).

Distinção entre Ética e Moral

Do grego «*ethos*», a **Ética** diz respeito aos comportamentos habituais, aos costumes, àquilo que é habitual os seres humanos fazerem referindo-se à sua interioridade. Do latim *mores*, a **Moral** designa também aquilo que é habitual os seres humanos fazerem, com a particularidade de indicar o que deve ou não ser feito.

Mas o que distingue a Ética da Moral?

A Ética e a Moral têm em comum o facto de incidirem sobre o comportamento e a acção humanas, mas a Ética, ao contrário da Moral, procura reflectir sobre os valores com os quais avaliamos e sobre os critérios que presidem a uma tal avaliação. A Ética preocupa-se em investigar as condições a partir das quais se pode falar, ou não, em acto moral e em moralidade. Sendo assim, a Ética debruça-se sobre princípios e fundamentos da Moral. Enquanto a Moral tem uma dimensão mais prática, ligando-se ao agir quotidiano e às suas exigências imediatas, a Ética elabora-se por intermédio da reflexão e da formulação teórica de questões e princípios gerais que norteiam a acção humana.

Enquanto a Moral se encontra ligada à *aplicação concreta* de certas regras orais e a situações do dia-a-dia perante as quais somos obrigados a decidir, a Ética preocupa-se com a fundamentação racional das normas e, de uma forma mais vasta, com o agir humano. É por a Ética ter uma *dimensão mais universalista*, isto é, por se debruçar sobre a *humanidade da pessoa* enquanto tal e sobre os requisitos que definem o respeito pela *dignidade da pessoa humana*, e a Moral ter uma

dimensão mais local, relacionando-se com os modos concretos da vida de uma dada sociedade, que é usual ouvirmos falar em *princípios éticos* e em *condutas morais*.

Outro critério que pode servir para distinguir a Moral da Ética é o seguinte: a Moral está ligada à dimensão convivencial e comunitária da vida dos homens. Ora, existindo em qualquer sociedade, interdições, regras, normas, etc., a Moral surge relacionada com os comportamentos dos homens relativamente às obrigações que socialmente *devem* cumprir no âmbito da coexistência interpessoal. A Moral está, assim, ligada à noção de *obrigação*, à acção em conformidade com o *dever*. O termo «ética», por seu lado, reserva-se para designar a finalidade da vida, ou seja, a *felicidade*, o *viver bem*, a *vida boa*, já que, como escreve Séneca, «não nos devemos preocupar com viver muitos anos, mas com vivê-los satisfatoriamente; porque viver muito tempo depende do destino, viver satisfatoriamente depende da tua alma. A vida é grande quando é cheia; e torna-se cheia quando a alma recuperou a posse do seu bem próprio e transferiu para si o domínio de si próprio».

Texto I

O que se deve entender por Ética?

Algumas pessoas pensam que a Moral está ultrapassada nos dias que correm. Encaram a Moral como um sistema de proibições puritanas descabidas que se destinam sobretudo a evitar que as pessoas se divirtam. Os moralistas tradicionais pretendem ser os defensores da moral em geral, mas o que defendem na realidade é um determinado código moral. [...] Em segundo lugar, a Ética não é um sistema ideal, nobre na teoria, mas inútil na prática. O inverso está mais perto da verdade: um juízo ético que seja mau na prática sofre necessariamente de um defeito teórico, porque a finalidade do juízo ético é orientar a prática.

Algumas pessoas pensam que a Ética é inaplicável ao mundo real, por a encararem como um sistema de regras curtas e simples do tipo «não mintas», «não roubes» ou «não mates». Não admira que quem adopta esta visão da Ética pense que esta não se adapta às complexidades da vida. Em situações invulgares, as regras simples entram em conflito; e, mesmo quando isso não acontece, seguir uma regra pode levar ao desastre. Em circunstâncias normais pode ser um mal mentir, mas no caso de uma pessoa que vivesse na Alemanha nazi e a quem a Gestapo batesse à porta à procura de judeus, por certo seria correcto negar a existência de uma família judia escondida nas águas-furtadas.

Em terceiro lugar, a Ética não é algo que apenas se torne inteligível no contexto da religião. Tratarei a Ética como algo totalmente independente da religião. [...] Tradicionalmente, a ligação mais importante entre religião e Ética baseava-se na ideia de que a religião proporcionava uma razão para praticar o bem. A razão apresentada era a de que os virtuosos seriam recompensados com a bem-aventurança eterna, enquanto os outros arderiam nas chamas do Inferno. Nem todos os pensadores religiosos aceitaram este argumento: Immanuel Kant, que era um cristão devoto, rejeitava tudo o que parecesse uma obediência às leis morais motivada pelo interesse pessoal. Devemos obedecer-lhes, dizia, pelos seus méritos próprios. Mas não precisamos de ser kantianos para rejeitar as motivações oferecidas pela religião tradicional. Há uma longa tradição de pensamento, que encontra a origem da Ética nas atitudes de benevolência e solidariedade para com os outros, que a maioria das pessoas possui.

Peter Singer, *Ética Prática*.

Vamos recordar

- Os termos «moral» e «ética» são utilizados de forma semelhante no dia-a-dia; todavia, é preciso distingui-los.
- A Moral ocupa-se da avaliação das condutas, enquanto a Ética trata dos princípios que regulam a conduta moral.
- A Ética ou Filosofia Moral é a parte da Filosofia que se ocupa da reflexão a respeito dos fundamentos da vida moral.

Actividades

1. «A palavra "moral" tem que ver, etimologicamente, com os costumes, pois é precisamente o que significa a palavra latina "mores".» (Savater, *Ética para um Jovem*)
   Comenta a frase, distinguindo Ética de Moral.
2. Sabendo que «Ética» e «Moral» são termos com significação e sentido diferentes, identifica o conceito a que se referem as seguintes definições:
   a) reflexão sobre os fundamentos da moral;
   b) fundamentação do dever e das obrigações;
   c) reflexão sobre a natureza do Bem e do Mal;
   d) conjunto de valores, hábitos e costumes de um determinado povo.

2.2 A Pessoa e as suas características

Conceito de Pessoa

O que se entende por pessoa?

Antes de ressaltarmos o conceito de Pessoa exposto por vários filósofos ao longo dos tempos, importa fazermos referência às definições etimológicas do vocábulo «pessoa», que, de certa forma, apesar das divergências dos filósofos, enaltecem o significado do Homem.

Assim, a palavra «pessoa», derivada do grego «*prósopon*» e do latim «*personare*» («fazer ressoar»), significa «máscara», ou seja, tudo aquilo que um determinado actor punha no seu rosto numa peça teatral. Foi com esse significado que ela foi introduzida na linguagem filosófica pelo estoicismo popular, designando os papéis representados pelo Homem no teatro da vida quotidiana. De uma forma geral, a Pessoa é o Homem nas suas relações com o mundo e consigo próprio.

O filósofo romano Boécio afirmou que «a Pessoa é uma substância individual de natureza racional» *(persona est rationalis naturae individua substantia)*. Na mesma perspectiva, na época medieval,

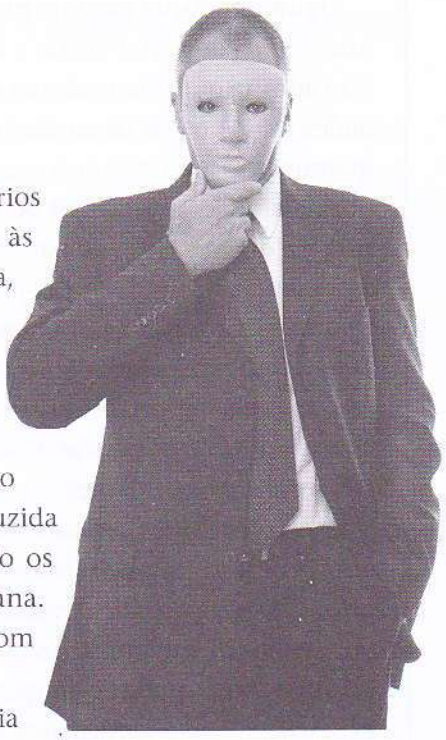


FIG. 2 A origem da palavra «pessoa» está ligada à máscara.

São Tomás de Aquino considera a Pessoa como um «subsistente de natureza racional», enquanto Cícero, também filósofo romano, define Pessoa como «sujeito de direitos e deveres». Esta definição remete-nos para uma abordagem jurídica ao designar a pessoa como um indivíduo dotado de direitos e obrigações, obrigações essas que vão pôr limites na sua liberdade. Enquanto isso, Boécio e São Tomás de Aquino realçam o carácter filosófico, ao destacar três elementos fundamentais na definição de Pessoa: a substancialidade, a individualidade e a racionalidade.

Para eles, a Pessoa é uma **substância**, isto é, qualidade permanente ou inerente à própria existência. O ser pessoa significa nunca deixar de ser, enquanto existente, mesmo que as suas qualidades acidentais (peso, altura, cor da pele, etc.) possam mudar ao longo da vida. Já a **individualidade** da Pessoa reside no facto de esta ser algo de distinto, independente, uno e irredutível. Aliás, a Pessoa nunca se reduz a uma colectividade. Por fim, a **racionalidade** da pessoa refere-se à capacidade que ela tem de raciocinar, reflectir, compreender, analisar, interpretar, consciencializar o mundo à sua volta e o mundo intrínseco a si.

Todavia, foi com Immanuel Kant, na época moderna, que o conceito de Pessoa ascendeu à categoria propriamente filosófica. Para Kant, a Pessoa é um fim em si mesmo e não um meio ao serviço de outros. A Pessoa é um valor absoluto:

> [...] os seres racionais são chamados pessoas porque a sua natureza os distingue como fins em si mesmos [...]. O Homem, e em geral cada ser racional, existe como fim em si e não como um meio de que esta ou aquela vontade pode servir-se ao seu bel-prazer.

Na época contemporânea, filósofos como Martin Buber, Emmanuel Levinas e Emmanuel Mounier, considerando a perspectiva kantiana demasiado racionalista, sublinharam, na definição de Pessoa, a afectividade (amor ao próximo), a relação de uns-com-os-outros e a sua abertura ao transcendente (Deus); por outro lado, Gabriel Marcel, Martin Heidegger e Paul Ricoeur, entre outros, procuraram superar a definição generalista de Pessoa, sublinhando a sua singularidade e complexidade e relembrando que a Pessoa é constituída não apenas de espírito como também de matéria; não só de pensamento, mas também de extensão; não só de alma, como também de corpo.

Características da Pessoa

Analisando a noção de Pessoa, tudo leva a crer que nesta noção estão fundidas as mais significantes características do ser humano, que fazem dele o valor supremo, o sujeito e o critério de qualquer apreciação valorativa.

Por isso, como categoria ética fundamental, a Pessoa é, acima de tudo, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- **Singularidade** – cada ser humano é uno, original, autêntico, irrepetível e insubstituível; ou seja, ninguém é cópia de ninguém, não há duas pessoas iguais, há sempre uma diferença entre uma pessoa e outra. Um sujeito pode ser substituído nas suas funções, mas nunca como pessoa: cada pessoa é ela mesma.

- **Unidade** – embora constituída por partes diversificadas (é corpo físico, razão, emoção, acção, etc.), a Pessoa é uma totalidade, isto é, as diferentes partes que a constituem formam um todo coeso, uma unidade psicológica.

- **Interioridade** – em cada ser humano há um espaço de reserva e de intimidade, inacessível e inviolável: é a consciência moral (como veremos de seguida).
- **Autonomia** – o ser humano, na sua qualidade de Pessoa, é um centro de decisão e acção, tem em si o princípio e a causa do seu agir; a Pessoa tem a capacidade de autogovernar-se ou autodeterminar-se.
- **Projecto** – ser Pessoa não é algo inato. A Pessoa tem de se tornar como tal; ser Pessoa é uma das possibilidades humanas que cada um deve realizar por si.
- **Valor em si** – a Pessoa é um valor absoluto e, como tal, não pode ser usada como um meio ao serviço de um fim. Estar-se-ia a coisificar a Pessoa.

Texto 2

Pessoa

A palavra «pessoa» tem a sua origem no termo latino que designa uma máscara usada por um actor no teatro clássico. Ao porem máscaras, os actores pretendiam mostrar que desempenhavam uma personagem. Mais tarde, «pessoa» passou a designar aquele que desempenha um papel na vida, que é um agente.

De acordo com o *Oxford Dictionary*, um dos sentidos actuais do termo é «ser autoconsciente ou racional». Este sentido tem precedentes filosóficos irrepreensíveis. John Locke define uma pessoa como «um ser inteligente e pensante dotado de razão e reflexão e que pode considerar-se a si mesmo aquilo que é, a mesma coisa pensante, em diferentes momentos e lugares».

Peter Singer, *Ética Prática*.

Vamos recordar...

- O conceito de Pessoa dos Gregos latinos, significando máscara e papel teatral, encontra a sua primeira definição concisa em Boécio e ganha estatuto filosófico na contemporaneidade com Immanuel Kant.
- A Pessoa é, acima de tudo, uma substância individual cuja característica peculiar é a racionalidade, que a torna superior a qualquer outro ser vivente.
- A Pessoa é um valor absoluto e nela se fundem as mais dignificantes características do ser humano.
- Ser pessoa não é algo inato, mas uma qualidade que se adquire; é uma projecção individual e personalizante.
- O ser humano alcança a sua plenitude na sua relação com os outros.

Actividades

1. Lê o texto com atenção:

   «A Pessoa é o lugar onde os valores éticos se revelam. Este termo tem, logo na sua raiz, as ideias de convivência, de acção perante os outros. O conceito de Pessoa implica sempre, por isso, uma referência ao outro. Ser Pessoa é ser um eu que se distingue dos outros. Possui consciência, autonomia ou liberdade; por isso, um carácter ou identidade moral. Mas o eu tem também dimensão social que exige as instituições e a justiça como valor máximo. Forja-se esta identidade no face-a-face com os outros. A nossa humanidade resulta da convivencionalidade e as questões éticas fundamentais fazem sentido a partir da responsabilidade pelos outros. Esta responsabilidade estende-se à própria Natureza, que temos de deixar como herança às gerações vindouras.»

   Nigel Warburton, *Elementos Básicos de Filosofia*.

   1.1 Com base no texto, identifica as ideias inscritas, logo à partida, no termo «Pessoa».

2. Que conceitos de pessoa estão veiculadas no texto?

3. Que significado se atribui à substancialidade da pessoa humana?

2.3 Consciência moral: etapas do seu desenvolvimento (Piaget e Kohlberg)

Noção e caracterização

> Os animais não humanos regem-se cegamente pelas leis da sua natureza e pelo seus instintos e, através dessa obediência, alcançam o seu próprio destino e finalidade. Em contrapartida, o Homem carece de uma base comum que o oriente para determinadas tarefas e o impulsione para um modo específico de ser ou comportar-se. A sua evolução e o sua progresso devem ser alcançados através de um processo de aprendizagem.
>
> Serge Moscovici

Eis o motivo pelo qual o Homem se deve esforçar por refrear os seus impulsos emocionais e instintivos, provenientes da sua natureza animal. Para tal, o Homem precisa que tais impulsos sejam suplantados pela consciência moral.

Por consciência entenda-se o estado ou a faculdade de alerta, que nos permite perceber o mundo intrínseco e extrínseco a nós mesmos e fazer juízos de valor sobre eles, enquanto estamos mentalmente sadios.

A consciência moral é a faculdade que o Homem tem de distinguir o bem do mal, apreciar os seus actos e adoptar uma determinada forma de comportamento.

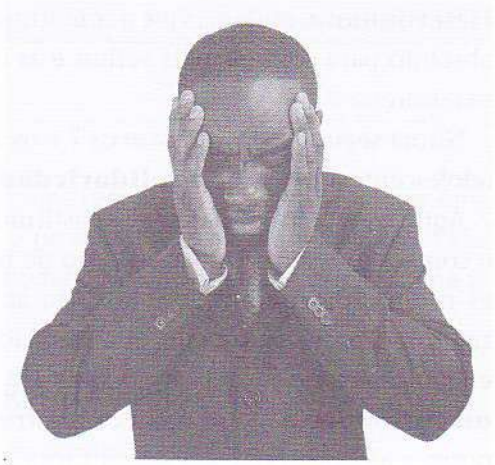


FIG. 3 A consciência moral pode estar presente como remorso, culpa, etc.

Todos os homens, de todos os povos, sentem esta consciência moral que os louva ou, pelo contrário, os acusa. A consciência moral é o «sentimento daquilo que se passa connosco», «o testemunho ou o julgamento secreto da alma que aprova as acções boas ou rejeita as más». Por isso, ela pode ser definida como o estado do sujeito quando está atento ao valor moral dos seus actos, julgando-os como bons ou maus.

Pela sua natureza, pode dizer-se que a consciência moral é: voz interior que anuncia um dever ou uma obrigação (não devo roubar, nem devo desrespeitar os outros); sentimento que antecede, acompanha ou sucede as nossas deliberações, decisões e acções. E, como tal, ela manifesta-se como um sentimento de satisfação e aplauso (quando se trata de uma acção praticada conforme as normas morais), ou remorso, culpa, censura e vergonha (quando a acção praticada é reprovada); juiz interior que condena ou aprova os nossos actos (valeu a pena ter arriscado a vida para salvar alguém); força que nos impele a um determinado acto; espaço de tensão e conflito que se verifica quando queremos satisfazer objectos antagónicos; fonte e critério subjectivo de avaliação moral, independentemente, de qualquer cânone ou norma; é intimidade, porque é algo íntimo, e, por isso, inviolável, devendo merecer das outras pessoas o devido respeito.

Portanto, **a consciência moral é a capacidade que o sujeito tem de avaliar os princípios básicos dos seus actos** – atitude valorativa que se verifica na aplicação das normas morais aos nossos actos.

Formação e desenvolvimento da consciência moral

Para os filósofos antigos, a consciência moral era algo inato, que pertencia ao próprio Homem. Os filósofos modernos e contemporâneos, porém, defendem a tese de que a consciência moral é algo que é adquirido pelo Homem em sociedade, através da sociabilização. Segundo estes, trata-se de uma aprendizagem que poderá ser feita com a família, o grupo social, na escola, etc.

A formação e o desenvolvimento da consciência constituem uma temática de capital importância cujo tratamento mereceu uma especial atenção dos filósofos modernos, podendo destacar-se os estudos do suíço Jean Piaget (1896-1980) e do americano Lawrence Kohlberg (1927-1987).

Nos seus estudos, Piaget concluiu que a moralidade se desenvolve à medida que a inteligência humana se vai desenvolvendo, seguindo um processo delineado por três etapas fundamentais.

No princípio (entre os 2 e os 6 anos) encontramos na criança a **moral de obrigação e/ou Heteronomia**, onde ela vive numa atitude unilateral de respeito absoluto para com os mais velhos e as normas são totalmente exteriores a si.

Numa segunda etapa (entre os 7 e os 11 anos), verifica-se no adolescente a **moral da solidariedade** entre iguais.

Aqui, o respeito unilateral é substituído pelo respeito mútuo e começa a desenvolver-se a noção de igualdade entre todos e as normas de conduta humana são aplicadas de uma forma rigorosa. Por fim, numa terceira etapa (dos 12 anos em diante), encontramos no jovem ou no adulto, a **moral de Equidade ou Autonomia**. Aqui aparece o altruísmo, o interesse pelo outro e a compaixão, e a moral torna-se autónoma. Daí que a



FIG. 4 Busto de Jean Piaget. Este concluiu que o desenvolvimento da moralidade acompanha o desenvolvimento da inteligência humana.

observância pelas normas que permitem a convivência social entre os seres humanos assuma um carácter pessoal.

Paralelamente, Lawrence Kohlberg considera que a consciência moral se forma num processo de conhecimento que decorre de fases de aprendizagem social. Na sua opinião, há três etapas de desenvolvimento moral, todas elas baseadas na noção que cada um tem de justiça. Segundo ele, cada pessoa estará num determinado estádio de desenvolvimento moral de acordo com as suas respostas a dilemas morais. A primeira etapa corresponde ao **nível pré-convencional** e define que as pessoas respeitam as normas sociais, mas receiam o castigo se não as cumprirem ou esperam uma recompensa pelo seu cumprimento; a segunda etapa corresponde ao **nível convencional** e determina que as pessoas respeitam as normas sociais porque consideram importante que cada um desempenhe o seu papel numa sociedade moralmente organizada; o último estádio corresponde ao **nível pós-convencional** e estabelece que as pessoas se preocupam com um juízo autónomo e com o estabelecimento de princípios morais universais.



FIG. 5 Para Kohlberg (na foto), o desenvolvimento da consciência moral da criança é fruto da aprendizagem social.

Vamos recordar...

- A consciência moral é «sentimento daquilo que se passa connosco; ou seja, o testemunho ou julgamento secreto da alma que aprova as acções boas ou rejeita as más».
- A consciência moral, como sentimento, censura, condena ou aprova as nossas acções, chama-nos a cumprir um determinado dever e proíbe-nos determinados actos, considerando-os imorais ou reprováveis.
- Enquanto as filosofias antigas consideram que a consciência moral é algo inato, as filosofias modernas consideram-na algo adquirido no processo de sociabilização.
- Piaget é da opinião de que o desenvolvimento da consciência moral é correlativo ao desenvolvimento das nossas capacidades cognitivas. Kohlberg defende que a consciência moral é formada num processo de aprendizagem que atravessa três estádios de desenvolvimento: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

Actividades

1. Lê o texto com atenção:

   «As minhas acções não são indiferentes. Impõe-se-lhes uma regra (...). Não devo cometer uma fraude neste exame. Mas se me é útil? Não importa, é proibido! Mas ninguém o saberá. Não importa à mesma, é injusto e desleal, e, se o fizesse, no fundo de mim mesma censurar-me-ia e teria vergonha.»

   Professora Madinier

   1.1 Com base nas expressões do texto, deduz as funções da consciência moral.

2. Refere-te à origem da consciência moral e apresenta as teorias de Piaget e Kohlberg.

2.4 Acção humana e valores

Actos voluntários e actos involuntários

> Existir é um modo de vida que é próprio do ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar.
>
> Paulo Freire

O Homem define-se pelo modo como escolhe, decide e executa as diferentes acções. Cada homem individualiza-se neste processo. Através das acções, o Homem transforma a realidade, intervém no curso dos acontecimentos, torna-se um agente de mudança. As suas acções projectam-no no futuro.

O Homem pratica dois tipos de actos: os que são comuns a outros animais e os que só ele próprio realiza.

No primeiro caso, temos, entre outros, os chamados actos instintivos. Os estudos de Konrad Lorenz apontam para a existência de quatro grandes instintos comuns aos homens e aos animais (nutrição, reprodução, fuga e agressão). Os instintos nos animais determinam quase totalmente o comportamento destes, permitindo-lhes uma resposta perfeita ao meio, o que constitui uma condição imprescindível à sua sobrevivência.

No segundo, a actividade instintiva é secundarizada a favor da actividade reflexiva, específica dos seres humanos. Agir, no caso do Homem, implica pensar antes de executar as acções (analisar as situações, definir objectivos, escolher as respostas mais adequadas e ponderadas às suas consequências).



FIG. 6 O Homem define-se pelo modo como escolhe, decide e executa as diferentes acções.

Por tudo isto, não podemos reduzir as acções dos homens a simples actos mecânicos. Os homens são livres de agir ou não, de escolher um ou outro caminho. Os seus actos possuem uma dimensão moral que se fundamenta na *liberdade* e na *consciência da acção.*

Numa dimensão moral, como veremos, os homens praticam também actos que, embora sejam conscientes e intencionais, não deixam de ser considerados inumanos. A razão é que os mesmos não se enquadram no âmbito daqueles que consideramos dignos de seres humanos.

Dada a diversidade das acções que o Homem pratica, é natural que a palavra «acção» tenha muitos significados. Importa diferenciar dois tipos de acções: as involuntárias e as voluntárias.

Acções involuntárias (ou actos do Homem)

São acções que não implicaram qualquer intenção da parte do sujeito. São acontecimentos em que nos limitamos a ser meros receptores de efeitos que não provocámos. Há actos que realizamos por um mero reflexo instintivo, fazemo-los sem pensar. Constituem os comportamentos reflexos e espontâneos ou ainda os comportamentos automatizados e reactivos, que realizamos de forma acidental devido a uma sucessão de causas que nos são totalmente alheias e que não controlamos.

São exemplos destes actos mastigar, ressonar, esticar o braço em autodefesa, envelhecer, gritar de susto, etc.

Acções voluntárias (ou actos humanos)

As acções humanas implicam uma intenção deliberada de um agente, de agir de determinado modo e não doutro. Estas acções são reflectidas, estudadas, premeditadas ou até projectadas a longo prazo, tendo em vista atingir determinados objectivos. Nestes casos, afirmamos que temos a intenção ou o propósito de fazer o que fazemos.

Aplicamos o termo «acção» apenas àqueles actos que realizamos de forma consciente (racional), voluntária e responsável, dado que são os únicos que são específicas dos seres humanos. Por isso, toda a acção humana implica, necessariamente, os seguintes elementos:

- **Agente** – um sujeito da acção que é capaz de se reconhecer como autor da acção e que age com consciência (é capaz de se saber autor da acção e ter responsabilidade pela mesma) e livre-arbítrio ou vontade, ou seja, que é capaz de optar e tomar decisões livremente.

- **Motivo** – a razão que justifica a acção; o que nos leva a agir ou fazer algo. Por isso, quando perguntamos «Porque fizeste ou vais fazer isto ou aquilo?», procuramos encontrar a razão que justifica a acção.

- **Intenção** – a intenção diz respeito ao que o sujeito pretende fazer ou ser com a sua acção e responde à pergunta: «Que fazes?» ou «Que quer fazer aquele que age?». A intenção implica um agente consciente, pois a intenção consiste naquilo que o agente quer realizar. Para um estudante de Ciência Política, a sua intenção pode ser a de se tornar, por exemplo, um analista de política do Médio Oriente.

- **Fim** – o fim da acção é a possessão daquilo para que se quer a acção voluntária (no caso do estudante de Ciência Política o fim da acção será, por exemplo, o de este ser efectivamente um analista de política do Médio Oriente). A finalidade da acção difere do fim da acção, pois corresponde a uma orientação para o fim da acção. No nosso exemplo, a finalidade da acção do estudante corresponderia ao estudo de assuntos políticos do Médio Oriente e todas as acções realizadas para aprender sobre esse tema.

Depois da caracterização dos actos humanos, uma questão emerge: Fazer e agir são conceitos com a mesma significação moral? Não são. **Fazer** e **agir** são conceitos que exprimem significações diferentes. Enquanto o conceito fazer se aplica às acções em que temos em vista a execução ou a produção de determinados efeitos num objecto qualquer, o conceito agir aplica-se a todas as outras acções intencionais que realizamos livremente e em que somos capazes de identificar facilmente os motivos por que fazemos o que fazemos.

No primeiro caso, trata-se de uma actividade centrada em objectos, o fazer qualquer coisa, que envolve uma série de ocorrências distribuídas no tempo, implicando frequentemente conhecimentos prévios de natureza técnica. No segundo, trata-se de acções em que nos sentimos directamente responsáveis pelas consequências dos nossos actos e em que estamos implicados nas escolhas que fazemos. Ambas são acções humanas, pois nas duas há um agir pensado e intencional e uma reflexão sobre o valor e o sentido da própria acção, mas com um valor moral diferente. No agir humano, o valor moral é tanto maior quanto mais está associado à questão da responsabilidade e da intencionalidade.

Vamos recordar...

- Tudo o que o Homem faz ou o que lhe acontece sem que o tenha desejado é um acto do Homem.
- Os actos humanos são aqueles que resultam de uma decisão livre, vontade e desejo próprios; e a sua execução requer um agente, um motivo, uma intenção e um fim.
- À acção do sujeito em torno de objectos ou no decorrer da execução de uma técnica chama-se fazer. É uma acção humana mas com implicações morais diferentes do agir humano, que tem como fundamento uma intenção e uma responsabilidade implicada.

Actividades

1. Distingue a acção humana da acção do Homem.
2. Que condições são necessárias à existência de um acto humano?
3. Distingue, nos enunciados seguintes, os actos humanos dos actos do Homem.
   a) Descendo as escadas do seu prédio, Mataka escorrega, cai e sofre ferimentos no joelho.
   b) Sem saber nadar, Alberto Cossa, cidadão moçambicano de 42 anos, morador em Catembe, mergulha no mar com maré alta e morre afogado.
   c) Não tendo o que comer, João Canyenye assalta um armazém de produtos alimentares na baixa da cidade de Chimoio.
   d) Estando em sua casa, Adija é surpreendida por um grupo de meliantes que leva todos os seus electrodomésticos.

Da acção aos valores

Noção de valor

Em toda a acção humana, o ser humano exprime o modo como se relaciona com o mundo, podendo preferir ou preterir algo. A acção humana está estritamente ligada aos valores, explícita ou implicitamente. Os valores dão ao sujeito o motivo para agir. Por isso, parar quando o semáforo está vermelho exprime um valor nobre: o civismo; quando damos esmola, também lá está um valor muito nobre: a solidariedade. É mediante os valores que hierarquizamos os nossos actos, considerando uns preferíveis a outros.



FIG. 7 Os juízos de valor são relativos, pois variam de pessoa para pessoa.

Mas o que são os valores? O que é um juízo de valor? E o que distingue um «juízo de facto» de um «juízo de valor»?

Um juízo de facto é um juízo em que se descreve a realidade de uma forma objectiva, neutra e impessoal. Estes juízos podem ser verificáveis e podem ser verdadeiros ou falsos. São exemplos destes juízos as afirmações: «Maputo é a capital de Moçambique.»; «O António foi ontem passear à praia.»; «As plantas realizam fotossíntese.»

Um juízo de valor é uma manifestação de preferência e apreciação sobre a realidade e é fruto de uma interpretação parcial e subjectiva feita com base em valores. Os juízos de valor são relativos, pois variam de pessoa para pessoa, e por isso, estão sujeitos a discussão. São exemplos destes juízos: «Maputo é a cidade mais bonita de África.»; «O António é um rapaz antipático.»; «Moçambique tem o melhor camarão do mundo.»

É no contexto dos juízos de valor que podemos enquadrar a análise da acção humana, pois o juízo de valor é já o resultado do que designamos por valores.

Podemos definir os **valores** partindo das várias dimensões: os valores são critérios segundo os quais damos ou não importância às coisas; os valores são as razões que justificam ou motivam as nossas acções, tornando-as preferíveis a outras.

Tipos de valores

Os valores não são coisas, nem simples ideias que adquirimos, mas conceitos que traduzem as nossas preferências. O valor tem sempre como referência a avaliação do sujeito que o enuncia, não se trata de características e qualidades próprias de algo, alguém ou acontecimentos (cor, tamanho, duração, forma, altura, etc.), mas qualidades e atributos que são atribuídos pelo sujeito a algo, alguém ou a um acontecimento. São importantes para o agir humano na medida em que constituem os critérios e padrões que orientam a acção e lhe dão sentido.

Existe uma enorme diversidade de valores, que podemos agrupar em espirituais e materiais:

1. Valores espirituais:

- **Valores religiosos** – aqueles que dizem respeito à relação do Homem com a transcendência (o sagrado ou divino, pureza, santidade, perfeição, castidade, etc.);
- **Valores estéticos** – os valores de expressão (beleza, harmonia, graciosidade, elegância, feio, sublime, trágico, etc.);
- **Valores éticos** – aqueles que se referem às normas ou critérios de conduta que afectam todas as áreas da nossa actividade (lealdade, verdade, solidariedade, honestidade, bem, bondade, altruísmo, amizade, liberdade, etc.);
- **Valores políticos** – aqueles que dizem respeito ao Homem na sua qualidade de cidadão (justiça, igualdade, imparcialidade, cidadania, liberdade de expressão ou de associação ou de culto, etc.).

2. Valores materiais ou sensíveis:

- **Valores do agradável e do prazer** – aqueles que exprimem as sensações de prazer e de satisfação, assim como as suas fontes (comida, bebida, vestuário, etc.);
- **Valores vitais** – aqueles que se referem ao estado físico (saúde, força, resistência física, vigor e robustez, êxito, felicidade, amor, etc.);
- **Valores de utilidade ou económicos** – aqueles que se referem à habitação, dinheiro, meios de comunicação, electrodomésticos, vestuário, alimentos, automóveis, máquinas, etc.

Apesar da diversidade de valores, estes apresentam porém características comuns a todos os tipos, grupos e situações:

- **Bipolaridade dos valores**: os valores apresentam-se sempre em pares opostos, numa polaridade negativo/positivo; por oposição ao bom (positivo), temos o mau (negativo); ao belo, temos o feio; ao útil, o inútil, e outros mais.
- **Hierarquia dos valores**: os valores encontram-se sempre dispostos numa hierarquia que implica a superioridade e prioridade de uns sobre outros; cada pessoa, grupo, cultura ou comunidade possui a sua própria hierarquia ou tábua de valores.
- **Historicidade dos valores:** a selecção, a hierarquização e o próprio conteúdo dos valores sofrem condicionalismos e influência da época em que são enunciados.

A subjectividade (ou relatividade) e a objectividade dos valores

Existem duas posições que surgem sobre os valores, que têm dividido e alimentado desde sempre a discussão em torno da natureza dos valores. Para alguns autores, os valores têm duas vertentes: subjectiva e objectiva; para outros, os valores são só objectivos, ou, ainda para outros, são apenas subjectivos.

Para os defensores da subjectividade, os valores não podem nunca deixar de ser subjectivos, tanto mais que designam um padrão comportamental do que alguém atribui importância ou relevo. Esta concepção assenta na constatação empírica de que, ao longo dos tempos, os valores estão sempre a mudar. O ideal de beleza numa época, por exemplo, torna-se uma expressão do mau gosto noutro período histórico. Esta posição foi assumida pelos sofistas, na Antiguidade, ao afirmarem que a verdade ou a moral não passavam de convenções que variavam de sociedade para sociedade, de indivíduo para indivíduo, de cultura para cultura.

Os defensores da vertente objectiva advogam que os valores designam padrões de comportamento colectivamente reconhecidos e adaptados por um grupo ou uma comunidade mais ou menos vasta e que, como tal, estes valores são considerados absolutos e inquestionáveis. Esta é a posição defendida pela maioria das religiões que, apoiadas na Bíblia, no Corão, e em outros textos sagrados consideram certos valores, como o amor ao próximo e as normas morais, absolutos, isto é, valores que não dependem das sociedades nem dos indivíduos, uma vez que correspondem à vontade divina. A mesma posição foi defendida por Platão ao considerar o bem, o belo e o justo entidades ideais, imutáveis e incondicionadas. Na Filosofia moderna, a mesma posição é defendida por filósofos como Max Scheler e Nicolai Hartmann.

Por oposição, Jean-Paul Sartre (famoso filósofo francês do século XX), ao defender a liberdade humana, anuncia que cabe ao Homem a invenção dos seus próprios valores.

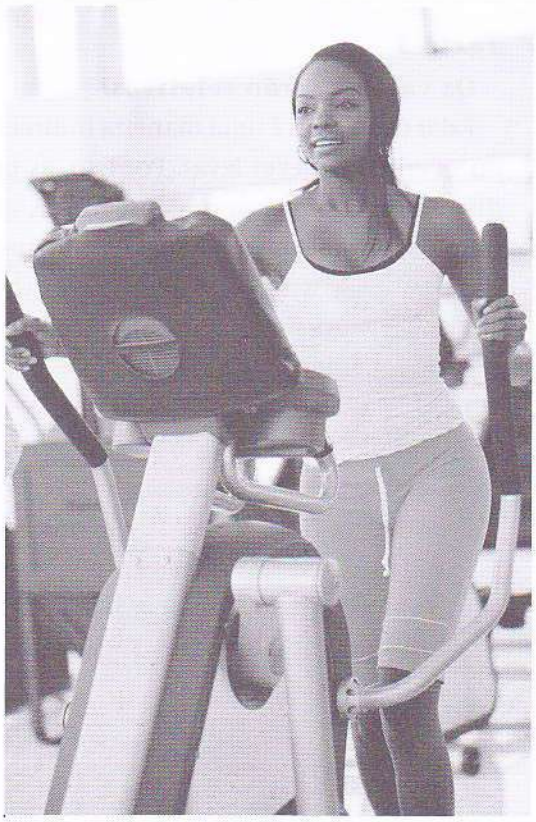


FIG. 8 Os valores estéticos variam de época para época e de sociedade para sociedade.

Muitos autores e instituições actuais defendem, por sua vez, que todo o conjunto de valores e o acto de valorar incorporam critérios objectivos e subjectivos, pois, a certos valores, em cada época ou cultura, é atribuído o carácter de absolutos e inquestionáveis, ou seja, aqueles que não podem deixar de ser obedecidos e seguidos (a Declaração dos Direitos do Homem defende que a liberdade, a igualdade, a paz e a solidariedade são direitos e valores universais e absolutos), em detrimento de outros que são considerados mais relativos e menos «obrigatórios».

Vamos recordar...

- Os valores são princípios segundo os quais damos importância ou não às coisas e são as causas e as razões do agir humano.
- Toda a acção humana reporta a um determinado valor em função do qual preferimos uma coisa em vez de outra.
- Os valores podem ser materiais ou espirituais, de acordo com a sua natureza.
- Duas posições são defendidas relativamente à natureza dos valores: a sua objectividade ou subjectividade. Se, para alguns, existem valores objectivos e subjectivos, para outros, os valores são absolutos (objectivos) e, para outros ainda, os valores não podem deixar de ser relativos (subjectivos).

Texto 3

Os valores serão relativos?

Falar de valores é uma maneira indirecta de descrever o tipo de vida que se pretende levar ou se entende dever levar. Por isso, as pessoas organizam a sua vida de muitas maneiras diferentes. Espera-se, por conseguinte, que as acções que parecem perfeitamente normais numa cultura sejam rejeitadas e condenadas noutra. Veja-se um exemplo (um caso verídico que ouvi a Christina von Weizsäcker): um médico aconselha uma radiografia para detectar a doença de um membro de uma tribo centro-africana. O seu paciente quer que ele recorra a outros métodos: «o que me vai cá dentro não diz respeito a ninguém». Neste caso, a vontade de saber, com base no conhecimento, e de curar da forma mais eficaz possível, colidem com a vontade de manter a privacidade e integridade do corpo (da pessoa). Contestar os valores significa examinar e resolver os conflitos desta natureza.

O desejo do paciente pode ser considerado racional? Para uma comunidade que preza a privacidade e integridade do corpo e espera que os seus feiticeiros ajam dentro dos limites destes valores, pode. É impensável para uma comunidade em que a eficiência e a procura de conhecimentos dominam tudo (grande parte da civilização ocidental parece funcionar desta maneira).

P. Feyerabend, *Adeus à Razão.*

Actividades

1. Lê o texto com atenção:

   «Um ser humano que se projecta numa acção regulada pelo valor "material" de ganhar dinheiro somente para enriquecer não tem a possibilidade de pretender aceder a um nível de realização existencial igual ao de outro homem ou mulher que procure por prioridade, no seu agir profissional, servir os outros.» (M. Renaud)

   1.1 Tendo em conta o texto de M. Renaud, explicita a função dos valores na orientação da acção humana.

   1.2 O texto fala de uma acção projectada no ganho de dinheiro. Classifica o termo «dinheiro» quanto ao tipo e subtipo de valores.

2. Identifica as afirmações verdadeiras e as falsas.

   a) Os valores são bipolares, hierarquizáveis e sofrem influência histórica da época em que são enunciados.

   b) O valor da amizade não sofre quebra porque um amigo meu me traiu.

   c) Segundo Sartre, os valores são uma invenção divina.

   d) Os valores são objectos com que lidamos no dia-a-dia.

Liberdade como fundamento da acção humana

Noção de liberdade

Apesar de todos os condicionalismos, o Homem é um ser livre, pois, em última instância, é sempre ele quem decide agir ou não.

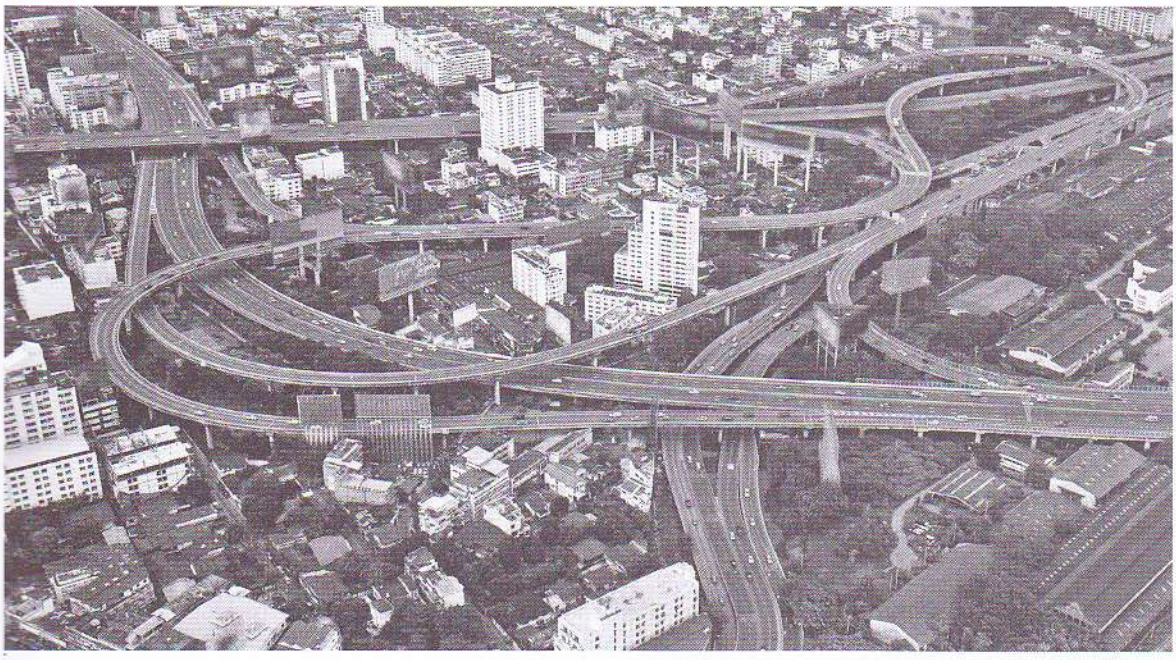


FIG. 9 O Homem é livre na medida em que é capaz de se autodeterminar.

Sendo livre, pode decidir ajustar-se ou não às regras sociais que encontra. Pode realizar ou não acções que constituem verdadeiras rupturas com os condicionalismos e as solicitações externas ou internas (liberdade de).

Sendo livre, toma decisões que têm como objectivo responder à sua necessidade de realização pessoal, em conformidade com o seu próprio projecto de vida (liberdade para).

Mas o que se entende por liberdade?

O termo **«liberdade»** designa a capacidade que todo o homem possui de agir de acordo com a sua própria decisão: é a capacidade de autodeterminação.

Como condição do agir humano, a liberdade pressupõe:

- **Autonomia do sujeito** face às suas condicionantes. Embora o Homem esteja sempre condicionado por factores externos e internos, para que uma acção possa ser considerada livre, é necessário que ele seja a causa do seus actos, isto é, que tenha uma conduta livre.

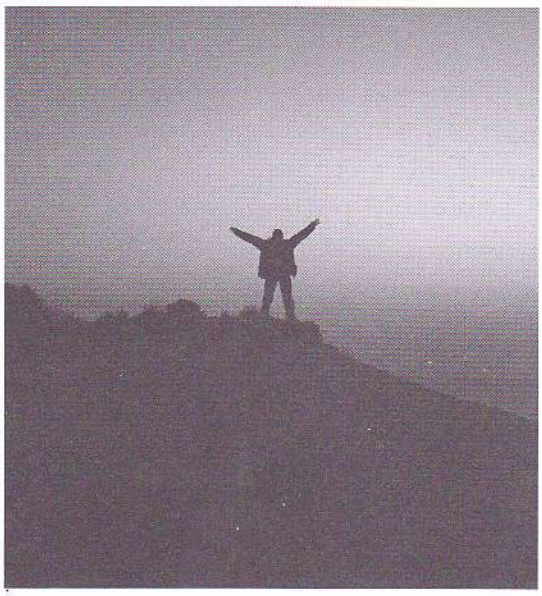


FIG. 10 A liberdade é a capacidade de agir de acordo com a sua própria decisão. É a capacidade que o Homem tem de se autodeterminar.

- **Consciência da acção**. A acção humana é a manifestação de uma vontade livre e, portanto, consciente dos seus actos. Este pressuposto implica que o sujeito não ignore a intenção, os motivos e as circunstâncias, assim como as consequências da própria acção. Pressuposto este que está, todavia, longe de ser sempre satisfeito.
- **Escolhas fundamentadas** em valores. A acção implica sempre a manifestação de certas preferências, implicando o Homem nessa escolha. Nem sempre, contudo, esta dimensão da liberdade é consciente, embora seja sempre materializada na própria acção.

Formas e tipos de liberdade

Os tipos de liberdade são uma consequência directa dos tipos de coacção de que o Homem é vítima na sua relação com os outros (sociedade) e consigo mesmo. Por isso, a liberdade pode ser interior ou exterior.



FIG. 11 Nelson Mandela esteve privado da sua liberdade exterior e política durante três décadas.

A **liberdade interior** compreende:

- **Liberdade psicológica** – capacidade que o Homem tem de fazer ou não uma determinada coisa. É a isenção de impulsos internos sobre a nossa vontade de agir de uma determinada forma; é a capacidade de decidir por si mesmo.
- **Liberdade moral** – ausência de qualquer constrangimento de ordem moral, como, por exemplo, o medo de punições ou de infringir leis, ameaças, etc. Manifesta-se na adesão voluntária, intencional e consciente a valores estabelecidos por si como uma meta a atingir ao longo da vida. É a liberdade de escolha ou de não escolha que torna o Homem digno de si próprio (autónomo).

A **liberdade exterior**, por sua vez, compreende os seguintes tipos:

- **Liberdade sociológica** – autonomia do sujeito face aos constrangimentos impostos pela sociedade.
- **Liberdade física** – ausência de qualquer constrangimento físico. Por exemplo, um portador de deficiência física nos membros superiores pode estar privado de praticar determinada modalidade desportiva.
- **Liberdade política** – ausência de qualquer constrangimento de natureza política. Por exemplo, um sujeito que não deve votar, por ser um prisioneiro, não tem liberdade política.

Vamos recordar...

- A liberdade é a capacidade de autodeterminação, isto é, a capacidade de poder agir de acordo com sua própria vontade, sem constrangimentos.
- A liberdade implica autonomia, consciência de acção e escolhas fundamentadas em valores. Por isso, ela é o fundamento do agir humano.
- Dado que os constrangimento podem ser de várias ordens, vários são os tipos de liberdade.

Actividades

A

«A escolha é possível em algum sentido, mas o que absolutamente não é possível é a não escolha. Eu posso sempre escolher, mas devo saber que, se não escolho, ainda assim eu escolho. Por isso digo que o Homem está condenado a ser livre.» (J.-P. Sartre)

B

«Como fonte da moralidade, a razão não pode absolutamente prescindir da liberdade, porque sem a liberdade não é possível uma lei moral, tão-pouco uma imputação segundo essa lei.» (Immanuel Kant)

1. Clarifica o sentido dos textos transcritos tendo em consideração os conceitos de moral, valor e acção humana.
2. Mostra que toda a liberdade é sempre liberdade de algo.

Da liberdade humana à responsabilidade moral

Como já vimos, o Homem pode escolher agir de acordo com as normas impostas pelas regras morais exteriores (as leis jurídicas e as regras sociais e os padrões culturais do grupo ou cultura a que pertence) e ainda de acordo com as normas internas e os valores interiorizados que lhe são ditados pela sua consciência. No entanto, só quando o Homem age segundo as regras e os valores da sua consciência (quando opta por agir segundo a sua consciência, perante outras possibilidades) é que este se torna um sujeito ético-moral e a sua acção é considerada uma acção moral.



FIG. 12 A acção segundo as normas sociais e as leis jurídicas vigentes por si só não é uma acção moral – a acção legal é moral se é realizada também segundo os princípios e os valores da consciência do sujeito.

Assim sendo, na acção moral, a liberdade está ligada à responsabilidade, estas são duas características da acção moral. Ou seja, se o indivíduo opta livremente por realizar uma acção moral, isto é, de acordo com a sua consciência e perseguindo os fins que estão associados ao bem, não pode deixar de ser e de se assumir responsável pela sua acção. Pode definir-se a **responsabilidade moral** como a característica em virtude da qual a pessoa deve responder pelos seus actos, reconhecendo-os como seus e assumindo as suas consequências ou efeitos perante os outros e perante si mesmo e a sua consciência.

Todo o acto moralmente responsável exige as seguintes condições:

- **Imputabilidade** – só é responsável por um determinado acto aquele a quem esse mesmo acto é imputado, isto é, aquele a quem é atribuída a sua autoria.
- **Consciência** – o sujeito age **conscientemente,** com o **conhecimento de causa,** isto é, não ignora as circunstâncias em que a sua acção se desenrola e, de certa forma, pode controlar as consequências imediatas do seu comportamento. Por isso, quanto maior for o grau de conhecimento e de educação que o sujeito moral, a pessoa, tiver, tanto maior será a sua responsabilidade. Se uma pessoa age por *ignorância inculpável* ou por inadvertência ao bem e ao mal, a sua responsabilidade será atenuada ou suprimida, visto que só é responsável pelo bem ou pelo mal que a própria pessoa reconhece existir no acto e também só pelas consequências que por si foram previstas.
- **Intencionalidade** – o acto realizado é **intencional**, isto é, deriva de uma decisão consciente, voluntária e **livre** do sujeito, não sendo este forçado a agir de uma determinada forma por normas exteriores a si ou impostas.

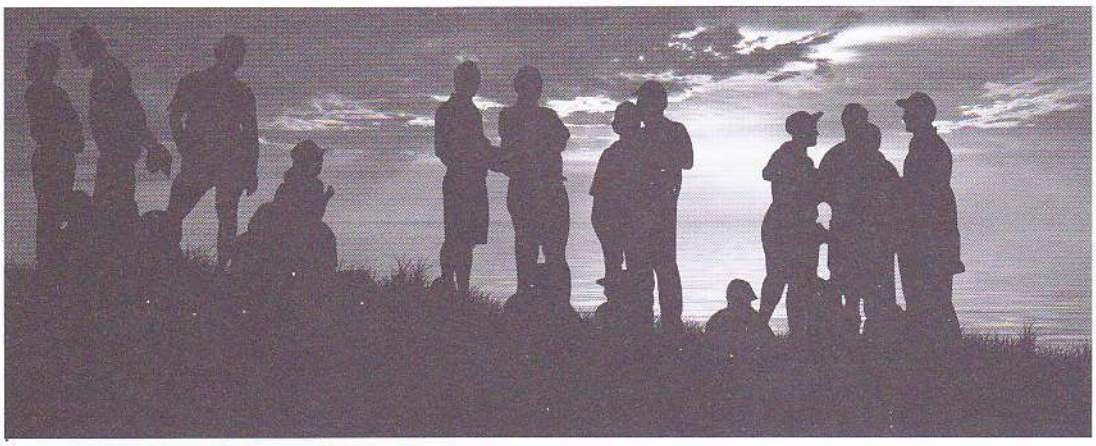


FIG. 13 A responsabilidade moral exige que o Homem seja responsável pelos seus actos – perante os outros e perante si mesmo e a sua consciência.

Vamos recordar...

- A responsabilidade moral é uma característica em virtude da qual a pessoa responde pelos seus actos perante os outros e perante si mesmo, assumindo-os como seus.
- Um acto é moralmente responsável, é uma acção moral, quando este for praticado por alguém (sujeito moral) no gozo da sua liberdade e das suas faculdades mentais (consciência da acção) com vista a um determinado fim (intenção).

Actividades

1. Lê o texto seguinte com atenção:
   «Ao contrário do menino malcriado e cobarde, o responsável está sempre disposto a responder pelos seus actos: "sim, fui eu". Se reparares, o mundo que nos cerca está cheio de ofertas para descartar o sujeito do peso da sua responsabilidade. A culpa do mal que acontece parece ser das circunstâncias, da sociedade em que vivemos, do carácter que tenho, da educação que recebi, dos anúncios da TV, dos exemplos irresistíveis e perniciosos... [...] O sujeito responsável está consciente do carácter real da sua liberdade [...] aquele que toma decisões, sem que ninguém superior lhe dê ordens.» (F. Savater)
   1.1 Em que condições se pode atribuir responsabilidade a uma pessoa, agente ou sujeito?
   1.2 Somos responsáveis perante quem?

2. Lê o texto seguinte e responde às questões:
   «A fuga à responsabilidade é o mais claro indício de falência da maturidade moral. Só pela sua aceitação nos libertaremos, só pela participação responsável na vida do Estado nos tornaremos cidadãos, só pela aceitação da responsabilidade pelas nossas acções nos tornamos pessoas.» (Heinemann)
   2.1 Com base no texto e nos conhecimentos adquiridos nos capítulos anteriores, procura relacionar os seguintes conceitos: liberdade, responsabilidade, acção humana e pessoa.

A Justiça e o dever

A justiça

Em que consiste a justiça?

A **justiça** é uma virtude ou qualidade humana que consiste na vontade firme e constante de dar a cada um o que lhe é devido (Aristóteles).

A justiça, como virtude, pressupõe a existência de uma pessoa que tem o direito a um «objecto» que lhe pertence e outra que tem o dever correlativo de o respeitar.

Segundo Carlos Dias Hernández, filósofo contemporâneo, a noção de justiça exprime uma tripla dimensão.

- **Ético-pessoal** – referida ao homem justo, como virtude pessoal, designa a imparcialidade e a capacidade de, nas relações com os outros, antepor as exigências morais aos interesses subjectivos ou de conjugá-los adequadamente.



FIG. 14 Segundo Aristóteles, a justiça consiste na vontade firme e constante de dar a cada um o que lhe é devido.

- **Ético-social** – é a sociedade ou o sistema político justo, no qual existem relações sociais institucionalizadas, ordenadas e coerentes, no interior das quais cada um recebe o que é seu, isto é, o que lhe corresponde; refere-se aos deveres do Estado e da política para com os seus cidadãos, ou seja, dar a cada um aquilo a que tem direito.
- **Jurídico-legal** – é o sistema de leis (Direito) que estabelecem de modo positivo o que é «seu», o que corresponde a cada um nas diversas circunstâncias e que utiliza os mecanismos adequados para a sua realização e cumprimento. A justiça é aplicada quando a lei é cumprida.

Noção de dever

O dever é um princípio que está ligado à dimensão ético-pessoal da pessoa e define o fim da acção e a sua moralidade. O indivíduo ou cidadão que age de acordo com as regras morais vigentes, que cumpre as leis do seu Estado, que respeita os outros e os seus interesses, mas que o faz tendo como motivo principal o medo de ser punido caso não o faça ou a perspectiva de ser recompensado, pratica acções morais? Ou, caso o faça, tendo como fundamento o mero respeito pela lei e normas vigentes, estará a agir moralmente?

A resposta a estas questões e a defesa da acção por dever são princípios defendidos pelas teorias deontológicas, ou seja, teorias que defendem que as acções são morais se são realizadas segundo princípios racionais ou dever, por oposição às teorias consequencialistas que defendem que a moralidade, ou não, de qualquer acção depende das suas consequências.

O principal defensor de uma ética ou agir moral por dever foi Immanuel Kant (1724-1804), que desenvolveu uma teoria ética que influenciou e continua a influenciar toda a reflexão filosófica sobre esta temática.

Para que possamos responder às questões colocadas, é necessário que se diferencie a acção por legalidade da acção moral, pois só nesta última tem cabimento falar de dever. Do indivíduo que cumpre as normas e as leis por serem boas e serem legais e estarem de acordo com os seus interesses, diz-se que age por legalidade. Só do indivíduo que cumpre as normas e as leis por serem boas e por dever se diz que age em moralidade. São acções morais as acções realizadas de acordo com a norma, mas realizadas por dever.

O que é, então, o dever?

O **dever** é uma realidade interior que leva a vontade a agir de determinada maneira, sem violentar, mas que, no entanto, se impõe como expressão de uma ordem que impera absoluta e incondicionalmente e que é cumprimento e respeito pela lei moral. De acordo com a terminologia de Kant, o dever é um **imperativo categórico** e não hipotético, isto é, uma obrigação, visto que impera incondicionalmente. Este imperativo é obrigatório no sentido em que é fruto da escolha da vontade, ou seja, o indivíduo pode escolher, é livre de escolher as suas acções, e nem sempre escolhe uma acção por dever, mas quando decide e opta por uma acção conforme ao dever, quando segue o imperativo categórico que é uma lei moral, a sua vontade é uma vontade boa e é realizada uma acção moral.

A formulação do imperativo categórico é a seguinte:

«Age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal.»

Por outras palavras, quer isto dizer, que a máxima (a regra particular que seguimos em determinadas situações e que rege a acção nessa situação particular) deveria poder ser aceite e utilizada por todos os seres humanos na mesma situação, ou seja, ela poderia servir de lei universal ou moral para todos os seres humanos, na medida em que seguir essa lei tornará a acção numa boa acção. A acção moral é aquela que é praticada por dever, o que quer dizer que em liberdade a vontade escolheu seguir, para orientação da sua acção, um princípio que poderá ser uma lei universalmente boa para todos os seres humanos.



FIG. 15 Immanuel Kant.

A lei moral, ou dever, não diz o que se deve fazer nesta ou naquela situação, mas indica ao ser humano como se deverá comportar em todas as situações.

Na execução do dever, a liberdade é condição essencial: a liberdade é a condição importante do dever, visto que «dever fazer uma coisa ou seguir um princípio» implica necessariamente a possibilidade de a não fazer. Assim sendo, o dever só se impõe ao homem e não ao animal ou a uma coisa. Os animais e as coisas estão submetidos ao determinismo. Pelo contrário, o Homem submete-se a um conjunto de regras, normas ou leis que pode aceitar ou recusar, e é na aceitação ou na recusa que se manifesta a liberdade.

Mas que lei pode ser então essa, cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar boa absolutamente e sem restrição? Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam dar obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das acções em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é, devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.

[...] Coloquemos, por exemplo, a seguinte questão: Não posso eu, quando me encontro em apuros, fazer uma promessa com a intenção de a não cumprir? Facilmente distingo aqui os dois sentidos que a questão pode ter: se é prudente, ou se é conforme ao dever, fazer uma falsa promessa. O primeiro caso pode, sem dúvida, apresentar-se muitas vezes. É verdade que vejo bem que não basta furtar-me ao embaraço presente por meio desta escapatória, mas que tenho de ponderar se desta mentira não me poderão advir posteriormente incómodos maiores do que aqueles de que agora me liberto; e como as consequências, a despeito da minha pretensa esperteza, não são assim tão fáceis de prever, devo pensar que a confiança uma vez perdida me pode vir a ser mais prejudicial do que todo o mal que agora quero evitar; posso enfim perguntar se não seria mais prudente agir em conformidade com →

uma máxima universal e adquirir o costume de não prometer nada senão com a intenção de cumprir a promessa. Mas depressa se me torna claro que uma tal máxima tem sempre na base o receio das consequências. Ora, ser verdadeiro por dever é uma coisa totalmente diferente de sê-lo por medo das consequências prejudiciais; enquanto no primeiro caso o conceito da acção em si mesma contém já para mim uma lei, no segundo tenho antes de olhar à minha volta para descobrir que efeitos poderão para mim estar ligados à acção. Porque, se me afasto do princípio do dever, isso é de certeza mau; mas se for infiel à minha máxima de esperteza, isso poderá trazer-me por vezes grandes vantagens, embora seja em verdade mais seguro continuar-lhe fiel. Entretanto, para resolver da maneira mais curta e mais segura o problema de saber se uma promessa mentirosa é conforme ao dever, preciso só de perguntar a mim mesmo: — Ficaria eu satisfeito de ver a minha máxima (de me tirar de apuros por meio de uma promessa não verdadeira) tomar o valor de lei universal (tanto para mim como para os outros)? E poderia eu dizer a mim mesmo: — Toda a gente pode fazer uma promessa mentirosa quando se acha numa dificuldade de que não pode sair de outra maneira. Em breve reconheço que posso em verdade querer a mentira, mas que não posso querer uma lei universal de mentir; pois, segundo uma tal lei, não poderia propriamente haver já promessa alguma, porque seria inútil afirmar a minha vontade relativamente às minhas futuras acções a pessoas que não acreditariam na minha afirmação, ou, se precipitadamente o fizessem, pagariam na mesma moeda. Por conseguinte, a minha máxima, uma vez arvorada em lei universal, destruir-se-ia a si mesma necessariamente.

Não preciso pois de perspicácia de muito largo alcance para saber o que hei-de fazer para que o meu querer seja moralmente bom. Inexperiente a respeito do curso das coisas do mundo, incapaz de prevenção em face dos acontecimentos que nele se venham a dar, basta que eu pergunte a mim mesmo: — Podes tu querer também que a tua máxima se converta em lei universal? Se não podes, então deves rejeitá-la, e não por causa de qualquer prejuízo que dela pudesse resultar para ti ou para os outros, mas porque ela não pode caber como princípio numa possível legislação universal.

Immanuel Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, 1785.

O dever encontra a sua fundamentação em tendências que podem ser resumidas assim:

- **Tendência teísta** – defende que o verdadeiro fundamento do dever é Deus, criador e legislador supremo da Natureza e do Homem. Só Deus, ser absoluto e autoridade auprema, pode explicar o carácter absoluto, categórico e universal do dever.
- **Tendência positivista** – defende o dever como algo resultante da expressão exercida pela sociedade sobre os indivíduos que, com o tempo, se foi interiorizando e se transformou em obrigação de consciência. Os positivistas negam a transcendência do dever, baseando-o na própria razão humana ou na sociedade.
- **Tendência racionalista** – defende como fundamento do dever a própria razão humana, autora de todas as leis e, por isso, também das leis morais. Estas, por procederem da razão, são dignas do máximo respeito e veneração e impõem-se à vontade por imperativo categórico. Portanto, é a razão que cria o dever. Esta é a tendência onde se enquadra a teoria de Kant que já analisámos.

A sanção e o mérito

O que é a sanção?

Em termos legais, designa-se por sanção o prémio ou o castigo infligidos pelo cumprimento ou violação de uma lei. Por isso, legalmente, sancionar um acto é sublinhar o seu valor reconhecendo-o como bom, por meio de elogios ou recompensas, ou tomando-o como mau, através de censuras ou castigos. Contra o senso comum, a sanção não se circunscreve ao castigo.

O que é o mérito?

Em termos comuns, segundo o dicionário de Filosofia, o mérito de uma pessoa são as suas qualidades susceptíveis de admiração, e os méritos morais incluem, geralmente, virtudes como a benevolência, a temperança, a justiça, a misericórdia, etc. Assim, podemos dizer que o mérito é também uma virtude, entendendo por virtude a disposição habitual que a pessoa tem para cumprir o dever, seja qual for a forma pela qual este se apresenta. A virtude é uma força moral para fazer o bem e adquire-se pela prática de actos bons. A caridade, por exemplo, como virtude não consiste em dar esmola uma só vez, mas sim no hábito de praticar esse acto. Assim, uma pessoa é virtuosa quando adquire uma força tal que a leva a cumprir sempre, e até com prazer, o seu dever, embora muitas vezes isso custe sacrifícios, e até a própria vida. Segundo a linha de argumentação que temos vindo a estudar acerca da moralidade do sujeito, o mérito é mais um conceito importante para que possamos entender o que caracteriza uma acção oral.

Para que um acto seja meritório, é necessário que seja bom, isto é, conforme com a lei moral e que o seu autor faça ou esteja na disposição de fazer esforço voluntário para o praticar. Segundo Kant, o mérito moral consiste no respeito pelo dever de conduzir a acção segundo o imperativo categórico. Quando se é simpático para com os outros apenas para se ser popular, essa acção não é moral e não tem mérito. O mérito consiste em ser simpático com os outros, apenas e sempre pelo próprio acto de poder ser útil aos outros sem interesse particular, com respeito pelos outros como pessoas, tratando os outros como fins em si mesmos e não como meios.

A consciência moral, pilar central do indivíduo na sua dimensão de ser ético-moral, ou seja, enquanto Pessoa, além do papel e da capacidade interior de orientação, desempenha também o papel de avaliação e de crítica do agir humano. É por essa razão que se chama também à consciência moral «voz interior». Nesse sentido, cabe à consciência moral do indivíduo ser o juiz dos seus actos e das suas intenções e fazer a crítica do seu agir, elogiando-o ou censurando-o conforme as suas acções obedeçam ou não a ideais e valores morais. Assim, a consciência moral é a faculdade interior do ser humano que avalia e critica se as suas acções são dignas de mérito ou não.

Vamos recordar...

- A justiça consiste em dar a cada um o que é seu por direito.
- O dever é uma realidade interior que leva a vontade a agir de determinada maneira; é um imperativo categórico porque não impõe condição para o seu cumprimento e é resultado da escolha de uma vontade livre.
- Enquanto a sanção é o prémio ou o castigo infligidos pelo cumprimento ou violação de uma lei, o mérito é o valor moral adquirido por um esforço voluntário para vencer as dificuldades que se oponham ao cumprimento do dever, e a consciência moral é o juiz desse valor.

Texto 4

O que é agir por dever?

O que é, pois, agir por dever? Agir por dever é agir em função da reverência pela lei moral; e a maneira de testar se estamos a agir assim é procurar a máxima, ou princípio, com base na qual agimos, isto é, o imperativo ao qual as nossas acções se conformam. Há dois tipos de imperativos: os hipotéticos e os categóricos. O imperativo hipotético afirma o seguinte: se quisermos atingir determinado fim, age desta ou daquela maneira. O imperativo categórico diz o seguinte: independentemente do fim que desejamos atingir, age desta ou daquela maneira. Há muitos imperativos hipotéticos, porque há muitos fins diferentes que os seres humanos podem propor-se alcançar. Há um só imperativo categórico, que é o seguinte: «Age apenas de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se torne uma lei universal.»

Kant ilustra este princípio com vários exemplos, dos quais podemos mencionar dois. O primeiro é este: tendo ficado sem fundos, posso cair na tentação de pedir dinheiro emprestado, apesar de saber que não serei capaz de o devolver. Estou a agir segundo a máxima «Sempre que pensar que tenho pouco dinheiro, peço dinheiro emprestado e prometo pagá-lo, apesar de saber que nunca o devolverei.» Não posso querer que toda a gente aja segundo esta máxima, pois, nesse caso, toda a instituição da promessa sucumbiria. Assim, pedir dinheiro emprestado nestas circunstâncias violaria o imperativo categórico.

Um segundo exemplo é este: uma pessoa que esteja bem na vida e a quem alguém em dificuldades peça ajuda pode cair na tentação de responder «Que me interessa isso? Que todos sejam tão felizes quanto os céus quiserem ou quanto o conseguirem; não o prejudicarei, mas também não o ajudo.» Esta pessoa não pode querer que esta máxima seja universalizada, porque pode surgir uma situação na qual ela própria precise do amor e da simpatia de outras. Estes casos ilustram duas maneiras diferentes a que o imperativo categórico se aplica. No primeiro caso, a máxima não pode ser universalizada, porque a sua universalização implicaria uma contradição (se ninguém cumprir as suas promessas, as próprias promessas deixam de existir). No segundo caso, a máxima pode ser universalizada sem contradição, mas ninguém poderia racionalmente querer a situação que resultaria da sua universalização. Kant afirma que os dois casos correspondem a dois tipos diferentes de deveres: deveres estritos e deveres meritórios.

Anthony Kenny, *História Concisa da Filosofia Ocidental*.

Actividades

1. Imagina que, chegado ao final do ano, o teu professor dá a todos os alunos da tua turma a mesma nota, o que permite que todos passem de classe. Este procedimento aproxima-se ao ideal de justiça? Justifica a tua resposta.

2.5 A Pessoa como um ser de relações

A Pessoa, como já foi dito anteriormente, é o ser humano nas suas relações com o mundo e consigo próprio. O indivíduo humano, do ponto de vista da Ética e da Moral, é Pessoa, e é este conceito o elemento central de toda a reflexão ético-moral.

Por Pessoa entende-se o ser humano como fruto das relações e valores vividos por ele e pertença da sua experiência interior. As relações que estabelece são as seguintes: as relações estabelecidas com os outros (o outro individual, a família, o grupo de amigos, os colegas, os vizinhos, os desconhecidos, etc.); as relações estabelecidas com o mundo que o rodeia, no sentido da sua relação com as diversas instituições humanas (a sociedade e cultura em que vive, o Estado que o rege e a sua política e sistema legal – Direito – as instituições religiosas, as instituições comerciais e laborais, entre outras) e também com a Natureza circundante.

Em suma, o ser humano é Pessoa no sentido em que é um cidadão responsável com direitos e deveres.

A relação consigo próprio

Quando falamos da relação da pessoa consigo própria, estamos a pensar na questão moral do ser humano, na forma como o indivíduo olha para si e se vê enquanto pessoa, e nesse objectivo, a forma como julga as suas acções e finalidade de vida. Em suma, ao olhar para dentro e analisar-se, o ser humano descobre-se Pessoa, pois este só existe enquanto ser social que estabelece relações com os outros e com o mundo natural e humano que o cerca.

Na sua relação consigo próprio, a consciência é a base do indivíduo moral. Como já vimos, é a consciência que tem a função de orientar, ordenar, avaliar e criticar todos os actos humanos, ou melhor, fazer com que as acções de cada ser humano sejam acções morais e que as suas decisões tenham sempre uma base ética. A consciência moral, sempre ligada à razão, é a capacidade que permite ao ser humano conhecer-se a si próprio.

Agir de acordo com a razão e consciência representa, em resumo, agir eticamente, ou seja, agir em liberdade e optar por princípios que sejam universais, isto é, princípios que sejam bons para todos os seres humanos e que regulem a vida social colocando o bem comum como objectivo. Esses princípios podem ser optar pelo bem-estar de todos, em vez do bem-estar individual, praticar o altruísmo em vez do egoísmo, a paz em vez da guerra, ser compreensivo e ajudar os outros em vez de ser hostil, solidário em vez de competitivo, entre outros.

Pela sua capacidade racional e ética, a Pessoa na sua relação consigo mesmo é chamada a cultivar bons e nobres sentimentos (amor, amizade, solidariedade justiça, altruísmo); a respeitar-se como homem ou mulher, reconhecendo a sua dignidade; a desenvolver bons hábitos em conformidade com as normas morais vigentes na sua sociedade, evitando a ganância, a inveja, o rancor e o ciúme.

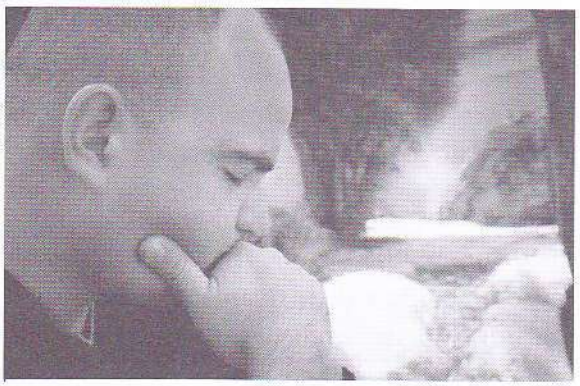


FIG. 16 O Homem é um ser em relação consigo próprio.

A relação com o outro

A relação da Pessoa com o outro pode ser entendida em dois âmbitos opostos. Por um lado, o outro pode ser visto como um tu-como-eu, pois ele é um eu, mas que não sou eu. O outro é sempre definido em função do eu e o eu só se reconhece como tal e encontra plena complementaridade face a um outro eu: eu sou eu na minha relação com o outro. Nele eu me reconheço e me projecto com uma pessoa. É na pessoa do outro que se situa a minha dignidade. Por isso, o que diz respeito ao eu deve reconhecer-se na pessoa do outro, no que se refere à dignidade e ao valor absoluto de ser pessoa. O outro como um tu-como-eu deve constituir objecto único e a minha razão de ser pessoa. Ele é um valor absoluto. Por isso, na nossa relação, o outro merece e deve ser aceite tal como ele é (como pessoa), colaborando com ele para o seu contínuo aperfeiçoamento humano, como um sujeito diferente e com singularidade própria, interioridade profunda que se revela a seu modo e infinitamente aberto.

Por outro lado, o outro pode ser visto sob contrato. Aqui, a relação com o outro é estabelecida mediante um contrato que estabelece um conjunto de regras que vinculam uns aos outros, estabelecendo acordos de vontades. Tais acordos estão fundados nas leis escritas ou em práticas costumeiras e neles a boa fé, isto é, a intenção primária de não enganar o outro no acordo e não se deixar enganar. Estes contratos estão na base da nossa vivência social. São estabelecidos em todas as sociedades onde existam o Estado, a Política e o Direito. A justiça social é o resultado da existência destes contratos.

No contrato, os homens encaram-se reciprocamente como sujeitos com interesses convergentes, paralelos ou até divergentes e com responsabilidade pelo bem próprio, do outro e pelo mútuo benefício.



FIG. 17 Em sociedade, o ser humano é um ser em relação com os outros.

A relação com o trabalho

O trabalho pode ser definido como: «toda a actividade, seja ela material ou espiritual, com vista a um resultado útil». Trata-se de uma actividade que visa a transformação de algo, mediante o uso do corpo e de instrumentos. Por isso, o trabalho humano é o resultado da intervenção, por um lado, de condições internas (temperamento, carácter, intelecto, comportamento), inerentes ao próprio sujeito; e por outro lado, encontramos as condições físicas, técnicas, económicas e sociais, que são de natureza externa em relação ao sujeito que trabalha.



Para que uma actividade possa ser considerada trabalho, é necessário que seja (como se pode ler em Battista Mondim, *Antropologia Filosófica*, «O Homem que ele é?»):

- uma acção transitória, em que é possível, através dela, chegar-se a um resultado concreto;
- uma acção que requeira o uso do corpo para transmitir energia, distinguindo-se da actividade meramente reflexiva;
- uma acção que implique esforço e perseverança.

Assim, na sua relação com o trabalho, o Homem é chamado não apenas a transformar o mundo em mundo para si, mas, fundamentalmente, a humanizá-lo. Por outras palavras, o Homem, na sua qualidade de Pessoa, é chamado a tornar o mundo cada vez mais habitável, hospitaleiro e confortável. Aqui encontramos o valor cósmico do trabalho. Mediante o trabalho, o Homem rejeita viver num mundo organizado pelo natural e transforma-o, submetendo-o ao seu controlo e humanizando-o. Pelo trabalho, o Homem dignifica-se, pois este possui, para si, um valor personalista, ou seja, antropológico: «a natureza humana não nasce perfeita [...], ela aperfeiçoa-se, tempera-se, afina-se, enriquece-se através do trabalho».

A relação com a Natureza

> O Homem é criatura e criador do seu ambiente, que lhe assegura a subsistência física e lhe dá a possibilidade de desenvolvimento intelectual, moral, social e espiritual. No decurso da longa e laboriosa evolução da raça humana na Terra, chegou o momento em que, graças ao progresso cada vez mais rápido da Ciência e da tecnologia, o Homem adquiriu o poder de transformar o seu ambiente de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes. Os dois elementos do seu ambiente, o elemento natural e o que ele próprio criou são indispensáveis ao seu bem-estar e à plena fruição dos seus direitos fundamentais.
>
> *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente*, realizada em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972.

Desde que o ser humano adoptou um modo de vida fundamentado na técnica e ciência, a sua relação com a Natureza e, consequentemente, com o ambiente tornou-se cada vez mais hostil. Filósofos como Francis Bacon (1551-1626), Galileu (1564-1642), Descartes (1596-1650) e Newton (1642-1727) viam a ciência e a técnica como condições que possibilitavam a melhoria das condições da vida e a eliminação da miséria humana. Por isso, nos seus ideais, estes filósofos preconizavam um tecnicismo na relação do Homem com a Natureza e o conhecimento era encarado como um meio de dominar, transformar e manipular a Natureza.

De facto, nos séculos XVII, XVIII e, em especial, no século XIX, com a Revolução Industrial, assistiu-se a uma vontade de dominar e transformar o mundo cujo lema era: «O Homem transforma a Natureza.» Desta transformação resultou o aumento do crescimento económico, uma produção e um consumismo cada vez mais acentuados, o crescimento da população mundial e das zonas urbanizadas. Tudo isto constituía aos olhos dos observadores incautos um grande progresso da técnica e da ciência. E como onde há benefícios, há também malefícios, o progresso técnico-científico alterou radicalmente a relação do Homem com o seu *habitat*, isto é, o meio ambiente, provocando a contaminação das águas, dos lençóis freáticos, dos solos. A poluição industrial provocou a destruição da camada do ozono, rios transformados em esgotos. Regista-se também a redução dos recursos naturais, a devastação das áreas florestais e a extinção de algumas espécies animais.

Pensando nas gerações vindouras e cientes da gravidade da situação, vários filósofos, com destaque para o moçambicano Severino Elias Ngoenha, autor do *Retorno do Bom Selvagem*, organizações internacionais e movimentos ecologistas consideram que o problema do meio ambiente ou, se quisermos, da Natureza, é um problema global, porque diz respeito a toda a humanidade e sustentam a necessidade de se estabelecer um «contrato» de carisma moral e político com a Natureza. Este contrato consiste na exploração cuidada dos recursos que a Natureza possui de forma a manter o equilíbrio natural e a pensar no futuro das gerações vindouras – o chamado **desenvolvimento sustentável**.

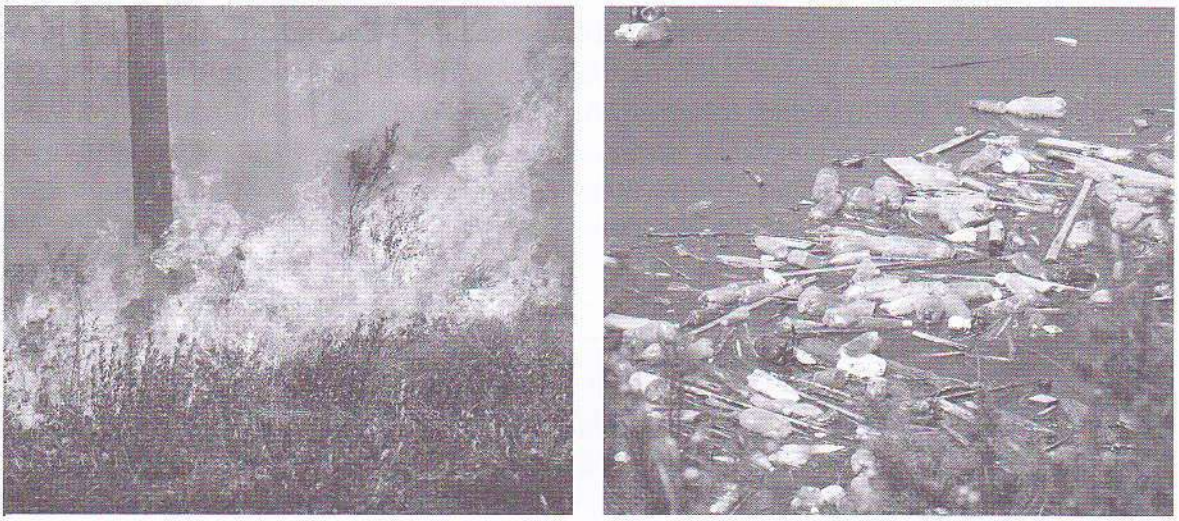


FIG. 18 O desenvolvimento sustentável deverá ser uma meta para a humanidade.

Como acabámos de ver, nos temas antecedentes, o Homem é um ser de relações. O relacionamento significa convivência com os outros homens e também com a Natureza, o que não constitui até aqui nenhuma novidade. O que é de sublinhar é: quais são as formas adequadas de nos relacionarmos com os outros? Ou melhor, com que princípios temos de dirigir o nosso agir?

Kant responde a esta questão com o princípio formal da acção moral: «Procede em conformidade com a lei.» Este princípio abstrai todas as normas da acção moral que se devem ter em conta no acto de se relacionar com outrem.

A partir deste princípio formal de Kant, derivam três máximas de ordem prática que orientam a condigna conduta moral do Homem: «Procede sempre de tal modo que a norma da tua acção se possa transformar em lei universal.» Esta máxima permite que determinada acção seja baseada num princípio universal que garanta a legitimidade do acto; «Procede de forma que consideres a humanidade, tanto na tua pessoa, como na dos outros, como um fim e não simplesmente como um meio.» A segunda máxima realça a dignidade da pessoa humana, asseverando que em circunstância alguma o Homem pode ser usado como meio. A terceira máxima – «Procede sempre como se fosses legislador e súbdito ao mesmo tempo» –, adverte-nos para que tenhamos sempre presente que a nossa acção não nos deverá servir só a nós e às nossas necessidades imediatas, mas ter como alcance a possibilidade de servir a todos como lei moral. Como aparece na obra *A Paz Perpétua entre os Estados*, Kant diz não poder aceitar uma única lei enquanto não lhe der o seu consentimento. Vale dizer: temos de compreender a lei, assumi-la como escolha e decisão nossa, de modo a cumpri-la sabendo o seu valor tanto na vida da sociedade, como nas nossas vidas particulares.

Estas são algumas bases da acção moralmente boa segundo Kant e que deveriam estar presentes no relacionamento dos homens.

Com a observância destas máximas poder-se-ia evitar a prática de actos moralmente maus, como também a falta de respeito para com a espécie humana.

Vamos recordar...

- O ser humano é um ser de relações; na relação consigo próprio e com os outros, a pessoa tem na consciência moral a base da sua moralidade.
- Na relação com o outro, o outro deve ser encarado como nosso semelhante, isto é, é um tu como eu e é nele que devo reconhecer-me como pessoa. O eu não é sem o tu.
- A relação com a Natureza deve ser sustentável, de forma a garantir o futuro das gerações vindouras.

Temas transversais

1. Existem práticas comuns na tua comunidade que conduzam à degradação do ambiente?
2. Que práticas costumeiras podem favorecer a preservação do ecossistema, ao nível da tua comunidade?
3. Em Dezembro de 2009 realizou-se a grande Cimeira do Ambiente em Copenhaga, na Dinamarca.
   a) Quais foram as motivações da mesma?
   b) Quais foram as principais discussões travadas?
   c) Quais foram os avanços alcançados em relação ao Protocolo de Quioto?
   d) Que desafios se colocam aos Estados do mundo a partir da Cimeira de Copenhaga?

2.6 Aspectos da Bioética

Noção de Bioética

David J. Roy, director do Centro de Bioética da Universidade de Montreal, define a Bioética como «o estudo sistemático das dimensões morais das ciências da vida e de atenção à saúde, utilizando uma variedade de metodologias éticas num cenário interdisciplinar», pois a sua prática e o seu discurso envolvem várias tecnociências (com especial destaque, para a Medicina e a Biologia), Ciências Humanas (Psicanálise, Politologia, Psicologia e Sociologia) e disciplinas como a Ética, o Direito, a Filosofia e a Teologia.

Portanto, além de ser um conjunto de estudos, debates, discursos e práticas face aos problemas provocados pelo progresso da ciência e da técnica na sociedade, a Bioética é uma prática racionalizada e conjugada de um saber, uma experiência e uma competência normativa no contexto do agir humano.

História

O termo «bioética» é um neologismo que resulta da junção de duas palavras gregas: «*bio*», que quer dizer «vida», e «*ethos*», relativo a ética. Este termo foi introduzido pela primeira vez pelo biólogo e médico oncologista Van Rensslaer Potter, em 1971, na sua obra *Bioética: Ponte para o Futuro*, como Ética da vida, ou seja, o estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e cuidados de saúde, enquanto essa conduta é examinada à luz dos princípios morais e valores. Com o tempo, o termo «bioética» foi-se aprimorando de tal modo que, nos nossos dias, o mesmo ganhou uma significação mais profunda.



FIG. 19 Os doentes em fase terminal ou cuja vida dependa exclusivamente de meios médicos colocam problemas bioéticos à sociedade.

Como tema de cariz filosófico, a Bioética começa a consolidar-se após a Segunda Guerra Mundial, quando, chocado com as práticas abusivas e desumanas dos médicos nazis nos campos de concentração, o Ocidente cria um código para pôr fim a tais estudos. Tal código tinha como princípio fundamental o respeito pela vida dos seres animados, em geral, e sobretudo, a dos homens, julgando-se necessário que o progresso da ciência e da técnica fosse controlado e acompanhado, em nome da consciência da humanidade, no que diz respeito aos efeitos que podem provocar no mundo e na sociedade.

Em 1974, o Tribunal de Nuremberga, que julgou os crimes cometidos na Segunda Guerra Mundial, criou um código no qual se reconhece a dignidade de todos os seres humanos, independentemente da raça ou da cultura, e prescreve que nenhuma experiência científica pode ser realizada em seres humanos sem o consentimento dos mesmos. É importante que o Homem, perante os progressos da técnica e da ciência, tome decisões éticas de maneira a salvaguardar e possibilitar um mundo humanizado.

Objecto e funções da Bioética

Como ética aplicada ou prática, a Bioética tem como objecto o esclarecimento e a resolução de questões éticas que advêm dos progressivos avanços e aplicações das tecnologias biomédicas. Como ramo da Filosofia, a Bioética tem uma tripla função, a saber:

- **Função descritiva** – consiste em descrever e analisar os conflitos que surgem nas sociedades, provocados pelos progressos da técnica e da ciência na área da Medicina (na vida e na saúde humana, assim como na dos animais);

- **Função normativa** – consiste em estabelecer normas com relação a tais conflitos, por um lado prescrevendo os comportamentos reprováveis e, por outro, prescrevendo comportamento os moralmente aceitáveis;
- **Função proteccionistas** – consiste em proteger, na medida do possível, os envolvidos em disputas de natureza axiológica (de valores), dando maior primazia aos mais fracos.

Entre os temas mais debatidos na Bioética, encontramos: a eutanásia, a distanásia, a clonagem, o aborto, entre outros.

Principais temas da bioética

Eutanásia e distanásia

Etimologicamente, a palavra «eutanásia» provém do grego «*eu*», que significa «bem», e «*thanasia*», que quer dizer «morte». Por isso, literalmente, o termo «eutanásia» significa «boa morte», isto é, morte apropriada, ou seja, «morte tranquila».

A eutanásia pode ser definida, nos tempos actuais, como morte deliberada, ou seja, causada a uma pessoa que padece de uma enfermidade classificada tecnicamente como incurável. É uma morte que visa aliviar o doente que se encontra no estado terminal (quem se encontra numa agonia demasiado longa e prolongada). Trata-se de uma morte piedosa, ou seja, a morte de alguém por motivos de piedade e compaixão. Portanto, a eutanásia é um acto médico que tem por finalidade acabar com a dor e a indignidade na doença crónica e no morrer, eliminando o portador da dor. O contrário da eutanásia é distanásia, que é um outro procedimento médico que consiste no uso da tecnologia médica para prolongar a vida do paciente que se encontra em fase terminal.



FIG. 20 Enquanto a eutanásia se preocupa com a qualidade da vida humana na sua fase terminal, a distanásia dedica-se a prolongar ao máximo a duração da vida humana na sua fase terminal.

A eutanásia e a distanásia, como procedimentos médicos, têm em comum a preocupação com a morte do ser humano e a maneira mais adequada de lidar com isso. Enquanto a eutanásia se preocupa prioritariamente com a qualidade da vida humana na sua fase terminal (aliviar a dor e o sofrimento do paciente), a distanásia dedica-se a prolongar ao máximo a duração da vida humana, combatendo a morte como o grande e último inimigo.

Porém, no olhar modernista do filósofo e do cientista, a eutanásia corresponde a uma morte piedosa, é um investimento numa «boa morte», considerando que o doente tem o direito de morrer em paz, evitando um sofrimento doloroso e prolongado. Porém, na perspectiva religiosa, esta prática é considerada, um acto pecaminoso e ilícito, assim como o acto de prolongar a vida em condições e meios naturais adversos (distanásia).

O aborto

Entende-se por aborto a interrupção da gravidez quando o feto ainda não pode subsistir fora do ventre materno. O aborto pode ser:

- **Aborto espontâneo** – aquele que ocorre devido a causas naturais, sem a vontade das pessoas ou de qualquer intervenção humana. Por isso, é livre de qualquer avaliação moral.
- **Aborto provocado** — aquele em que, por causas *económicas* (falta de recursos para sustentar e criar um filho) ou *socio-psíquicas* (o desejo de não se ser mãe solteira, o ter sido vítima de uma violação – a fecundação não foi livre e consentida pela mulher), se procura intencionalmente a morte do feto. Por isso, constitui objecto de avaliação moral.
- **Aborto terapêutico** – aquele que resulta como forma de salvar a vida da mãe, seriamente ameaçada. Devido às suas causas e à sua finalidade, este tipo de aborto não constitui objecto de avaliação moral.

O aborto suscita muitas questões éticas, discutindo-se muito a moralidade e o direito de realizar ou não um aborto.



FIG. 21 O aborto é um acto médico de interrupção voluntária da gravidez que levanta questões éticas.

O texto seguinte levanta algumas dessas questões e apresenta as principais teses a favor ou contra a realização do aborto:

Será que as mulheres têm o direito de interromper uma gravidez não desejada? Ou estará o Estado habilitado (senão mesmo eticamente obrigado) a proibir o aborto intencional? Deverão alguns abortos ser permitidos enquanto outros não? O estatuto legal do aborto decorre directamente do seu estatuto moral? Ou deverá o aborto ser legalizado, mesmo que seja algumas vezes, ou mesmo sempre, moralmente errado?

Estas questões suscitaram intensos debates ao longo das duas últimas décadas. Curiosamente, em grande parte do mundo industrializado o aborto não era considerado um crime, até que uma série de leis anti-aborto foram promulgadas durante a segunda metade de século XIX. Por essa altura, os proponentes da proibição do aborto realçavam os perigos clínicos do aborto. Por vezes também se argumentava que os fetos são seres humanos a partir do momento da concepção e, como tal, o aborto intencional seria uma forma de homicídio. Agora que os avanços médicos tornaram os abortos, quando correctamente efectuados, mais seguros do que os partos, o argumento clínico perdeu toda a força que alguma vez possa ter tido. Consequentemente, o ponto central dos argumentos anti-aborto mudou-se da segurança física das mulheres para o valor moral da vida do feto. →

> Quem defende o direito de as mulheres escolherem o aborto respondeu de diversas formas ao argumento anti-aborto. Examinarei três linhas de argumentação da perspectiva do direito de escolha: 1) que o aborto deve ser permitido, pois a proibição do aborto leva a consequências altamente indesejáveis; 2) que as mulheres têm o direito moral de escolher o aborto; e 3) que os fetos ainda não são pessoas e, como tal, ainda não têm um direito substancial à vida.
>
> Mary Anne Warren, «Aborto», in *A Companion To Ethics*.

Na experiência do dia-a-dia, ouvimos falar, e acompanhamos em conversas com outras pessoas ou através dos órgãos de comunicação social (TV, rádio, jornais, Internet, etc.), os numerosos fenómenos sociais com dimensão ética e moral, a partir dos quais se levantam questões inadiáveis, tais como:

- A doação de órgãos humanos para transplante em processos cirúrgicos, de modo a permitir salvar vidas em risco, é um acto moral de solidariedade. Porém, esta prática pode comportar graves riscos de atropelo aos direitos fundamentais da pessoa. Poder-se-á explicar porque é que isso acontece?
- Em desespero com as suas condições de vida, procurando libertar-se de situações de pobreza extrema, muitos jovens, sobretudo mulheres, envolvem-se no tráfico internacional de órgãos humanos e de drogas, dispondo-se a servir de embalagem e meio de transporte da dita droga. Que implicações podem advir destas práticas, no que diz respeito aos direitos fundamentais do ser humano?
- Será legítimo que um indivíduo deixe de doar sangue a um outro ser humano que esteja à beira da morte, alegando motivos religiosos?

O tráfico de órgãos humanos, a utilização do corpo humano no tráfico de drogas, as transfusões sanguíneas e de plasma ou a clonagem humana são portanto alguns dos temas tratados pela Bioética.

Vamos recordar...

- A Bioética surge como um ramo da Filosofia cujo enfoque são as questões referentes à vida do Homem, podendo ser definida, em termos genéricos, como a Ética da vida, reflectindo sobre questões surgidas com o progresso da técnica e da ciência.
- Entre os temas mais debatidos pela Bioética, destacam-se: a eutanásia e distanásia, a clonagem humana e o aborto.

Texto 5

Eutanásia

Na situação em que se define a saúde como ausência de doença ou de incapacidade psico-motora, não tem muito sentido falar da saúde do doente tetraplégico com pouca perspectiva de cura. Quando, porém, se entende a saúde como o bem-estar físico, mental, social e espiritual da pessoa, abre-se todo um leque de possibilidades para falar na saúde do doente crónico e para promover o seu bem-estar. [...] Nesta fase de construção de novos sentidos, a preocupação com o bem-estar espiritual pode ser um factor decisivo na promoção da saúde global da pessoa. →

À luz desta reflexão, pode argumentar -se que nesta situação, em que a angústia é provocada por uma condição que não ameaça directamente a vida, a eutanásia é um procedimento inapropriado do ponto de vista da ética. O que a situação requer não é investimento na morte, mas, sim, investimento no resgate da vida e do seu sentido.

No caso onde a terminalidade já se instalou e o comprometimento irreversível do organismo está em fase avançada, novamente o conceito de saúde com que se trabalha é decisivo para poder dialogar com a proposta eutanásica. Enquanto no caso anterior o procedimento apropriado foi investir na vida, neste caso o procedimento apropriado é investir na morte. A questão é: que tipo de morte?

Se a saúde significa a ausência de doença e se o doente está com dores atrozes e numa situação em que não há as mínimas condições de efectuar uma cura, parece não ter sentido falar da saúde do paciente terminal e a eutanásia pode apresentar-se como uma proposta razoável. Se, porém, se entende a saúde como o bem-estar físico, mental, social e espiritual da pessoa, podemos começar a pensar não apenas na saúde do doente crónico mas, também, em termos da saúde do doente em fase avançada da sua doença e com índices claros de terminalidade.

Nesta perspectiva, a promoção do bem-estar físico do doente terminal não consiste evidentemente na sua cura, mas nos cuidados necessários para assegurar o seu conforto e controlo da sua dor. Garantir este bem-estar físico é um primeiro passo para manter a sua saúde enquanto morre. Mas o bem-estar físico apenas não é suficiente. Muitas vezes, é o mal-estar mental que leva o doente terminal a pedir a morte antes da hora. Por isso, uma estratégia importante para permitir a pessoa repensar o seu pedido de eutanásia é ajudá-la a recriar o seu equilíbrio e o bem-estar mental. O sentir-se bem mental e emocionalmente é uma componente fundamental na saúde do doente terminal. Da mesma forma, o bem-estar social e espiritual agregam às outras formas de bem-estar uma condição que permite à pessoa aguardar com tranquilidade a morte e viver plenamente dentro das suas possibilidades enquanto ela não chega.

Leonard M. Martin

Actividades

1. De acordo com o texto de Leonard M. Martin, quando é que a eutanásia é, eticamente, um procedimento inapropriado?
   1.1 Do ponto de vista ético, a eutanásia não é suicídio. Justifica a afirmação.
   1.2 Atribui um título sugestivo ao texto.

2. Procura reflectir sobre as situações seguintes:
   Uma mulher grávida sofre de uma doença de tal modo grave que, se deixar continuar a gravidez, a sua vida estará seriamente ameaçada.
   2.1 Que problema se coloca aqui a quem defende o carácter inviolável da vida humana desde a fecundação?

3. Um médico ginecologista dá a conhecer a um casal que o seu filho, muito provavelmente, nascerá com graves anomalias devido a malformações que o feto apresenta.
   3.1 Julgas legítimo, pela razão apontada pelo médico, interromper a gravidez?
   3.2 Consideras legítimo que o controlo da natalidade seja feito pela prática do aborto? Justifica.

Auto-avaliação

1. Identifica a opção que permite completar correctamente cada afirmação.

1.1 A definição de Pessoa «como sujeito de direitos e deveres» pertence a...

a) Cícero.
b) Kant.
c) Locke.
d) Montesquieu.

1.2 A Ética e a Moral não se confundem porque...

a) a Ética é prescrita por Deus, e a Moral é definida pelos humanos.
b) a Ética visa melhorar a conduta do Homem, e a Moral a conduta dos animais.
c) a Ética é a reflexão sobre o ser moral, e a Moral é a perspectiva do Bem e Mal.
d) a Ética tem uma dimensão universalista de reflexão sobre o agir humano e a moral tem uma vocação prática de regular os princípios da acção concreta.

1.3 Valores são...

a) títulos da Bolsa de Valores de Moçambique.
b) tudo aquilo a que atribuímos importância.
c) ideias que construímos no dia-a-dia.
d) critérios segundo os quais o Homem classifica o que o cerca e as razões que motivam as suas acções, tornando-as preferíveis a outras.

1.4 Na Ética, Kant é mais conhecido pelo seu imperativo categórico, que se enuncia da seguinte maneira: Age como se a máxima...

a) da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal.
b) da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei para si próprio.
c) da tua vontade se devesse tornar em vontade geral e lei universal da Natureza.
d) das nossas acções se devesse tornar, pelas nossas vontades, em leis divinas.

1.5 No quadro da Bioética (a Ética da vida), a doação dos órgãos humanos pode ser considerada um acto...

a) pecaminoso.
b) solidário.
c) criminoso.
d) irresponsável.

1.6 O valor ético da pessoa relaciona-se com...

a) a concepção científica do mundo de cada um.
b) a diversidade de problemas entre os homens.
c) a relação com o outro como um Tu-como-Eu.
d) o bem-estar, no consumo e na luta pela sobrevivência.

2. «Eu encontro precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que a Natureza sozinha faz tudo nas operações do animal, enquanto o Homem realiza as suas acções na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro, por acto de liberdade. [...] A Natureza dirige tudo no animal, e este obedece. O Homem sente a mesma impressão, mas é livre de concordar ou resistir.» (Rousseau)
   2.1 No texto de Rousseau compara-se o comportamento animal e o agir humano. O que os distingue?
   2.2 O Homem realiza movimentos e gestos e tem comportamentos que não podem ser considerados acções própria e especificamente humanas. Justifica.
      2.2.1 Quais são as exigências e os requisitos da acção humana?

3. São apresentados enunciados, embora fictícios, de «acções». Indica qual deles traduz actos do Homem e qual deles traduz actos humanos.
   a) «Um jipe transportando soldados da "coligação" accionou uma mina oculta numa das estradas do Iraque. Morreram três soldados e cinco ficaram gravemente feridos. Só o condutor escapou ileso.»
   b) «Navegando num pequeno barco à vela no lago Niassa, Juma é arrastado para longe da praia por uma súbita e tremenda ventania.»
   c) «Durante a realização de um teste de Filosofia, Mataka foi apanhado em flagrante a copiar. Como consequência, o professor atribuiu-lhe nota zero.»

4. «A nossa existência está condicionada e determinada de múltiplas formas. Foram-lhe dadas possibilidades ao mesmo tempo que ficou sujeita a limitações.» (E. Coreth)
   4.1 Esclarece o sentido da afirmação de Coereth analisando, por um lado, as limitações e as condicionantes da acção humana e, por outro, as possibilidades que foram dadas ao Homem como ser criador, livre e responsável.

5. «Uma pessoa com tendências exibicionistas oferece-se espontaneamente para guiar um grupo de turistas até ao cume de uma montanha íngreme e acidentada. Não tendo experiência como alpinista nem conhecendo suficientemente o terreno, essa pessoa provoca um acidente grave.»
   5.1 Podemos atribuir-lhe a responsabilidade por esse acidente? Justifica a tua resposta.
   5.2 Compara este caso com o de um indivíduo que, num acesso de loucura, comete um homicídio.

Unidade 3

Teoria do Conhecimento



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- dizer a forma como aparece o conhecimento;
- perceber as várias teorias defendidas sobre o conhecimento (possibilidade, origem, natureza e valor);
- compreender o carácter relativo do conhecimento;
- conhecer os problemas fundamentais da epistemologia moderna.

3. Teoria do Conhecimento

«Cada época tem uma forma de lidar com a realidade. Abrir-se ao novo é a difícil facilidade do clássico.»

Julio Cesar Guerrero

3.1 Noções básicas

> O facto do conhecimento é dos mais banais, mas é, ao mesmo tempo, dos mais misteriosos. Nós conhecemos muito antes de saber o que é conhecer. E mesmo muitos homens, e até instruídos, acumulam durante toda a sua vida inumeráveis conhecimentos sem nunca reflectirem sobre o próprio acto de conhecer. Essa reflexão sobre as realidades e as operações mais vulgares para determinar a sua essência e descobrir o seu mecanismo é obra essencialmente filosófica, e não se produz senão quando o espírito atingiu um certo desenvolvimento.
>
> P. Foulquié, *Le problème de la connaissance* [*O Problema do Conhecimento*].

Este excerto não é mera especulação, a experiência individual de cada um de nós dissipa as dúvidas. A partir deste momento em que compreendemos e começamos a encarar o conhecimento como um problema exclusivamente filosófico, vamos tratá-lo baseando-nos nas abordagens já feitas por alguns autores.

Faremos a análise da actividade cognitiva em duas áreas: a das teorias científicas e a da perspectiva filosófica, depois de termos tratado das noções básicas; em seguida, analisaremos o problema da origem do conhecimento, através das correntes: empirismo, racionalismo, apriorismo e construtivismo. O terceiro será o de analisar separadamente o conhecimento científico, o seu valor e os problemas que pode provocar. Para terminar, estudaremos a epistemologia contemporânea.

O que se entende por conhecimento?

Quando alguém nos pergunta se conhecemos alguma coisa, nós percebemos perfeitamente o que é que o nosso interlocutor pretende saber. E mais, um pescador sabe em que momento do dia se pode lançar ao mar, sob o risco de, contrariamente, não trazer nenhum pescado; ou um agricultor, por mais iletrado que seja, sabe igualmente a época em que pode lançar à terra determinada cultura. Esse saber é o que se designa habitualmente por conhecimento (saber algo é o mesmo que dizer que conhecemos algo).

Ou melhor, o conhecimento é a apreensão pela mente de alguma realidade. Nos dois exemplos apresentados, o resultado do acto de conhecer, ou seja, o saber do pescador e do agricultor é um conteúdo acerca da realidade (da vida do mar ou do campo) que está nas suas consciências ou mentes. Essa realidade pode ser um objecto ou uma ideia. Por exemplo, conhecer um novo professor ou conhecer o teorema de Pitágoras. No primeiro caso, trata-se de um objecto físico (um professor); no segundo, de ideias. Apesar da diferença do tipo de objecto a ser conhecido, trata-se do mesmo fenómeno, o de conhecimento.

A palavra «conhecer» é aplicada em dois sentidos distintos: em sentido lato e em sentido restrito. No sentido lato, significa recolher e organizar informações sobre o meio envolvente, tendo em vista a constante adaptação de um organismo ao meio e à sua sobrevivência. Cada espécie, de acordo com a sua herança biológica tem, neste sentido, o seu tipo de conhecimento. Nos animais prevalece a informação inata (biológica). Nos seres humanos predomina a informação adquirida em sociedade.



FIG. 1 O acto de conhecer é dos mais banais.

Conhecer, em sentido restrito, apenas aplicável aos seres humanos, pode ser entendido como a construção de representações mentais que o sujeito organiza ao longo da vida na sua relação com a realidade, quer interior (pensar, sentir), quer com o mundo exterior (mundo dos objectos físicos). É esta a perspectiva que seguiremos nestas páginas.

Conceito e realidade

Para que possamos estudar o que é conhecer e o conhecimento, é importante que estudemos o conceito e aprofundemos o que se entende por realidade. Afirmámos anteriormente que conhecer é construir representações mentais acerca da realidade. O **conceito** é o termo que designa o que se constrói na nossa mente quando dizemos que conhecemos ou sabemos algo. Quando em Filosofia se fala de conceito, isto significa que se refere à ideia sobre alguma coisa, ideia entendida como a forma abstracta de alguma realidade. Portanto, o conceito é a imagem que o nosso entendimento retém de um objecto conhecido. Por exemplo, quando dizemos que conhecemos uma mesa, isso quer dizer que na nossa mente existe o conceito mesa, que é abstracto e universal, ou seja, refere-se a uma e a todas as mesas que conhecemos. O conceito mesa é a

ideia mental que temos na nossa consciência e que reúne o conjunto de conhecimentos que possuímos acerca de todas as mesas que já vimos (mesas de madeira, de plástico, de ferro e outras, mesas de cozinha, de sala, de escritório, mesas com duas, quatro, oito ou mais pernas, mesas quadradas, redondas, rectangulares, etc.) e que os condensa e sintetiza numa ideia/ /imagem que é o conceito.

Por outro lado, a **realidade** é o elemento apreendido, cuja imagem na nossa mente se chama conceito. Por isso, o conceito representa a realidade na nossa mente de uma forma abstracta. A realidade é o que há, ou seja, tudo aquilo que pode ser conhecido e representado por nós, quer se trate de uma realidade física, mental ou virtual.

Vamos recordar...

- Conhecimento é a apreensão e representação pela mente de uma realidade.
- Quando se fala de conceito, em Filosofia, faz-se referência à ideia abstracta de uma realidade, e a realidade é o elemento apreendido.

Elementos do conhecimento

No acto do conhecimento estão envolvidos dois elementos fundamentais: o sujeito que conhece e o objecto que é conhecido. O conhecimento é o fruto da correlação destes elementos. Nesta relação, o sujeito tem um papel activo na acção de recolha de informação e saber acerca do objecto. O sujeito humano tem capacidades cognitivas que lhe permitem investigar a parte da realidade a que chama objecto. O objecto, por sua vez, é tudo aquilo que pode ser percebido pelo sujeito (coisa material ou imaterial, acção, acontecimento, processo) e que pode ser analisado e explicado. Uma ideia, um sentimento, uma teoria, uma acção, uma doença, uma quantidade, uma conta aritmética, uma teoria, uma cultura, e a Pré-História são exemplos da variedade do que pode ser conhecido e designado por objecto.

Faculdades de conhecimento

Para conhecer o mundo que o rodeia, o ser humano, como já dissemos atrás, possui capacidades cognitivas que lhe permitem conhecer a realidade. E que capacidades cognitivas são essas e onde se encontram?

A resposta está na mente. A mente é a faculdade humana que permite o conhecimento, é através da mente que o ser humano percepciona a realidade interior e exterior e a explica racionalmente.

A mais simples forma de conhecimento que o ser humano possui que lhe permite percepcionar o mundo e a realidade é a sensação. Os sentidos permitem-lhe, através das sensações ou experiências sensíveis, experimentar o mundo, retirar informações acerca do que o rodeia através da visão, do tacto, da audição, etc. Todas essas experiências são, então, tratadas, analisadas e organizadas racionalmente (quer de uma forma consciente, quer inconsciente) e é a esse trabalho de selecção e organização e enquadramento das nossas sensações que chamamos **percepção** do mundo ou da realidade.

É preciso entender que as sensações são apenas um primeiro contacto directo com a realidade e que não permitem ao ser humano captar a realidade tal qual ela é. É preciso ter em conta, contra o saber comum e ingénuo, que as sensações não são uma cópia passiva e exacta daquilo que captam. As nossas sensações não são máquinas fotográficas que captam cópias da realidade. As sensações e a percepção são construídas pelo próprio ser humano na mente, ou seja, o sujeito não é um receptor passivo do mundo. São vários os factores que podem influenciar e moldar essa percepção: aspectos internos e biológicos como o cansaço, a fome, a sede e o sono, por exemplo, ou ainda internos e psicológicos, como o medo, a motivação, as expectativas; aspectos externos como o movimento, a intensidade, o contraste dos estímulos, etc; e, por último, os factores culturais (o meio em que o sujeito vive, a sua educação, o seu ambiente social, a sua família, etc.)

Cada ser humano percepciona a realidade marcado pelas suas próprias condicionantes culturais, psicológicas, biológicas, físicas, afectivas, etc. Há na mente de cada ser humano, sem que cada um de nós se dê conta disso, um filtro que condiciona a percepção do mundo e que faz com que existam tantas visões do mundo quantos seres humanos.



FIG. 2 Cada ser humano percepciona a realidade marcado pelas suas próprias condicionantes culturais, psicológicas, biológicas, físicas, afectivas, etc.

Texto I

A realidade exterior

O nosso conhecimento básico do mundo exterior chega-nos através dos cinco sentidos: visão, audição, tacto, olfacto e gosto. Para quase toda a gente, a visão desempenha o papel principal. Sei que é o mundo exterior porque posso vê-lo. Se duvido da existência real do que vejo, posso, em geral, estender o braço e tocar-lhe para ter a certeza. Sei que tenho uma mosca na sopa porque posso vê-la e, se chegar a tanto, posso tocar-lhe e até prová-la. Mas qual é exactamente a relação entre o que penso ver e o que está de facto à minha frente? Poderei alguma vez ter a certeza acerca do que existe no mundo exterior? Poderei eu estar a sonhar? Os objectos continuam a existir quando ninguém os está a observar? Terei alguma vez experiência directa do mundo exterior? Todas estas questões são acerca de saber como adquirimos conhecimento das nossas imediações; pertencem ao ramo da Filosofia conhecida por teoria do conhecimento ou epistemologia.

[...] O realismo do senso comum é a posição assumida pela maior parte das pessoas que não estudaram Filosofia. Admite a existência de objectos físicos – casas, árvores, carros, sardinhas, colheres de chá, bolas de futebol, corpos humanos, livros de Filosofia, etc. – acerca

→

dos quais podemos ter conhecimento directo através dos nossos cinco sentidos. Estes objectos físicos continuam a existir quer os estejamos a percepcionar quer não. Além disso, estes objectos são mais ou menos como nos parecem ser: as sardinhas são de facto cinzentas e as bolas de futebol são de facto esféricas. Isto é assim porque os nossos órgãos dos sentidos – os olhos, os ouvidos, a língua, a pele e o nariz – são, em geral, fidedignos; dão-nos uma apreciação realista do que está realmente lá fora.

[...] O argumento da ilusão é um argumento céptico que questiona a fiabilidade dos sentidos, ameaçando assim enfraquecer o realismo de senso comum. Habitualmente, confiamos nos nossos sentidos, mas, por vezes, eles enganam-nos. Por exemplo, quase toda a gente já teve a experiência embaraçosa de parecer reconhecer um amigo à distância, para descobrir depois que estamos a acenar a um desconhecido. Uma vara direita parcialmente imersa em água pode parecer curva; uma maçã pode ter um sabor amargo se acabamos de comer qualquer coisa muito doce; vista de certo ângulo, uma moeda redonda pode parecer oval; os carris do comboio parecem convergir à distância; o tempo quente pode fazer que a estrada pareça tremeluzir; o mesmo vestido pode parecer carmesim na penumbra e escarlate à luz do sol; a Lua parece tanto maior quanto mais baixa está no horizonte. Estas ilusões sensoriais, e outras análogas, mostram que os sentidos não são sempre completamente fidedignos: parece pouco provável que o mundo exterior seja exactamente como parece ser.

[...] ver algo não é apenas ter uma imagem na nossa retina. Ou, como defendeu o filósofo N. R. Hanson (1924-1967), «a visão envolve mais coisas do que o globo ocular». O nosso conhecimento e as nossas expectativas do que iremos provavelmente ver afectam o que vemos de facto. Por exemplo, quando eu olho para os fios de uma central telefónica, vejo apenas um emaranhado caótico de fios coloridos; um engenheiro de telecomunicações, ao olhar para a mesma coisa, veria padrões de conexões e outras coisas. O pano de fundo das crenças do engenheiro de telecomunicações afecta o que ele efectivamente vê. O engenheiro e eu não temos a mesma experiênca visual que depois interpretamos de forma diferente: a experiência visual [...] não pode separar-se das nossas crenças acerca do que estamos a ver.

[...] o que vemos não pode ser pura e simplesmente reduzido às imagens nas nossas retinas. O que habitualmente vemos depende daquilo a que se chama o «enquadramento mental»: o nosso conhecimento e expectativas e também o meio cultural em que fomos educados.

N. Warburton, *Elementos Básicos de Filosofia* (adaptado).

Actividades

1. Tendo em conta o que aprendeste sobre o conceito e a percepção, que comentário fazes ao texto 1?

2. Comenta a seguinte frase do texto:

   «[...] a experiência visual [...] não pode separar-se das nossas crenças acerca do que estamos a ver.»

3.2 Perspectivas da análise do conhecimento

Existem várias perspectivas de explicação do fenómeno de conhecimento. Ao longo da história da Filosofia este tem sido um tema e uma pergunta central – É possível conhecer? Como conhecemos? O que conhecemos? –, e várias teorias foram sendo elaboradas para responder a estas questões fulcrais. Mas não só a Filosofia se tem debruçado sobre este problema, a questão do conhecimento tem sido objecto de estudo também das ciências, em especial no último século. As explicações e teorias da Filosofia e da Ciência não são totalmente opostas entre si e em alguns aspectos, na última década, têm sido realizados muitos estudos que cruzam elementos das duas áreas de saber.

Assim, para o estudo desta problemática iremos conhecer duas teorias da perspectiva científica (teoria filogenética e ontogenética) e uma perspectiva filosófica (a teoria fenomenológica do conhecimento).

Abordagem científica

Perspectiva filogenética

A palavra «filogénese» deriva do grego e significa «origem da tribo». A perspectiva ou teoria filogenética é, então, o estudo da evolução de uma dada espécie, neste caso, o ser humano.

Segundo a Paleontologia Humana, o ser humano sofreu transformações significativas, desde a sua origem até aos dias de hoje, e a sua capacidade cognitiva foi evoluindo, pois a dos primeiros humanos era bem mais reduzida do que a actual. Esta ciência mostrou-nos como o ser humano evoluiu não só a nível físico, como também a nível psíquico.

Assim, o desenvolvimento cognitivo ocorreu graças à correlação do desenvolvimento das faculdades cognitivas (memória, linguagem, pensamento) com as capacidades técnicas. Esta permitiu, por sua vez, a alteração fisiológica e funcional e a própria constituição morfológica. Por este processo o Homem teve um desenvolvimento bio-psíquico-social, fazendo com que as actividades sensoriomotoras passassem, através da experiência, às actividades perceptivo-motoras, permitindo a interiorização de imagens, que, por sua vez, constituem o alicerce da linguagem e da reflexão. Ao longo do processo filogenético, o ser humano constituiu-se numa dialéctica entre a acção e o conhecimento. A acção provoca conhecimento e este provoca a possibilidade de novas e melhores acções, e estas, por sua vez, possibilitam novos conhecimentos, e assim sucessivamente.

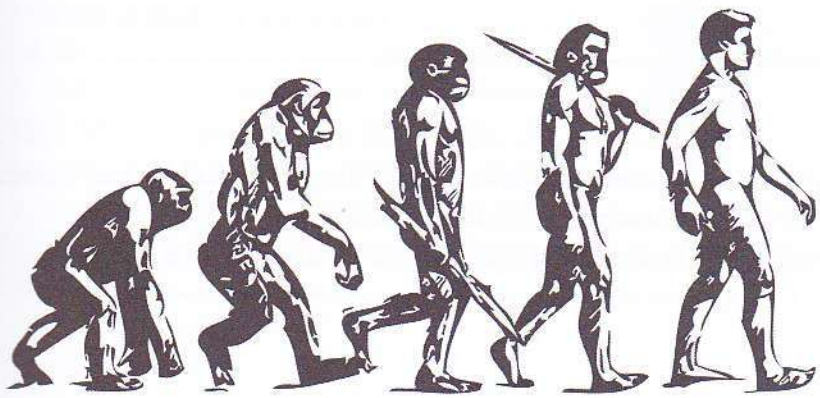


FIG. 3 A evolução do Homem.

Texto 2

O processo de hominização

O hominídeo começa por se distinguir do chimpanzé não pelo peso do cérebro, nem provavelmente pelas suas aptidões intelectuais, mas sim pela locomoção bípede e pela postura vertical. Daí em diante a hominização não deixará de caminhar sobre os pés, como sublinha com vigor Leroi Gourhan. A postura erecta é o elemento decisivo que vai libertar a mão de todas as obrigações locomotoras. Não nos esqueçamos de erguer o polegar neste ponto: a oponência do polegar, aumentando a força e a precisão da apreensão, vai fazer da mão um instrumento polivalente. De repente, o bipedismo abre a possibilidade da evolução que conduz ao *Sapiens*: a postura erecta liberta a mão, a mão liberta o maxilar, a verticalização e a libertação do maxilar libertam a caixa craniana das restrições mecânicas que anteriormente pesavam sobre ela, e esta última torna-se capaz de se alargar, em benefício de um «locatório» mais amplo.

Mas um esquema destes (correcção anatómica → desenvolvimento tecnológico → libertação craniana) não poderia ser causal nem linear. Só pode ser resultante da intervenção de agentes de toda ordem, que vão entrar em interacção.

De facto, este esquema pressupõe mutações genéticas, que realizam as transformações anatómicas e o aumento do tamanho do cérebro; uma «selecção» do bipedismo por um meio natural adequado, que já não é floresta mas sim savana; um novo tipo de vida, que, fazendo deste animal simultaneamente presa e predador, desenvolve, numa dialéctica pé-mão-cérebro, aptidões cerebrais que até então não tinham sido sistematicamente exploradas pelo chimpanzé, acarreta a utilização de armas defensivas e a construção de abrigos, iniciando, portanto, o desenvolvimento técnico no seio de uma nova *praxis*; pressupõe, finalmente, um desenvolvimento da própria complexidade social que foi desenvolvida pelo novo tipo de vida, a nova *praxis*, a actualização das virtualidades cerebrais.

A partir de então, serão as múltiplas inter-relações, interacções e interferências entre os factores genéticos, ecológicos, praxistas (a caça), cerebrais, sociais e depois culturais que vão permitir conceber o processo multidimensional da hominização, o que vai finalmente levar ao aparecimento do *Homo sapiens*.

Isto já nos indica que a hominização não poderia ser concebida unicamente como uma evolução biológica, nem como uma evolução espiritual, nem como uma evolução sociocultural, mas sim como uma morfogénese complexa e multidimensonal resultante de interferências genéticas, ecológicas, cerebrais, sociais e culturais.

Edgar Morin, *O Paradigma Perdido.*

Actividades

1. Com base no texto anterior e nos conhecimentos adquiridos em História nas classes anteriores, encontra razões que justifiquem a seguinte afirmação:

   «O processo de hominização é resultante da inter-relação pé-mão-cérebro.»

Perspectiva ontogenética

As definições de Pessoa, na perspectiva moderna, que vimos na unidade didáctica anterior, sublinhavam o carácter necessariamente inter-relacional da pessoa humana. Vale dizer que o relacionamento interpessoal é constitutivo da pessoa humana. Com isto não queremos aqui retomar aquele assunto, mas tão-somente estabelecer a relação entre a constituição da Pessoa e a perspectiva ontogenética. A perspectiva ontogenética (esta palavra tem origem em «*ontos*», palavra grega, que significa «ser», e «génese») estuda o conhecimento na perspectiva individual, partindo da análise das estruturas cognitivas do ser humano desde o nascimento até ao seu pleno e completo desenvolvimento.

Esta perspectiva defende que na génese e desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança há um relacionamento necessário entre o indivíduo e o meio. Esta perspectiva foi desenvolvida pela Psicologia Genética, ramo da Psicologia fundado pelo famoso psicólogo suíço Jean Piaget (1896–1980) e defende que o indivíduo passa por várias etapas de desenvolvimento ao longo da vida. A sua teoria deitou por terra a antiga ideia de que a inteligência da criança era igual à do adulto.

Piaget demonstrou que a inteligência é anterior ao pensamento e que este se desenvolve em etapas que são fruto de uma gradual adaptação ao meio. O desenvolvimento ocorre porque o organismo amadurece e sofre influência do meio físico e social.

A assimilação e a acomodação são os dois processos que concorrem na formação das capacidades cognitivas de uma criança e que estão presentes em todos os estádios de desenvolvimento.

A assimilação é o processo mental através do qual a criança incorpora novos dados resultantes da sua relação com o meio; a acomodação é o processo mental pelo qual os mecanismos mentais são alterados em função das novas experiências provenientes da assimilação.



FIG. 4 O pensamento desenvolve-se por etapas e é fruto da gradual adaptação da criança ao meio envolvente.

Existem quatro estados ou estádios principais pelos quais a criança passa até atingir pleno desenvolvimento. São eles:

Estádios	Descrição
Estádio sensoriomotor (dos 0 aos 2 anos)	A criança, através de uma interacção física com o seu meio, constrói um conjunto de «esquemas de acção» que lhe permitem compreender a realidade e a forma como esta funciona. Desenvolve o conceito de permanência do objecto, constrói alguns esquemas sensoriomotores coordenados e é capaz de fazer imitações.
Estádio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos)	A criança é competente ao nível do pensamento representativo mas não realiza ainda operações mentais que ordenem e organizem esse pensamento. Sendo egocêntrica e com um pensamento não reversível, a criança neste estádio não é ainda capaz, por exemplo, de apreender o número e a quantidade.
Estádio das operações concretas (dos 7 aos 11/12 anos)	A criança vai acumulando experiências físicas e concretas e começa a conceptualizar, criando «estruturas lógicas» para a explicação das suas experiências mas ainda sem abstracção.
Estádio das operações formais (dos 11/12 aos 15/16 anos)	A criança atinge o raciocínio abstracto e conceptual, conseguindo ter em conta as hipóteses possíveis e sendo capaz de pensar cientificamente.

Para melhor compreensão do processo, vejamos o texto que se segue.

O desenvolvimento, de que tentei levantar um quadro muito esquemático e muito sucinto, pode explicar-se por diferentes factores. Vou distinguir quatro.

Primeiro factor: a hereditariedade, a maturação interna. Este factor deve ser certamente considerado sob todos os pontos de vista, mas é insuficiente, porque nunca actua no estado puro ou isolado. Se por toda a parte intervém um efeito de maturação, esse efeito permanece indissociável dos efeitos do exercício da aprendizagem ou da experiência. A hereditariedade não é, pois, um factor que actue por si só ou que seja isolável psicologicamente.

Segundo factor: a experiência física, a acção dos objectos. Constitui também um factor essencial, que não se trata de subvalorizar, mas que por si só é insuficiente. A lógica da criança, em especial, não advém da experiência dos objectos, mas das acções exercidas sobre os objectos, o que não é de maneira nenhuma a mesma coisa, isto é, a parte activa do indivíduo não é fundamental, não bastando a experiência extraída do objecto.

Terceiro factor: a transmissão social, o factor educativo no sentido lato. Factor determinante, sem dúvida, no desenvolvimento, mas só por si insuficiente pela seguinte razão evidente: para que uma transmissão seja possível entre o adulto e a criança, ou entre o meio social e a criança educada, é necessário que haja, por parte da criança, assimilação do que se pretende inculcar-lhe de fora. Ora, esta assimilação é sempre condicionada pelas leis deste desenvolvimento parcialmente espontâneo de que já lhes dei exemplos. [...]

Quero falar de um quarto factor, que chamarei factor de equilibração. A partir do momento em que há já três factores, é desde logo necessário que se equilibrem entre si; mas há, além disso, um factor fundamental que intervém no desenvolvimento intelectual. Uma descoberta, uma noção nova, uma afirmação, etc., devem equilibrar-se com as outras.

→

É necessário todo um jogo de regulação e de compensações para chegar a uma coerência. Emprego a palavra «equilíbrio» não num sentido estático, mas no sentido que uma equilibração progressiva, sendo a equilibração a compensação por reacção do indivíduo às perturbações exteriores, compensação que conduz à reversibilidade operatória no final deste desenvolvimento.

A equilibração parece-me o factor fundamental deste desenvolvimento.

Jean Piaget, *Problemas de Epistemologia Genética.*

Actividades

1. Por que razão a hereditariedade não pode explicar o conhecimento de forma isolada?
2. Identifica no texto a razão pela qual as crianças normalmente estragam os brinquedos.
3. Dos quatro factores referidos, qual deles é o mais importante, de acordo com o autor? Porquê?

A perspectiva da Sociologia do Conhecimento

A Sociologia do Conhecimento é a ciência que estuda o fenómeno conhecimento, na perspectiva da Sociologia. A Sociologia é uma ciência humana que estuda o modo de relacionamento dos indivíduos na sociedade.

Karl Marx (1818-1883) foi o primeiro a defender que as ideias e o conhecimento dependem das circunstâncias histórico-sociais do sujeito. Para ele, o conhecimento humano é condicionado pelo meio social que molda o sujeito cognoscente. Com efeito, se relacionarmos duas crianças, uma com possibilidades de frequentar bibliotecas, consultar a Internet, ver televisão, etc., e outra que apenas aprende o que o professsor, os pais ou os amigos lhe transmitem (sem os meios que o primeiro tem), o primeiro terá mais possibilidades de saber do que o segundo.

Marx desvenda uma questão inteiramente desconhecida e ignorada do pensamento: a sua dependência em relação ao contexto social, às finalidades e interesses sociais, às relações entre as classes sociais e a sua luta, e, além disso, a sua dependência em relação a um modo de produção, a sua dependência, portanto, a uma *praxis* total. Eis uma descoberta que vai subverter a nossa visão do mundo: não é o pensamento, no seu esplendor e na sua imaginada autonomia, que dirige o nosso destino; pelo contrário, para compreender o pensamento, que parece guiar-nos em plena liberdade, é necessário colocá-lo no contexto em que surgiu e que exprime. O pensamento é, pois, função das variáveis do conjunto social; ele tem a sua eficácia própria, um certo poder de modelar o real, mas não é a história que pode ser compreendida à luz das ideias; acontece exactamente o contrário.

Karl Mannheim (1893-1947) vai defender que o pensamento de um indivíduo é condicionado pelo dos outros seres humanos, modelado pelo seu grupo de pertença, isto é, o conhecimento do indivíduo é condicionado pelo inconsciente colectivo.

Abordagem filosófica

Análise fenomenológica do acto de conhecimento

No acto do conhecimento é indispensável a presença de dois elementos: o que conhece e o que é conhecido, ou seja, o sujeito e o objecto do conhecimento. No processo do conhecimento, algumas filosofias atribuem primazia ao objecto (realismo em geral); outras ao sujeito (idealismo, em geral); outras, a um nível equilibrado, aos dois. É esta última opção que é defendida pela Fenomenologia, corrente filosófica que influenciou grandemente a Filosofia do século XX. Para a Fenomenologia só existem fenómenos puros, ou seja, não interessa a área de conhecimento e como se conhece. Esta corrente considera o conhecimento em si mesmo e procura chegar à sua estrutura fundamental, desligado de tudo o que o rodeia e analisando-o por si mesmo na relação sujeito-objecto. Dessa forma, para a Fenomenologia existe alguém que conhece (o sujeito) e algo que pode ser conhecido (o objecto) e o resultado do acto de conhecer é a representação (depois de apreendido, o objecto de conhecimento fica na consciência do sujeito sob a forma de representação ou imagem).

Em suma, para a Fenomenologia, o conhecimento é o acto pelo qual o sujeito apreende ou representa o objecto.

O texto que se segue descreve a Fenomenologia do conhecimento.

1 – Em todo o conhecimento, um «cognoscente» e um «conhecido», um sujeito e um objecto encontram-se frente a frente. A relação que existe entre os dois é o próprio conhecimento. A oposição dos dois termos não pode ser suprimida; esta oposição significa que os dois termos são originariamente separados um do outro, transcendentes um relativamente ao outro.

2 – Os dois termos da relação não podem ser separados dela sem deixar de ser sujeito e objecto. O sujeito não é sujeito senão em relação a um objecto e o objecto não é objecto senão em relação a um sujeito. Cada um deles é o que é em relação ao outro. [...]. A sua relação é uma correlação.

3 – A relação constitutiva do pensamento é dupla, mas não é reversível. O facto de desempenhar o papel de sujeito relativamente a um objecto é diferente do facto de desempenhar o papel de objecto relativamente a um sujeito. No interior da correlação, sujeito e objecto não são, pois, permutáveis; a sua função é essencialmente diferente. [...]

4 – A função do sujeito consiste em apreender o objecto; a do objecto em poder ser apreendida pelo sujeito e em sê-lo efectivamente.

→

5 – Considerada do lado do sujeito, esta apreensão pode ser descrita como uma saída do sujeito para fora da sua própria esfera e como uma incursão na esfera do objecto, a qual é, para o sujeito, transcendente e heterogénea. O sujeito apreende as determinações do objecto e, ao apreendê-las, introdu-las, fá-las entrar na sua própria esfera.

6 – O sujeito não pode apreender as propriedades do objecto senão fora de si mesmo, pois a oposição do sujeito e do objecto não desaparece na união que o acto de conhecimento estabelece entre eles; permanece indestrutível. A consciência dessa oposição é um aspecto essencial da consciência do objecto. O objecto, mesmo quando é apreendido, permanece, para o sujeito, algo de exterior; é sempre o *objectum*, quer dizer, o que está diante de. O sujeito não pode captar o objecto sem sair de si (sem se transcender); mas não pode ter consciência do que é apreendido sem entrar em si, sem se reencontrar na sua própria esfera. O conhecimento realiza-se, por assim dizer, em três tempos: o sujeito sai de si, está fora de si e regressa finalmente a si.

7 – O facto de o sujeito sair de si para apreender o objecto não muda nada neste. O objecto não se torna, por isso, imanente. As características do objecto, se bem que sejam apreendidas e como que introduzidas na esfera do sujeito, não são, contudo, deslocadas. Apreender o objecto não significa fazê-lo entrar no sujeito, mas sim reproduzir neste as determinações do objecto numa construção que terá um conteúdo idêntico ao do objecto. O objecto não é modificado pelo sujeito, mas sim o sujeito pelo objecto. Apenas no sujeito alguma coisa se transformou pelo acto do conhecimento. No objecto nada de novo foi criado; mas no sujeito nasce a consciência do objecto com o seu conteúdo, a imagem do objecto.

Nicolai Hartmann, *Les principes d'une métaphysique de la connaissance [Princípios de uma Metafísica do Conhecimento].*

De forma resumida, este texto diz que o conhecimento é fruto do relacionamento entre o sujeito cognoscente ou que conhece e o objecto conhecido. O sujeito não é sujeito de conhecimento fora do objecto de conhecimento. De igual modo, um objecto não pode ser objecto de conhecimento sem a presença de um sujeito que o conhece.

No acto do conhecimento, o sujeito sai de si, transcende a si mesmo ao encontro do objecto. O objecto, por sua vez, transcende a si mesmo ao encontro do sujeito, ou seja, as suas propriedades ou características, também conhecidas por atributos, vão ao encontro do sujeito cognoscente. O sujeito capta as propriedades do objecto e volta à sua esfera, com a imagem do objecto, que retém no seu entendimento ou mente (memoriza as características do objecto). Portanto, o sujeito vive três momentos distintos no acto do conhecimento: sai fora de si, fica fora de si e volta para si, com as características do objecto.

O conhecimento resulta desta interacção dos dois elementos do conhecimento. É necessário recordar que este movimento do sujeito e do objecto é apenas uma descrição. Na realidade, isto acontece num abrir e fechar de olhos. Por isso, em nenhum momento poderemos identificar a fase de o sujeito sair de si, estar fora e voltar para a sua esfera. Tudo acontece ao mesmo tempo.

Vamos recordar...

- Os elementos do conhecimento são o sujeito e o objecto.
- O problema de como nós aprendemos é debatido pela filogénese, que encara o conhecimento como parte das consequências da evolução; pela ontogénese, que alia o conhecimento ao ambiente em que a criança cresce; pela Sociologia do Conhecimento, que defende que o conhecimento também é resultado do que se aprende com o grupo de pertença e pelas condições económicas; pela fenomenologia, que explica o movimento seguido pela mente humana no acto do conhecimento.

Texto 3

A descrição fenomenológica não resolve os problemas do conhecimento

Poderia pensar-se que a missão da teoria do conhecimento se cumpre, no essencial, com a descrição do fenómeno do conhecimento. Mas não acontece assim. A descrição do fenómeno não é a sua interpretação e explicação filosófica. Vimos que, segundo a concepção da consciência natural, o conhecimento consiste em forjar «uma imagem» do objecto; e a verdade do conhecimento é a concordância desta «imagem» com o objecto. Mas averiguar se esta concepção está justificada é um problema que se encontra para além do alcance do problema fenomenológico. [...] Este facto é muitas vezes esquecido pelos fenomenólogos, que julgam resolver o problema, descrevendo simplesmente o fenómeno do conhecimento. [...]

A Fenomenologia apenas pode esclarecer-nos sobre a efectiva realidade da concepção natural, mas nunca decidir sobre a sua justeza e veracidade. Esta questão crítica encontra-se fora da esfera da sua competência. Também se pode exprimir esta ideia dizendo que a Fenomenologia é um método, mas não é uma teoria do conhecimento [...]. A descrição fenomenológica pode e deve descobrir os problemas que se apresentam no fenómeno do conhecimento e fazer com que tomemos consciência deles.

J. Hessen, *Teoria do Conhecimento*.

Texto 4

Os problemas da dicotomia sujeito-objecto

Vimos já que o conhecimento significa uma relação entre um sujeito e um objecto que entram, por assim dizer, em contacto mútuo; o sujeito apreende o objecto. O que em primeiro lugar se deve perguntar é se esta concepção da consciência natural é correcta, se realmente tem lugar este contacto entre o sujeito e o objecto. Pode o sujeito apreender realmente o objecto? Esta é a questão da possibilidade do conhecimento humano.

Deparamo-nos com outro problema quando consideramos de perto a estrutura do sujeito cognoscente. Esta é uma estrutura dualista. O Homem é um ser espiritual e sensível. Por conseguinte, distinguimos o conhecimento espiritual do conhecimento sensível. A fonte do primeiro é a razão; a do último, a experiência. Pergunta-se de que fonte tira principalmente os seus conteúdos a consciência cognoscente. É a razão ou é a experiência a fonte e a base do conhecimento humano? Esta é a questão da origem do conhecimento. →

> Atingimos o problema central da teoria do conhecimento quando nos fixamos na relação com uma determinação do sujeito pelo objecto. Porém, pode também perguntar-se se esta concepção da consciência natural é correcta. Numerosos e importantes filósofos definirão esta relação precisamente no sentido contrário. Segundo eles, a verdadeira situação, com efeito, é justamente inversa: não é o objecto que determina o sujeito [...]. A consciência cognoscente não se posiciona receptivamente em presença do seu objecto, mas sim activa e espontaneamente. Pode perguntar-se, pois, qual das duas interpretações do fenómeno do conhecimento é justa. Poderemos designar, resumidamente, este problema como a questão da essência do conhecimento humano. Um último problema entrou no nosso campo de observação no final da descrição fenomenológica: a questão do critério de verdade. [...] Qual o critério que nos diz, concretamente, se um conhecimento é ou não verdadeiro?
>
> J. Hessen, *Teoria do Conhecimento.*

Actividades

1. O que quer dizer a expressão «no acto do conhecimento o sujeito é determinado pelo objecto», que encontras no texto 4?
2. Que razões são apontadas no texto 3 para fundamentar o título do texto?

3.3 Problemas e correntes filosóficas da teoria do conhecimento

O debate sobre a (im)possibilidade do conhecimento

As questões fundamentais que aqui se colocam são:

Pode o sujeito apreender o objecto? Pode atingir a verdade, a essência das coisas, ou está condenado às suas múltiplas aparências? Eis algumas respostas filosóficas que foram dadas por várias correntes de pensamento.

Dogmatismo

O **dogmatismo** é uma doutrina ou corrente filosófica que admite a possibilidade da mente humana conhecer com plena certeza as coisas; é uma resposta positiva à questão da possibilidade ou não de o Homem conhecer as coisas; é a atitude de todo aquele que crê que o Homem tem meios para atingir a verdade absoluta.

Para o dogmático, existem critérios que permitem ao Homem distinguir o verdadeiro do falso, o certo do duvidoso. Por isso, a percepção de qualquer objecto leva o dogmático a crer, com toda a naturalidade, na existência do mesmo, não admitindo a possibilidade de que o conhecimento de tal objecto possa ser posto em causa.

A palavra «dogmatismo» provém de uma outra: «dogma». Dogma é uma verdade indiscutível, defendida, muitas vezes, pelas religiões. Por exemplo, é dogma entre os cristãos católicos que Maria deu à luz o menino Jesus, porém permaneceu virgem. É uma verdade que não se pode discutir, é dogma. Ao contrário do cepticismo (ver mais adiante), o dogmatismo não se confronta com a dúvida, pois este admite meramente a possibilidade do conhecimento, considerando-o como um dado adquirido, como algo que nem sequer é posto em questão.

De certa forma, podemos considerar o dogmatismo como a atitude habitual do homem comum. Pois o que é notório entre os homens, face à problemática do conhecimento, é o facto de não nos questionarmos sobre o valor do conhecimento e, ainda, não pormos em causa a nossa capacidade para estabelecer a verdade em determinadas áreas, não procuramos indagar da possibilidade da relação cognitiva sujeito-objecto, assim como dos fundamentos dessa relação cognitiva.

Esta atitude é própria do senso comum, visto que este toma o conhecimento vulgar e banal, superficial e acrítico, a existência do objecto em si, como algo real e inquestionável. Todavia, nem todos os dogmáticos pensam da mesma forma: uns são intransigentes nas suas posições, outros são moderados quanto à possibilidade da mente humana conhecer ou não as coisas. Assim, podemos falar de espécies ou formas do dogmatismo: o espontâneo e o crítico.

a) Dogmatismo espontâneo

Este supõe que o Homem conhece os objectos tal qual são e que entre o conhecimento e a realidade há um perfeito acordo. O dogmatismo espontâneo é uma atitude humana e psicológica de quem deposita plena confiança nos dados dos sentidos; atitude de quem julga conhecer as coisas como elas são; é uma crença que, como tal, não permite reflexão ou crítica sequer sobre a existência das coisas, a partir do momento em que o espírito as cogita (pensa). Para o dogmatismo espontâneo, que é a posição ingénua do senso comum, pensar o contrário significaria colocar em dúvida a verdade científica, porque pode dar-se o caso de aquilo que se crê ser falso. Aí cairiam todas as verdades científicas como se de uma casa construída no areal se tratasse.

b) Dogmatismo crítico

O dogmatismo crítico ou moderado surge com Sócrates, quando os sofistas assumem uma posição céptica acerca do valor do conhecimento. Sócrates, utilizando primeiro a dúvida, que corresponde a um momento necessário e prévio no processo do conhecimento verdadeiro, vai chegar à conclusão de que é possível conhecer verdadeiramente determinadas realidades. É notório que este dogmatismo coloca o conhecimento intelectual acima do conhecimento sensível, uma vez que este apenas nos dá a conhecer as manifestações da realidade, manifestações essas que mudam continuamente com o passar do tempo, ao passo que aquele outro, o intelectual ou racional, dá-nos a conhecer a essência ou natureza íntima da realidade. Esta essência ou natureza íntima da realidade é imutável, por isso o seu conhecimento é absoluto.



FIG. 5 Retrato de René Descartes (1649).

Contrariamente ao dogmatismo espontâneo, que admite um conhecimento absoluto das coisas, o dogmatismo crítico admite, sim, a possibilidade de o Homem possuir conhecimentos certos acerca das coisas, mas este conhecimento nem sempre é total e perfeito. Por isso, exige que se faça um exame crítico de todas as certezas naturais, incluindo as verdades básicas ou metafísicas.

Partilhando da perspectiva que se deve submeter todas as certezas a um exame crítico, o filósofo francês René Descartes (1596-1650) considerou que a atitude do filósofo devia ser, para que este chegue à verdade, a do uso da dúvida como método ou caminho seguro. É a chamada dúvida metódica, que iria influenciar toda a Idade Moderna e a História da Filosofia. Para Descartes, o conhecimento seria evidente e seguro após uma análise anterior que colocasse tudo em dúvida, pois só depois se poderia ficar apto a conhecer as verdades claras e evidentes que se dão a conhecer ao espírito. Seguindo a mesma ordem de pensamento, o filósofo Claude Bernard (século XIX) julga indispensável, para o sábio, o uso da dúvida. Segundo este, a primeira condição que deve ter um sábio, nas suas investigações, é a dúvida filosófica.

> Desde que reconheci que existe um Deus, ao mesmo tempo compreendi também que tudo o resto depende dele e que ele não é enganador, e daí concluí que tudo aquilo que concebo clara e distintamente é necessariamente verdadeiro, mesmo que não atente mais nas razões pelas quais julguei que isso era verdadeiro, mas apenas me recorde de o ter visto clara e distintamente. Por conseguinte, não se pode alegar em contrário, nenhuma razão que me leve a duvidar, mas tenho disso ciência verdadeira e certa. Ciência certa e verdadeira não apenas disso, mas também de todas as outras coisas que me recordo de alguma vez ter demonstrado, como as de Geometria e semelhantes. Então, o que se me pode objectar agora? Talvez que sou feito de tal modo que muitas vezes me engano? Mas já sei que não me posso enganar naquilo que concebo com evidência [...] E assim vejo perfeitamente que certeza e verdade de toda a ciência dependem unicamente do conhecimento do Deus verdadeiro, a tal ponto que, antes de o conhecer, eu não poderia saber nada, de modo perfeito, de qualquer outra coisa. Porém, agora podem ser perfeitamente conhecidas e certas, para mim, inúmeras coisas, quer do próprio Deus e das outras coisas, quer também de toda a natureza corpórea que é o objecto da Matemática pura.
>
> René Descartes, *Meditações sobre a Filosofia Primeira*.

Vamos recordar...

- O dogmatismo é uma doutrina ou corrente filosófica que admite a possibilidade de a mente humana conhecer com plena certeza as coisas.
- Existem duas espécies de dogmatismo: espontâneo e crítico.
- O dogmatismo espontâneo supõe que o Homem conhece os objectos tal qual são e que, entre o conhecimento e a realidade, há um perfeito acordo.
- O dogmatismo crítico admite, sim, a possibilidade de o Homem possuir conhecimentos certos acerca das coisas, mas este conhecimento nem sempre é total e perfeito.

Texto 5

Dogmatismo

«*Dogmatikós*», em grego, significa «que se funda em princípios» ou «é relativo a uma doutrina».

Dogma é um ponto de partida fundamental e indiscutível de uma doutrina religiosa. Na religião cristã, por exemplo, há o dogma da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), o qual não deve ser confundido com a existência de três deuses, pois trata-se apenas de um. Deus é uno e trino. Não importa se a razão não consegue entender, já que é um princípio aceite pela fé e o seu fundamento é a revelação divina.

Quando transpomos esta ideia de dogma para áreas estranhas à religião, ela passa a ser prejudicial ao Homem, que, uma vez na posse de uma verdade, se fixa nela e abdica de continuar a busca. O mundo muda, os acontecimentos sucedem-se e o homem dogmático permanece petrificado nos conhecimentos dados de uma vez por todas. Refractário ao diálogo, teme o novo e não raro torna-se intransigente e prepotente. Disse Nietzsche, filósofo alemão do século XIX, que «as convicções são prisões». Quando o dogmático resolve agir, o fanatismo é inevitável. Em nome do dogma da raça ariana, Hitler cometeu o genocídio dos judeus nos campos de concentração.

J. Fragata, «Dogmatismo», in *Enciclopédia Logos*.

Texto 6

O conhecimento dogmático

Entendemos por dogmatismo a posição epistemológica para a qual não existe ainda o problema do conhecimento. O dogmatismo pressupõe a possibilidade do contacto entre o sujeito e o objecto. É para ele evidente que o sujeito, a consciência cognoscente, apreende o objecto. Tal posição assenta numa confiança na razão humana, que ainda não está enfraquecida pela dúvida. Este facto de o conhecimento não constituir um problema para o dogmatismo assenta numa concepção deficiente da essência do conhecimento. O contacto entre o sujeito e o objecto não pode parecer problemático a quem não veja que o conhecimento representa uma relação. E isto é o que acontece com o dogmático. Não vê que o conhecimento é essencialmente uma relação entre um sujeito e um objecto. Crê, pelo contrário, que os objectos do conhecimento nos são doados absolutamente e não meramente por obra da função intermediária do conhecimento. O dogmático não vê esta função. E isto passa-se não só no terreno da percepção, mas também no pensamento.

J. Hessen, *Teoria do Conhecimento*.

Cepticismo

O cepticismo é uma doutrina ou corrente filosófica que considera a mente humana incapaz de atingir qualquer que seja o conhecimento ou a verdade com certeza absoluta; é uma atitude negativa ou pessimista do Homem face à problemática da possibilidade da mente atingir um conhecimento absolutamente certo ou verdadeiro.

O cepticismo, como doutrina filosófica, tem as suas raízes nos sofistas (século V a. C.), os quais, ao constatarem as contradições dos filósofos anteriores, concluíram, de forma pessimista, que a verdade absoluta era inacessível. A título de exemplo, temos a oposição radical entre o pensamento de Parménides e os outros eleatas (que negavam o movimento e a transformação das coisas, considerando que não passavam de ilusão dos sentidos) e o pensamento de Heraclito de Éfeso, que considerava uma ilusão a permanência das coisas, sustentando que tudo se encontrava em constante mudança. A isto, Pirron, um dos grandes expoentes do cepticismo (século IV-III a. C.), afirma categoricamente que não devemos confiar nos sentidos nem na razão, mas duvidar de tudo e de nada, inclusive da própria dúvida.

Argumentos ou fundamentos do cepticismo:

a) Os erros dos sentidos

Para os cépticos, os sentidos estão constantemente sujeitos a ilusões e alucinações, factores esses que deformam as impressões captadas dos objectos, sendo por isso fonte de erros. Um prédio de trinta e três andares visto à distância assemelha-se a um prédio de três ou quatro andares situado do outro lado onde se encontra o observador. Quando estou no autocarro em movimento a observar a paisagem, o que parece estar em movimento não é o autocarro que me leva, mas sim a paisagem que observo. Parecendo que não, em determinadas circunstâncias, os nossos sentidos mostram-nos os objectos de forma diferente da que possuem na realidade. Como confiar nos sentidos, se são testemunhos falíveis? – pergunta o céptico.

b) Relatividade do conhecimento sensorial

As informações sensoriais sobre o mesmo objecto diferem de indivíduo para indivíduo, e, por vezes, no mesmo indivíduo podem variar de acordo com as circunstâncias em que elas são percebidas: o que para uns é quente para outros é frio e vice-versa; a água que para uns é salubre (por isso imprópria para o consumo), para outros é doce (própria para o consumo). A relatividade do conhecimento é mais um argumento contra a existência de um conhecimento certo e absoluto das coisas.

c) A impossibilidade de demonstração

Se eu tomo como verdade que «os Moçambicanos são pacíficos», então devo provar a minha asserção e de seguida é preciso que prove, de igual modo, a minha prova. E a isto dirá o céptico: «prova a tua prova». Portanto, para o céptico, cada prova exige uma outra prova e esta, outra ainda, até ao infinito. Disto podemos inferir que nunca, para um céptico, se poderá chegar a uma asserção que seja devidamente demonstrada, visto cada coisa ter uma infinidade de relações umas com as outras. Por isso, não conhecemos tudo.

Importa, todavia, frisar que nem tudo é demonstrável, como o céptico pretende, e que há verdades imediatamente evidentes, que como tal constituem fundamento da aquisição de novas verdades. Convém notar, primeiro, que o cepticismo como doutrina filosófica, na sua forma radical, duvida de tudo e sustenta que nada é seguro ou verdadeiro. Esta posição é insustentável e, qualquer que seja o argumento, é contraditória pela seguinte razão: se tudo é duvidoso, como defende o céptico, é igualmente duvidoso que tudo é duvidoso. Afirma o filósofo cristão Santo Agostinho (século IV-V): se a verdade não existe, é verdade que a verdade não existe e, por conseguinte, existe a verdade, a verdade de a verdade não existir; ou, por outra, se é verdade que nada existe que seja seguro, então é verdade que nada é seguro, por conseguinte, existe algo que é seguro, a verdade de que nada é seguro.

A dúvida céptica é definitiva, é uma conclusão e não um ponto de partida, ela é destrutiva e, como tal, opõe-se à dúvida metódica sustentada por Réne Descartes. É neste sentido que Diógenes de Laércio (século III) afirma: os cépticos passam o tempo a destruir os dogmas das outras correntes e, em contrapartida, não estabelecem nenhum. Enunciando ou explicando as doutrinas dos outros filósofos, não definem nada por eles próprios, nem mesmo aquilo que se abstêm de definir.

Texto 7

Características do cepticismo

A palavra «cepticismo» deriva de «*skêpsis*», que significa indagação. Em conformidade com a orientação geral da Filosofia pós-aristotélica, o cepticismo tem como objecto o alcançar da felicidade como ataraxia. Mas, enquanto o epicurismo e o estoicismo punham a condição da mesma numa doutrina determinada, o cepticismo coloca tal condição na crítica e na negação de toda a doutrina determinada, numa indagação que ponha em evidência a inconsistência de qualquer posição teorético-prática, as considere a todas igualmente falazes e se abstenha de aceitar alguma. A tranquilidade do espírito em que consiste a felicidade, consegue-se [...] não já aceitando uma doutrina, mas refutando qualquer doutrina. A indagação (*skêpsis*) é o meio de alcançar esta refutação e, por conseguinte, a ataraxia.

Daqui resulta a mudança radical e também a decadência profunda que o conceito de investigação sofre por obra do cepticismo. Se confrontamos o conceito céptico de indagação, como instrumento da ataraxia, com o conceito socrático e platónico da investigação, a mudança é evidente. Para Sócrates e Platão, a primeira exigência da investigação é a de encontrar o próprio fundamento e a própria justificação, a de organizar-se a si própria para reconhecer as condições e os princípios que a tornam possível. A indagação céptica não procura justificação em si própria. A ela basta-lhe levar o Homem à refutação de todas as doutrinas, portanto, à ataraxia, porque se nutre quase exclusivamente da polémica contra as outras escolas e se aplica a refutar os diferentes pontos de vista, sem nunca dirigir o olhar para si própria, para o fundamento e o valor do seu procedimento.

Indubitavelmente, ainda assim, a indagação céptica desempenhou uma tarefa histórica notável, afastando as escolas filosóficas contemporâneas da sua estagnação dogmática e estimulando-as incessantemente à indagação dos fundamentos dos seus postulados. [...]

Nicola Abbagnano, *História da Filosofia*.

Texto 8

Cepticismo metódico

Segundo o cepticismo, o sujeito não pode apreender o objecto. O conhecimento, no sentido de uma apreensão real do objecto, é impossível para ele. Portanto, não devemos formular qualquer juízo, mas sim abster-nos totalmente de julgar. Enquanto o dogmatismo desconhece de certo modo o sujeito, o cepticismo não vê o objecto. A sua atenção fixa-se exclusivamente no sujeito, na função do conhecimento, que ignora completamente a significação do objecto. A sua atenção dirige-se inteiramente aos factores subjectivos do conhecimento humano. Observa a forma como todo o conhecimento sofre a influência da →

índole do sujeito e dos seus órgãos do conhecimento, assim como das circunstâncias exteriores (meio, círculo cultural). Desta forma escapa à sua vista o objecto, que é, sem dúvida, necessário para que tenha lugar o conhecimento [...].

O cepticismo metódico consiste em começar por pôr em dúvida tudo o que se apresenta à consciência natural como verdadeiro e certo, para eliminar deste modo todo o falso e chegar a um saber absolutamente seguro.

J. Hessen, *Teoria do Conhecimento.*

Actividades

1. O que é um dogma?
2. Em que domínio específico surgiu este termo? Encontras alguma justificação para este facto? Explicita-a.
3. Em termos de religião, é possível ou necessário ser-se dogmático? Justifica.
4. O dogmatismo é uma atitude aconselhável nos dias de hoje? Justifica.
5. O conhecimento é problemático para o dogmático? Porquê?
6. Como vê o dogmático a relação entre o sujeito e o objecto?
7. Identifica o critério da verdade em Descartes.
8. Por que razão não se pode enganar Descartes «naquilo que concebe com evidência»?
9. Qual é a característica fundamental do cepticismo?
10. Que comentários fazes à afirmação de que tudo é duvidoso?
11. «Os cépticos passam o tempo a destruir os dogmas das outras correntes e, em contrapartida, não estabelecem nenhum.» Porquê?
12. Descreve uma situação em que tenhas usado a dúvida para melhor compreensão da realidade.

O criticismo de Immanuel Kant

O criticismo resulta da distinção entre a realidade tal como ela é (***númeno***) e a realidade tal como nos aparece (***fenómeno***). De acordo com a reflexão de Kant, o intelecto humano não está estruturado de forma a captar as propriedades do *númeno*, o mundo das coisas em si. Este mundo não se adapta aos esquemas do pensamento. Por isso, somente nesta última esfera (mundo dos fenómenos) podemos falar da possibilidade do conhecimento da verdade, que é uma verdade humana, finita e não absoluta, porque baseada na experiência, que nunca é universal.

Para Kant, o ser humano pode conhecer as coisas do mundo das coisas materiais e jamais conhecer as do mundo das realidades espirituais. O nosso conhecimento produz verdades não absolutas porque dependem da experiência vivida pelo sujeito cognoscente.

Pragmatismo

O pragmatismo subordina o conhecimento a um fim prático, ao considerar que as ideias só são verdadeiras precisamente e na medida em que nos permitem estabelecer satisfatoriamente uma relação com a nossa experiência. Consequentemente, a verdade de um conhecimento mede-se pela sua utilidade, pela sua eficácia. Por outras palavras, é verdadeiro aquilo que é útil ao Homem. Neste sentido o pragmatismo manifesta-se contra a concepção estática da verdade, por conseguinte, do conhecimento.

Considera-se pragmático aquele que adequa os conhecimentos aos fins práticos a que se propõe e obtém resultados úteis e proveitosos. O pragmatismo surgiu no início do século XX nos Estados Unidos da América com William James, Charles Pierce e John Dewey, os quais privilegiam a dimensão prática do Homem.

Vamos recordar...

- Sobre o problema da (im)possibilidade do conhecimento, o dogmatismo defende que o conhecimento é possível e ridiculariza quem disso duvida; o cepticismo nega tal possibilidade; o criticismo aceita a existência de realidades cognoscíveis e também incognoscíveis; e o pragmatismo diz que a verdade de um conhecimento se mede pela sua utilidade.

Texto 9

Pragmatismo

O pragmatismo é um método filosófico frequentemente considerado como uma teoria da verdade. Parece ter nascido no *Metaphysical Club*, fundado por Charles Peirce, W. James e outros, em Cambridge, na década de 1870.[...] cada um destes autores deu uma direcção e uma formulação diferentes à doutrina do pragmatismo.[...]

Segundo W. James, poderemos considerar o pragmatismo como uma Filosofia do senso comum, com um método próprio, apregoando uma teoria da verdade ou do significado. O senso comum constitui uma plataforma de equilíbrio na evolução da mente humana. «É uma aquisição de antepassados remotíssimos, conduzindo a caminhos fundamentais de pensar através de toda a experiência» (James).[...]

Verdade, para J. Dewey e Schiller, significa o seguinte: «as ideias (que em si mesmas são apenas parte da nossa experiência) tornam-se verdadeiras precisamente e na medida em que nos ajudam a estabelecer uma relação satisfatória com as outras partes da nossa experiência». Verdade é o nome de qualquer coisa que prova ser boa no sentido da crença, e boa por determinadas e assinaláveis razões. O pragmatismo manifesta-se contra a concepção estática da verdade [...]. «Ideias verdadeiras são aquelas que podem ser assimiladas, validadas, corroboradas e verificadas.» (James)

→

Para o pragmatismo, a cópia da realidade está longe de ser essencial ao conceito de verdade: «essencial é o processo de ser guiado» (James). Uma coisa é útil porque é verdadeira e verdadeira porque é útil. O pragmatismo, quando fala de verdade, «significa exclusivamente alguma coisa sobre as ideias [...], enquanto os antipragmatistas parecem falar antes, frequentemente, de alguma coisa acerca dos objectos» (James).

F. S. Gomes, «Pragmatismo» in *Enciclopédia Logos*.

Actividades

1. Preenche o quadro que se segue.

	Dogmatismo	Cepticismo	Criticismo	Pragmatismo
Principais representantes				
Principais características				
Aspectos comuns				
Divergências				
Opinião pessoal				

A origem do conhecimento

Na reflexão acerca da fonte do conhecimento, a questão de partida é a seguinte: Qual é a fonte que nos dá o conhecimento? A sensibilidade (os sentidos, a experiência) ou a razão do sujeito (intelecto)?

O conhecimento é constituído por ideias (conceitos), juízos e raciocínios. Os juízos e os raciocínios são obtidos a partir das ideias. Por isso, o problema da origem do conhecimento consiste em determinar como se adquirem as ideias e os primeiros princípios que normalizam todo o conhecimento.

Na tentativa de responder à pergunta sobre a origem do conhecimento, surgiram três teorias fundamentais: o **empirismo**, o **racionalismo** e o **apriorismo** ou **intelectualismo**.

O surgimento do empirismo e do racionalismo, como correntes antagónicas, justifica-se pelo facto de, em primeiro lugar, surgirem em áreas geográficas diferentes e, em segundo, e principalmente, pela divergência das áreas de investigação: enquanto na Europa continental florescia a Matemática e a Geometria – ciências meramente especulativas –, na Inglaterra floresciam as ciências matemáticas e experimentais, a saber: a Botânica, a Química, a Astronomia e, a Óptica, a Medicina,... Isto fez com que os filósofos continentais (Descartes e, Spinoza) exaltassem o conhecimento abstracto e universal, baseado na razão, enquanto os ingleses se interessavam por uma pesquisa de uma teoria de conhecimento e de um método que satisfizessem as exigências das ciências por eles investigadas.

As ciências experimentais partem da constatação de acontecimentos particulares, da experiência de certos factos concretos; o seu objectivo é ir além dos factos, mediante a descoberta de relações constantes, de leis estáveis, de modo que tornem possível a antecipação de outras experiências.

A problemática epistemológica da Filosofia inglesa, sobre a origem do conhecimento, consistirá essencialmente em saber como é possível, partindo da experiência, de factos singulares, elaborar leis universais, que garantam o retorno à esfera dos acontecimentos concretos, das experiências individuais.

O empirismo

As origens do empirismo remontam a John Locke e David Hume, dois filósofos ingleses do século XVIII. Trata-se de uma corrente filosófica, que surgiu na Inglaterra, que defende o primado da experiência na aquisição do conhecimento. Para estes autores, conhece-se aquilo que se tem experiência.

Segundo John Locke, no início do processo cognitivo, a mente humana é como uma tábua rasa ou um papel em branco, onde nada está escrito, e que a experiência preenche de conhecimento resultante dos factos vividos. A experiência é fonte do processo cognitivo por dois modos: como **sensação**, através da qual chegam até nós as ideias das coisas exteriores, e como **reflexão**, que nos dá o conhecimento daquilo que se passa dentro de nós.



FIG. 6 John Locke (1632-1704).

Da experiência, mediante a sensação, originam-se as **ideias simples** (exemplo: a ideia de azul, doce, macio, etc.) e, pela reflexão, a ideia de percepção, dúvida, desejo, etc., e todas as operações da mente.

As **ideias complexas** nascem das ideias simples, em virtude da actividade do sujeito que as une, separa, analisa e sintetiza. Segundo Locke, nada, porém, existe de diferente nestas ideias complexas daquilo que caracteriza as ideias simples, às quais se podem reduzir.

David Hume, por sua vez, diz que todos os nossos conhecimentos se reduzem a impressões ou a ideias (vista de uma árvore e recordação da mesma) e pretende explicar, a partir destes conhecimentos simples, a formação das ideias complexas, por meio de leis ou princípios que são chamados «ideias de associação».



FIG. 7 David Hume (1711-1776).

O racionalismo

A doutrina oposta ao empirismo é o racionalismo, que baseia a origem do conhecimento na razão. Esta doutrina também admite várias matizes, apresentadas seguidamente.

Platonismo

Para Platão, as ideias são imitações ou sombras dos arquétipos (modelos ou essências) do mundo das ideias, mundo puramente inteligível, constituído por realidades abstractas e universais, que a alma vai recordando (teoria de reminiscência).

Segundo Platão, a alma racional viveria no mundo das ideias em plenitude de conhecimento. Depois foi encerrada num corpo e a matéria obscureceu todas as ideias, as quais só podem ser despertadas através dos sentidos. Quando o Homem nasce, já traz consigo as ideias.

Platonismo augustiniano

Santo Agostinho parte da filosofia platónica e explica a origem das ideias da seguinte maneira: as ideias são expressas pela inteligência como provindo de si mesma e não elaboradas, como dados recebidos através dos sentidos. Como surgem, então, as ideias? Santo Agostinho fala de uma iluminação divina, que seria, juntamente com a inteligência, causa da geração das ideias.

Inatismo

Descartes foi o expoente máximo do racionalismo, dada sua crença inabalável no poder da razão. Para Descartes existem vários tipos de ideias: as ideias adventícias, provindas da experiência; as ideias factícias, resultantes das adventícias (por exemplo, a ideia de Sereia), e, por último, as ideias inatas, as que são co-naturais à própria inteligência, que provêm da razão e, por isso, não estão sujeitas a erro. Todos os nossos conhecimentos seriam, por conseguinte, formados a partir dessas ideias inatas, únicas e infalíveis.

Leibnitz, outro grande filósofo alemão do século XVIII, admite um inatismo virtual: as ideias inatas existem no nosso espírito como percepções inconscientes que se vão consciencializando progressivamente através da experiência.

O apriorismo ou intelectualismo

Falar do intelectualismo não é senão falar de Kant e do seu posicionamento em relação ao problema da origem do conhecimento, deveras debatido pelo empirismo e pelo racionalismo.

Kant foi influenciado pelo progresso científico do seu tempo e o sucesso proveniente do método utilizado pelas ciências exactas e naturais. Porém, ele estava consciente da tentação de começar a aplicar o método das ciências indiscriminadamente para explicar e compreender o ser humano, pois dessa forma os valores morais e a sua fundamentação metafísica podiam ser absorvidos pelo mundo do mecanicismo material.

As principais correntes filosóficas do tempo de Kant foram o racionalismo e o empirismo. Mas para Kant, o racionalismo defendia os princípios metafísicos, era desenraizado da experiência e, portanto, dogmático. O empirismo, por sua vez, enraizado na experiência, mas incapaz de levar o Homem além da experiência, conduzia o Homem ao cepticismo. Para Kant, o empirismo implica a negação da validade universal e necessária do conhecimento científico, porque a experiência nunca é universal. Com base nesta constatação, Kant integra o que há de positivo no racionalismo e no empirismo e produz a sua própria teoria filosófica. Kant faz esta integração através de uma análise crítica das três principais operações da razão humana: **conhecimento**, **vontade e sentimentos** (sensações).

Esta análise deu origem a três importantes obras críticas que marcaram o mundo: a *Crítica da Razão Pura* (sobre o conhecimento), *Crítica da Razão Prática* (sobre a vontade) e a *Crítica do Juízo* (sobre os sentimentos)

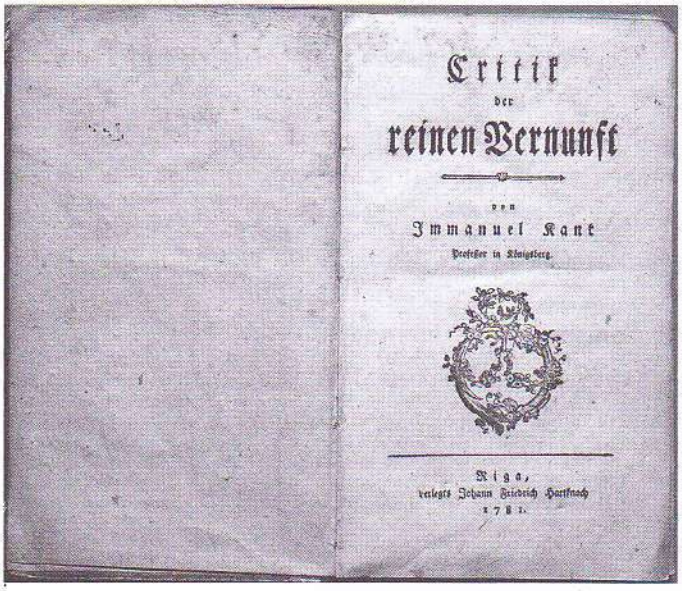

Critik
der
reinen Vernunft
von
Immanuel Kant
Professor in Königsberg.
Riga,
verlegts Johann Friedrich Hartknoch
1781.

FIG. 8 Edição original da *Critica da Razão Pura*.

Segundo Kant, à verdade e ao conhecimento só se chega através do juízo. O juízo é a combinação que é feita do sujeito e do objecto. Kant distingue dois tipos de conhecimento: conhecimento puro, proveniente da razão, e conhecimento empírico, proveniente da experiência.

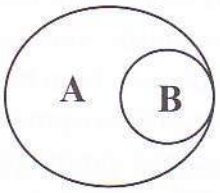
Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant escreve: «todo o conhecimento humano começa com a experiência, mas a experiência não esgota todo o nosso conhecimento». Diz ainda: «Se todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova, porém, que todo ele deriva da experiência».

O conhecimento sensível é constituído pela receptividade do sujeito que sofre certa impressão pela presença do objecto. Este conhecimento representa os objectos como eles aparecem para o sujeito. Portanto, **o conhecimento empírico é sempre subjectivo**; por isso, não se pode confiar muito neste tipo de conhecimento, pois depende de como o sujeito sofre a influência do objecto.

O conhecimento puro, também chamado inteligível, é a faculdade que a nossa razão tem de representar aqueles aspectos das coisas que, pela sua própria natureza, não podem ser captados pela sensibilidade. Então, o conhecimento inteligível é a faculdade da nossa razão. O conhecimento empírico ocupa-se com o conhecimento dos fenómenos, ou seja, com os objectos que se manifestam no mundo sensível, enquanto o conhecimento puro ou inteligível ocupa-se com o mundo numénico (mundo do número), a que pertencem os objectos ou entidades enquanto pensados, objectos em si (puros).

O conhecimento propriamente dito, que engloba os conhecimentos provenientes da experiência sensível e da razão, vem dos juízos que estabelecem ligação entre sujeito e objecto. Há dois tipos principais de juízo: **analítico** e **sintético**. Quando se formula a informação de que o predicado B pertence ao sujeito A, trata-se de um juízo analítico.

Quer dizer: o predicado B está implícito em A e não acrescenta nenhum conhecimento novo nele (em A). Um juízo analítico é só explicativo, não aumenta o conhecimento do sujeito acerca do objecto, como mostram os exemplos que se seguem: Um triláteo é um polígono de três lados; O corpo é extensivo; A esfera é redonda.



= juízo analítico

A afirmação «O corpo é pesado» é, por sua vez, um **juízo sintético**, porque o atributo dá mais informações sobre o sujeito. Kant fala também de **juízos sintéticos *a posteriori*** – trata-se de juízos muito particulares e contingentes que precisam de uma experiência particular. Por exemplo, o juízo «A batata doce da minha machamba é alaranjada» é sintético *a posteriori*. Neste juízo, o alaranjado é um dado muito contingente (podia ser de outras variedades, exige que se vá ver se, de facto, é alaranjado).

Os juízos sintéticos *a posteriori* são juízos concretos, de uma realidade concreta, particular. Exemplos: O ferro é duro; O alicate do meu mecânico é torto. Estes juízos dão mais particularidades ao objecto.

Kant diz que para se ter o conhecimento verdadeiro é preciso outro tipo de juízo, que seja universal, necessário e sintético (que crie novidade). Kant não hesita em afirmar que os juízos que constituem o conhecimento verdadeiro são os **sintéticos *a priori***. O juízo 3 + 2 = 5 é sintético *a priori*, ou seja, esta operação decorre da experiência sensível, empírica da experiência, mas fazemo-lo na mente e pode ser implementado para qualquer realidade. Este juízo é sintético *a priori* porque parte da experiência, mas supera tal experiência, podendo ser aplicado a qualquer realidade. Esta é a ciência verdadeira e a explicação de Kant ao modo como conhecemos: a partir da experiência, elaboramos juízos sintéticos *a priori*, universais e necessários, aplicáveis a todas as realidades.

Segundo Kant, o nosso conhecimento provém das duas fontes do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões ou intuição) dos objectos sensíveis e a segunda é a capacidade de conhecer um objecto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos ou conceitos puros). Ora, pela primeira, é-nos dado um objecto, pela segunda, é pensado em relação àquela representação.

Ou seja, intuição e conceito constituem os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem os conceitos sem intuições que de qualquer modo lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos podem dar um conhecimento. Ambos são ou puros ou empíricos. Puros, quando nenhuma sensação se mistura à representação, e empíricos, quando somente a sensação (que pressupõe a presença real do objecto) está neles contida.

Portanto, entre a sensibilidade e o entendimento nenhuma dessas qualidades tem primazia sobre a outra, ambas são independentes e complementares, pois, sem a sensibilidade, que é a capacidade do nosso espírito em receber representações (impressões ou intuições), nenhum objecto nos seria dado, assim como sem o entendimento, que é em contrapartida a capacidade de produzir representações ou conceitos, nada seria pensado. Para dizer que «pensamentos sem conteúdos são vazios, e intuições sem conceitos são cegas».

Fenómeno	Número
Objecto para o sujeito cognoscente	Objecto independente do sujeito cognoscente
Objecto ou coisa conhecida (contingente)	Coisa em si (essência)
Realidade conhecida pelo sujeito	Realidade em si mesma (conhecida ou não pelo sujeito)

O construtivismo

O construtivismo explica, em geral, como a inteligência humana se desenvolve, partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas acções mútuas entre o indivíduo e o meio.

Esta corrente de pensamento proveio das teorias da epistemologia genética e da pesquisa sócio-histórica de Jean Piaget e Lev Vysotsky, respectivamente. Tanto a epistemologia genética como a pesquisa sócio-histórica acreditam que o Homem não nasce inteligente, mas também não é um simples receptor das influências do meio. Ele responde aos estímulos do ambiente e desta forma constrói e organiza o próprio conhecimento

Dado que o conhecimento é construído por cada um dos indivíduos, outra coisa não se podia esperar senão a construção de um conhecimento subjectivo. Portanto, não se atinge a verdade absoluta (representação do real como ele é), o organismo apenas se adapta ao seu meio, isto é, compreende o ambiente onde estiver inserido. Por conseguinte, o sujeito do conhecimento orienta as suas acções e pensamentos com base nas suas experiências.

De acordo com Piaget, existem dois procedimentos usados no acto da aquisição do conhecimento: assimilação e acomodação. Através destes dois processos, o Homem cria um equilíbrio mental pela perturbação provocada pela impressão de um novo objecto (não conhecido antes). É o chamado princípio de equilibração. No processo de assimilação, o novo objecto é analisado com base no esquema existente no entendimento do indivíduo, que passa a ter mais uma impressão. No processo de acomodação, a nova experiência que não se enquadra nos esquemas de pensamento anteriores postula um novo esquema que acomoda o novo conhecimento, que será ampliado mediante o estabelecimento de relações com o meio do sujeito cognoscente.

Vamos recordar...

O problema da origem do conhecimento é debatido pelo empirismo, que diz que o conhecimento provém da sensibilidade; pelo racionalismo, que diz que a sensação gera opinião e defende a razão como fonte do conhecimento; pelo apriorismo, que defende que o conhecimento verdadeiro é o gerado pelos juízos sintéticos *a priori*, que se constroem com base em informação proveniente da experiência e da razão; e pelo construtivismo, que defende que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas acções mútuas entre o indivíduo e o meio.

Actividades

1. O que determinou o surgimento de duas correntes antagónicas na Europa do século XVIII?
2. Identifica as principais razões do empirismo e do racionalismo.
3. Como é que Kant argumenta a origem simultânea do conhecimento na experiência e na razão?
4. Quais são as principais teses do construtivismo?

A revolução copernicana na teoria do conhecimento

A perspectiva clássica sobre o acto de conhecimento ensina que, no acto do conhecimento, o objecto é quem determina, ou seja, o conhecimento consistia na adaptação do sujeito ao objecto a conhecer e na possibilidade de o Homem tudo conhecer. Esta visão revelou profundas lacunas no conhecimento, conquanto não explicava a existência de seres incognoscíveis pelo Homem. Este facto levou Kant à ilação de que não é o sujeito que se adapta aos objectos, no acto de conhecimento, mas o contrário. É esta a chamada revolução copernicana em Kant na gnosiologia: no acto de conhecimento, os objectos adaptam-se à natureza do intelecto humano. Assim, é fácil explicar a existência de seres incognoscíveis pelo Homem – eles não se adaptam à natureza do intelecto humano e, por isso, o Homem não os pode conhecer.

Ao que a experiência consegue apreender Kant chamou fenómeno, e ao mundo inatingível pela experiência chamou númeno (as coisas em si), como vimos quando analisámos o problema da possibilidade do conhecimento. A revolução copernicana ajudou a descobrir que a razão humana encontra na Natureza aquilo que ela mesma coloca, segundo os esquemas da nossa razão. A Natureza adapta-se aos esquemas da razão humana. Assim, Kant muda todo o esquema do conhecimento. A esta nova visão da relação sujeito/objecto chamou-se **revolução copernicana na teoria do conhecimento**, por analogia a que Copérnico fez e que determinou a passagem da visão geocêntrica do mundo para a heliocêntrica. Ou seja, deixou de se acreditar que o Sol girava em volta da Terra e passou a acreditar-se no contrário.

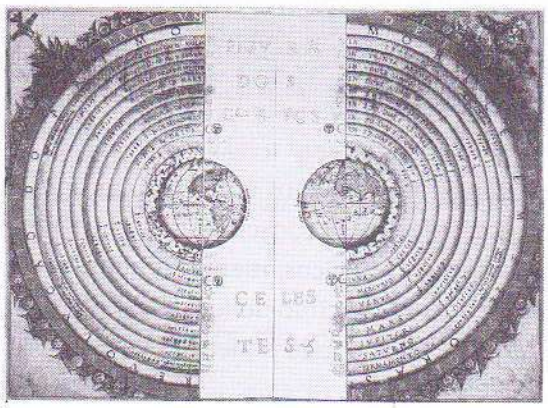


FIG. 9 O sistema geocêntrico.

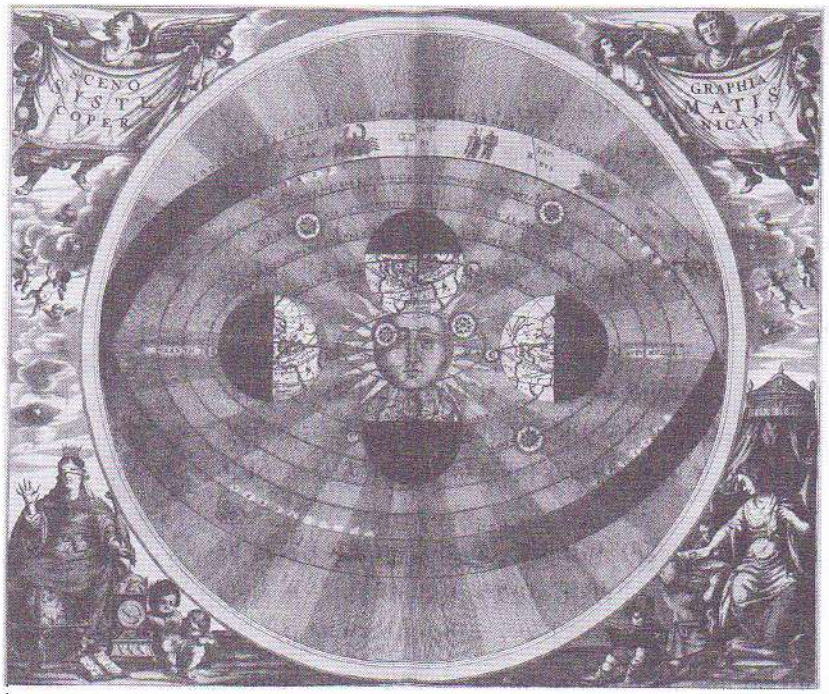


FIG. 10 O sistema heliocêntrico, definido por Copérnico.

A natureza do conhecimento

O que se pretende reflectir neste tema é: O que é que conhecemos? Os próprios objectos, ou as representações, em nós, dos mesmos? Existem duas correntes antagónicas que respondem a esta colossal questão, nomeadamente o **realismo** e o **idealismo**.

Realismo

O realismo defende que nós conhecemos as coisas e não as ideias sobre elas. O que o Homem conhece são as coisas, quer na forma de universais (as coisas em si, transcendentes em relação aos particulares – como, para Platão, os *universais ante rem*, isto é, a universalidade perante as coisas), quer na forma imanente, encontrados nas coisas individuais (como, para Aristóteles, a *universidade in re*, isto é, a universalidade nas coisas). O universal é uma entidade geral, um conceito, uma ideia que é comum a todos os seres particulares. Portanto, para os realistas, o universal é o ente que predica todas as coisas, ou seja, constitui o sustentáculo do todo existente. Sem o universal não existiriam as coisas particulares.

Idealismo

Para o idealista inglês George Berkeley, a única existência dos objectos é a ideia que se tem deles: «existir é ser percebido». As coisas só existem como objectos da consciência. A existência do mundo como realidade coerente e regular estaria garantida por Deus, mente suprema onde tudo se produz e ordena. A filosofia idealista de Hegel (expoente máximo do idealismo alemão) irá culminar com a afirmação segundo a qual «todo o real é ideal e todo o ideal é real».

Valor do conhecimento

Este debate é travado por duas correntes. Uma delas é o **absolutismo,** que afirma não só a objectividade do conhecimento, como também lhe confere um valor absoluto. Portanto, não restam dúvidas sobre o valor do conhecimento e não apresenta nenhum limite. Do outro lado, temos o **relativismo**. Este atribui valor simplesmente relativo ao conhecimento, quer em função ao sujeito cognoscente, quer em função do objecto conhecido.

O relativismo tem várias subdivisões, nomeadamente:

- o **relativismo sensorial dos sofistas** – segundo Protágoras (século V a. C.), o Homem é a medida de todas as coisas (*homo mensura*), o que quer dizer que todo o conhecimento é relativo, isto é, depende do sujeito cognoscente (por exemplo, a mesma água pode parecer fria a um indivíduo e quente a outro);
- o **relativismo positivista** – para Augusto Comte, pai do positivismo, nenhum conhecimento que ultrapassa a experiência é possível e, por conseguinte, tão pouco poderá ser válido ou certo, trata-se de um **relativismo objectivo**;
- o **relativismo pragmático** – para William James (1843-1910), a validade de uma ideia só pode ser verificada pelo seu resultado prático, isto é, pela utilidade. Para o pragmatismo, o Homem foi feito para a acção. Assim sendo, a verdade só pode ser definida em função dessa mesma acção. Tudo o que ajuda a agir e produz realmente efeito será verdadeiro para cada indivíduo. Deste modo, todas as nossas ideias terão apenas um valor relativo.

A natureza do conhecimento

O que se pretende reflectir neste tema é: O que é que conhecemos? Os próprios objectos, ou as representações, em nós, dos mesmos? Existem duas correntes antagónicas que respondem a esta colossal questão, nomeadamente o **realismo** e o **idealismo**.

Realismo

O realismo defende que nós conhecemos as coisas e não as ideias sobre elas. O que o Homem conhece são as coisas, quer na forma de universais (as coisas em si, transcendentes em relação aos particulares – como, para Platão, os *universais ante rem*, isto é, a universalidade perante as coisas), quer na forma imanente, encontrados nas coisas individuais (como, para Aristóteles, a *universidade in re*, isto é, a universalidade nas coisas). O universal é uma entidade geral, um conceito, uma ideia que é comum a todos os seres particulares. Portanto, para os realistas, o universal é o ente que predica todas as coisas, ou seja, constitui o sustentáculo do todo existente. Sem o universal não existiriam as coisas particulares.

Idealismo

Para o idealista inglês George Berkeley, a única existência dos objectos é a ideia que se tem deles: «existir é ser percebido». As coisas só existem como objectos da consciência. A existência do mundo como realidade coerente e regular estaria garantida por Deus, mente suprema onde tudo se produz e ordena. A filosofia idealista de Hegel (expoente máximo do idealismo alemão) irá culminar com a afirmação segundo a qual «todo o real é ideal e todo o ideal é real».

Valor do conhecimento

Este debate é travado por duas correntes. Uma delas é o **absolutismo,** que afirma não só a objectividade do conhecimento, como também lhe confere um valor absoluto. Portanto, não restam dúvidas sobre o valor do conhecimento e não apresenta nenhum limite. Do outro lado, temos o **relativismo**. Este atribui valor simplesmente relativo ao conhecimento, quer em função ao sujeito cognoscente, quer em função do objecto conhecido.

O relativismo tem várias subdivisões, nomeadamente:

- o **relativismo sensorial dos sofistas** – segundo Protágoras (século V a. C.), o Homem é a medida de todas as coisas (*homo mensura*), o que quer dizer que todo o conhecimento é relativo, isto é, depende do sujeito cognoscente (por exemplo, a mesma água pode parecer fria a um indivíduo e quente a outro);
- o **relativismo positivista** – para Augusto Comte, pai do positivismo, nenhum conhecimento que ultrapassa a experiência é possível e, por conseguinte, tão pouco poderá ser válido ou certo, trata-se de um **relativismo objectivo**;
- o **relativismo pragmático** – para William James (1843-1910), a validade de uma ideia só pode ser verificada pelo seu resultado prático, isto é, pela utilidade. Para o pragmatismo, o Homem foi feito para a acção. Assim sendo, a verdade só pode ser definida em função dessa mesma acção. Tudo o que ajuda a agir e produz realmente efeito será verdadeiro para cada indivíduo. Deste modo, todas as nossas ideias terão apenas um valor relativo.

Vamos recordar...

- A revolução copernicana na teoria do conhecimento é a descoberta kantiana que nota que o ser humano conhece da realidade apenas o que é possível conhecer pelas suas capacidades de conhecimento;
- Na natureza do conhecimento, o realismo afirma que os universais existem objectivamente, seja na forma de realidades em si, transcendentes em relação aos particulares, seja como imanentes encontrados nas coisas individuais;
- Para o idealismo, por sua vez, a única existência dos objectos é a ideia que se tem deles;
- No que diz respeito ao valor do conhecimento, o absolutismo atribui valor absoluto ao conhecimento, enquanto o relativismo lhe atribui esse adjectivo.

Actividades

1. O que se entende por revolução copernicana na teoria do conhecimento?
2. O que significa dizer que o Homem encontra na Natureza o que ele próprio coloca?
3. Na tua opinião, o que de facto conhecemos: os objectos ou as suas representações?
4. O que significa dizer que o conhecimento é relativo?

3.4 Níveis do conhecimento

Senso comum

Também chamado conhecimento popular, é o que resulta da experiência quotidiana do ser humano e caracteriza-se por ser: superficial, sensitivo, subjectivo, assistemático e acrítico.

É o tipo de conhecimento popular que se adquire fora dos mecanismos sistematizados, como, por exemplo, o conhecimento que os camponeses têm sobre a época de sementeira, sem terem aprendido na escola.

Conhecimento científico

O que é a ciência? Qual é o objectivo da ciência? O que possibilita a existência da ciência?

Em geral, a ciência é entendida como uma organização de conhecimentos e de resultados que são aceites universalmente, visto que podem ser **verificados,** e por se tratar de um conhecimento submetido a **métodos**.

A ciência é o conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos ou produzidos, historicamente acumulados, dotados de universalidade e objectividade, que permitem a sua transmissão, e estruturados com métodos, teorias e linguagens próprias, que visam compreender e possivelmente, orientar a Natureza e as actividades humanas. Tem as seguintes características: real (factual), contingente, sistemático, verificável e falível.

A actividade científica depende dos investigadores, que são indivíduos que vivem numa determinada sociedade com os seus valores culturais, políticos e religiosos; dos **métodos**, das **técnicas**, dos **meios de comunicação** de que a sociedade dispõe numa determinada época. É destes cientistas investigadores que dependem os resultados da actividade científica.

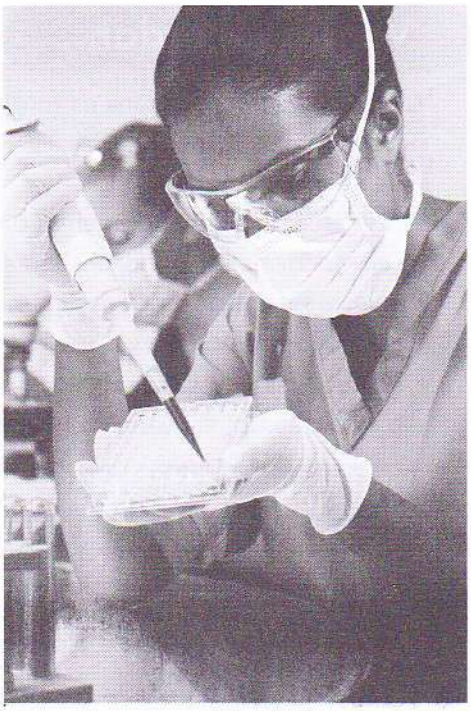


FIG. 11 Cientistas a trabalhar.

Por isso, a ciência não é um conhecimento espontâneo da realidade, como é o conhecimento do senso comum; não é uma colecção de leis, um catálogo de factos não relacionados. De acordo com Einstein, a ciência é uma criação do espírito, com ideias e conceitos livremente inventados; é um processo de apreensão da realidade por meio das nossas construções teóricas.

A ciência sistematizada surge por volta do século XVI, por obra de Galileu, inventor do telescópio e da luneta óptica e introdutor do método experimental, o qual é constituído por quatro etapas – observação, formulação de hipóteses, experimentação e conclusão. A ciência precisa de instrumentos e teorias organizadas e aperfeiçoadas para poder atingir verdades universalmente válidas. O conhecimento científico procura alcançar um quadro ordenado e explicativo dos fenómenos do mundo físico e do mundo humano (que são quadros de interpretação e de previsão), de modo a poder responder a dois tipos de exigência: compatibilidade a nível da razão e acordo com a realidade. A possibilidade de previsão rigorosa caracteriza, portanto, o conhecimento científico (o que não acontece com o conhecimento comum).

A ciência é particularista e precisa, objectiva e rigorosa. Para ser precisa e rigorosa, a ciência não pode estar na dependência de problemas de ordem afectiva (não provém de sentimentos), e também deve caminhar no sentido de uma abstracção crescente. Portanto, conhecimento científico é um tipo de conhecimento certo e racional que investiga a natureza das coisas ou as suas condições de existência. Baseia-se na investigação metódica das leis dos fenómenos.

O conhecimento científico aparece como um tipo de saber que pretende ser verdadeiro, universal e susceptível de sofrer experimentações. A ciência só aceita como verdadeiro o que pertence a uma das duas ordens seguintes: o enunciado logicamente demonstrado; o que está constatado pela experiência com todas as garantias de verificabilidade (pode verificar-se).

Importância, limites e perigos do conhecimento científico

Não há dúvida alguma de que o avanço da tecnologia, resultado do conhecimento e da investigação científica, proporciona melhores condições de vida aos homens. Por exemplo, o avanço da medicina ajuda a diminuir a dor dos homens; os curativos que outrora pareciam impossíveis tornaram-se hoje não extraordinários. Portanto, a tecnologia contribui para a melhoria das condições de vida. Todavia, a ciência, mostrou-se, ao longo do tempo, que nem sempre é favorável ao Homem. A fé no progresso vacilou com a Segunda Guerra Mundial.

O avanço do industrialismo, sem precaução do meio ambiente, degradou-o, e regista-se hoje o esgotamento dos recursos não renováveis e a deterioração da camada de ozono. Os autores Lyon e Fukuyama e muitos pensadores do nosso tempo concordam com esta constatação e apelam à exploração racional dos recursos que a terra nos dá.

A tecnologia pode criar também muitos outros problemas além dos ambientais, como os problemas de saúde humana na sua relação com as máquinas e tecnologia, a relação de dependência excessiva das máquinas e problemas de desemprego (com a substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas), entre muitos outros.

Conhecimento filosófico

Tipo de estudo que se caracteriza pela intenção de ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de a apreender na sua totalidade, e de dar explicações acerca da existência humana. É um conhecimento valorativo, racional, sistemático e não verificável. (*Ver* «A Filosofia e outras ciências», na Unidade Didáctica I.)

Existem outros tipos de conhecimento, como:

- o **conhecimento religioso (teológico)**, cuja fonte primordial é de natureza divina ou sobrenatural. Tem como características o facto de ser valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exacto;
- o **conhecimento mitológico**, narrativa de significação simbólica, transmitida de geração em geração e considerada verdadeira ou autêntica dentro de um grupo, tendo geralmente a forma de um relato sobre a origem de um determinado fenómeno, instituição, etc., e pelo qual se formula uma explicação da ordem natural;
- o **conhecimento intuitivo**; sendo a intuição o acto ou capacidade de pressentir, é um conhecimento imediato de um objecto na plenitude da sua realidade, seja este objecto de ordem material ou espiritual. Este tipo de conhecimento é imediato e difícil de se fundamentar.

3.5 Classificação das ciências segundo Augusto Comte

Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês que veio também a ser o fundador da Sociologia, sofreu várias influências ideológicas. Porém, há a destacar Condorcet (1743-1794), ao qual ele chama predecessor imediato, sem, no entanto, nos esquecermos da influência do historicismo alemão (hegelianismo).

Comte, inspirado pelo ambiente do século XVIII, fundou a chamada lei dos três estados, comparando o desenvolvimento do psiquismo humano com o crescimento do Homem. Para ele, o psiquismo humano atravessa três estados, nomeadamente: teológico, metafísico e positivo, fazendo-os corresponder às fases da infância, juventude e maturidade, respectivamente.



FIG. 12 Augusto Comte.

No estado positivo não se admite a justificação, nem teológica (própria do primeiro estado), nem metafísica da realidade (segundo estado), mas sim a científica.

O científico está ligado ao empírico, ao prático, ao mensurável.

Portanto, a fase positiva é a da supremacia das proposições observáveis, sejam elas particulares ou universais. A visão positiva dos factos pretende compreender a lei que os rege, isto é, as relações constantes entre os fenómenos observáveis.

O positivismo não se preocupa com o problema da causalidade, quer somente estabelecer os procedimentos metodológicos para a produção de proposições «válidas» de acordo com o seu próprio sistema. Ele não se preocupa, por exemplo, com o problema da causalidade dos factos. Quer perceber como acontece certo fenómeno, sem se interessar pelas suas causas (esta última é característica da Filosofia).

A transição de um estado ao outro depende da simplicidade ou complexidade do fenómeno em consideração. Quando for simples, mais rapidamente passará, por exemplo, da fase teológica à metafísica. Se for complicado, mais tempo requer para a sua transição.

A partir desta base de raciocínio (nível de simplicidade e complexidade das ciências), Comte classificou as ciências em sete categorias, das mais simples às mais complexas, nomeadamente: a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia e a Moral. Portanto, esta última, pelo nível mais alto de complexidade teórica, levaria mais tempo a passar à categoria positiva, pelo facto de não ser fácil a identificação dos elementos a serem considerados num acto moral.

A visão positivista do mundo foi contraposta por outros intelectuais do século XIX, aparecendo uma nova classificação das mesmas. (*Ver* «Filosofia e outras ciências», na Unidade Didáctica 1.)

Vamos recordar...

- Existem vários tipos de conhecimento: o conhecimento do senso comum, que resulta da experiência quotidiana do ser humano e é superficial, sensitivo, subjectivo, assistemático e acrítico; o conhecimento científico, que é verdadeiro, universal e susceptível de sofrer experimentações; e o conhecimento filosófico, que é valorativo, racional, sistemático e não verificável.

Texto 10

A busca de uma definição para Ciência

A proposta de definir ciência é uma das missões mais ingratas. Trata-se do exercício de definição de um conceito que acaba por variar consideravelmente, dependendo da formação daquele que o realiza, da sua visão do mundo, das intenções do texto e do seu público-alvo. Enquanto um filósofo pode classificar a ciência como uma de entre várias formas de conhecimento, para um cientista ela pode ser considerada o conhecimento por excelência. Para aqueles que se opõem aos progressos provenientes da industrialização, a ciência é o terror da humanidade, responsável inclusive pela nossa provável autodestruição. Um sociólogo, por sua vez, pode estudar a ciência como o resultado de forças socioeconómicas conflituantes,

→

abordando os aspectos ideológicos que a constituem e envolvem. Já um leigo encara, em geral, muitos ramos da ciência como um bicho-de-sete-cabeças. E assim por diante.

Pode-se colocar em dúvida a existência de um conjunto de actividades homogéneas o suficiente que justifiquem a classificação sob a égide de um só conceito: a Ciência. O mais adequado seria, portanto, utilizarmos o termo no plural: existem várias ciências, com alguns pontos em comum, mas muitas diferenças. O que torna as diversas disciplinas científicas distintas seria mais intenso e valioso do que, supostamente, funcionaria como elemento para a ligação e união dessas disciplinas num conjunto mais amplo, que pudesse ser denominado «ciência».

É necessário, então, tentar abdicar dos esforços para a pura definição conceptual e propomos quatro caminhos tangenciais, com a intenção de penetrar pouco a pouco no universo das ciências.

Inicialmente, podemos utilizar o recurso da negação, ou seja, definir o que em geral não é considerado parte das ciências. Isso pode realizar-se por meio do que se convencionou chamar de «níveis de conhecimento»: ciência não é senso comum, ciência não é religião, ciência não é Filosofia.

Posteriormente, podemos obter resultados interessantes adoptando um ponto de vista diacrónico, traçando um panorama histórico das ciências. A ciência pode ser vista como um processo sempre em desenvolvimento, um conhecimento nunca pronto mas sempre inacabado, em contínua elaboração, ampliação e revisão. Nesse sentido, a perspectiva diacrónica pode fornecer-nos *insights* sobre o universo científico.

Pode-se, ainda, numa perspectiva sincrónica, abordar diferentes tentativas de divisão e classificação das ciências, tal como elas se impõem na modernidade, procurando assim responder a questões do tipo: Como podemos separar e agrupar as ciências? Que critérios devemos utilizar? O que aproxima e diferencia os diversos discursos e as diversas práticas científicas, hoje em dia?

Por fim, já no campo de actuação próprio das ciências, pode-se abordar a diversidade dos métodos científicos. Existe uma variedade tão grande desses métodos nas ciências modernas, que se justifica o exercício de estudá-los e diferenciá-los.

Joel Irineu Lohn, *Conhecimento: Tipos e Níveis.*

Actividades

1. Distingue o conhecimento comum do conhecimento científico e filosófico.
2. Tendo em conta a leitura do texto 10, explica porque se diz que definir ciência é uma das missões mais ingratas.
3. Que perigos pode criar a ciência?
4. Qual é a tese principal do positivismo de Augusto Comte?
5. Porque compara Comte o estado científico ao período de adulto?

3.6 A questão da verdade

A verdade é a correspondência entre o conceito e a realidade, seja ela empírica ou meta-empírica. Portanto, dizer que algo é verdadeiro implica a correspondência daquilo que é dito com a realidade.

São quatro os principais estados do espírito perante a verdade: **ignorância, dúvida, opinião e certeza.**

A **ignorância** é ausência de todo o conhecimento relativamente a um enunciado. Para o espírito em estado de ignorância, a verdade de um determinado enunciado é como se não existisse; não há juízo. A ignorância pode ser: vencível ou invencível, dependendo da possibilidade ou impossibilidade de fazê-la desaparecer; culpável ou inculpável – conforme tivermos ou não o dever de a dominar.

A **dúvida** é um estado de equilíbrio entre a afirmação e a negação. No estado de dúvida, o espírito não adere, ou porque os motivos para afirmar e negar se equilibram (dúvida positiva) ou não se equilibram, mas não são suficientes para excluir o medo de erro (ainda dúvida positiva); ou não tem razão alguma nem para afirmar, nem para negar (dúvida negativa, que equivale a ignorância). A dúvida pode ser:

- metódica (ou cartesiana) – consiste na suspensão voluntária, fictícia ou real, mas sempre provisória, na aceitação de uma verdade tida por certa, com o fim de verificar o seu valor. Esta é necessária à constituição de qualquer ciência. É também conhecida por dúvida cartesiana por ter sido Descartes o primeiro a estabelecê-la como método;
- céptica ou sistemática – estado definitivo do espírito relativamente a toda a verdade; é impossível legitimar as nossas verdades espontâneas que devemos ter sempre como incertas. Enquanto a dúvida metódica é provisória (nunca definitiva) e constitui um meio de chegar à verdade, a dúvida céptica é definitiva e é um fim.

A **opinião** é a adesão receosa do espírito à afirmação ou negação de um enunciado. O espírito adere, porque razões mais graves pesam para uma parte; no entanto, não exclui o temor de o oposto ser verdadeiro; é um estado intermediário entre a dúvida e a certeza em que já é emitido o juízo, mas inseguro. O motivo que se impõe ao espírito e determina nele o estado de opinião tem o nome de probabilidade e, por isso, o enunciado a que se dá a adesão é provavelmente certo. O valor da opinião depende do grau de probabilidade e, portanto, dos motivos em que se baseia.

A **certeza** é adesão firme e inabalável do espírito a uma verdade conhecida, sem receio de errar. A certeza supõe, pois, a manifestação completa da verdade, isto é, da conformidade do enunciado com a realidade, emitindo um juízo seguro. Esta manifestação faz-se mediante a evidência, que é o motivo e o fundamento da certeza como a probabilidade e o motivo da opinião.

Critérios de verdade

O que é um critério? Dá-se o nome de critério ao sinal pelo qual distinguimos uma coisa de outra; é a norma pela qual distinguimos o conhecimento verdadeiro do falso; o sinal que nos permite reconhecer a verdade da falsidade (critério da verdade). Assim, o critério, fundamental da verdade, em teoria do conhecimento, é a evidência.

A evidência é a clareza com que a verdade se impõe ao nosso espírito; é uma espécie de luz que ilumina a realidade e nos permite ver que aquilo que temos no espírito está conforme a essa mesma realidade e daí concluirmos que ela é verdadeira: é a sua verdade que vemos como evidente. Assim como a luz ilumina os corpos, a evidência ilumina a verdade. São exemplos de evidência:

- o fideísmo considera a fé como o único critério de verdade e é válido apenas para as verdades religiosas;
- o senso comum entende que são verdadeiros os conhecimentos comuns a todos os homens;
- o pragmatismo sugere como critério de verdade a acção.

Para os pragmatistas, a verdade identifica-se com o êxito ou, melhor, com a verificação. Por isso, será verdade ou verdadeiro aquilo que se verificou; as hipóteses que saíram vencedoras das provas a que foram submetidas.

O fideísmo, o senso comum, o pragmatismo e outras correntes que aqui não foram mencionadas, têm os seus próprios critérios para determinar alguma espécie de verdade.

O erro: causas e remédios

Em que consiste o erro? Se a verdade consiste em dizer que é, o erro é a não conformidade do espírito com a realidade ou com a coisa. É a adesão firme àquilo que objectivamente é falso, mas que, do ponto de vista subjectivo, nos parece verdadeiro. O erro distingue-se da ignorância, pois enquanto esta consiste em nada saber e nada afirmar, aquele consiste em não saber e afirmar, julgando saber. A ignorância é uma limitação da verdade, pois o ignorante não sabe; o erro é a negação da verdade, daí que, quem erra não sabe, mas julga saber.

As causas do erro podem ser de duas naturezas: psicológicas e morais.

São causas psicológicas:

- a falta de compenetração ou atenção do espírito que interpreta mal os dados dos sentidos, estendendo a adesão além daquilo que foi apreendido. É o caso daquele homem que vê no bronze o ouro;
- a paixão, que nos impede de raciocinar correctamente. A paixão deixa-nos, muitas vezes, obcecados, impossibilitando-nos, desse modo, de reflectir.

São causas morais:

- a vaidade, que resulta da demasiada confiança na nossa pessoa;
- o interesse (económico, social, político, etc.), pelo qual preferimos aquilo que nos é favorável e que se harmoniza com os nossos objectivos;
- a preguiça intelectual, que não nos deixa questionar o valor dos nossos motivos e, por isso, nos leva a aceitar sem reflexão determinadas asserções ligeiramente formuladas.

Todo o erro é combatido nas suas causas, procedendo-se metodicamente e reflectindo-se sobre as coisas, acautelando-se contra as sugestões da paixão e da imaginação; suspendendo o juízo e duvidando, se for necessário; não aceitando nada como verdadeiro ou falso senão o que conhece como tal, através dos meios legítimos.

Vamos recordar...

- A verdade é a correspondência entre o conceito e a realidade, seja ela empírica ou meta-empírica.
- O espírito pode encontrar-se em diferentes estados em relação à verdade: ignorância, dúvida, opinião e certeza.
- As causas do erro podem ser psicológicas ou morais.
- A reflexão profunda sobre as coisas é o único remédio do erro.

Actividades

1. Quais são as causas do erro?
2. Descreve uma situação real ou imaginária do estado de espírito de ignorância.
3. Do teu ponto de vista, como se pode combater a ignorância?

3.7 Epistemologia contemporânea

Ciência ou ciências?

Embora habitualmente se fale de ciência ou de conhecimento científico em geral, a prática mostra que a ciência se desenvolve e se manifesta em diversos domínios autónomos, de tal modo que cada um destes domínios constitui uma ciência. Assim, podemos falar da Física, Biologia, História, Matemática, etc., como sendo ciências autónomas, e, ao mesmo tempo, interdependentes. Portanto, não há uma só ciência, mas diversas ciências que apresentam aspectos comuns, os quais nos permitem classificá-las e agrupá-las.

Duas perspectivas sobre a evolução da ciência: continuidade ou ruptura

Nesta parte, vamos ver os pontos de vista de alguns autores sobre o desenvolvimento da ciência. Enquanto uns acreditam que o desenvolvimento da ciência é linear e cumulativo, há outros que defendem o contrário: a ciência é revolucionária.

O continuísmo

Dentro desta corrente de pensamento é possível encontrar duas linhas.

O **continuísmo radical** defende que a ciência evolui de forma linear e acumulativa: linear, porque evolui sempre na mesma direcção, o que significa que os conhecimentos, uma vez estabelecidos, jamais serão postos em causa; acumulativa, pelo facto de os novos conhecimentos se juntarem aos anteriores, como se se tratasse de um celeiro.



Esta concepção da ciência é fruto de alguns pressupostos gnosiológicos, de entre eles:

- a associação do conhecimento com o método da verificação, um método que se acha infalível, capaz de discernir a veracidade e a falsidade das hipóteses;
- o conhecimento é tomado como fruto de uma entidade fidedigna (a razão humana), que acumula o conhecimento adquirido ao longo do tempo;
- a ciência obedece a um processo evolutivo, cujas descobertas se interligam entre si, ou seja, há ligação entre uma descoberta recente e a anterior;
- o Homem aprende a ciência de forma gradual, começando pelas coisas mais simples e evoluindo para conhecimentos cada vez mais complexos, criando uma imagem de um conhecimento historicamente linear;
- no acto de transmissão da ciência, os seus pontos fracos (erros, hipóteses caducadas) não são revelados, transparecendo ser (a ciência) produto de uma gradual evolução, num itinerário sempre seguro e sem erro algum.

O **continuismo moderado** considera que esta visão da ciência é irrealista e ingénua. Os factos inerentes ao próprio processo de construção da ciência desnudaram-na, dando origem a uma visão moderada do processo, apesar de ainda existirem defensores e de se acreditar na visão continuísta.

Duhem, historiador e filósofo da ciência, por exemplo, não nega que a ciência seja construída de forma continuísta, porém, reconhece que ao longo do processo da sua construção houve erros e correcções dos mesmos. Ele defende que as descobertas científicas de uma época baseiam-se nas investigações e debates de épocas precedentes, em que os erros registados são examinados e corrigidos, constituindo uma autêntica continuidade, havendo ligação entre uma época e outra.

O descontinuísmo

Alguns filósofos da ciência, como Bachelard, A. Koyré, K. Popper e T. Khun, defendem que o desenvolvimento da ciência conhece momentos de descontinuidade, ou seja, rupturas que separam, de forma clara, uma fase da outra. Trata-se de momentos surpreendentes que afectam a legitimidade dos princípios gerais. Aqui nos podemos perguntar: quando é que se diz que os princípios gerais perdem legitimidade?



FIG. 13 Quando uma teoria não consegue enquadrar as novas descobertas, a comunidade científica é forçada a conceber um novo paradigma, abrindo caminho para as novas pesquisas.

Para respondermos a esta pergunta temos de assimilar o funcionamento da ciência: na ciência, uma teoria ou conjunto de teorias funcionam sempre ligadas a um princípio geral – o **paradigma**. Quando este não consegue enquadrar em si as novas descobertas, quando as novas descobertas escapam dos seus «carris», revelando contradições ou lacunas irreparáveis, a comunidade científica é forçada a abandonar o antigo paradigma e a conceber um novo que enquadre as novas descobertas e abra caminhos para as novas pesquisas.

Vamos agora analisar as reflexões epistemológicas feitas por Karl Popper e Thomas Khun.

A teoria de Karl Popper

Popper (1902-1994), filósofo austríaco das ciências exactas e humanas, nega o progresso científico considerado como acumulação de conhecimentos. Aqui reside a sua posição descontinuísta. Ele é da opinião de que a ciência analisa e critica as teorias anteriores, corrigindo--as ou até substituindo-as. Portanto, a ciência não progride por acumulação de teorias, mas através de críticas às teorias anteriores e à inovação das mesmas ou até banindo as anteriores para dar lugar a novas teorias capazes e que entram em consonância com a nova realidade científica.

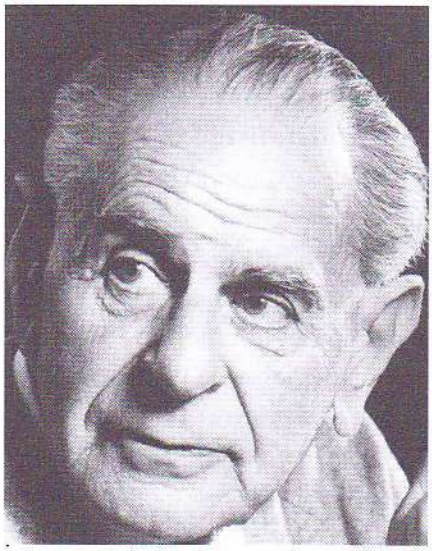


FIG. 14 Karl Popper.

Por isso, é legítimo, de acordo com Popper, afirmar que o progresso da ciência não é acumulativo, pois é feito através de revoluções intelectuais e científicas. Popper acredita que a sucessão de teorias tende a aproximar-se cada vez mais à verdade, uma meta por si considerada inalcançável. Para ele, as teorias outra coisa não são senão pontos de vista do senso comum submetidos a procedimentos críticos e, por isso, esclarecidos.

> [...] Na ciência nós procuramos a verdade, e a verdade não é dada pelos factos, mas pelas teorias que correspondem aos factos. Entretanto, essa é uma definição de verdade, mas nós não temos um critério de verdade, já que, ainda que formemos uma teoria verdadeira, jamais poderemos sabê-lo, pois as consequências de uma teoria são infinitas e nós não as podemos verificar todas. Sendo assim, segundo Popper, a verdade é um ideal regulador. Eliminando os erros das teorias anteriores e substituindo-as por teorias mais verosímeis, aproximamo--nos da verdade. Para Popper, é nisso que consiste o progresso da ciência, e, por exemplo, é assim que se passa, progredindo sempre para teorias mais verdadeiras, de Copérnico a Galileu, de Galileu a Keppler, de Keppler a Newton, de Newton a Einstein.
>
> Com isso, porém, não devemos pensar que exista uma lei de progresso da ciência, pois a ciência também pode estagnar. O progresso da ciência conheceu obstáculos (epistemológicos, ideológicos, económicos, etc.) e talvez venha a conhecê-los.
>
> Não existe lei do progresso na ciência. Este faz-se por meio de «revoluções intelectuais e científicas», estas «são introduzidas a partir de falsificações bem sucedidas. As teorias não →

são resultado directo das refutações; foram realizações do pensamento criativo, do Homem pensante». Popper diz que temos um critério de progresso: uma teoria pode aproximar-se mais da verdade do que outra.

Saliente-se que a ideia de «aproximação à verdade» nada tem em comum com a ideia de acréscimo gradual de pormenores à teoria, que a deixariam, no essencial, igual a si mesma. As teorias refutadas integram o processo de aproximação à verdade por terem provocado a criação de teorias melhores:

«A afirmação de que a Terra está em repouso e que os céus giram à volta dela» está mais longe da verdade do que a afirmação de que a Terra gira em torno do seu próprio eixo, de que é o Sol que está em repouso e os outros planetas se movem em órbitas circulares à volta do Sol (tal como foi avançado por Copérnico e Galileu). A afirmação, que se deve a Keppler, de que os planetas não se movem em círculos, mas sim em elipses (não muito alongadas) com o Sol no seu foco comum (e com o Sol em repouso ou em rotação à volta do seu eixo) é mais uma aproximação à verdade. A afirmação (que se deve a Newton) de que existe um espaço em repouso, mas que, excluindo a rotação, a sua posição não se pode encontrar através da observação das estrelas ou dos efeitos mecânicos, é mais um passo em direcção à verdade.

G. Reale, D. Antisieri, *História da Filosofia*.

Actividades

1. O que se entende por continuísmo e descontinuísmo, na Epistemologia?
2. Que importância tem o paradigma numa comunidade científica?
3. Em que consiste o continuísmo e descontinuísmo em Popper?
4. Comenta a frase seguinte:
   «As teorias refutadas integram o processo de aproximação à verdade por terem provocado a criação de teorias melhores.»

A teoria de Thomas Kuhn

Kuhn faz uma análise fenomenológica das rupturas epistemológicas, já defendidas pelos seus antecessores. Para o efeito, ele usa expressões como «ciência normal», «anomalia» e «ciência extraordinária», além do conhecido «paradigma», que constitui o centro da sua análise.



FIG. 15 Thomas Khun.

a) Paradigma

As investigações científicas são feitas de acordo com uma estrutura preconcebida, uma visão geral do mundo, de acordo com os princípios filosóficos aceites na época. A este princípio que regula as pesquisas de uma determinada época chama-se paradigma. Trata-se de uma teoria científica dominante na qual todas as outras se integram.

No século XVII, por exemplo, o paradigma científico concebia o mundo como um sistema mecânico regulado por um jogo de forças, contrapondo-se à teoria que defendia que o mundo estava orientado para um fim específico.

Outro elemento importante para a compreensão do paradigma é o método. O paradigma define especificamente a metodologia apropriada para o desenvolvimento da ciência, nos moldes estabelecidos pelo paradigma. Por esta razão, o conceito de paradigma em Kuhn chega a ser comparado ao credo de uma comunidade religiosa. Assim, a ciência, longe de ser obra de génios isolados uns dos outros, é fruto de acordo das comunidades científicas. O paradigma determina tanto o método de solução dos problemas como os problemas que devem ser resolvidos.

b) A ciência normal e anomalia

A ciência normal é o momento em que a comunidade científica desenvolve com sucesso as suas pesquisas mediante o paradigma em vigor. A actividade fundamental neste período é explicar os fenómenos ainda não esclarecidos, enquadrando-os na teoria dominante. Nesta etapa, o seu desenvolvimento (da ciência) é contínuo. O cientista desenvolve as suas pesquisas dentro dos limites estabelecidos pelo paradigma.

Ora, quando aparecem problemas científicos que escapam aos limites do paradigma, quando não se enquadra na ciência normal, considera-se anomalia. Por outras palavras, considera-se anomalia um problema cujo paradigma dominante não o capta, para que se mantenha o consenso no interior da comunidade científica, a respeito do paradigma dominante.

c) Ciência extraordinária

Quando as anomalias se acumulam entra-se num período de crise, pois os fundamentos do paradigma são postos em causa. Imaginemos que, um dia, se venha a duvidar da ressurreição de Cristo, que é a base da fé cristã católica: os cristãos católicos estariam a viver uma autêntica crise. É precisamente isto que acontece na ciência. A acumulação de anomalias abala o paradigma e o comportamento dos cientistas é o de procurar, obviamente, outras teorias e fundamentos que substituam o paradigma que se mostra ultrapassado. Este período de procura de novo paradigma é o que Kuhn chama ciência extraordinária.

d) Revolução científica

A revolução científica acontece quando se descobre um novo paradigma. Trata-se de uma nova visão do mundo e de adopção de novos critérios para a interpretação dos fenómenos, ou seja, uma nova forma de fazer a ciência. Significa, literalmente, a superação da crise. A revolução científica implica uma mudança de mentalidade da comunidade científica, no sentido de deixar de crer no antigo paradigma que se mostrou caduco e aceitar, em substituição, o novo paradigma, chegando-se de novo ao estado de equilíbrio a que se chama ciência normal. Doravante, os cientistas resolvem os problemas em conformidade com o novo paradigma, de acordo com as novas formas de resolução de problemas dele assimilados. Deve sublinhar-se que a mudança de paradigma se faz com menor frequência, o que revela certa resistência dos cientistas na adopção de novos paradigmas.

Se há resistência nos cientistas em mudar de paradigma, o que determina a vitória de um novo paradigma? Thomas Kuhn responde que «o triunfo de um novo paradigma pode dever-se a uma grande variedade de factores: a sua capacidade para explicar factos polémicos persistentes, a sua utilidade na resolução de problemas e realização de previsões adequadas e, em não menor medida, a aura e o prestígio dos cientistas que inventam uma nova teoria e a defendem. O prestígio pessoal de um cientista é muitas vezes considerado como sendo o resultado ou a prova de um excepcional engenho e inteligência. Mas pode também dever-se ao facto de ter apoios e amizades influentes no mundo das finanças e da política. Para que uma nova teoria se imponha, o seu inventor deve ter uma posição relativamente elevada na hierarquia universitária e facilidade no acesso a financiamento para a investigação».

Assim se desvendam os condicionamentos que se escondem no triunfo de um determinado paradigma em relação ao seu rival. São critérios não necessariamente lógicos ou científicos, como nos mostrou Kuhn. Aliás, Michel Foucault, na obra *Microfísica do Poder*, diz que o poder determina muitas vezes o que é «verdadeiro» e o que é «falso», quer isso corresponda à verdade quer não.

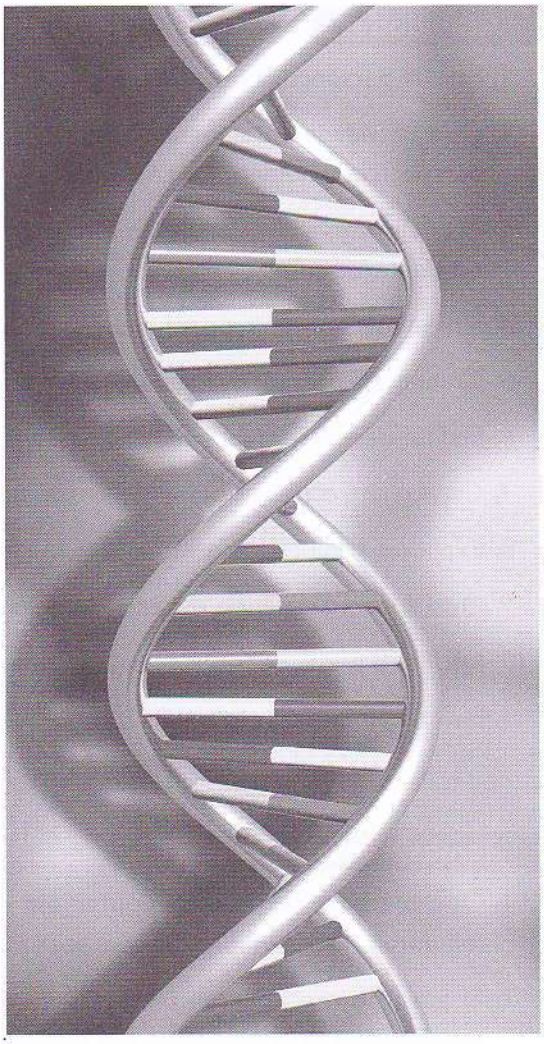


FIG. 16 A descoberta do código do ADN foi um momento de revolução para a comunidade científica.

Vamos recordar...

A epistemologia moderna traz uma nova forma de olhar a ciência: ela deixa de ser acumulativa e passa a ser vista como sendo revolucionária, desenvolvendo-se mediante a ruptura do paradigma precedente e a elaboração de um novo paradigma.

Actividades

1. Fala da perspectiva ontogenética do acto de conhecer, dando exemplos concretos.
2. Que actividade desempenha o sujeito cognoscente quando está fora da sua esfera, segundo a perspectiva fenomenológica do conhecimento?
3. O empirismo e o racionalismo são correntes antagónicas da mesma época. O que condicionou este antagonismo?
4. Indica dois nomes importantes de cada uma das correntes.
5. Comenta a perspectiva comtiana da classificação das ciências.
6. Define ciência normal e paradigma.
7. Caracteriza o trabalho dos cientistas durante a fase de ciência «normal».
8. Explica o significado de anomalia.
9. Qual é a consequência da situação de crise?
10. Justifica a perda de força dos paradigmas durante a fase de «ciência extraordinária».
11. Indica as implicações da substituição de paradigmas.

Temas transversais

1. Que medidas se devem adoptar em casos de tremores de terra, cheias, inundações e temporais, estiagem prolongada, etc.?
2. O governo moçambicano, através de estudos e projecções sobre «segurança rodoviária», concluiu que as principais causas dos malefícios e/ou acidentes ocorridos nas nossas estradas têm sido o excesso de velocidade, a condução em estado de embriaguez, o desrespeito pelos sinais de trânsito, a má travessia dos peões, o mau estado das viaturas, etc.
   - 2.1 Quais destas causas são determinantes para os acidentes que ocorrem na tua comunidade?
   - 2.2 Na tua opinião, o que poderia ser feito para evitar a ocorrência desses sinistros? E como?
   - 2.3 No novo Código de Conduta para os automobilistas, o Instituto Nacional de Viação (INAV) impõe o uso e o porte de certos instrumentos regulares. Quais são?

Auto-avaliação

Identifica em cada pergunta a resposta correcta.

1. O problema de como aprendemos é analisado pelas perspectivas científica e filosófica, nomeadamente:
   a) filogenética, fenomenológica, ontogenética e sociologia do conhecimento.
   b) filogenética, ontogenética, sociologia do conhecimento e fenomenológica.
   c) fenomenológica, ontogenética, sociologia do conhecimento e filogenética.
   d) sociologia do conhecimento, filogenética, ontogenética e fenomenológica.

2. «... penso não haver mais dúvidas de que não há princípios práticos com os quais todos os homens concordam e, portanto, nenhum é inato.» (Locke) Assim, Locke está...
   a) a favor do inatismo.
   b) a favor de Descartes.
   c) contra a experiência.
   d) contra o racionalismo.

3. Descartes considera «haver entre nós certas ideias primitivas, as quais são como originais...». Portanto, ele é...
   a) empirista.
   b) fenomenológico.
   c) racionalista.
   d) intelectualista.

4. A palavra «empirismo» vem do grego «*empeiria*», que significa...
   a) dúvida da possibilidade do conhecimento.
   b) certeza da possibilidade do conhecimento.
   c) visão crítica do conhecimento.
   d) necessidade da experiência no conhecimento.

5. O filósofo que tem a dúvida como método da conquista da verdade é...
   a) Descartes.
   b) Leibniz.
   c) Pascal.
   d) Espinosa.

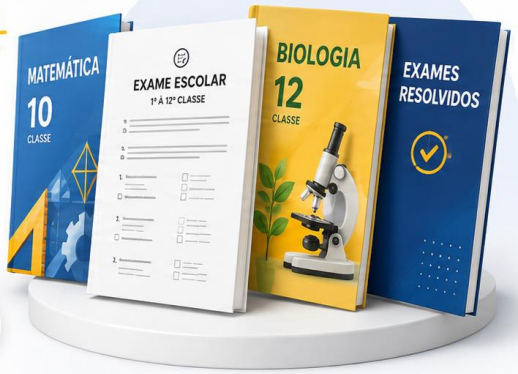
6. Identifica a associação correcta entre a tipologia das questões e as respostas das épocas filosóficas:
   a) Época Moderna – mitológicas.
   b) Época Medieval – teológicas.
   c) Época Antiga – científicas.
   d) Época Contemporânea – informáticas.

7. O espírito científico é...
   a) positivo, crítico e analítico.
   b) positivo, dogmático e analítico.
   c) crítico, mítico e analítico.
   d) crítico, religioso e analítico.

8. O conceito de «anomalia» é o atributo dado...
   a) aos problemas científicos que se enquadram no paradigma.
   b) aos problemas que não se enquadram no paradigma.
   c) aos problemas superados pelo paradigma.
   d) aos problemas resolvidos pelo paradigma.

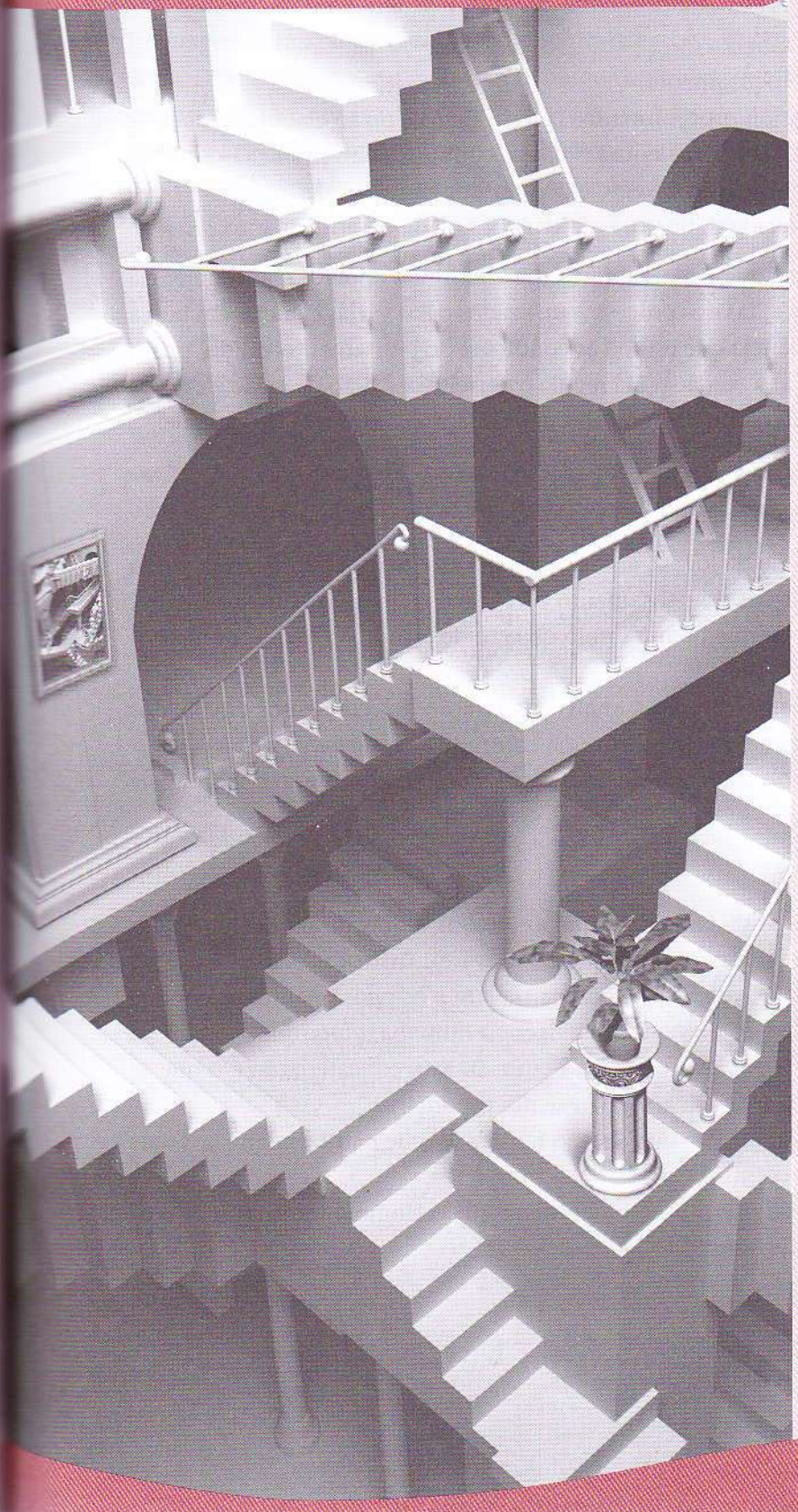
9. Chama-se paradigma...
   a) ao conjunto de cientistas interessados num determinado problema científico.
   b) ao conjunto de problemas que escapam à análise dos cientistas.
   c) à teoria seguida pelos pesquisadores na fase da anomalia.
   d) à teoria dominante no processo de produção de provas científicas.

10. De acordo com Khun, a mudança de um paradigma depende também...
    a) da inteligência do proponente, comprovada a nível mundial.
    b) da influência económica e política do proponente.
    c) da caducidade parcial do paradigma vigente.
    d) do nível relativamente alto de satisfação da ciência normal.

EduSkills MOÇAMBIQUE
BIBLIOTECA EDUSKILLS
Acesse mais conteúdos agora
Encontre Aqui:
Livros Escolares (1ª à 12ª Classe)
Exames Escolares (1ª à 12ª Classe)
Exames de Admissão (Todas Universidades)
Exames Resolvidos
Trabalhos Feitos
www.eduskills.co.mz
CLIQUE AQUI
Qual livro ou exame procuras? 861003535


Unidade 4

Lógica I



Ao terminar esta unidade, deverás ser capaz de:

- identificar os elementos organizacionais na formulação de um discurso;
- avaliar as condições da coerência do pensamento;
- distinguir as dimensões de um discurso humano e os novos domínios da aplicação da lógica;
- descrever os princípios da razão;
- conhecer e compreender as noções básicas da lógica;
- avaliar criticamente as condições (regras) de uma definição como síntese.

4. Lógica I

A palavra «lógica» deriva do termo grego «*logos*», que significa ciência ou razão, isto é, tudo o que se refere ao saber humano em ordem à conquista da verdade.

4.1 Conceito e objecto da lógica

A lógica tem várias definições, a saber:

- é a ciência das formas válidas do pensamento;
- é o estudo sistemático das formas ou procedimentos com os quais a razão elabora o saber;
- é a ciência das operações da inteligência, orientadas para a conquista da verdade;
- é a ciência das condições do pensamento correcto e do pensamento verdadeiro;
- é a arte que orienta todo o acto racional, de uma maneira ordenada e isenta de erro.

De entre várias definições, há uma que é mais abrangente, definindo a lógica como a ciência que estuda as regras das operações válidas e os processos utilizados pelas várias ciências em busca da verdade. Portanto, a lógica é a ciência que estuda as condições do pensamento válido, isto é, do pensamento que procura alcançar a verdade. Ela regula o perfeito discurso da razão e oferece o caminho para o correcto exercício da linguagem e do pensamento na procura da verdade.

Objecto da lógica

Tendo em conta o objecto de estudo da lógica, analisemos, por exemplo, a definição segundo a qual a lógica é a ciência das condições do pensamento correcto e do pensamento verdadeiro. Esta definição conduz-nos à ilação de que há um duplo objecto de estudo da lógica, nomeadamente: objecto formal e objecto material.

No objecto formal, a lógica preocupa-se com a análise da relação dos elementos envolvidos no enunciado, se estes são coerentes e não têm nenhuma contradição interna.

No objecto material, analisa não só a coerência do enunciado, mas também a sua concordância com a realidade.

Lógica espontânea e lógica como ciência

O facto de a lógica se apresentar como a ciência que analisa as regras de produção de um raciocínio válido, não quer dizer que todo aquele que não teve tal instrução não é capaz de elaborar enunciados lógicos. As conversas que os homens travam e os pensamentos que têm e comunicam uns aos outros têm ordem e coerência. A inteligência humana impõe que se ordenem os pensamentos e que estes tenham uma concatenação entre si. Esta concatenação é o que se chama lógica e por ser co-natural ao Homem adjectiva-se por espontânea.

Portanto, a **lógica espontânea** é a ordem que a razão humana segue naturalmente nos seus processos de conhecer e nomear as coisas.

A **lógica como ciência** aparece a partir do momento em que o Homem toma os seus processos cognitivos como objecto de estudo.

4.2 A linguagem como fundamento da condição humana

Quando afirmamos que a linguagem é o fundamento da condição humana, pretendemos dizer que o uso desta faz parte essencial do quotidiano e da forma intrínseca de ser e de existir do ser humano. Pois não há actividade humana que não comporte, na sua essência, o uso da linguagem, facto que resulta da necessidade que o Homem tem de comunicar com os outros.

F. Savater, na sua obra *Ética para Um Jovem* (Lisboa, Ed. Presença, 1993, p. 53), defende que a linguagem humana é a base de toda a cultura e, consequentemente, o fundamento da humanidade. O ser humano, quando nasce, nasce como uma realidade biológica e, de sobremaneira, cultural, sendo, por isso, uma realidade aberta; nasce dotado de um potencial genético que lhe permite aprender a linguagem para responder à necessidade humana da comunicação. O choro da criança à nascença é uma manifestação desta necessidade de comunicar com o mundo exterior, que são os outros seres humanos. Mas a aprendizagem da linguagem só pode ser feita através da língua (sistema de códigos que exprimem ideias), num determinado ambiente cultural, pois toda a linguagem é linguagem de uma determinada cultura humana.

Linguagem e comunicação

Vimos anteriormente que a aprendizagem da linguagem visa responder a uma necessidade eminentemente humana: a comunicação. Os homens aprendem a linguagem para – através da língua e esta articulada em forma de fala (oral) ou escrita ou gestual – exprimir os seus pensamentos, isto é, comunicar.

Se antes o termo «comunicação» podia ser entendido apenas como processo de transmissão e recepção de mensagens simples ou complexas no meio oral, escrito ou gestual, nos tempos em que vivemos a comunicação é um fenómeno complexo e global que abrange os meios habituais e um conjunto extenso de novos meios que resultam de novas tecnologias (rádio, TV, telemóvel, fax, Internet, etc.) e mensagens muito diversas (informação, formação, publicidade, simples conversa, diálogo, debate, etc.).

Ao longo da história são conhecidos vários modelos de explicação do fenómeno da comunicação, dentre eles os de Shannon (engenheiro de telecomunicações), Lasswell (especialista em ciências políticas) e W. Weaver (filósofo da comunicação). Debruçar-nos-emos seguidamente sobre o modelo do linguista Roman Jakobson que tanto influenciou os estudos da linguagem do século XX, e em especial as ciências sociais.

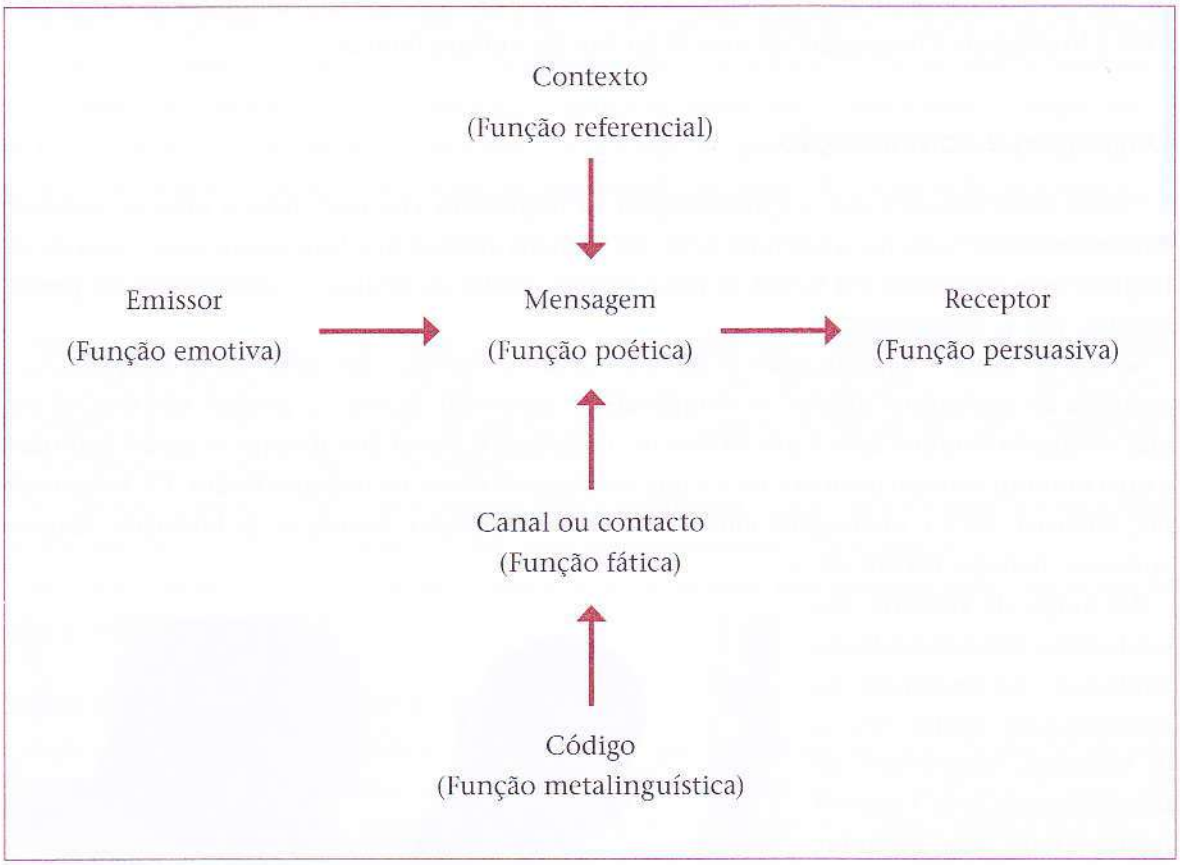


FIG. 1 A linguagem define o ser humano.

Modelo de explicação de Roman Jakobson

Roman Jakobson (1896-1982), linguista americano de origem russa, propôs um modelo de comunicação, que marcou uma época e que continua a ser estudado até hoje. Relativamente aos modelos anteriores que consideravam como factores da comunicação apenas o emissor, mensagem e receptor, este linguista acrescentou três elementos com a mesma importância que aqueles outros. Trata-se do **contexto** (a comunicação ocorre sempre dentro de um determinado contexto ou situação), do **código** (a comunicação usa um determinado código, isto é, conjunto de sinais partilhados entre os interlocutores) e **contacto** (no acto da comunicação, o emissor e o receptor estabelecem um contacto entre si).

Além de ter acrescentado estes três elementos, Jakobson atribuiu uma função de linguagem a cada um dos elementos da comunicação. O esquema que se segue é uma ilustração do modelo de comunicação concebido por este linguista.



Descrição das funções da linguagem, segundo Roman Jakobson:

- **Função referencial** (ou informativa) – está centrada no contexto. Neste tipo de discursos, o emissor (locutor) centra a sua mensagem de forma predominante no contexto (ou referente). Este tipo de discurso é caracterizado pela objectividade, neutralidade e imparcialidade, visto que o emissor pretende transmitir sempre informações. Exemplos deste discurso são as notícias jornalísticas, as informações técnicas e científicas, etc.

- **Função expressiva** (ou emotiva) – está centrada no emissor. Predomina, neste tipo de discursos, a atitude do emissor (locutor) perante o referente (objecto), produzindo, uma apreciação subjectiva. Por isso, o uso de adjectivos e interjeições é nele inevitável. No discurso oral, a tonalidade da voz do emissor é inconstante, ora sobe, ora baixa, ora é grossa, ora é fina e moderada, dependendo do que ele deseja do seu interlocutor (convencer, ridicularizar, instruir, demonstrar, etc.).
- **Função persuasiva** (apelativa ou imperativa ou conativa) – está centrada no destinatário ou receptor. Trata-se de um tipo de discurso em que o emissor/locutor procura influenciar, seduzir, convencer ou mandar no receptor, provocando nele uma dada reacção. Por isso, este tipo de discurso é carregado de imperativos e vocativos, como se pode ver na publicidade e na propaganda política: «Votar em mim é votar no progresso»; «Tente de novo»; «Vive e ajuda a viver»; «Ei, tu também, vem abraçar-me».
- **Função estética** (ou poética) – está centrada na mensagem. Embora tenha especial evidência na poesia, esta ocorre em qualquer tipo de mensagem. Os emissores, por norma, mostram-se sempre empenhados em embelezar e melhorar as suas mensagens. Exemplos directos e práticos deste tipo de discurso são a poesia, algumas publicidades e obras de arte, cujas mensagens-objecto são portadoras da sua própria significação, mas no dia-a-dia também se encontram exemplos desta categoria (por exemplo, a delicadeza e a escolha da palavra com que falamos, enunciamos ou pedimos em determinadas circunstâncias e diante de determinadas pessoas).
- **Função fática** – está centrada no contacto, ou seja, no canal. Com estes discursos, os interlocutores procuram assegurar, estabelecer, prolongar ou interromper a comunicação ou verificar se o meio usado funciona. Alguns exemplos deste tipo de discursos são as interlocuções: «Estás a ouvir-me?», «Alô?» (ao telefone), «Como?».
- **Função metalinguística** – está centrada no código. Com o discurso os interlocutores procuram definir ou clarificar o sentido dos signos para que sejam compreendidos entre si. No campo das artes, são exemplo deste tipo de discursos aqueles que se escrevem sobre os diferentes estilos, e nas conversas é frequente ouvir dizer: «Compreendes-me?», «O que queres dizer com a palavra...?», «Isto significa...?».

Sobre este modelo de comunicação importa ainda dizer que um discurso ou enunciado não corresponde a uma única função. Numa proposição (frase ou enunciado), as funções de linguagem aparecem combinadas, isto é, podemos encontrar duas ou mais funções. Por exemplo, quando uma empregada doméstica diz à sua patroa «Senhora, acabou o açúcar», ela está, por um lado, a informar a sua senhora/patroa que acabou o açúcar em casa (função referencial/informativa), por outro, está a persuadi-la a comprar mais açúcar (função persuasiva ou apelativa), e talvez pensando na gulodice dos habitantes da casa estivesse a exprimir o seu sentimento de pena por essa falta (função expressiva ou emotiva). A atribuição ou classificação baseia-se na função mais predominante.

As **funções referencial** (ou informativa) e **persuasiva** (apelativa ou argumentativa) são de peculiar importância no estudo da lógica, visto que a primeira – função referencial ou informativa – nos permite representar ou descrever factos, estados ou relações entre as coisas; os seus enunciados, frases ou expressões são susceptíveis de serem verdadeiros ou falsos, conforme o seu conteúdo e adequação à realidade.

A segunda função da linguagem – função persuasiva ou apelativa – permite-nos combinar enunciados, frases ou proposições e estruturar os respectivos argumentos justificativos ou comprovativos, os quais são susceptíveis de serem válidos ou inválidos, ou seja, saber se são ou não coerentes entre si.

O trabalho da lógica é precisamente o de averiguar a validade e invalidade dos discursos e também a verdade ou falsidade dos mesmos.

Linguagem, pensamento e discurso (uma relação triádica)

Haverá ou não alguma relação entre linguagem, pensamento e discurso? Será que o pensamento pode dissociar-se da linguagem? O discurso poderá ser discurso sem o pensamento ou o recurso à linguagem?

Se o nosso pressuposto é o de que, mediante a linguagem, os seres humanos (homens e mulheres) comunicam entre si os seus pensamentos em forma de discurso oral, escrito ou gestual, então há uma estreita e indissociável relação entre estas três realidades: linguagem, pensamento e discurso. Isto porque:

- A linguagem é um instrumento e meio ao serviço do pensamento. A linguagem é o suporte do pensamento. Mediante o uso da linguagem os seres humanos exprimem os seus pensamentos. Por isso, o pensamento e a linguagem não se podem separar e um desenvolve-se em correlação com o outro.
- A linguagem regula o pensamento. Só com recurso à linguagem o ser humano pode formular conceitos (ou ideias), juízos e raciocínios (os instrumentos do pensamento humano).
- Os seres humanos dispõem de uma linguagem, podendo expressar, em forma de discurso, os seus pensamentos aos outros e comunicar.
- É também por disporem de uma linguagem que os seres humanos podem expressar, em forma de discurso, os seus pensamentos e dessa forma conhecer e apreender a realidade circundante.

A relação entre linguagem, pensamento e discurso deve-se ao facto de o discurso ser uma manifestação do pensamento e um acontecimento da linguagem. E nisto os linguistas e os filósofos estão de acordo.



FIG. 2 A necessidade de comunicação esteve presente desde sempre na vida humana.

Entretanto, convém notar que, em Filosofia, **o termo «discurso» designa um conjunto de proposições que, articuladas entre si, formam um todo coerente, isto é, lógico.** O discurso não tem, contudo, apenas esta acepção lógica, muitas outras existem e por isso se diz que o discurso é pluridimensional.

As dimensões dos discursos humanos

Defender que o discurso humano é pluridimensional é aceitar que existem diversas dimensões que o constituem. Dessas, umas podem ser consideradas mais relevantes e fundamentais do que outras, tendo em conta o nosso objecto de estudo imediato que é a lógica: é o caso das dimensões sintáctica, semântica e pragmática.

Existem, no entanto, outras dimensões que não devemos ignorar e que abordaremos de seguida; são elas: linguística, textual, lógico-racional, expressiva ou subjectiva, intersubjectiva ou comunicacional, argumentativa, apofântica ou representativa, comunitária, institucional e ética.

1. Dimensões fundamentais do discurso: função sintáctica, semântica e pragmática

A importância destas dimensões foi particularmente destacada pelo filósofo americano Charles Morris (1901-1979). Este autor procurou estabelecer uma teoria geral dos sinais ou semiótica e, segundo ele, são três os níveis de análise dos processos de comunicação: nível sintáctico, semântico e pragmático.

Dimensão sintáctica

Etimologicamente, sintaxe deriva do grego *syn* + *taxis* (co-ordem, coordenado). Tradicionalmente, define-se a sintaxe como a parte da gramática que trata das regras combinatórias entre os diversos elementos da frase. Recorrendo a uma definição mais abreviada, podemos dizer que a sintaxe trata da relação interlinguístca dos signos entre si (Karl-Otto Apel, filósofo contemporâneo alemão) ou que estuda as relações internas que os signos mantêm entre si (Michel Meyer, filósofo contemporâneo belga).

Assim, por razões de carácter sintáctico ou de sintaxe: letras expostas ao acaso não formam uma palavra; palavras expostas ao acaso não formam uma frase; frases expostas ao acaso não formam um texto nem um discurso.

Dimensão semântica

O termo semântico encontra a sua raiz no grego «*semantiké*», que literalmente significa «arte da significação» ou «arte (ciência) do significado». Michel Bréal (1832-1915), linguista francês fundador da semântica, define a semântica como a ciência que se dedica ao estudo das significações. Para Michel Meyer, a semântica trata da relação dos signos com o seu significado, logo, com o mundo.

A semântica trata das relações dos signos (palavras ou frases) com os seus significados (significação) e destes com a realidade a que dizem respeito (referência).

Dimensão pragmática

A palavra «pragmática» encontra a sua raiz no grego «*pragmatiké*», de «*pragma*» (acção). Entre os precursores da pragmática destaca-se, entre outros, o filósofo e crítico literário alemão Von Humboldt (1767-1835), que afirma que a essência da linguagem é a acção.

Michel Meyer define a pragmática como a disciplina que se prende com os signos na sua relação com os utilizadores. Pode considerar-se como fundador da disciplina Charles Morris, que exigiu a pragmática como complemento da sintaxe e da semântica. Na comunicação, segundo Morris, há um signo, um significado e um intérprete, desenrolando-se entre eles uma tríplice relação.

A pragmática é o estudo do uso das proposições, mas também pode definir-se como estudo da linguagem, procurando ter em consideração a adaptação das expressões simbólicas aos contextos referenciais, situacionais, de acção e interpessoal. A atitude pragmática diz respeito à procura de sentido nos sistemas dos signos, tratando-os na sua relação com os utilizadores, considerando sempre o contexto, os costumes e as regras sociais.

Numa análise pragmática de um texto, escrito ou falado, procuraremos ver de que modo o texto está estruturado e quais são as suas funções específicas.

Qualquer texto oral ou escrito representa fundamentalmente a realização de um acto que não é apenas **locutório** (produção de um enunciado de acordo com as regras gramaticais da sua língua, articulação e combinação de sons e relacionamento sintáctico dos referentes das palavras), mas representa igualmente um acto **ilocutório** (o que faz, dizendo) e um acto **perlocutório** (os efeitos resultantes da acção de dizer). Se considerarmos o que dissemos anteriormente, facilmente concluiremos que, do ponto de vista pragmático, interessa sobretudo considerarmos os aspectos ilocutório e perlocutório.

Estas três dimensões do discurso não podem ser isoladas, pois são intrinsecamente indissociáveis. Vejamos, pois, algumas razões explicativas e justificativas da indissociabilidade destas dimensões que estabelecem a tríplice relação dos elementos semióticos (a semiótica estuda os signos ou formas, e todas as produções culturais humanas, inclusive a linguagem, são signos semióticos):

- A **sintaxe** preocupa-se com o que se poderia chamar a forma gramatical da linguagem.
- A **semântica** coloca, essencialmente, o problema do significado das palavras e frases que constituem os nossos enunciados discursivos e remete assim para a relação que a linguagem estabelece entre o mundo e os objectos, colocando assim o problema da referência.
- A **pragmática** preocupa-se com a utilização que fazemos da linguagem num dado contexto.

1.1 Dimensões acessórias do discurso

Linguística

O discurso tem uma dimensão linguística, dado que é um acto individual de fala em que um emissor enuncia algo numa determinada língua.

Textual

O discurso efectiva-se sempre num texto escrito ou oral que se constitui como uma sequência de enunciados ordenados de uma forma coerente.

Lógico-racional

O discurso é formulado de acordo com uma dada sequência e encadeamento lógico de proposições.

Expressiva/subjectiva

O discurso, porque é humano, é sempre expressão de sentimentos, pensamentos, argumentos, emoções e perspectivas de um dado sujeito.

Intersubjectiva/comunicacional

O discurso pressupõe sempre a possibilidade de comunicação entre sujeitos: comunicação com o outro ou outros.

Argumentativa

No discurso em situação de diálogo, ou outra, o sujeito ou sujeitos comunicam as suas razões, argumentos e provas para justificar os seus pensamentos e posições.

Apofântica

Esta designação foi originalmente estabelecida por Aristóteles e traduz a relação do discurso com a realidade.

O discurso é sempre um juízo sobre alguma realidade, refere a verdade ou falsidade das coisas a que diz respeito e traduz sempre uma representação do real.

Comunitária e institucional

O discurso é sempre configurado numa língua que assimilámos à nascença ou que aprendemos depois e que é pertença de uma dada comunidade ou cultura e em que estão já previamente definidos e estabelecidos os termos da sua utilização.

Ética

O discurso deverá obedecer e respeitar um código do discurso que podemos chamar de «ética da discussão», «ética argumentativa» ou «ética da comunicação» (J. Habermas e K. Otto Apel). Esse código define que os participantes no discurso devem e podem:

- falar com verdade;
- ter como princípio do seu discurso chegar à verdade;
- empenhar-se na procura da verdade e fazer do discurso uma adequação racional à mesma;
- problematizar e questionar as posições do interlocutor;
- afirmar o que acreditam;
- ser isentos e respeitar e fazer respeitar a sua isenção e a dos interlocutores;
- ter subjacente ao discurso entre sujeitos livres a vontade de chegar a um acordo ou consenso;
- evitar a contradição.

Vamos recordar...

- A lógica pode ser definida como a ciência da dimensão racional do discurso.
- As funções da linguagem, segundo Roman Jakobson, coexistem umas com as outras. Por isso, num discurso podemos encontrar mais de uma função, havendo uma que predomina.
- O discurso humano é uma expressão do pensamento através da linguagem.
- O discurso humano é rico em dimensões (pluridimensional).
- A sintaxe, a semântica e a pragmática estabelecem uma relação triádica e são as dimensões fundamentais do discurso.
- Enquanto a sintaxe se preocupa com a ordem das palavras, a semântica ocupa-se do significado das palavras, e a pragmática estuda o significado que os utilizadores atribuem às palavras.
- As dimensões acessórias do discurso são: linguística, textual, lógico-racional, expressiva/subjectiva, intersubjectiva/comunicacional, argumentativa, apofântica, comunitária e institucional e ética.

Texto I

Comunicar é falar e não só...

A comunicação é um processo de receber e transmitir informações, sinais ou mensagens, quer por meio de gestos, quer por meio da voz, quer por outros meios. É a unidade da situação social.

A linguagem pode ser definida como qualquer sistema de comunicação entre indivíduos. A fala é a forma verbal da linguagem, que transmite informações mudando os sons vocais e pulsações de segmentos vibrantes directos. Só o homem é capaz de articular tais segmentos de fala e, por meio dos seus órgãos de fonação, transmitir símbolos a outros.

A linguagem é o código formal, a instituição, a abstração. A fala é a mensagem enunciada, o acto vocal. Falamos uma língua de acordo com regras convencionadas, formais. As línguas dos homens são mutuamente traduzíveis, as línguas dos animais não o são – serão, quando muito, interpretáveis.

[...] É importante distinguir entre comunicação, linguagem e fala. Está visto que esses termos podem ser usados como sinónimos, porém, mais precisamente, a comunicação refere-se à transmissão ou recepção de uma mensagem, ao passo que a linguagem, que em geral se usa em intercâmbio com a fala, tem aqui o sentido de fala de uma população encarada como entidade objectiva, quer reduzida à escrita, quer apresentada de outra forma qualquer.

Os pensamentos e os sentimentos podem ser comunicados de maneiras não verbais, como, por exemplo, através dos movimentos do corpo. Esse é o estudo da cinesia. A comunicação cinésica é uma forma eficientíssima de comunicação não verbal. A comunicação, portanto, inclui todos os processos pelos quais as pessoas influem umas nas outras, sendo a fala a mais importante de todas.

A. Montagu, *Introdução à Antropologia.*

Texto 2

As dimensões do acto de fala

Quando nos foi sugerido que empreendêssemos a tarefa de elaborar uma lista dos verbos explicitamente performativos, tivemos algumas dificuldades em determinar se alguns enunciados eram ou não performativos ou, mais exactamente, puramente performativos. Tornou-se assim necessário voltar a analisar os pontos de partida básicos e determinar quantos sentidos poderá haver em «dizer alguma coisa é fazer alguma coisa» ou «ao dizer alguma coisa fazemos alguma coisa», ou ainda «por dizer alguma coisa fazemos alguma coisa».

Primeiramente consideramos um conjunto de coisas que fazemos ao dizer alguma coisa e que sintetizamos dizendo que executamos um acto locutório. Este é, basicamente, equivalente a proferir uma frase com determinado sentido e referência, pelo que é genericamente equivalente a «referir» no sentido tradicional. Em segundo lugar dizemos que também executamos actos ilocutórios, tais como: informar, ordenar, avisar, comprometer-se, etc., que são actos de fala que possuem uma certa força convencional. Em terceiro lugar, podemos também executar actos perlocutórios: o que obtemos ou atingimos por dizer alguma coisa como, por exemplo, convencer, persuadir, dissuadir, ou mesmo surpreender ou enganar.

Temos aqui três, senão mais, sentidos ou dimensões diferentes do «uso de um enunciado» ou do «uso da linguagem». [...]. E isto porque todos, ou quase todos, os actos perlocutórios podem ser, em certas circunstâncias, com ou sem intenção, expressos em qualquer tipo de enunciados, incluindo enunciados puramente constatativos (se porventura os houver).

John Austin, *How to do Things With Words [Como Fazer Coisas com as Palavras]*.

Texto 3

Metodologias

Filha: – Pápa, porque é que as coisas se desarrumam? [...]

Pai: – Bem, espera um pouco. Não é assim tão simples. Primeiro de tudo, que queres dizer com «desarrumar»?

Filha: – Quer dizer que não consigo encontrar as coisas, e, portanto, parece tudo desarrumado. É como quando não está nada no lugar certo.

Pai: – Bom, mas tens a certeza de que com «desarrumar» queres dizer o mesmo que qualquer outra coisa?

Filha: – Mas, pai, claro que tenho a certeza, porque não sou uma pessoa muito arrumada e, se eu disser que as coisas estão desarrumadas, bom, tenho a certeza de que toda a gente concorda comigo.

Pai: – Pronto, está bem, mas achas que queres dizer o mesmo com «arrumado» do que as outras pessoas? Se a mãe arrumar as suas coisas, sabes encontrá-las?

Filha: – Bem... algumas vezes, porque sabes, eu sei onde ela põe as coisas quando faz arrumação.

Pai: – Sim, eu também tento evitar que ela me arrume a minha secretária. Tenho a certeza de que eu e ela não queremos significar a mesma coisa quando dizemos «arrumar».

Filha:– Pai, nós os dois queremos dizer o mesmo quando dizemos «arrumado»?

Pai: – Duvido, minha querida, duvido. →

Filha: – Mas, pai, não é engraçado que toda a gente queira significar o mesmo quando diz «desarrumado», mas toda gente queira significar coisas diferentes quando diz «arrumado»? Mas «arrumado» é o contrário de «desarrumado», não é?

Pai: – Agora começamos a entrar em perguntas mais difíceis. Vamos lá ver isso outra vez. Tu perguntaste: «Porque é que as coisas se desarrumam?» Já conseguimos perceber uma ou duas coisas. Vamos mudar a pergunta para: «Porque é que as coisas ficam num estado a que a Catarina chama desarrumadas?» Percebeste porque é que eu quis fazer esta alteração?

Filha: – ... Sim, penso que sim, porque, se quer significar uma coisa especial quando digo «arrumado», então alguns dos outros «arrumados» das outras pessoas parecer-me-ão «desarrumados» a mim, mesmo que todos concordemos a respeito daquilo a que chamamos «desarrumado».

Gregory Baleson, *Metodologias*.

Actividades

1. Para que dimensão ou assunto nos remete o texto de Gregory Baleson, *Metodologias?* Justifica.
2. Com base no texto de Montagu, *Introdução à Antropologia*, diz em que sentido a linguagem verbal se revela superior a outras linguagens.
3. Recorrendo ao texto de John Austin, explicita a relação existente entre «dizer alguma coisa» e «fazer alguma coisa».

4.3 Os novos domínios da aplicação da lógica

A cibernética, a informática e a inteligência artificial constituem novos domínios da aplicação da lógica. Isto revela-nos que a lógica também tem aplicação prática, isto é, aplicação no campo técnico-científico, dado que a inteligência artificial, a cibernética e a robótica são alguns dos inúmeros e novos domínios de aplicação da lógica.

Cibernética

A palavra «cibernética» tem origem no grego «*kibernéties*», que, segundo Platão, designa a arte de pilotar navios. Como ciência, a origem da cibernética remonta aos anos trinta do século XX, quando a comunidade científica e filosófica debatia a questão das novas máquinas. São de grande importância para o surgimento da cibernética as contribuições de A. Osenbluth (especialista em fisiologia nervosa) e as de Norbert Wiener (matemático), que se dedicaram à construção de máquinas electrónicas. Este último estava convencido de que os sistemas de comunicação dos animais eram semelhantes aos de uma máquina. Wiener teve a ideia de criar uma ciência interdisciplinar para o estudo dos sistemas de controlo e comunicação nos animais e nas máquinas (como se organizam, regulam, reproduzem, evoluem e aprendem).

Em geral, a cibernética é a ciência da comunicação e do controlo de homens e máquinas. Os computadores são fruto da aplicação desta ciência, bem como toda a robotização actual existente. Um dos ramos mais importantes desta ciência tem sido o ramo que estuda a inteligência artificial.

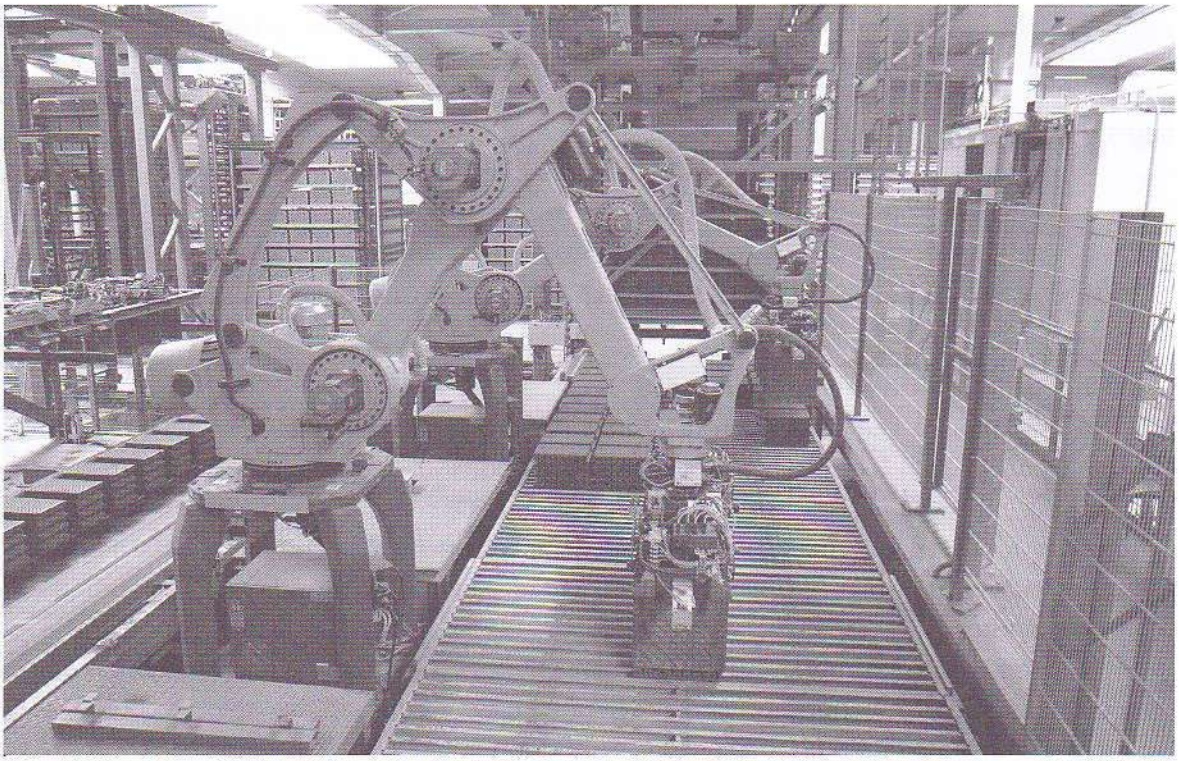


FIG. 3 A cibernética está na origem dos robôs e de todos os complexos processos robotizados actuais.

Informática

O desenvolvimento dos computadores acabou conduzindo à criação de uma nova ciência aplicada, a informática. Esta ciência dedica-se ao estudo do tratamento automático da informação, que é fornecida a uma máquina a partir do meio exterior.

O conceito informática provém da combinação de duas palavras: informação e automática. Informática é, portanto, a ciência que trata do processamento racional da informação por meio de máquinas automáticas. A palavra foi criada por Philippe Dreyfus em 1962, para se referir às disciplinas vocacionadas para o tratamento automático da informação.

Inteligência artificial

O desenvolvimento dos computadores acabou por impulsionar o aparecimento de uma nova ciência nos anos cinquenta do século XX – a **inteligência artificial**. Esta ciência aplicada dedica-se ao estudo da construção de máquinas capazes de simular actividades mentais, tais como a aprendizagem por experiência, resolução de problemas, tomada de decisões, reconhecimento de formas e compreensão da linguagem.

As linhas de investigação são essencialmente três: simulação das funções superiores da inteligência; modelização das funções cerebrais explorando dados da anatomia fisiologia ou até da biologia molecular; e reprodução da arquitectura neuronal de um cérebro humano, de forma a produzir numa máquina condutas inteligentes.

Vamos recordar...

Nos tempos modernos, a lógica aplica-se nos domínios da técnica e da ciência e na construção de máquina capazes de simular as capacidades humanas (como a informática, a cibernética e inteligência artificial).

Texto 4

Chegou a era da microtecnologia

Nas próximas décadas, as micromáquinas dar-lhe-ão a possibilidade de ter uma casa «inteligente». Elas vão ensinar ao fogão e ao ar condicionado o modo de se auto-regular para uma eficiência maior e um mínimo de poluição. Os sensores farão soar um alarme se uma criança cair na piscina e, nas regiões de sismos, poderão detectar um abalo e desligar automaticamente a água, o gás e a electricidade, evitando inundações, incêndios e curto-circuitos.

[...] talvez se possa comprar um carro «inteligente» com sensores de micromáquinas que controla automaticamente a pressão do ar nos pneus e a tensão dos amortecedores. As micromáquinas poderão até fazer com que o microcomputador do seu carro adapte continuamente o motor às variações de temperatura e humidade, permitindo que viaje da praia ensolarada até à montanha coberta de neve com carro sempre preparado para todas as condições atmosféricas.

Na área das diversões, também o seu aparelho de ginástica utilizará micro-sensores para registar automaticamente o seu esforço e rendimento. Nos clubes de golfe, já estarão em desenvolvimento micro-sensores para aperfeiçoar o jogo. Os primeiros relógios de pulso com microssensores para controlar o ritmo cardíaco, o pulso, a pressão sanguínea, para verificar a altitude e a profundidade subaquática estão já no mercado ou em vias de ser lançados.

Lowell Ponte, in *Selecções do Reader's Digest*, 1990 (adaptado).

Actividades

1. Com base no texto *Chegou a era da microtecnologia*, diz em que sentido se afirma que máquinas ou edifícios são «inteligentes».

4.4 Princípios da razão

Antes de estudarmos os princípios da razão enunciados por Aristóteles e que constituem a base da lógica clássica, vejamos alguns aspectos relacionados com a validade e verdade.

Validade formal e validade material ou verdade

Acabámos de ver que a lógica tem como preocupação determinar a validade de um pensamento, a concordância do enunciado consigo mesmo, não sendo seu escopo averiguar se o seu conteúdo é ou não verdadeiro. E dado que em qualquer argumento há que considerar os seus aspectos formais e materiais, temos, então, de distinguir validade formal (ou simplesmente validade) da validade material (ou simplesmente verdade). Para o efeito, consideremos o enunciado seguinte:

Samora Machel proferiu um discurso verrinoso aquando da assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, em Roma.

Uma análise gramatical revela que este enunciado está correctamente formulado, pois obedece a todas as regras gramaticais. A falta de alguma incorrecção sintáctica neste enunciado leva-nos a considerá-lo como um todo coerente. Este enunciado (ou frase ou juízo ou oração) é, do ponto de vista lógico, válido, ou tem validade formal. Em contrapartida, uma análise histórica do seu conteúdo ou matéria revela que há nele uma falta de veracidade, pois Samora Machel já havia falecido quando o Acordo Geral de Paz foi assinado.

O que é a validade formal e o que é a validade material (ou verdade?)

Do ponto de vista lógico, a validade formal refere-se à estrutura ou à articulação dos elementos de um raciocínio ou argumento, isto é, à sua estrutura formal.

À adequação do conteúdo do nosso raciocínio ou argumento à realidade pensada ou ao mundo real chama-se validade material ou verdade. Assim, um enunciado será formal e materialmente válido se os elementos que o constituem formarem um todo coerente e o seu conteúdo estiver em conformidade com a realidade por ele expressa. Por exemplo: Nenhum ser vivo é imortal.

Para melhor compreensão do que acabámos de dizer, convém que esclareçamos *a priori* os termos «forma» e «matéria»:.

- a ***forma*** refere-se à estrutura do raciocínio ou pensamento, sendo, como tal, sujeito à validade ou à não validade;
- a ***matéria*** refere-se ao conteúdo de determinado raciocínio ou pensamento, sendo, por isso, susceptível de ser verdadeiro ou falso.

Partindo dos exemplos acima apresentados, podemos concluir que:

- a validade ou invalidade de um argumento ou pensamento diz respeito à conformidade ou inconformidade com as regras gramaticais e com as regras lógicas de inferências ou pensamento válidos;
- certos argumentos ou pensamentos apresentam-se formalmente válidos, embora os seus elementos constituintes não sejam verdadeiros;
- a verdade das premissas ou da conclusão de um argumento resulta do confronto do seu conteúdo com a realidade referida, portanto, logicamente falando, a verdade diz respeito ao conteúdo ou matéria do argumento.

Princípios da razão

Os princípios da razão são fundamentos e garantia de possibilidade da coerência do pensamento. A sua importância é tal que sem eles não poderíamos pensar nem formular qualquer verdade. Pois quando pensamos, por exemplo, num chocolate ou num pão, pressupomos o princípio de identidade, dado que pensamos ou falamos do pão e do chocolate pressupondo que pão é pão e chocolate é chocolate e não outra coisa que não seja pão, chocolate.

Os princípios da razão – que são em número de três – foram enunciados por Aristóteles na lógica clássica em termos de coisas e são modernamente enunciados em termos de proposições. Uma **proposição** é a expressão verbal do juízo, ou seja, uma proposição lógica é uma frase declarativa pela qual se expressam juízos e sobre a qual se pode afirmar a falsidade ou verdade (exemplos: «Todos os homens são seres vivos»; «Os Moçambicanos são Africanos»; etc.). Por razões metodológicas, nós enunciá-los-emos seguindo as duas formas.

Princípio de identidade

Em termos de coisas:

- Uma coisa é o que é.
- o que é, é; o que não é, não é.
- «A é A» (neste caso, o «A» designa qualquer objecto do nosso pensamento).

Em termos de proposições:

- uma proposição é equivalente a si mesma.

Princípio da não contradição e a negação das proposições

Em termos de coisas:

- Uma coisa não pode ser e não ser simultaneamente, segundo uma mesma perspectiva.

Em termos de proposições:

- Uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo, segundo uma mesma perspectiva.
- Uma proposição e a sua negação não podem ser simultaneamente verdadeiras.
- Duas proposições contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras.

Princípio do terceiro excluído (ou do meio excluído) e a negação dos conceitos

Em termos de coisas:

- Uma coisa deve ser, ou então não ser; não há uma terceira possibilidade (o terceiro excluído).

Em termos de proposições:

- Uma proposição é verdadeira, ou então é falsa; não há outra possibilidade.
- Se encararmos uma proposição e a sua negação, uma é verdadeira e a outra é falsa; não há terceiro termo.
- De duas proposições contraditórias, se uma é verdadeira, a outra é falsa, e se uma é falsa, a outra é verdadeira; não há terceira possibilidade.

Entretanto, numa lógica bivalente em que todo o juízo é necessariamente verdadeiro ou falso, estes três princípios fundem-se num só, podendo ser enunciado da maneira seguinte:

- Duas proposições contraditórias que são a negação uma da outra não podem ser nem ambas verdadeiras nem ambas falsas; se uma é verdadeira a outra é falsa e se uma é falsa reciprocamente a outra é verdadeira.

- **Princípio da razão suficiente** – «tudo quanto existe tem razão suficiente em si mesmo ou noutro considerado sua causa».
- **Princípio da causalidade** – «todo o efeito pressupõe uma causa»; «o que vem a ser exige uma razão explicativa».
- **Princípio de substancialidade** – «tudo o que é acidental pressupõe a substância»; «o que muda, supõe algo permanente».
- **Princípio da finalidade** – «todo o agente age para um fim»; «o fim é a primeira causa na intenção e a última na realização».
- **Princípio do determinismo** – «há uma ordem natural das coisas, tal que, as mesmas causas, postas nas mesmas circunstâncias, produzem os mesmos efeitos».
- **Princípio da inteligibilidade** – «o ser é inteligível»; «a ordem do ser é a ordem do pensamento».
- **Princípio da realidade** – «o mundo exterior existe».

Vamos recordar...

- A validade formal é a concordância do pensamento com as regras frásicas e a validade material é a verdade do pensamento.
- Os princípios de identidade, da (não) contradição e do terceiro excluído justificam o ser e distinguem-no do não ser.
- Derivados do princípio da razão suficiente, os princípios da causalidade, substancialidade, finalidade, etc., sustentam como o ser chega a ser e se torna inteligível.

Actividades

1. Elabora enunciados que constituam exemplos flagrantes da violação dos princípios da razão.
2. Distingue princípios da razão dos de ser.
3. Enuncia o princípio do terceiro excluído, em termos de proposições.

4.5 Lógica do conceito/termo

Se a matéria e a forma são dois aspectos fundamentais que constituem um pensamento, raciocínio ou argumento, e, rigorosamente falando, a lógica diz respeito ao raciocínio – (discurso coerente); resulta então, daqui, a divisão da lógica em formal e material. Abordaremos aqui a lógica formal, que compreende os domínios ou capítulos de conceito, juízo e argumento. Estes domínios estão correlacionados de tal modo que cada um deles influi no outro. Senão, vejamos: os conceitos, em si só, não afirmam e nada negam. E para que isso aconteça, eles devem formar juízos, os quais, sequenciados e coerentes formam um raciocínio.

Noções de conceito e termo

Podemos definir o conceito como acto mental pelo qual se confere uma certa qualidade ou qualificação a uma determinada classe de objectos com características comuns; é a apreensão pela mente da essência, ou seja, das características determinantes de um objecto. Na realidade, pensar um «animal» é uma coisa muito diferente de ver um animal. Neste último caso estamos face a uma percepção ou intuição sensível, em que o objecto concreto se encontra presente, com todas as suas características essenciais e acidentais. No **conceito,** temos apenas a essência, as características determinantes de um objecto, e não o próprio objecto. O conceito constitui a forma mais simples e elementar do pensamento, na medida em que se limita à apreensão da essência de uma determinada classe de objectos.

O conceito como acto mental que qualifica uma classe de objectos ganha a sua forma na e pela linguagem que permite fixá-lo e evocá-lo. E a essa evocação ou fixação dá-se o nome de **termo**, que podemos definir como expressão verbal de um conceito ou, ainda, roupagem convencional e simbólica do conceito.

Extensão e compreensão dos conceitos

A leitura do texto que se segue de L. Laird poderá ajudar-nos a compreender melhor as noções de **extensão** e de **compreensão** de um conceito.

> A lógica considera nas noções e nos termos duas propriedades essenciais: a extensão e a compreensão. Um dado termo designa certos indivíduos e certos objectos; ao mesmo tempo significa certas qualidades ou propriedades. A extensão de um conceito ou termo é o conjunto de indivíduos ou objectos designados por ele; a compreensão desse mesmo conceito ou termo é o conjunto das qualidades que ele designa.
>
> Expliquemo-lo com exemplos. Denomino homem o João, o Pedro, etc. e os seus avós tinham aquela mesma denominação; chamar-se-á assim também aos seus descendentes; dou o nome de metal ao ferro, ao cobre, à platina, ao ouro, à prata, ao alumínio. O conjunto dos objectos dos quais se pode dizer que são homens, eis a extensão do termo; o conjunto dos objectos que se podem considerar metais, eis a extensão do termo «metal». Mas para que João, Pedro, Paulo e outros indivíduos possam chamar-se homens, cumpre que possuam todos certas qualidades: que sejam seres vivos, animais, vertebrados, bípedes entre os mamíferos. A soma →

> destas qualidades – eis a compreensão do termo «homem». E identicamente, para que o ferro, o cobre, a platina, o ouro, o alumínio, etc., sejam chamados metais, é necessário que possuam certo número de dadas propriedades: serem substâncias simples, bons condutores de calor e de electricidade, terem essa propriedade particular de reflectir a luz, que recebeu o nome de brilho metálico. A soma destas propriedades – eis a compreensão do termo «metal».
>
> L. Laird

Da leitura do texto, podemos concluir que:

- a **extensão** (ou a **denotação**) é o conjunto de seres ou objectos abrangidos pelo conceito;
- a **compreensão** (**conotação** ou **intenção**) de um conceito é o conjunto de propriedades que o caracterizam e são comuns a todos os seres ou objectos que formam a sua extensão.

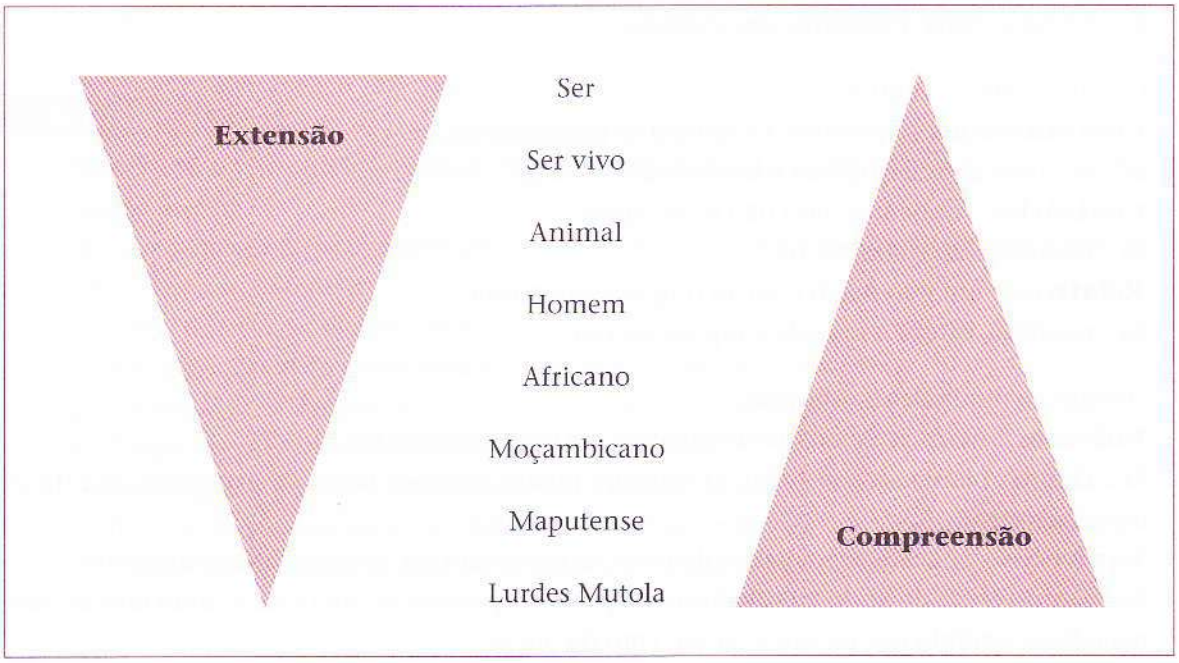
Relação entre extensão e compreensão dos conceitos

Entre a extensão e a compreensão de um conceito estabelece-se uma relação qualitativa, podendo, por isso, variar na sua razão inversa: quanto maior for a extensão, menor será a compreensão; quanto menor for a extensão, maior será a compreensão.

Se pensarmos nos objectos abrangidos pelo conceito de «ser vivo», poderemos perceber melhor esta relação, dado que a sua extensão é, de facto, enorme, pois abrange todas as plantas e todos os animais. Sendo assim, a sua compreensão é menor, constando apenas o facto de serem todos eles seres que assimilam e se reproduzem.

Pelo contrário, a extensão do conceito «homem» é muito menor do que a do «ser vivo», por isso a sua compreensão é maior do que aquela. Portanto, quanto mais geral for o conceito, tanto mais vazio de significado será, e tanto mais vazio de significado será o conceito mais geral.

Vejamos as figuras:



Relativamente à extensão, o conceito de maior extensão, em relação ao de menor extensão, chama-se **género**. O conceito de menor extensão, comparativamente àquele, é denominado **espécie**. Tomando em consideração os conceitos ordenados no gráfico acima apresentado, o conceito «ser» é género relativamente ao conceito «ser vivo», e este é espécie em relação àquele; e podemos verificar que o mesmo conceito, o de «ser vivo», é género em relação ao conceito animal.

Convém notar que os géneros são conceitos cuja extensão constitui grandes ou menores conjuntos, sendo que neles se agrupam outros conceitos ainda de menor extensão e que os referentes dos mesmos têm em comum as mesmas características, mas cada um com a sua diferença específica.

Classificação dos conceitos e dos termos

Quanto à compreensão:

- **Simples** – não têm (não podem ter) partes.
  Ex.: ser (a ideia de ser).
- **Compostos** – são divisíveis ou têm partes.
  Ex.: homem, animal e planta.
- **Concretos** – são aplicáveis às realidades tangíveis, sujeitos ou objectos.
  Ex.: gato, cadeira e livro.
- **Abstractos** – aplicam-se a qualidades, acções, pensamentos ou estados.
  Ex.: amor, paixão, ódio, amizade, alegria e tristeza.

Quanto à extensão:

- **Universais** – aplicam-se a todos elementos de um conjunto ou classe.
  Ex.: homem, caderno e lápis.
- **Particulares** – aplicam-se apenas à parte de um todo, ou classe.
  Ex.: certos alunos, alguns pais, estes cadernos.
- **Singulares** – aplicáveis apenas a um indivíduo.
  Ex.: Mataka, Adija, Kwessane, este caderno.

Quanto à relação mútua:

- **Contraditórios** – opõem-se e excluem-se mutuamente.
  Ex.: alto/não alto, ser/não ser e branco/não branco.
- **Contrários** – opõem-se mas não se excluem.
  Ex.: branco/preto e alto/baixo.
- **Relativos** – um não é sem o outro (implicação mútua)
  Ex.: pai/filho, direita/esquerda e esposo/esposa.

Quanto ao modo de significação:

- **Unívocos** – usam-se de um modo idêntico em diversos objectos.
  Ex.: chamar planta ao pau-preto. O conceito planta aplica-se tanto ao pau-preto, quanto às outras plantas.
- **Equívocos** – aplicam-se a sujeitos diversos, mas em sentido completamente diferente.
  Ex.: canto, referindo-se do ângulo formado por duas paredes de uma casa e canto dito do som melodioso emitido por pássaros ou um coro da igreja.

- **Análogos** – aplicam-se a realidades comparáveis, ou seja, não são completamente idênticos, mas também não são completamente diferentes.
  Ex.: pode dizer-se que o Denayo é um aluno brilhante; mas também que o anel de ouro é brilhante. O conceito brilhante, em Denayo, foi aplicado de modo análogo.

Quanto à perfeição com que representam o objecto:

- **Adequados** – representam com perfeição o objecto.
  Ex.: carnívoro, dito do cão.
- **Inadequados** – representam de forma imperfeita o objecto.
  Ex.: aquático, referindo-se a rã.
- **Claros** – levam ao reconhecimento do objecto.
- **Obscuros** – são insuficientes para fazer reconhecer o objecto.
- **Distintos** – distinguem-se nitidamento dos outros objectos.
- **Confusos** – não ajudam na distinção do objecto no meio dos outros.

Vamos recordar...

- *Conceito* é o acto mental pelo qual se confere uma certa qualidade ou qualificação a uma certa classe de objectos com características comuns; é a apreensão pela mente da essência, ou seja, das características determinantes de um objecto.
- Falar do conceito é falar da ideia.
- A extensão de um conceito é o conjunto de seres ou objectos abrangidos pelo conceito;
- A *compreensão* (*conotação* ou *intenção*) de um conceito é o conjunto de propriedades que o caracterizam e são comuns a todos os seres ou objectos que formam a sua extensão.
- Há uma proporcionalidade entre a extensão e compreensão dos conceitos: quanto mais extenso for um conceito, menos compreensivo será.
- Os conceitos podem ser classificados de acordo com vários critérios.

Actividades

1. Mostra como a extensão e a compreensão dos conceitos *moçambicano* e *macua* estão numa relação inversa.
2. São apresentados três conceitos para que indiques qual deles é de maior extensão e qual deles é de maior compreensão:
   Utensílio doméstico; Garfo; Talher.
3. Ordena por ordem de compreensão crescente os conceitos seguintes:
   a) Planeta, Baía de Nacala, África, Moçambique, Nampula e planeta Terra.
   b) Grego, animal racional, filósofo, cidadão e Sócrates.
4. Ordena segundo a ordem crescente de extensão os conceitos seguintes:
   a) Transporte público, meio de transporte, comboio, transporte rodoviário e autocarro.
   b) Sumo, bebida, sumo de caju, sumo natural e bebida não alcoólica.

A definição

Etimologicamente, a palavra «definir» provém do latim *«definire»*, que significa delimitar ou colocar limites.

Assim, **definir** um conceito é indicar os seus limites de modo a não se confundir com os demais conceitos. Neste sentido, a definição é a operação lógica que consiste em determinar com rigor a compreensão exacta de um conceito; é a explicitação e a especificação do seu significado.

Por exemplo, definir «gato» é evidenciar ou determinar de forma rigorosa as características que o identificam (ser animal que mia), distinguindo-o, deste modo, de outros.

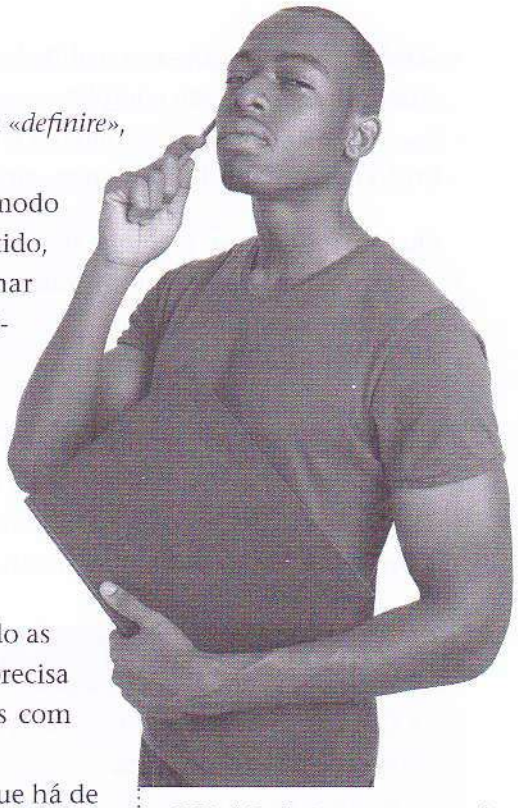


FIG. 4 Definir um conceito é indicar os seus limites, distinguindo-o de outros conceitos.

Como definir um conceito?

Em geral, a definição de um conceito faz-se enumerando as qualidades essenciais, para que a sua noção seja tão clara e precisa que, sabendo com exactidão o que ele é, o distingamos com nitidez do que ele não é.

Por isso, temos de indicar o **género** mais próximo (o que há de comum) do conceito que pretendemos definir e a sua **diferença específica** (o que lhe é próprio), pela qual se distingue uma dada espécie das outras do mesmo género.

Observemos atentamente a definição que se segue:

O Homem	**é um**	**animal**	**racional.**
↓		↓	↓
definido (ou espécie)		género próximo	diferença específica

Tipos ou espécies de definições

Se observarmos com muita atenção a definição anteriormente apresentada, constataremos que a definição, como operação lógica, nos obriga a fazer uma selecção de predicados e uma abstracção de certos atributos ou qualidades dos objectos.

Todavia, pode colocar-se a questão de critérios de selecção: *Com que critério seleccionamos? Com que critério abstraímos?*

A resposta à questão de critério de selecção ou abstracção leva-nos à verificação da existência de diferentes critérios e, sendo assim, de diferentes espécies de definições.

Observemos o quadro da página seguinte.

Tipos e subtipos de definições

Tipos	Subtipos	Caracterização
Real	Essencial (ou metafísica)	Que se faz indicando as notas essências: género próximo e diferença específica. Por exemplo: *Triângulo é um polígono de três lados.* *Maputo é a capital de Moçambique.*
	Descritiva	Faz-se pela enumeração das características físicas relevantes e significativas. Por exemplo: *A água é um líquido transparente, incolor, insípido e inodoro que entra em ebulição a cem graus centígrados.* *O núcleo é a região central do átomo, muito pequena, onde está concentrada a massa do átomo e onde se encontram partículas elementares da carga positiva.*
	Final	Que definem o objecto mediante a sua finalidade. Por exemplo: *A faca é um instrumento que serve para cortar as coisas.* *A balança é o aparelho que serve para avaliar a massa de um corpo.*
	Operacional	Consiste em definir um conceito procedendo à sua avaliaçãoe e classificação. Exemplos: *A idade mental é a medida da inteligência calculada por testes.* *O ácido é um composto aquoso que avermelha o papel azul de tornesol.*
Nominal	Etimológica	Esclarece o sentido da palavra a «definir», pelo recurso à origem, isto é, ao étimo da palavra. Por exemplo: *A Geografia é o estudo da terra.* *A Filosofia é o amor do (pelo) saber.*
	Sinonímica	Que se faz recorrendo a outra palavra com o mesmo significado. Por exemplo: *Uma cama é um leito.* *O cárcere é uma prisão*
	Estipulativa	Define o significado que se atribuiu convencionalmente à palavra. Exemplos: *Água – H_2O.* *A força é o produto da massa pela aceleração.* *Q.I. é a idade mental a dividir pela idade cronológica.*

Regras de definição

Para que uma definição seja considerada logicamente correcta, isto é, que delimite sem ambiguidade o conjunto de objectos designado pelo termo a definir, deve obedecer incondicionalmente às regras que a seguir apresentaremos. O conhecimento e a aplicação de tais regras permitem construir definições que exprimem com precisão e clareza todas as qualidades essenciais da classe ou conjunto designado pelo termo a definir. Vejamos, então, tais regras.

- **A definição deve aplicar-se a todo o definido e só ao definido.**

A definição poderá convir só ao definido se ela não for muito restrita nem muito ampla, o que poderá permitir a sua reciprocidade. Por outras palavras, uma definição é válida quando aquilo que se atribui ao sujeito pertence só e só a ele. É o que podemos verificar no exemplo seguinte: *O gato é um animal que mia.*

Nesta definição, atribuímos ao sujeito «gato» dois predicados lógicos: o de «animal», por um lado, e o de «miar», por outro.

Como se pode depreender, ser animal que mia é característica, ou, se assim quisermos, que pertence aos gatos e só a eles. Por isso mesmo, atribuímos ao sujeito gato característica que só a ele pertence e, por isso mesmo, só ao gato convém.

Desta feita cumpre-se a exigência de reciprocidade. Dado que o que se atribui ao sujeito, a ele e só a ele pertence, podemos converter a definição «o gato é animal que mia», isto é, trocar o sujeito pelo predicado, sem que a veracidade da definição convertida se altere. Na verdade, dizer «o gato é um animal que mia» é o mesmo que dizer «o animal que mia é o gato». Mas se definíssemos o gato como animal mamífero de quatro patas, a nossa definição estaria incorrecta, por ser muito ampla, facto que não permite a reciprocidade.

Sendo assim, a definição não pode ser nem ampla nem restrita de mais. Se for ampla de mais, estará a abranger seres ou objectos que não estão a ser definidos; se for restrita ou breve de mais, poderá excluir alguns elementos pertencentes à extensão do conceito a definir, não possibilitando a reciprocidade.

- **A definição não deve ser circular ou o termo a definir não deve constar na definição (regra da não circularidade).**

A não circularidade da definição permite que ela seja mais clara do que o definido. Na definição, aquilo que atribuímos ao sujeito deve acrescentar algo ao seu conceito, quer dizer, a definição não deve conter o termo a definir, nem termos da mesma família. Pelo contrário, a nossa definição será circular (círculo vicioso). Vejamos alguns exemplos:

Quando um aluno, interpelado pelo professor, diz «O homem é um ser humano»; «O cilindro é uma figura cilíndrica»; «Saboroso é aquilo que contém sabor», este apenas está a repetir por outros termos ou palavras aquilo que pretende dizer. Nestas definições, o definido está contido, isto é, entra na definição, daí a circularidade. Pois dizer que «O cilindro é uma figura cilíndrica» é o mesmo que dizer «O cilindro é cilindro».

Estaremos a violar, de igual modo, esta regra de não-circularidade ao definirmos qualquer que seja o conceito recorrendo ao seu oposto. Por exemplo: «Doce é algo que não amarga»; «Comprido é o que não é curto»; «Direito é o que não está torto.»

- **A definição não deve ser negativa quando pode ser afirmativa.**

Esta regra exceptua as definições de conceitos ou termos que são, na essência, negativos, conceitos ou termos esses que designam privação. Nesses casos, a definição poderá ser necessariamente negativa. É por isso que se diz que «Órfão é o ser humano que não tem pai nem mãe; cego é aquele que não vê e mudo é o que não fala.»

- **A definição não deve ser expressa em termos figurativos ou metafóricos.**

Se definir uma coisa é explicar o seu sentido dizendo o que ela é, obviamente não devemos de forma alguma recorrer, numa definição, à linguagem figurativa, pois a linguagem figurada ou metafórica não nos dá com precisão e clareza o significado do termo a definir. Por isso, temos de evitar construir definições como as que se seguem: «A beleza é o espelho da eternidade»; «O amor é fogo que arde sem se ver»; «O atletismo é a vitória do povo moçambicano.»

Os indefiníveis

Será que todos os conceitos são definíveis?

Como acabámos de ver, definir um conceito é explicá-lo, é transformá-lo de obscuro a claro, por forma que se possa distinguir dos outros; acabámos também de ver que em geral a definição faz-se indicando o seu género mais próximo e a sua diferença específica. Entretanto, nem sempre isso é possível; por outras palavras, nem todos os conceitos são definíveis. Assim, os conceitos considerados indefiníveis são agrupados em três espécies. Vejamos:

- **Géneros supremos**

Se toda a definição começa pela inclusão do termo a definir (espécie) no seu género mais próximo, os géneros supremos são indefiníveis por ***excesso de extensão***, daí não possuírem os seus géneros mais próximos por onde se possam incluir. Um exemplo disto é o conceito de «ser».

- **Indivíduos**

Se os géneros supremos são indefiníveis por excesso de extensão, os indivíduos são indefinidos por **excesso de compreensão**. Em virtude disso, torna-se muito difícil, senão impossível, descobrir num indivíduo uma característica (a diferença específica) que seja suficiente para que se possa distinguir dos outros indivíduos conhecidos ou por conhecer. Sendo assim, os indivíduos só podem ser nomeados (Mataka, Adija, Mukapere, etc.) ou descritos (claro, alto, gordo, de olhos castanhos, de cabelo preto, etc.).

- **Dados imediatos da experiência**

Os dados imediatos da experiência são por si só claríssimos, não havendo, por isso, nenhuma definição que possa clarificá-los ainda mais. Por outras palavras, se definir um conceito ou termo é clarificá-lo por meio de outros conceitos ou termos, então, dada a sua clareza imediata e intuitiva, não é possível obter dos dados imediatos da experiência uma definição que os torne mais claros ainda.

Nenhuma definição do «prazer» ou «dor», «amargura» ou «doçura» nos tornaria mais claro o que a experiência sobre eles nos diz. Por isso, compreende melhor o que é «prazer» ou «dor», «amargura» ou «doçura», quem alguma vez teve essas experiências do que aquele que ainda não as teve.

Vamos recordar...

- Definir é determinar com rigor e exactidão a compreensão de um conceito por forma a que se possa distinguir dos outros.
- Para que uma definição seja logicamente correcta deve obedecer a um conjunto de regras predefinidas.
- Existem dois tipos fundamentais de definições: real e nominal.
- As regras da definição explicam-nos que a definição deve ser mais clara do que o conceito que se pretende definir.

Temas transversais

1. Discute a seguinte questão:
   «No contexto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia para o incremento da produção e da produtividade, *o homem vale o que vale o computador, ou o computador vale o que vale o homem?*»

2. Por que razão é revoltante ser mandado calar terminantemente durante um debate, uma discussão, uma conversa ou um colóquio?

3. Porque é que durante um colóquio às vezes enrugamos a testa, abanamos a cabeça ou gesticulamos?

4. Porque é que as drogas, o tabaco e o álcool, assim como a prática desregrada de relações sexuais (sobretudo antes da maturação psicossomática), prejudicam o organismo e a saúde da pessoa?

Auto-avaliação

1. Identifica no trecho seguinte o princípio da razão usado por Aristóteles.
   «Quer se deva filosofar, quer não se deva filosofar, é imperioso filosofar. Mas porque entre o filosofar e o não filosofar não há alternativa, há, em todo caso, que filosofar.» (Aristóteles)
   a) Princípio de identidade.
   b) Princípio do terceiro excluído.
   c) Princípio da não contradição.
   d) Princípio da razão suficiente.

2. Assinala a opção que melhor traduz a ordenação decrescente de compreensão dos conceitos seguintes: planeta, cidade de Nacala, África, Nampula, planeta Terra, Nacala, Via Láctea e Moçambique.
   a) Cidade de Nacala, Nacala, Nampula, Moçambique, Via Láctea, África, planeta e Planeta Terra.
   b) Via Láctea, cidade de Nacala, Nacala, Nampula, Moçambique, África, planeta e planeta Terra.
   c) Planeta, planeta Terra, África, Nampula, cidade de Nacala, Nacala, Moçambique e Via Láctea.
   d) Cidade de Nacala, Nacala, Nampula, Moçambique, África, planeta Terra, planeta e Via Láctea.

3. Assinala a opção que melhor traduz a ordenação crescente de compreensão dos conceitos seguintes: ser, vertebrado, ave, galinha, animal e galináceo.
   a) Ser vivo, ser, animal, vertebrado, galináceo, galinha e ave.
   b) Ser, ser vivo, animal, vertebrado, galinha e ave galináceo.
   c) Ser, ser vivo, animal, vertebrado, galináceo, galinha e ave.
   d) Ser, ser vivo, animal, vertebrado, ave, galináceo e galinha.

4. Lê com atenção a afirmação:
   A semântica, como dimensão do discurso, trata da questão do sentido na linguagem. Razão: quando um indivíduo usa uma palavra, ela significa aquilo que ele quer que signifique.
   a) A afirmação é verdadeira tal como a razão é verdadeira.
   b) A Afirmação é falsa tal como a razão é falsa.
   c) A afirmação é falsa, mas a razão é verdaeira.
   d) A afirmação é verdadeira mas, a razão é falsa.

5. Identifica a opção que completa melhor a frase: A validade material é...
   a) a relação dos signos com os seus significados.
   b) a concordância do pensamento consigo mesmo.
   c) a concordância do pensamento com a realidade.
   d) adequação ou inadequação do pensamento.

6. Considera os conceitos: Ngoenha, livro de Filosofia, *Retorno do Bom Selvagem*, livro, Moçambique, escritor e Maputo.
   6.1 Retira, da lista acima apresentada, os conceitos singulares.
   6.2 Identifica o critério crescente que obedece à ordenação dos seguintes conceitos: livro, livro de Filosofia e *Retorno do Bom Selvagem*.
   6.3 Que nome se pode atribuir ao conceito «Retorno do Bom Selvagem» comparado com «livro de Filosofia»?
   6.4 E que nome se pode atribuir ao mesmo conceito («livro de Filosofia») em relação a «livro»?

7. Lê com atenção os seguintes nomes: peixe-aranha, homem, ameba, minhoca e gafanhoto.
   7.1 Indica o conceito cuja compreensão convém a todos os conceitos acima enumerados.
   7.2 Se acrescentarmos à lista acima apresentada os conceitos «casa», «árvore» e «avião», o conceito indicado em 7.1 já não será aplicável a todos eles. Porquê?

8. Dispõe em grupo e por ordem crescente de extensão os conceitos seguintes: Moçambicano, *brandy*, Gerson, líquido, aluno, paralelogramo, aluno da 11.ª classe, polígono, bebida alcoólica, bebida e rectângulo.

9. Analisa as seguintes definições e indica, justificando, as que são correctas e as que são incorrectas. No caso das incorrectas, indica a(s) regra(s) violada(s).
   a) Um triângulo é um polígono de três ângulos.
   b) Os livros são objectos de papel.
   c) A beleza é uma promessa da felicidade
   d) A baleia é um animal marinho.
   e) Um órfão é um ser humano que não tem pais.
   f) A ciência é a actividade desenvolvida por cientistas.

10. Classifica as seguintes definições quanto ao tipo e ao subtipo:
    a) A macieira é uma árvore de folha caduca que dá frutos comestíveis.
    b) Homem – ser vivo, sensível, erecto, bípede e implume.

Glossário

Análise – Decomposição do todo nos seus elementos.

A posteriori – Diz-se daquilo que só se pode constatar por experiência. O seu antónimo é *a priori*.

A priori – Diz-se daquilo que se pode afirmar e que se impõe antes e independentemente de qualquer experiência.

Cepticismo – Doutrina que afirma que o ser humano não pode atingir certeza nenhuma.

Consenso – Acordo dos membros de um grupo social sobre os princípios da sua organização.

Determinismo – Teoria segundo a qual os fenómenos do universo são o efeito necessário dos seus antecedentes. Conjunto de condições para que um fenómeno se produza.

Dogma – Elemento de uma doutrina religiosa ou filosófica que não se pode pôr em dúvida porque é admitido como sendo uma verdade revelada ou absoluta.

Etimológico – Relativo à etimologia, isto é, a parte da gramática que trata da origem e formação das palavras.

Ideia – Conteúdo do pensamento, representação intelectual, termo de um raciocínio ou modelo das coisas sensíveis (Platão).

Inatismo – Doutrina cartesiana das ideias inatas; admite o carácter inato de certas ideias de certos princípios, de certas formas de comportamento.

Inato – Aquilo que faz parte das características próprias do indivíduo desde o nascimento e que não necessita de ser aprendido.

Intuição – Modo de conhecimento imediato. Captação global e imediata (por vezes ilusória) de uma realidade complexa, por oposição ao processo discursivo.

Lato (sentido) – Mais amplo, mais generalizado.

Mentalidade – Conjunto complexo de ideias que informam e comandam o pensamento de um indivíduo ou de um grupo.

Método – Arte de bem organizar um conjunto de vários pensamentos para descobrir a verdade quando a ignoramos ou para a provar aos outros quando já a conhecemos.

Mito – História anónima e colectiva tida como verdadeira e que explica a origem de alguma coisa (criação do mundo, origem da vida humana, da sexualidade, etc.).

Paradigma – Exemplo prático a partir do qual se pode estudar e descrever a estrutura de uma realidade complexa e dificilmente acessível.

Radical – Fundamental, essencial, profundo.

Reflexão – Meditação, razão, raciocínio, argumento.

Reminiscência – Recordar, lembrança indecisa. Teoria platónica relativa à origem das ideias.

Subjectividade – Carácter de experiência interna a que se apela para mostrar a sua originalidade incomunicável ou para acentuar a precariedade do conhecimento.

Substância – Aquilo que é em si, que serve de suporte aos atributos. Realidade última permanente que se supõe existir por detrás das formas e aparências.

Teorética – Algo explicativo.

Termo – Palavra, vocábulo.

Transcendente – Aquilo que se situa para além ou fora de um domínio considerado e que não é da mesma natureza; algo que está acima e que é de uma natureza superior.

Bibliografia

Unidade 1

Bochensk, J. M., *Directrizes do Pensamento Filosófico*, S. Paulo, EPU, s.d.

Godinho, V. M., *Ensaios, Humanismo Científico e Reflexão Filosófica*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971.

Jaspers, K., *Iniciação Filosófica*, Lisboa, Guimarães Editora, 1972.

Kant, I., «Curso do Semestre do Inverno de 1765-1766», trad. de Ribeiro dos Santos, in *Filosófica*, vol. II, 1 e 2, s.d.

Mondin, B., *Curso de Filosofia*, III, São Paulo, Edições Paulinas, 1987.

Mondin, B., *Introdução à Filosofia: Problemas, Sistemas, Autores, Obras*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981.

Moscovici, S., *Homens Domésticos e Homens Selvagens*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.

Orizerman, T., *Problemas da História da Filosofia*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, s.d.

Popper, K., *Em busca dum Mundo Melhor*, trad. port., Lisboa, Ed. Fragmentos, 1989.

Reale, G.-Antiseri, D., *História da Filosofia, do Romantismo aos Nossos Dias*, III, São Paulo, Edições Paulinas, 1991.

Séneca, *Carta a Lucílio*, 16, 1-4, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, s.d.

Sérgio, A., «Introdução» in Russell, B., *Os Problemas da Filosofia*, Coimbra, Edições Arménio Amado, s.d.

Unidade 2

Arvon, H., *La philosophie du travail*, Paris, PUF, 1961.

Anjos, M. F., *Eutanásia em Chave de Libertação*, Boletim do ICAPS, 1989.

Bagolini, R., *Filosofia del lavovore*, Milão, Giuffré, 1971.

Bizatto, J. I., *Eutanásia e Responsabilidade Médica*, Porto Alegre, Sagra, 1990.

Hernández, Carlos Dias, e outros, *Método – Filosofia*, Madrid, Editorial Bruño, 2000.

Mondim, B., *O homem que ele é? (Antropologia filosófica)*, São Paulo, Paulus, 1999.

Ngoenha, Severino Elias, *O Retorno do Bom Selvagem*, Edições Paulistas, 2002.

Warburton, N., *Elementos Básicos da Filosofia*, Lisboa, Edições Gradiva, 1997.

Vidal, M., «Moral da pessoa e bioética teológica» in *Moral de Atitudes*, 4.ª ed., São Paulo, Santuário, 1997, vol. 2, t.I.

Unidade 3

Descartes, R., *Meditações Sobre a Filosofia Primeira*, Coimbra, Almedina, 1976, pp. 194-195.

Fragata, J., «Dogmatismo» in *Enciclopédia Logos*, p. 145.

Fukuyama, Francis, *The End of The History and The Last Man*, New York, The Free Press, 1992.

Godinho, V., Magalhães, *Ensaios, Humanismo Científico e Reflexão Filosófica*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971.

Foulquié, P., *Le problème de la connaissance*, Paris, Éditions de l'École, 1964.

Gomes, F. S., «Pragmatismo» in *Enciclopédia Logos*, 1991.

Guerrero, J. C., *Conceito e Realidade*, Instituto de Pesquisas Psíquicas Imagick, Brasil.

Hartman, Nicolai, *Les principes d'une métaphysique de la connaissance*, Paris, Aubier, 1945.

Hessen, J., *Teoria do Conhecimento*, Coimbra, Arménio Amado, 1976.
Marconi, M. A., Lakatos, E. M., *Metodologia Científica*, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2000.
Mondin, Battista, *Curso de Filosofia*, III, São Paulo, Edições Paulinas, 1987.
Mondin, Battista, *Introdução à Filosofia: Problemas, Sistemas, Autores, Obras*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981.
Morin, E., *O Paradigma Perdido*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1975, pp. 54-55.
Piaget, Jean, *Problemas de Epistemologia Genética*, Lisboa, Pub. licações D. Quixote, 1975.
Reale, G., Antiserl, D., *História da Filosofia, do Romantismo aos Nossos Dias*, III, São Paulo, Edições Paulinas, 1991.

Unidade 4

Meyer, M., *Lógica, Linguagem e Argumentação*, Lisboa, Ed. Teorema, 1992.
Mora, J. F., *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
Kneale, W. e M., *O Desenvolvimento da Lógica*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1962.
Samon, W., *Lógica*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1978.
Stebbing, L. S., *Introducción a la Lógica Moderna*, Fondo de Cultura Económica, México, 1965.

Ficha técnica
Título: ***Pré-Universitário – Filosofia 11***
Editor: Longman Moçambique
Impressão e acabamentos: Clyson Printers, Maitland, Cape Town

Autores:



Manuel Mussa Biriate
Licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica. É professor de Filosofia no Ensino Secundário, tendo desempenhado funções como Delegado de Disciplina na Escola Secundária Francisco Manyanga desde 1998. Docente de Filosofia na Escola Central do Partido Frelimo. Coordenador e co-autor de módulos de Ensino de Filosofia à distância no Ensino Secundário Geral. Autor de diversos materiais didácticos para o Ensino Secundário Geral.



Eduardo Geque
Licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica, é mestrando em Desenvolvimento Rural na Universidade Eduardo Mondlane. É professor de Filosofia na Escola Secundária de Laulane, leccionando igualmente Métodos de Estudo e de Investigação Científica no Instituto Superior de Tecnologias e Gestão. Colabora com o Instituto Superior de Administração Pública nos módulos de Descentralização, Pensamento Político, Governação e Desenvolvimento Local e Integração Económica Regional.

© Longman Moçambique, Lda
Avenida 24 de Julho, n.º 776
Maputo, Moçambique

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, ***offset*** fotografia, etc.) sem o consentimento prévio da Editora, abrangendo esta proibição o texto, a ilustração e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código dos Direitos de Autor, D.L. 4 de Fevereiro de 2001.

© Maputo – 2010 Longman Moçambique, Lda., 1.ª Edição

ISBN 9780636112636

Registado no INLD sob o número: 6487/RLINLD/2010

Créditos fotográficos:
Pág. 26 – Pintura de Paul Gauguin, Museu de Belas Artes de Boston (domínio público); pág. 33 – fresco de Rafael (domínio público); pág. 34 – pintura de Jacques Louis David (Museu Metropolitano de Arte); pág. 44 – Jean Piaget (Roland Zumbuhl); pág. 45 – Laurence Kohlberg (Getty Images / Gallo Images); pág. 59 – Immanuel Kant (domínio público); pág. 90 – Frans Hals (Museu do Louvre); pág. 98 – John Locke (domínio público); pág. 98 – David Hume (domínio público); pág. 100 – *Crítica da Razão Pura* (domínio público); pág. 103 – Bartolomeu Velho (domínio público); pág. 103 – *Scenographia Systematis Copernicani* (domínio público); pág. 107 – Auguste Comte (domínio público); pág. 114 – Karl Popper (domínio público); pág. 115 – Thomas Kuhn (World Press)

SÍMBOLOS DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Bandeira



Emblema



Hino Nacional

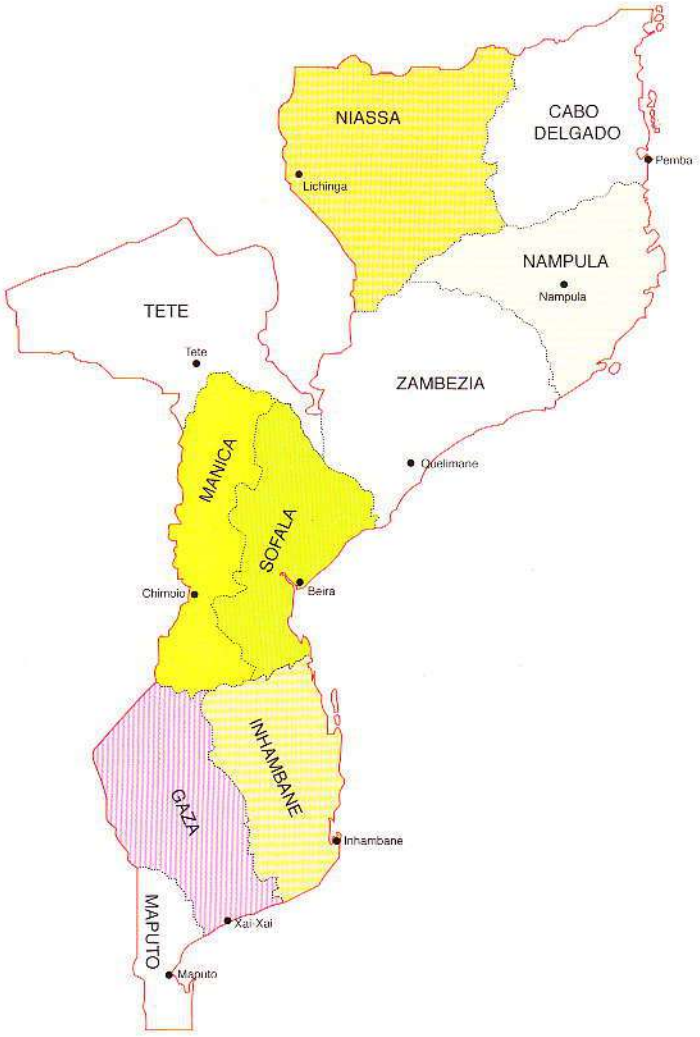
Pátria Amada

Na memória de África e do mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique o teu nome é liberdade
O sol de Junho para sempre brilhará.

Coro
Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo o novo dia
Milhões de braços, uma só força
Ó pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela paz
Cresce o sonho ondulado na Bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando no chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios pelo mar
Nós juramos por ti, ó Moçambique.
Nenhum tirano nos irá escravizar.



ISBN 978-06361-126-3-6

Longman Moçambique